

Davi Félix Schreiner
Organizador

OS SEM TERRA E O MST: memórias de lutas e experiências transformadoras



OS SEM TERRA E O MST: MEMÓRIAS DE LUTAS E
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS

Davi Félix Schreiner
Organizador

OS SEM TERRA E O MST: MEMÓRIAS DE LUTAS E
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2022



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando

Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

Foto Capa: Bruna Zimpel e Josiane Grossklaus

Arquivo MST/PR. Acampamento Terra Livre. Clevelândia, Paraná.

Copyright © by autor, 2022.

O811 – SCHREINER D. F. (Org.). Os Sem Terra e o MST: memórias de lutas e experiências transformadoras. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

ISBN: 978-65-81417-50-5

Vários Autores

1. Sem Terra 2. MST 3. Lutas Sociais I. Davi Félix SchreinerII. Navegando Publicações. Título.

CDD – 300

CDU – 329

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFTM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtati – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lec University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Caggio Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Villaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

À GUIA DE INTRODUÇÃO	11
Narrativas, Identidades e Luta Política <i>Davi Félix Schreiner</i>	
I - HISTÓRIAS EM MOVIMENTO: uma historiografia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) <i>Clifford Andrew Welch</i>	17
II - A HISTÓRIA RURAL e o MST no Pontal do Paranapanema-SP: o desejo do roçado do passado ao tempo presente... <i>Maria Celma Borges</i>	41
III - A IDENTIDADE SEM-TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO OESTE DO PARANÁ: história, memória e metodologia da história oral (décadas de 2000 e 2010) <i>Vagner José Moreira</i>	85
IV - SEM-TERRA DO MST: Caminhos de Luta e Liberdade na Conquista da Terra <i>Douglas Menezes de Oliveira</i>	117
V - “VAMOS FAZER, CHEGA DE DISCURSO”: Camponeses e a organização política no Sudoeste do Paraná (1964-1985) <i>Ricardo Callegari</i>	137
VI - A CRIAÇÃO DE UM MÉTODO DE FORMAÇÃO DE MILITANTES NO MST <i>Rose Elke Debiasi</i>	181
VII - OS RITUAIS EM NARRATIVAS DE ASSENTADOS RURAIS <i>Davi Félix Schreiner</i>	199

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Narrativas, Identidades e Luta Política

“Os únicos derrotados são os que cruzam os braços” – expressa o espírito deste livro e faz jus às memórias e experiências de luta pela terra no Brasil. As reflexões, reunidas em sete capítulos, presentificam processos históricos de famílias sem terra, que não cruzam os braços e lutam pelo acesso à terra e ao direito de ser. Camponeses que atualizam demandas e lutam por reconhecimento de sujeitos históricos e pela cidadania no campo!

(Sergio Sauer – Professor Adjunto da Universidade de Brasília/UnB).

Esta obra traduz teórica e metodologicamente como os Sem Terra constituíram-se Sujeitos Individuais e Sujeitos Coletivos de Direitos na luta pela terra, a partir dos anos de 1960. Eles não cruzaram os braços! A cada despejo dos acampamentos às margens das rodovias, ou quando já instalados, mesmo que provisoriamente na terra ocupada, parafraseando José Mujica, não se vergaram, “não se resignaram a derrota”.

As histórias de vida dos trabalhadores da terra evidenciam essa dimensão, a de não se vergarem e utilizarem diferente meios de obter Direitos e Justiça. Ora individualmente contra o fazendeiro que lhes impedia o acesso à água, desviando o córrego, ora inviabilizando a permanência na terra, por meio da intimidação, destruição de suas plantações e habitações, entre outras formas. Pequenos posseiros recorreram à Justiça, lutaram pelo seu modo de vida na e pelo cultivo da terra e nas suas vivências teceram suas identidades políticas, não raras vezes sem terem participado de um movimento social. E, igualmente, organizaram-se coletivamente em confrontos diretos com os jagunços e, ou, o aparato policial do Estado.

Entendo que os expropriados da terra, do trabalho, de perspectivas de vida e do pertencimento a uma ambiência, em grande medida, individual ou coletivamente, ao lutarem o fizeram movidos pelo desejo emancipador e libertário. Individualmente a resistência também se faz, mesmo quando tendemos ou não a observarmos ou conseguirmos interpretar nas palavras e gestos: “eu esforçava-me por ser agradável, apesar de o desprezo que sentia por ele”¹. Há que se entender as múltiplas formas de dominação

¹ A fala é de um rendeiro francês, Tino. Ele havia apreendido, ao contrário de seu pai, “a arte de dissimular, tão necessária nesta vida”. GUILLAUMIN, Émile. *The life of a simple man*, p.

dos sujeitos e sua insubordinação nas relações de mando da parceria, do arrendamento, da moradia “de favor”, entre outras. Nas diversas formas de insubordinação, mesmo as ocultas, aquelas silenciosas ou quase imperceptíveis os fizeram como *Sem Terra*, Sujeitos Políticos². Essa opção contraria parte da historiografia.

Independentemente de ocuparem pequenas posses, serem peões das fazendas, pequenos arrendatários e pequenos agricultores familiares, de lutarem individualmente com suas famílias e, ou, organizados em movimentos sociais suas opções evidenciam que lutavam por direitos face ao opressor, ao fazendeiro, ao latifundiário especulador de terras.

Os textos dessa Obra foram produzidos por estudiosos sobre a questão agrária brasileira e, sobre os Sem Terra e o MST. Especialistas que contribuem para avançar sobre um objeto tão ou mais atual do que o era no século XIX, para identificar um período no qual a questão agrária estava relacionada ao acesso à terra aos trabalhadores pobres e a libertação dos escravos, particularmente intensamente debatida na Câmara Federal e no Senado, em grande medida motivada pelos interesses e preocupações dos latifundiários e pelas ações dos abolicionistas.

Metodologicamente, como se verá nos capítulos deste livro, é preciso tecer um regressivo histórico analítico, para se entender a formação econômico-social e, em suas relações contraditórias, a luta, as estratégias de sobrevivência dos camponeses e, elas, cotejadas com o entendimento da atuação dos dominadores. Assim, ao revisitar, ouvir de novo e repetidas vezes as narrativas, ao que não é dito, aos silêncios, as interrupções, amalgamado aos diálogos e as memórias que ficaram dos encontros com os entrevistados. Tal procedimento pode explicitar, por vezes, mais que a memó-

83. Op. cit.: SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra livre, 2013. p. 28.

² Nos textos dos capítulos não há homogeneidade na grafia da expressão dos Trabalhadores Sem Terra, sendo utilizados os termos sem-terra e Sem Terra. Utilizo, neste texto e no Capítulo 7, a denominação Sem Terra em maiúsculo, independentemente dos trabalhadores estarem ou vinculados ao MST. Os sem a terra também interpretam as relações sociais, se posicionam e agem individual ou coletivamente para manter ou conquistar a terra, exemplos não faltam na historiografia, como a Revolta de camponeses da Gleba Silva Jardim, em 1961, no Oeste do Paraná. Portanto, possuem identidades de interesses e de luta, são sujeitos políticos. A produção intelectual na e pela diversidade é incondicional, modo pelo qual os avanços historiográficos são possíveis. Designo os camponeses com essa expressão, porque desenvolvem lutas individuais ou coletivas, mesmo nas situações de dominação e subordinação política. Na contraposição da subordinação se tece a insubordinação política. A hegemonia nunca é absoluta.

ria guardou no primeiro movimento em direção ao entrevistado e, sobretudo o que conviveu, partilhou com ele, e do que compartilhou contigo. Às vezes, o pesquisador está mais preocupado com as perguntas e as respostas, e muito menos com o conteúdo. E assim, lhe escapa a possibilidade de explicitar a essência da narrativa, do que o entrevistado pretende ou quer expressar, embora enfatizemos que se trata de um diálogo de iguais, no reconhecimento da diversidade.

As abordagens nesta obra rompem com paradigmas, questões e ideias consolidadas sobre os Sem Terra. Recorrem, analiticamente, a partir de narrativas, aos processos da luta dos pobres da terra, com trajetórias diversas, mas com muitos pontos em comum, experiências de luta individuais e coletivas, permeadas por sociabilidades e tessituras de discussões políticas significativas e transformadoras, (re)criadas em espaços sociais, não raras vezes como infrapolítica, para, em muitos casos, tornar-se a política visível do enfrentamento coletivo direto.

Todos os textos dos capítulos foram escritos com o acadêmico numa travessia, do rigor do inverno na transição para a primavera, quando a necessidade da solidariedade se fez mais forte em nosso País, numa conjuntura de enfrentamento a uma Pandemia, e nas vivências dela as ações por um novo tempo ganham mais força! Difícil dizer do amanhã, mas tendo a acreditar sempre na humanidade para a superação dos desafios que impõe uma doença, mas, igualmente esperamos o “levantar-se” de todos na luta com os oprimidos, subjugados em relações subalternas expropriados de seus meios de produção e ambiências.

A multiplicidade de temas, problemas e abordagens permeiam cada um dos capítulos. O primeiro é do renomado professor Clifford Andrew Welch. Ele analisa com filigranas as produções acadêmicas que abordam diferentes temas no que tange aos Sem Terra. “O que é o MST?”, questiona o autor. Assim a partir de tal questão central, percorre analiticamente os trabalhos de pesquisa que se debruçam sobre o Movimento e sobre as narrativas dos Sem Terra. Num olhar atento, mostra os caminhos trilhados, as problematizações e as evidências dos estudos sobre o MST e os Sem Terra. O capítulo fornece um conjunto vasto de filigranas aos pesquisadores sobre os Sem Terra e o MST, ao captar em síntese os problemas, as abordagens e as conclusões dos autores. Concluí que, “Apesar de suas divergências, os autores das obras aqui consideradas certamente concordariam com a narrativa de Mézáros ao determinar que as mudanças

progressivas ‘só se tornarão reais na medida em que os trabalhadores rurais lutarem para torná-las’³.

Maria Celma Borges, no seu capítulo, tecido com a vivência e o cuidado esmerado de pesquisadora, centra-se “para o modo como a história rural pode contribuir na leitura do presente e como passado e contemporaneidade se inter-relacionam na dimensão da importância do campesinato na história do Brasil”. Na discussão das relações tecidas entre a militância, a direção e a base do MST” a autora, com rigor e propriedade sobre o assunto, analisa “a objetividade e a subjetividade das práticas camponesas, com o olhar para os dois primeiros assentamentos rurais conquistados pelo MST no Pontal do Paranapanema: o assentamento São Bento e o Che Guevara, ambos em Mirante do Paranapanema –SP, visando apresentar um retorno a um panorama dessas lutas pelos campos do Pontal no início do século XXI”. Em sintonia a metodologia, pontua questões “para o presente a fim de indagar o que permaneceu e/ou transformou-se no MST”, após o período de mais de uma década e meia de seu trabalho de doutorado.

No capítulo seguinte, Vagner José Moreira, problematiza a narrativa de uma militante sem-terra engajada politicamente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentamento Valmir Mota, Cascavel, Paraná (décadas de 2000 e 2010). O objetivo central do capítulo é “historiar a formação da identidade sem-terra a partir das reminiscências produzidas no diálogo estabelecido entre a entrevistada e os pesquisadores para a produção da fonte oral”. Como bem observa o autor, a preocupação “[...] não é a totalidade da história da luta pela reforma agrária no assentamento Valmir Mota”. O texto traduz-se numa análise primorosa sobre a história oral e os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, as memórias e a metodologia da história oral.

Já Douglas Menezes, mostra que a partir do final da década de 1970 e, principalmente com o início da Nova República, ocorreram diferentes formas de organização de movimentos sociais em defesa do direito à terra, tecido por meio de ocupações e a formação de acampamentos no Brasil. O capítulo interpreta ainda algumas experiências de sem-terra do MST, que formaram os movimentos de resistência organizada na luta e conquista da terra no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na região de fronteira entre Brasil e o Paraguai. O autor apresenta a historicidade da atuação dos movimentos, com destaque para as contradições entre os diferentes grupos sociais e os agentes do Estado. Os espaços e tempos transitados

³ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and The Politics of Land Reform*, p. 188.

nesse texto foram indissociáveis para a compreensão do *fazer-se* da resistência cotidiana.

No V capítulo, Ricardo Callegari, a partir de um título provocativo, “Vamos fazer, chega de discurso”, dos camponeses, problematiza como, mediante ao *enquadramento* imposto pela Ditadura Civil-militar, os camponeses criaram espaços sociais de organização política, para discutirem as contradições vividas. A partir dessa premissa as práticas políticas construídas pelos camponeses durante os anos de 1964 até 1985.

As transformações sociais de produção engendraram as oposições sindicais da década de 1980 e a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes e, após, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explica. Os enfrentamentos diretos durante a década de 1980, com a formação de oposições sindicais e ocupações de terra, evidenciam a necessidade de compreender como os camponeses interpretaram e se relacionaram com a “política moderna” do período. Este processo, não é mecânico (modernização criando a luta), como algumas interpretações o fazem, pontua o autor. Os camponeses viveram e interpretaram o processo de transformação produtiva no campo e se posicionaram/contrapuseram a ele.

Rose Elke Debiasi nos convida a uma reflexão basilar no que tange as transformações “na formação de militantes e a criação de um método de trabalho nas comunidades rurais, especialmente do(s) Nordeste(s), resultantes do trabalho político desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos anos de 1980 e 1990”.

A autora enfatiza “o protagonismo dos militantes migrantes”, cotejando uma multiplicidade de dimensões “desenvolvidas ou incorporadas, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras” do trabalho militante no Nordeste, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do MST” no âmbito nacional. Seu foco central é problematizar “as condições que oportunizaram a formação de lideranças com características peculiares e os (re)arranjos realizados nas comunidades sertanejas”. A autora explicita “a transformação operada em um formato de militância gestado no Sul do país”, durante os anos de 1980. E, ao mesmo tempo, evidencia “os aportes teóricos, sobretudo os de orientação marxista, a influência religiosa, as tensões e as expectativas de jovens que buscaram no MST um projeto de vida, trabalho e militância”.

Finalizando a obra o Capítulo “Os Rituais em Narrativas de Assentados Rurais”. Nele analiso as práticas político-religiosas e representações so-

ciais atribuídas a elas pelos trabalhadores e lideranças do MST, nos processos de luta pela terra. Essa questão central é discutida a partir da historicidade das representações, em suas linguagens e substrato material, nas relações sociais. A Mística, que se tece por meio de práticas rituais (encenações, gestos, palavras de ordem, romarias da terra, símbolos, poesias, cantos, entre outros), promove a coesão social, a solidariedade e o engajamento na luta pela terra e reforma agrária.

A mística pode tornar-se um importante meio crítico para a constituição política, para a autonomia dos sujeitos Sem Terra e a sua luta. Todavia, ela não deve ser trabalhada de forma isolada, pois a ciência, o conhecimento acadêmico da realidade e a produção de tecnologia são igualmente importantes para avançar na luta pela reforma agrária e para a sustentabilidade socioambiental. Para a feitura do texto, o diálogo com as narrativas gravadas, cadernos de formação produzidos pela CPT e MST constituem parte da documentação utilizada para uma narrativa que liga ‘pontos’ a partir de indícios e evidências materiais.

No seu conjunto, a presente obra evidencia que a história, entendida como relações e experiências compartilhadas e, não raras vezes conflitantes e contraditórias, não guardam simetria, tampouco suas interpretações acadêmicas, não obstante o rigor acadêmico exigir o texto acadêmico sem contradições internas, essa obra, por meio de seus capítulos aponta para a sensibilidade e o rigor do historiador(a).

Em suma, por oportuno, vale lembrar José Mujica, quando diz: “A vida é uma luta e é uma luta permanente, com avanços e retrocessos, não é o fim do mundo. Portanto, aprender com os erros cometidos e recomeçarmos deve ser permanente. (...). Não há derrota definitiva e nem triunfo definitivo”, há aprendizados nas vivências cotidianas pela Vida!

Davi F. Schreiner
Organizador

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO: uma historiografia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

*Clifford Andrew Welch*¹

Como muitos políticos, o ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva se identificava com os cidadãos ao se vestir como eles. Ele parecia ter prazer em vestir um cocar indígena ou se espremer em um capacete. Essas imagens se encaixam na mensagem populista desse homem notável, um homem que saiu da pobreza rural para se tornar líder do movimento sindical que desafiou a ditadura militar e ajudou a restaurar a democracia no Brasil. Mas em julho de 2003, quando Lula vestiu o boné vermelho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST em sua cabeça, o inferno começou. As edições subsequentes de quase todos os veículos de notícias do país apresentaram críticas alarmadas a esse ato fatídico. Palavras como “rebelde”, “revolucionário” e “irresponsável” caracterizaram a reação, com dezenas de repórteres enviados a campo para documentar os perigos que o MST representava para o país. A polêmica atingiu os Estados Unidos, onde as preocupações em Wall Street e em Washington ameaçavam minar a frágil classificação de crédito e *ranking* internacional do Brasil. Em 2004, o governo havia refinado cuidadosamente a maioria das críticas, apoiando o direito do MST de mobilizar e pressionar o governo enquanto, simultaneamente, investia em um esquema conflitante de desenvolvimento do agro-negócio.

O que é o MST? Contrastando com a imagem projetada pela imprensa brasileira, a maioria dos estudiosos o descreve como um movimento social institucionalizado de significado sem precedentes para o Brasil e o mundo, que não representa uma ameaça imediata para a sociedade. O popular historiador Eric Hobsbawm, outrora viajante frequente ao Brasil, validou o MST como “o movimento social mais ambicioso da América Latina

¹O capítulo é uma versão revisada, atualizada e traduzida do seguinte artigo: Welch, Cliff. "Movement Histories: A Preliminary Historiography of Brazil's Landless Laborers' Movement (MST)." *Latin American Research Review*. v. 41, n. 1, p. 198-210, 2008. Professor Associado de História, Universidade Federal de São Paulo. <cawelch@unifesp.br>

contemporânea”². Já o renomado jornalista Studs Terkel descreveu o MST como “cerca de um milhão de pessoas comuns lutando pelo direito de viver uma vida comum”³. Fundado em 1984, o MST luta por uma reforma agrária radical; isto é, intervenção estatal para reverter tendências históricas de concentração de terras, distribuição de boas terras agrícolas para trabalhadores necessitados e realocação de recursos para apoiar a agricultura familiar e cooperativa como fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais forte, mais democrática e justa.

Hoje, o MST possui uma adesão de quase 400.000 famílias – pelo menos 1,5 milhão de pessoas – e está presente em todos os estados brasileiros e mais de 700 dos 5.570 municípios do país. O MST mantém cerca de 100 cooperativas agrícolas nas áreas de produção, comercialização, crédito e assistência técnica. Forma grande parte de seus próprios técnicos, militantes e dirigentes. Conseguiu redirecionar fundos do governo para apoiá-la na administração de mais de 2.000 escolas públicas de ensino fundamental com mais de 200.000 alunos, no ensino de alfabetização básica para jovens e idosos assentados e com 2.000 alunos em cursos pós-secundários⁴. Em cerca de 40 anos, o MST se tornou uma organização vasta e variada, com planos de crescimento e diversificação.

Diversos analistas estrangeiros e nacionais vêm acompanhando o desenvolvimento do MST desde seus primeiros dias. Com variações metodológicas significativas, cada um dos livros consultados contribui para a história institucional do MST. Um dos primeiros livros a historicizar o MST é baseado em uma conversa de 1998 entre o coordenador nacional e fundador do MST, João Pedro Stédile, e o consultor do MST e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes⁵. A dissertação de doutorado de Fernandes, publicada em 2000, é outro a fazer o mesmo⁶. Um ano depois, o próprio MST publicou uma história ilustrada, com textos, fotografias, gráficos, entre outros, *A luta*

² HOBBSAWM, Eric. In: BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Cutting the Wire: The Story of the Landless Movement in Brazil**. London: Latin American Bureau, 2002, contracapa.

³ WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy. **To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil** (Oakland, CA: Food First Books, 2003), contracapa.

⁴ MST. **Quem somos**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

⁵ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil** (Petrópolis: Editora Vozes, 2000).

pela terra e o MST de Mitsue Morissawa⁷. Em 2002, Marta Harnecker, uma acadêmica e ativista chilena residente em Cuba, completou o primeiro estudo analítico do movimento em espanhol, e, em inglês, os jornalistas Sue Branford e Jan Rocha publicaram um relato narrativo da história do MST⁸. Em 2003, o historiador Angus Wright e a geógrafa Wendy Wolford se uniram para produzir uma história inovadora organizada em torno de temas como gênero e meio ambiente⁹. Em 2010, Miguel Carter organizou uma coleção original de artigos sobre o MST¹⁰. Procuramos incluir também algumas das diversas monografias sobre o MST publicadas neste século, cada uma com sua visão sobre os chamados antecedentes históricos do MST¹¹.

O ensaio segue uma abordagem cronológica para avaliar as múltiplas interpretações históricas fornecidas por esses estudos. Ou seja, anota na ordem o que cada um contribui para o nosso conhecimento sobre as origens, fundação, consolidação, organização e perspectivas do MST. Quase todos os autores historicizam o MST ao iniciar seus livros com um ou dois capítulos que pretendem documentar as raízes do movimento. Os capítulos subsequentes comentam a formação e consolidação do MST em escala nacional. Os capítulos restantes analisam as principais características do MST, como a prática de ocupação da terra, programas educacionais e estratégias de produção após a aquisição da terra. Os capítulos finais geralmente avaliam o movimento e comentam sobre suas perspectivas.

⁷ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001).

⁸ HARNECKER, Marta. **Sin tierra: construyendo movimiento social**. Madrid: Siglo XXI, 2002; e BRANFORD; ROCHA, **Cutting the Wire**.

⁹ WRIGHT; WOLFORD. **To Inherit the Earth**.

¹⁰ CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

¹¹ FANELLI, Luca. **La scelta della terra: studio di un insediamento rurale del Movimento Sem Terra in Brasile** (Torino: Silvio Zamorani Editore, 2002); ONDETTI, Gabriel. **Land, Protest and Politics: The Landless Movement and the Struggle for Agrarian Reform in Brazil**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008; WOLFORD, Wendy. **This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil**. DURHAM, NC: Duke University Press, 2010; MÉSZÁROS, George. **Social Movements, Law and The Politics of Land Reform: lessons from Brazil**. New York: Routledge, 2013; VERGARA-CAMUS, Leandro. **Land and Freedom: The MST, the Zapatistas and Peasant Alternatives to Neoliberalism**. London: Zed Books, 2014; SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016 e PAHNKE, Anthony. **Brazil's Long Revolution: Radical Achievements of the Landless Workers Movement**. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.

Origens

Cada um dos livros descreve o estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, como o berço do MST. Uma narrativa comum liga a ascensão do MST a mudanças dramáticas no setor primário, iniciadas pelas políticas agrícolas do regime militar que assumiu o poder em 1964. Comprometidos com o desenvolvimento nacional, os militares buscaram “modernizar” a produção agrícola. O Rio Grande do Sul foi um importante cenário para a introdução da produção mecanizada de soja. As estruturas de crédito e o clientelismo levaram à concentração de terras, forçando milhares de agricultores de pequenas e médias unidades de produção a abandonar a terra para dar lugar à soja e outras culturas de exportação. Os agricultores deslocados tinham três alternativas: viver nas cidades, em busca de trabalho em um mercado saturado; imigração para o Paraguai; ou migração para projetos de colonização subsidiados destinados a desenvolver áreas de fronteira nas regiões centro-oeste ou norte do Brasil, especialmente a pouco povoada bacia amazônica. Os gaúchos tentaram todas as estratégias, mas as cartas estavam contra eles.

O que muitos queriam mesmo era terra para plantar no Rio Grande do Sul. Inúmeras famílias, incentivadas pelos militares, invadiram a reserva indígena Nonoaí dos Kaingang, mas foram expulsas em decorrência de conflitos. Tentando decidir seu próximo passo, algumas famílias seguiram o conselho de Stédile – um economista, então trabalhando em um sindicato rural. Se organizaram e ocuparam uma fazenda improdutiva chamada Fazenda Macali. Essa ocupação de 1979 resultou na desapropriação da terra, incentivando várias ocupações de terras similares e manifestações públicas de trabalhadores sem-terra e simpatizantes entre 1980 e 1982.

Embora os livros ponham em consonância as condições estruturais e o contexto regional para o nascimento do MST, diferem na atenção dada às suas raízes nos movimentos sociais rurais históricos. Fernandes aborda a questão das raízes com o argumento mais radical. Ele diz que o MST deve ser visto como uma “luta histórica” no contexto de cinco séculos de uma “busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa” para e por trabalhadores rurais¹². Assim, *A formação do MST no Brasil* começa com um capítulo sobre as lutas rurais que o autor acredita ter contribuído para a eventual formação de um

¹² FERNANDES. *A formação do MST*, p. 25.

campesinato autoconsciente no Brasil. O sentido de continuidade expresso por Fernandes reaparece em Morissawa e Harnecker. Morissawa usa imagens e texto para argumentar que o MST é algo do mais alto estágio da luta camponesa contra o pano de fundo de uma longa e contínua história de resistência de escravos, índios e camponeses liderados por chefes, caciques e Messias bravos. Harnecker afirma que o MST “herdou uma longa luta pela terra” desde os primórdios da colonização portuguesa¹³.

Essa continuidade não é corroborada por todos os outros autores. Cada um menciona um ou outro dos movimentos descritos por Fernandes, mas estes são colocados explicitamente como “tradições inventadas”, heranças culturais regionais intencionalmente reavivadas como tal pelos militantes do MST para ajudar a organizar os trabalhadores sem-terra¹⁴. Por exemplo, Branford e Rocha descrevem como a organização do MST avançou lentamente no estado de Alagoas, “trabalhando dentro das tradições culturais do povo”¹⁵. Foi sensato, relatam as autoras, estimular a militância entre os sem-terra organizando uma peregrinação às ruínas de Palmares, cenário do século 17 da mais famosa comunidade de escravos em fuga do Brasil, que foi por um tempo liderada por um guerreiro chamado Zumbi. “As famílias homenagearam Zumbi, prometendo continuar sua luta”, escrevem os autores¹⁶. Wright e Wolford referem-se à história da resistência em uma seção de seis páginas do capítulo dois. Para eles, também, as lutas históricas têm sido utilizadas pelos militantes do MST para “contextualizar a luta contemporânea pela terra”¹⁷. Os militantes lembram a luta de Zumbi, eles argumentam, em parte para projetar uma imagem antirracista para ajudar a construir a união entre a população racialmente diversa do Brasil.

Stédile refere-se à lista de conflitos avaliada por Fernandes no contexto de uma discussão sobre referenciais históricos e teóricos para o MST. A educação camponesa tem mais sucesso, diz ele, quando são usados exemplos, em vez de teorias. Os detalhes das lutas históricas influenciaram a construção ideológica do movimento e de seus militantes, diz Stédile. Ele nega a maioria das conexões diretas ou explícitas, no entanto. Mesmo no caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que atuou no Rio

¹³ HARNECKER, *Sin-tierra*, p. 11.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

¹⁵ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p. 43.

¹⁶ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p. 43.

¹⁷ WRIGHT; Wolford. **To Inherit the Earth**, p. 124.

Grande do Sul aproximadamente entre 1960 e 1964, Stédile prioriza a mudança e não a continuidade. “O MST... não tem muito a ver com a memória histórica do Master”, diz ele¹⁸. Em vez de ver esses outros movimentos como raízes do MST, ele os vê como exemplos de lutas relacionadas a serem examinadas para lições.

Stédile argumenta que as raízes específicas do MST se encontram nas igrejas Católica e Luterana, que juntas formaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Nesse ponto, todos os autores concordam. Dedicada a aplicar a teologia da libertação aos problemas da população pobre rural, a CPT uniu padres pastores e leigos que trabalhavam em todo o país na questão do acesso e controle da terra. Muitas dessas pessoas foram fortes defensoras e partidárias constantes do MST desde o seu início.

Em sua monografia, a geógrafa Wendy Wolford faz questão de associar as histórias de origem do MST a indivíduos em lugares específicos. O livro centra-se no contraste das experiências do MST em dois assentamentos de reforma agrária, um em Pernambuco e outro em Santa Catarina. Wolford usa o cenário do sul do Brasil para caracterizar as tradições inventadas para apoiar a ideologia do MST. Muitos sulistas, diz Wolford, “ingressaram no MST porque precisavam de novas terras para manter a produção e a reprodução familiar”¹⁹. Também o fizeram porque estavam culturalmente “enraizados em fortes comunidades étnicas que valorizavam a produção agrícola”²⁰. Famílias extensas inteiras aderiram ao movimento. Ocupar terras para forçar o governo a criar um assentamento de reforma agrária logo se tornou uma tática básica do MST, em parte porque “‘ocupar’ era um método de colonização legitimado por gerações anteriores [desses fazendeiros do sul] que haviam criado casas fora da floresta”²¹. No Nordeste, entretanto, essas tradições não tinham raízes. No assentamento que Wolford estudou, a maioria dos colonos eram ex-cortadores de cana-de-açúcar. Eles resistiram à orientação do MST de plantar banana e criar peixes e, em vez disso, plantaram cana-de-açúcar. Quando a colheita falhou, eles culpavam o movimento e gradualmente abandonaram o assentamento.

Os autores tendem a diferir na ênfase que dão a outra origem do MST frequentemente citada: o movimento sindical rural brasileiro, especialmente o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), iniciado

¹⁸ STÉDILE, Fernandes. **Brava gente**, p. 17.

¹⁹ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56.

²⁰ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56.

²¹ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56-57.

pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) por volta de 1970. Sobre isso, Stédile é inequívoco: “O início da minha militância política foi nos sindicatos. Na época da ditadura militar, era o sindicato que fazia a luta pela reforma agrária”²². Fernandes mostra como alguns sindicatos ofereceram ajuda, sim, enquanto a oposição de outros forçava os sem-terra a formar organizações separadas que mais tarde se juntaram para formar o MST. O sentimento de frustração que alguns militantes tiveram com os sindicatos é enfatizado na interpretação de Wright e Wolford. Os livros de Harnecker e Branford e Rocha documentam, entretanto, que os líderes sindicais rurais constituíam mais de 80% dos delegados que participaram da fundação formal do MST em 1984.

Fundação

Em um estilo narrativo envolvente, Branford e Rocha abrem seu livro com a história do encontro que deu início a organização nacional do movimento dos sem-terra. Em 1982, Stédile e dez outros gaúchos se amontoaram em uma Kombi para se encontrar com cerca de 100 militantes sem-terra de estados vizinhos em uma remota igreja luterana. Muitos eram vítimas dos mesmos processos de deslocamento que os gaúchos sofreram, mas outros foram vítimas dos ambiciosos projetos de desenvolvimento energético da ditadura civil militar que danificaram rios e inundaram enormes zonas agrícolas, obrigando muitos a fugir. Branford e Rocha usam a reunião de 1982 para retratar a natureza semiclandestina do esforço de organização, adicionando uma certa tensão à história. Em seu esforço para ser abrangente, Fernandes discute a própria reunião com mais detalhes e aborda uma série de reuniões organizacionais adicionais realizadas fora do Rio Grande do Sul ao longo dos próximos dois anos. De forma menos rigorosa, Stédile descreve o que extraiu de cada uma das reuniões regionais intermediárias que culminaram com a fundação do MST em Cascavel, Paraná, em 1984. Harnecker, Wright e Wolford desconsideram os encontros anteriores e começam com o encontro de Cascavel.

Em seu prefácio, Harnecker se apresenta como interessada em reconstruir o passado, mas sobre a questão da fundação do MST, seu livro fornece os relatos mais resumidos. Wright e Wolford, por outro lado, inserem um pano de fundo histórico onde parece conveniente para o que seria,

²² STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 29.

em muitos aspectos, um diário de viagem convincente do movimento em três regiões do Brasil, o sul, o nordeste e a Amazônia. Aprendemos com alguns dos outros livros, no entanto, como as várias reuniões contribuíram para a construção de novos relacionamentos regionais e forneceram percepções que, em última análise, se mostraram extremamente importantes para o sucesso e a longevidade do MST. Uma reunião de setembro de 1982 em Goiânia, Goiás, por exemplo, reuniu formalmente os sem-terra e o aparelho da CPT. Entre esse aparato estava o sociólogo brasileiro José de Souza Martins, a quem Stédile credita a inspiração da formação do MST como organização política de massas com presença nacional. (Nas décadas de 1970 e 1980, Martins trabalhou como consultor da CPT enquanto exercia suas funções como um dos professores mais prolíficos da Universidade de São Paulo). O grupo de Goiânia formou um comitê organizador nacional para avaliar a luta pela terra no país, contatar lideranças locais e planejar um encontro nacional.

O encontro de Cascavel com representantes unidos de movimentos de reforma agrária de treze estados produziu alguns mandatos que continuam a nortear o movimento e, como concordam todos os autores, debateu e acertou o nome do MST. Em resposta ao interrogatório de Fernandes, Stédile descreveu as discussões ideológicas que envolveram a decisão de adoção do nome. Incluía tanto um processo de eliminação quanto uma busca profunda por uma identidade que pudesse unir movimentos semelhantes de lugares tão diferentes.

Muitos dos livros descrevem com relativa consistência várias outras decisões cruciais alcançadas na reunião, incluindo uma presença nacional, autonomia de outras organizações, independência de partidos políticos, adesão aberta com ênfase especial em mulheres e famílias, uma estrutura organizacional participativa e democrática e uma perspectiva ideológica revolucionária e anticapitalista. Branford e Rocha conseguiram capturar o momento concluindo que, “Olhando para trás, hoje, é evidente que, se os participantes tivessem tomado uma decisão diferente sobre qualquer uma das questões-chave – e, na época, não estava claro qual era o melhor caminho a seguir em todas as questões – a dinâmica do movimento teria estagnado”²³.

²³ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p.24.

Consolidação

Em 1984, o regime militar estava em seu último ano e dezenas de reuniões populares em todo o país contribuíram para a organização do primeiro congresso nacional do MST. No início de 1985, cerca de 1.500 representantes de 23 estados participaram do congresso de Curitiba. Além dos agricultores, trabalhadores sem-terra e militantes do MST, os congressistas também vieram de organizações civis como a Ordem dos Advogados do Brasil, o movimento negro e o emergente novo sindicalismo, representado pela Central Única dos Trabalhadores. Com a presença do presidente do PT, Lula, o congresso sinalizou o amplo alcance do MST e o peso que seria dado à construção de alianças. Também participaram representantes de movimentos camponeses de outros países da América Latina, renunciando a projeção global que o MST perseguiria nos anos 1990. Fernandes dá atenção detalhada ao evento, que também é destacado por Stédile, Branford e Rocha, e Harnecker. Wright e Wolford, preferindo uma abordagem de base, apenas mencionam de passagem o congresso.

Com efeito, a história do MST não se reduz a reuniões, mas esses primeiros encontros merecem atenção especial porque estabeleceram a estrutura básica e os princípios norteadores do movimento. Em *Brava Gente*, Stédile mostra perspicaz sobre a lógica interna das reuniões, pelo menos do ponto de vista do autor. O livro de Fernandes é útil porque inclui listas de participantes e grandes segmentos das plataformas de conclusão. Branford e Rocha fornecem um resumo vívido das reuniões como eventos e momentos decisivos. No caso do congresso, recorrem ao livro de Stédile em busca de várias ideias, sendo a principal delas a preocupação dos organizadores em desenvolver uma abordagem de ação direta para a reforma agrária e não se tornarem dependentes do novo governo civil, apesar da pressão de alguns aliados para simplesmente apoiar o governo e seguir sua liderança. Essa foi uma decisão crucial, enfatiza Harnecker, já que o novo presidente logo revelou sua oposição, trabalhando nos bastidores para destruir o plano nacional de reforma agrária de seu governo. Antecipando problemas, os delegados do primeiro congresso cunharam a frase “sem reforma agrária não há democracia”, como relata Fernandes²⁴.

Fernandes usa os congressos nacionais como periodização, organizando seus capítulos em blocos de cinco anos. Esta é mais uma

²⁴ FERNANDES. *A formação do MST*, p. 90.

demonstração de que seu relato permanece leal ao movimento. Embora o livro inclua análise e aplique a disciplina de geografia de maneiras inovadoras, ele chega perto de ser uma publicação do MST. Para escrever sobre a consolidação do MST nos anos que se seguiram a cada congresso, Fernandes contou com três importantes fontes primárias. Uma é história oral. Ele viajou a quase todas as sedes estaduais do MST para entrevistar militantes do movimento e estruturou seus capítulos em torno de breves relatórios de cada estado ou região. Assim, ele era um observador ocular da situação do movimento no final dos anos 1990. A terceira fonte primeira está encontrada nos manifestos de cada congresso. Os congressos estabeleceram uma “palavra de ordem” – em 1990 era “ocupar, resistir e produzir”; em 1995, era “reforma agrária, uma luta de todos” – e Fernandes conta o que militantes lhe contaram sobre a implementação dessas ordens.

A palavra de ordem emanada do primeiro congresso do MST que teve mais ressonância para a consolidação do movimento foi: “ocupação é a única solução”. A frase confirmou a falta de confiança dos participantes no apoio do governo à reforma agrária. Também destacou a abordagem de ação direta que unia os movimentos díspares em Curitiba. Através da ocupação de terras improdutivas, a família *sem-terra* poderia se tornar uma família *com-terra*. Embora isso seja óbvio, os autores relatam como a ocupação de terras tornou-se significativa para o movimento também de outras maneiras. Em circunstâncias ideais, o processo de construção do movimento começou com reuniões de conscientização com os pobres sobre a injustiça da sociedade brasileira e o papel da concentração de terras na solidificação da desigualdade. Os organizadores introduziram a ocupação da terra como um ato coletivo que poderia começar a resolver esses problemas, como uma ação que constrói solidariedade e contribui para uma identidade *sem-terra* entre os participantes. Ironicamente, enquanto o objetivo do MST era a distribuição de terras, os líderes queriam que os membros preservassem uma identidade *sem-terra* até que a reforma agrária se exaurisse como uma solução para a profunda miséria dos brasileiros. De fato, a maioria dos assentados não se tornaram proprietários e sim possuidores de um contrato de concessão de uso permanente da terra. A terra continuou como propriedade do estado onde esteve localizado.

Harnecker dedicou seu segundo capítulo à ocupação de terras, resumindo um procedimento de sete etapas que leva a uma ocupação bem-sucedida. Para ela, a ocupação é como uma greve, uma forma de pressionar para negociar a distribuição de terras. Em *Brava Gente*, Stédile explica

como as ocupações foram significativas para o nascimento e a existência do MST. Wright e Wolford também apontam para a centralidade da ocupação para o MST, fornecendo um contexto jurídico comparativo para eles. Isso parece ter o objetivo de convencer estudantes de graduação céticos, perplexos com os argumentos da economia moral, de que as ocupações no MST são uma forma legítima de protesto. “The Occupation” é o título do quarto capítulo de Branford e Rocha. Elas apresentam várias histórias pessoais sobre o poder transformador das ocupações ao escrever que “para o MST o ato de ocupação de terras... é o pilar de seu movimento”²⁵. O processo de ocupação de terras inspira o livro de Fernandes. A ocupação é fundamental para o conceito de “socioterritorialização” que utiliza para analisar a consolidação nacional do MST. Em seu livro *Social Movements, Law and The Politics of Land Reform*, o estudioso do direito George Mészáros enfatiza a importância das ocupações, que descreve como atos “extrajudiciais”, para pressionar o sistema judiciário a lidar com o mandato constitucional de implementação da reforma agrária.

Para Ondetti, cientista político, 1985 marcou o início de um período de crescimento e consolidação do movimento. Como o MST foi apenas um dos muitos movimentos sociais que se formaram à sombra da ditadura, Ondetti procura explicar sua persistência quando tantos outros grupos se dispersaram. Sua durabilidade não é explicada por decisões relacionadas ao seu relacionamento com outros grupos, como aquelas fortemente ponderadas por Branford e Rocha (2002). Ondetti também não dá crédito às ordens dos congressos pela longevidade do MST. Ondetti associa o sucesso da consolidação do MST a causas estruturais. Para explicar isso, Ondetti debruça-se sobre uma leitura inovadora da teoria da ação coletiva de Mansur Olson de 1965. De acordo com Olson, e em contraste com a teoria da luta de classes de Marx, é irracional e não natural que pessoas com interesses comuns se unam em uma causa comum. A maioria vê pouco benefício na ação coletiva, uma vez que o “bem público” que pode resultar disso, como por exemplo a redução de horas de uma jornada de trabalho, estará disponível para todos, quer tenham se mobilizado ou não. Assim, a maioria das pessoas não participa ativamente, mas “pega carona”, argumenta Olson²⁶.

Ondetti inverte a lógica de Olson para argumentar que o MST prosperou no período pós-ditadura lutando por bens privados e não públicos.

²⁵ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p.65.

²⁶ OLSON, Mansur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965, p. 2

Para aqueles que seguem o movimento dos sem-terra, o argumento de Ondetti chega como um *insight* provocador. Por um lado, o MST defende a reforma agrária como um bem público. Por meio da reforma agrária, a concentração de terras será reduzida, permitindo aos brasileiros finalmente eradicar o poder concentrado e abrir o campo para a verdadeira democracia. Libertados da opressão de grandes proprietários de terras e monopolistas gananciosos, especulam os teóricos do movimento, os brasileiros apoiarão naturalmente o socialismo. Mas, como Ondetti observa, sucessivos governos civis interpretaram a reforma agrária não como um benefício público, mas como um benefício privado ou esmola. A terra é distribuída para aqueles que lutam por ela por meio de ocupações e eles podem negociar o uso da terra em seus lotes como se fossem de fato *rentistas*. Assim, argumenta Ondetti, o que manteve o movimento vivo no período pós-ditadura não foi seu caráter coletivista, mas individualista. As pessoas se tornam militantes públicos para estabelecer sítios privados.

Independentemente da abordagem, os livros concordam que o movimento realmente decolou em 1996, mais de dez anos após sua fundação. No dia 17 de abril, na região de Eldorado dos Carajás, no estado amazônico do Pará, a Polícia Militar assassinou 19 militantes. Stédile chamou o massacre de uma das “maneiras [...] involuntárias” que atraiu o apoio público ao movimento e obrigou o governo a dar maior prioridade à reforma agrária²⁷. Os gráficos de barras reproduzidos por Fernandes a partir de fontes da CPT mostram como o número de ocupações e famílias envolvidas mais do que duplicou neste contexto, saltando de 146 ocupações em 1995 para 398 em 1996, envolvendo um aumento de 30.476 para 62.880 famílias participantes. Wright e Wolford contextualizam o evento e comentam a ironia de como milhares de assassinatos anteriores de militantes “nunca conseguiram despertar seriamente a consciência nacional como El Dorado dos Carajás”²⁸. Assim como os autores de *To Inherit the Earth*, Branford e Rocha dedicam um capítulo às lutas na Amazônia e usam o massacre como ponto de partida, oferecendo o relato mais detalhado do próprio evento, suas consequências e implicações. As pesquisas realizadas após o massacre mostraram um crescente apoio público à reforma agrária e classificaram o MST como a quinta instituição mais conceituada do país²⁹.

²⁷ STÉDILE, Fernandes. **Brava gente**, p. 143.

²⁸ WRIGHT, Wolford. **To Inherit the Earth**, p. 209.

²⁹ COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**. v.9, n. 1, p. 49-104, 2002.

Organização

A popularidade do MST atingiu o pico em 1997 com uma marcha de protesto pelo país que trouxe milhares de pessoas a Brasília no aniversário do massacre de Carajás. Mas esse aparente sucesso inspirou uma reação negativa por parte das classes proprietárias de terras e do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme narram os livros, os proprietários de terras organizaram grupos armados para defender seus supostos direitos de propriedade, enquanto o governo buscava isolar o MST com uma estratégia ágil de divisão e dominação. Por um lado, o governo promoveu agressivamente projetos de distribuição e assentamento de terras com uma série de grupos, isolando o MST e criminalizando a tática de ocupação de terras. Aos olhos do *mainstream*, o governo Cardoso redistribuiu mais terras e assentou mais famílias do que qualquer outro na história³⁰. Para militantes e simpatizantes do MST, no entanto, o final dos anos 1990 trouxe pouco mais do que tempos difíceis. Os autores estão divididos em suas explicações de como e por que o MST sobreviveu a esse período, mas unidos em enfatizar a agilidade organizacional única do movimento.

Raro é o “movimento” que dura décadas, como fez o MST. Os movimentos vêm e vão, mas não, ao que parece, o MST. Stédile comenta que a durabilidade organizacional pode ser a “grande contribuição histórica” do MST³¹. O segredo para Stédile tem sido a capacidade do MST de equilibrar a prática do movimento de massa com uma estrutura organizacional flexível e apartidária, um movimento institucionalizado, ao mesmo tempo político e apolítico. Ele avisa companheiros de viagem: “Vocês não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos”³². Esses princípios envolvem a devolução de poder a inúmeros coletivos existentes em “instâncias” local, regional, estadual e nacional, como Fernandes relata em detalhes³³. Com títulos flutuantes, o MST está inundado de “secretarias”, “setores”, “coletivos” e “frentes” de produção, comunicação, educação, gênero, saúde, relações internacionais e assim por diante. As reuniões periódicas nacionais e estaduais auxiliam na coordenação das atividades desses órgãos. A história mostra que a estrutura funciona e que seu caráter impessoal e descentralizado tem

³⁰ MARTINS, José de Souza. 2003. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, v.15, n. 2, p. 141-175, nov., 2003.

³¹ STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 81.

³² STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 82.

³³ FERNANDES. **A formação do MST**, p. 245-256.

ajudado o movimento a enfrentar enormes desafios, desde o assassinato de importantes militantes até a perseguição pelo governo.

Harnecker dedica a maior parte de seu livro a questões organizacionais. Lendo sua admirável análise da dedicação do MST à liderança coletiva, democracia participativa e autonomia financeira, devemos nos perguntar se ela estava pensando na Cuba de Castro, no Chile de Allende ou em ambos, enquanto escrevia *Sin Tierra*. Fernandes mapeia a disseminação dos assentamentos vinculados ao MST como forma de demonstrar a formação e consolidação nacional do movimento em contraposição acerca de outros 70 grupos organizados na década de 1990. Branford e Rocha incluem um capítulo sobre os assentamentos e outros sobre os projetos de educação e produção verde do movimento.

Wright e Wolford, em contraste, usam os assentamentos que visitaram como ponto de partida para suas análises do MST. Com uma abordagem de estudo de caso, *La scelta della terra*, de Luca Fanelli examina um único assentamento no Paraná para avaliar a experiência fascinante e, em última análise, problemática do movimento com a coletivização, *al modelo cubano*. De ambos os livros, obtém-se uma noção maravilhosa de lugar, uma noção de terra e seu valor para os camponeses. No assentamento Palmares II, na Amazônia, Wright e Wolford encontram vários ocupantes, contam suas experiências e fazem observações. “Todos com quem falamos, mesmo aqueles que estavam infelizes de alguma forma, concordaram que produzir comida suficiente para a família era fácil”, relatam³⁴. O MST deu grande ênfase à organização do assentamento e ajudou a melhorar a qualidade de vida e a produtividade, mas alguns rejeitaram as pressões do movimento para viver em vilas – onde os teóricos do movimento argumentaram que a consciência de classe poderia ser mantida viva – em vez de espalhar-se por seus lotes individuais, onde muitos realmente preferiam viver. Fanelli documenta a tensão entre ideais coletivistas e desejos individuais em seu relato detalhado do assentamento Santa Maria em Paracity. A abordagem coletivista da produção, que enfatizava a participação igualitária e a obtenção de lucros, não agradava à maioria dos camponeses e, portanto, foi abandonada como modelo nacional. A resistência camponesa dentro do movimento ensinou aos coordenadores nacionais que “as formas [de produção] não podem ser rígidas, devem ser variáveis”, escreve Stédile. E con-

³⁴ WRIGHT; Wolford. **To Inherit the Earth**, p. 244.

tinua, “Aprendemos que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis”³⁵.

O livro de Davi Felix Schreiner (2016), chega a conclusões similares. Com base em sua tese de doutorado, Schreiner elabora um estudo de caso comparativo que examina de perto o cotidiano dos camponeses paranaenses, focando em famílias de dois assentamentos do MST e centenas de outras famílias deslocadas por um projeto hidrelétrico e reassentadas de forma descentralizada em vários municípios. Enquanto o uso cooperativo da terra e o trabalho eram pregados pelos líderes do MST como uma forma utópica de organização, a maioria dos assentados preferia cuidar de lotes individuais. Schreiner descobriu que a pressão usada para estimular a participação no modelo de coletivização saiu pela culatra por alienar assentados não conformistas. Ironicamente, a cooperação forçada contradiz os ideais democráticos e entra em conflito com a capacidade da maioria de buscar livremente seus objetivos³⁶.

Mészáros lembra brevemente aos leitores as características únicas da questão agrária brasileira. Por um lado, uma longa tradição histórica de concentração de terras que consolidou o poder de um grupo relativamente pequeno de proprietários, industriais e financistas – os *ruralistas* – que exercem enorme influência. Por outro lado, uma história de militância entre camponeses, trabalhadores, soldados, intelectuais, nacionalistas e padres conseguiu elevar as leis de reforma agrária, de modo que a constituição federal de 1988 incluiu artigos que especificam a responsabilidade do governo de implementar a reforma agrária. Eles obrigam o Estado-nação a desapropriar terras para fins de reforma agrária (ou seja, redistribuir terras aos sem-terra) se essas propriedades forem consideradas deficientes em termos de “função social” e “produtividade”, condições que a constituição define de acordo com critérios específicos. Obviamente, cada palavra, frase e pontuação estão abertas a interpretação. Em seu livro, Mészáros analisa o conflito em torno dessas interpretações, do campo ao tribunal.

Em cinco capítulos sucintos, Mészáros tira “lições do Brasil” sobre a possível influência das lutas dos trabalhadores na jurisprudência e vice-versa. Longe do “construcionismo estrito” dos reacionários, que acreditam que os juízes devem buscar aplicar a lei de maneiras que respeitem a “intenção original” dos legisladores, e diferente dos anarquistas, que veem a lei como

³⁵ STÉDILE; Fernandes. *Brava gente*, p. 100-101.

³⁶ SCHREINER, Davi. F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016.

um baluarte do status quo, Mészáros enfatiza “os processos e ligações entre política, lei e sociedade, em vez da operação de qualquer” fator único na análise de como um poderoso movimento social passou a usar táticas não violentas e as regras existentes para mudar uma nação. Ele observa como o MST se tornou “politicamente restrito” (p. 20) após não conseguir atingir seu objetivo de reforma agrária redistributiva durante mais de um quarto de século de luta e questiona o que a “relação do MST com as instituições e processos jurídicos” (p. 21) pode revelar sobre este resultado³⁷.

Embora ele enfatize a importância de “fatores extrajudiciais” – “mais notavelmente personificados por poderosos interesses fundiários”³⁸ – para travar o avanço da reforma agrária, o progresso que foi alcançado deve seu sucesso a ocupações de terra “chocantes” e a ações extrajudiciais promovidas pelo MST. Destaca-se a partir do estudo a percepção da organização sobre a importância do direito na legitimação da mudança transformadora, no avanço dessa mudança. Se todas as terras improdutivas e socialmente disfuncionais, privadas ou públicas, fossem realmente desapropriadas e distribuídas aos sem-terra, o Brasil seria um país radicalmente diferente, alguns passos no caminho para o socialismo, como os militantes do MST o imaginam. O fato de esses termos estarem embutidos na constituição federal realmente levanta a questão de como e quando a lei será implementada, um salto em relação ao passado recente, quando a reforma agrária era vista como um complô soviético para rebaixar o capitalismo ou um eufemismo para modernização conservadora. Esta última forma, prevalente em todas as Américas desde pelo menos a Revolução Cubana, favoreceu o desenvolvimento e uso de insumos tecnológicos pelos grandes fazendeiros e latifundiários existentes, estimulando a concentração de terras, o despejo de camponeses e a remoção forçada de populações indígenas.

Apesar dos altos e baixos da luta pela terra, Mészáros relata que a luta extrajudicial pela terra produziu uma “contra-corrente ao conservadorismo judicial” no Brasil³⁹. Ele registrou inúmeras respostas favoráveis ao ativismo judiciário, provocadas pela luta para implementar o conteúdo do direito constitucional, mesmo que isso significasse rejeitar uma interpretação mais literal da letra da lei. A mobilização dos sem-terra para a ocupação de uma grande propriedade pode ser vista como um ato criminoso ou de desobediência civil que chama a atenção para formas muito piores de práti-

³⁷ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p.4, 20-21.

³⁸ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 179.

³⁹ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 185.

cas ilegais, como a falsificação de títulos de propriedade por parte dos ruralistas, destruição do meio ambiente ou o ato de forçar homens e mulheres a trabalhar contra vontade em situações análogas à escravidão. Apesar da crescente aceitação de opiniões mais contextualizadas e menos técnicas entre o judiciário, Mézáros expressa pouca confiança na vontade do estabelecimento legal de conduzir a política de reforma agrária, vendo-a como reativa em vez de proativa. Assim, ele dá “mais importância ao significado da pressão dos movimentos sociais como fonte de mudança legal”⁴⁰. Aí reside a importância da longevidade organizacional do MST.

Perspectivas

Talvez a questão mais importante que os autores avaliam seja, se o MST tem conseguido fazer da reforma agrária a questão política, até mesmo revolucionária, que muitos pensam que deve ser para que transformação radical aconteça. Os autores questionam se o MST tem potencial para mover a questão de uma dimensão social (reforma agrária como uma forma de melhorar, mas não acabar com a pobreza) para uma dimensão política (reforma agrária como um caminho para socialismo). A importante distinção entre reforma agrária como um problema social ou político foi examinada sistematicamente pelo sociólogo Martins⁴¹. Ele elogiou o MST não como uma organização revolucionária, mas como “o mais consequente de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil”⁴². Em outras palavras, ajuda a resolver o problema social de uma parcela da enorme população marginalizada do Brasil, ajudando sua integração à sociedade capitalista. Os primeiros historiadores do MST discordam dessa questão, alguns apoiando Martins, outros endossando a autoimagem revolucionária da organização.

Como fundador e porta-voz mais durável do movimento, Stédile oferece uma espécie de avaliação oficial. Respondendo a uma série de perguntas de Fernandes, Stédile diverge de Martins em vários pontos cruciais

⁴⁰ MÉZÁROS. **Social Movements, Law and the Politics of Land Reform**, p. 187.

⁴¹ MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989; *A questão agrária e o papel do MST*. In: **A reforma agrária e a luta do MST**, organizadores Stédile, João Pedro; Frei Sérgio, 11-76. Petrópolis: Editora Vozes, 1997; **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**, 2. ed.. São Paulo: Editora Hucitec, 1999; **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

⁴² MARTINS, **A questão agrária e o papel do MST**, p. 59-60.

sem usar a palavra “revolucionário” ou denunciar o capitalismo. O MST apoia a reforma no sentido social, diz Stédile, mas a vê apenas como a mais básica das etapas de um processo transformativo mais amplo. O objetivo estratégico do MST é acabar com os problemas estruturais rurais que contribuem para a pobreza e a desigualdade social. Para isso, o primeiro passo é desmembrar grandes propriedades e redistribuir suas terras “entre todas as famílias sem-terra”, o segundo é facilitar o acesso ao capital e o terceiro, facilitar o acesso à educação⁴³. De uma perspectiva pragmática, isso não pode ser alcançado opondo-se abertamente ao capitalismo e apoiando o socialismo, mas apenas organizando “milhões de pobres do meio rural para que lutem pela solução de seus problemas”. A etapa da distribuição de terras está alinhada com a política social do governo, mas o MST deve lutar para expandir a reforma agrária de modo que os colonos contribuam para “um acúmulo de campos para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla”⁴⁴. Assim, *Brava Gente* defende o argumento de que o MST tem uma ampla missão política de alterar radicalmente as relações de propriedade e, portanto, as relações sociais no Brasil.

Como defensores, Fernandes e Morissawa oferecem um grito de guerra para leitores que provavelmente não são camponeses nem mediadores externos. O tema resumido para ambos é “a luta contínua”. Esses autores veem o MST não como o último, mas como a forma organizacional mais recente que o campesinato assumiu para resistir à extinção, fim previsto há séculos por pensadores de esquerda, direita e centro. Fernandes reforça o argumento de Martins que caracteriza o movimento como importante meio de integração econômica para a população rural pobre. Mas ele acrescenta a essa hipótese o argumento de que o movimento cria e recria o campesinato no Brasil e que a inserção camponesa na economia capitalista é contra-hegemônica porque o modo de produção camponês é essencialmente não capitalista. A exploração do trabalho da família camponesa e sua maior preocupação com a reprodução da família e da terra familiar afastam o campesinato das leis de mercado esperadas. Não limitados pelos imperativos do mercado, eles são livres para construir comunidades alternativas. Da mesma forma, quando Leandro Vergara-Camus, em seu estudo comparativo do MST e os Zapatistas de México, questiona se o movimento brasileiro efetivamente usa “as contradições dentro do estado capitalista para ocupar espaços institucionais e pressionar por políticas que reforcem as lu-

⁴³ STÉDILE, Fernandes. *Brava gente*, p. 160-162.

⁴⁴ STÉDILE; Fernandes. *Brava gente*, p. 163.

tas populares sem serem cooptadas”, ele descobre que sua “política pragmática cedeu a resultados de curto prazo”⁴⁵. Harnecker compartilha essas avaliações, descrevendo o MST como um movimento de justiça social habilmente elaborado. Ele usa o marxismo para avaliar o capitalismo, enfrentá-lo e construir sistemas sustentáveis de combate à pobreza. A base da nova sociedade não é um grande sonho socialista, escreve Harnecker, mas famílias onde o patriarcado é banido pelo empoderamento das mulheres. Para esses autores, então, o MST não é uma organização reformista ou revolucionária, mas um movimento de resistência.

Uma ênfase na política de transformação pessoal resume bem a avaliação final fornecida por Wright e Wolford. O MST é uma organização pragmática, eles argumentam, e a experiência ensinou militantes a desconfiar de teorias de mudanças rápidas e dramáticas e a endossar um conjunto eclético de ideias que se estendem de Mao a Gandhi e a Chomsky, com referências brasileiras como o educador Paulo Freire. Mas os autores fecham o círculo: nenhuma dessas limitações nas perspectivas revolucionárias da organização a impede de ter um impacto dramático na vida das pessoas. “Apenas fazer essas coisas”, eles escrevem, “coisas que podemos não dar o devido valor (como ter dinheiro para comprar um eletrodoméstico ou um novo par de sapatos), deve ser visto como revolucionário, dado a origem da maioria dessas pessoas”⁴⁶.

Branford e Rocha terminam seu livro colocando o MST em uma perspectiva histórica comparada com os *Diggers* ingleses, pequenos agricultores populistas norte-americanos, revolucionários mexicanos e ligas camponesas italianas. As autoras rejeitam o pessimismo de Martins sobre a capacidade do movimento de buscar mudanças revolucionárias. “A esperança do movimento”, observam, “é criar uma aliança de ‘brasileiros excluídos’, rurais e urbanos, que defendem mudanças radicais”⁴⁷. Em sua conclusão, elas elevam o MST de seu contexto nacional para o contexto internacional do movimento antiglobalização de base ampla, onde veem potencial para uma reversão revolucionária da Revolução Verde, recentemente reenergizada pela engenharia genética e regras comerciais relaxadas. “O MST está

⁴⁵ VERGARA-CAMUS. **Land and Freedom**, p. 220 e 286. Em seu livro sobre as conquistas do MST frente as políticas públicas de educação, Rebecca Tarlau reforça o argumento de Vergara-Camus. Veja TARLAU, R. **Occupying Schools, Occupying Land: How the Landless Workers Movement Transformed Brazilian Education**. Londres: Oxford University Press, 2019.

⁴⁶ WRIGHT; WOLFORD. **To Inherit the Earth**, p. 313.

⁴⁷ BRANFORD; ROCHA. **Cutting the Wire**, p.281.

bem colocado para se juntar a essa revolução global”, escrevem elas. “Como alguns sem-terra estão percebendo, seu futuro não é como comunidades camponesas economicamente inviáveis que vivem em um túnel do tempo, mas como comunidades verdes modernas e sustentáveis”⁴⁸. Elas admitem ser idealistas, mas afirmam acreditar no potencial do MST para se reinventar e desempenhar um papel no realinhamento não só do Brasil, mas também da economia global.

Ironicamente, o livro recentemente organizado pelo Miguel Carter é talvez o mais datado do grupo, pois quase todos os artigos transmitem o tom positivo dos primeiros anos da presidência de Lula. Mas a versão em inglês do livro, publicado em 2015 pela Duke University Press, inclui um epílogo escrito pelo próprio Carter, “Broken Promise: The Land Reform Debacle Under the PT Governments”. Neste capítulo, encontra-se material de referência tão recente quanto 2013 e gráficos de apoio que mostram uma queda acentuada nas famílias assentadas e propriedades desapropriadas desde 2007. Esses números representam visualmente a forma como o PT deu as costas ao seu apoio histórico à reforma agrária radical, diminuindo as possibilidades de mudanças transformadoras.

Ao analisar a relação entre o MST e o estado, Carter enfoca a decisão do PT de se aliar ao agronegócio e minimizar seu compromisso com a reforma agrária. Durante a campanha de 2002, o PT fez alianças para garantir a vitória que o associavam a “transformação do Brasil em uma potência mundial da agricultura e agrocombustível”⁴⁹. Entre 2003 e 2012, o governo do PT concedeu a organizações do agronegócio, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apoio financeiro 21 vezes maior do que o despendido em “projetos do MST em educação, cooperativas, direitos humanos e saúde”⁵⁰. A reforma agrária foi deixada de lado até desaparecer completamente da terceira campanha bem-sucedida do PT à presidência em 2010. Segundo Carter, militantes do MST ficaram perplexos e decepcionados com o cenário, mas também frustrados. Embora o MST continuasse liderando ocupações de terras e outras formas de desobediência civil, sua frequência e intensidade diminuíram.

⁴⁸ BRANFORD; ROCHA. **Cutting the Wire**, p.282.

⁴⁹ CARTER, Miguel. *Broken Promise: The Land Reform Debacle Under the PT Governments. In: Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement and Agrarian Reform in Brazil*, p. 417. Miguel Carter, org. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

⁵⁰ CARTER. **Broken Promise**, p. 415-416.

As políticas do PT produziram temporariamente uma economia forte. O pagamento da Bolsa Família aos brasileiros mais pobres e o congelamento do processo de estabelecimento de assentamentos de reforma agrária ajudaram a reduzir o número de pessoas dispostas a participar de ocupações. Nesse ínterim, proprietários rurais, políticos e a grande mídia trabalharam vigorosamente para voltar a opinião pública contra a reforma agrária, alegando que ela só pioraria a desigualdade e a pobreza. Eles defenderam os modelos do “agronegócio” como forma de avançar na modernização e na salvação do Brasil; isto é, como a fonte de divisas que permitiria ao país saldar inteiramente sua dívida externa. Essa narrativa girou em torno de uma representação imaginária do agronegócio que se mostrou extremamente potente.

Apesar do declínio do MST, Carter argumenta que seu apoio à agricultura em pequena escala, produção local de alimentos e métodos sustentáveis serão eventualmente reconhecidos como racionais, dada a maior consciência da ameaça representada pelas mudanças climáticas e o enorme papel da agricultura industrial no agravamento do aquecimento global. De acordo com Carter, “várias agências da ONU e o Banco Mundial (...) fizeram essencialmente os mesmos apelos do MST e da Via Campesina em apoio a uma mudança paradigmática da agricultura industrial em grande escala para agroecologia, agricultura familiar e maior soberania alimentar”⁵¹. Assim, Carter conclui com uma avaliação otimista das perspectivas do MST.

Brazil’s Long Revolution, livro de 2018 do cientista político Anthony Pahnke, é o mais recente publicado nesta historiografia. Baseia-se principalmente em suas pesquisas no Brasil de 2009 a 2011, com impressões do movimento construídas a partir de uma metodologia de observação participativa (Pahnke vem de uma família agrícola em Minnesota, onde participou do movimento de defesa de pequenos agricultores). Ele argumenta que o MST, como organização social e territorial, está engajado na “ação política revolucionária”. Este termo guarda-chuva consiste no que Pahnke chama de “contenção revolucionária” e “resistência revolucionária”⁵². Pahnke usa o exemplo do MST para argumentar que os movimentos sociais precisam ser levados a sério por seu conteúdo político, não apenas como atores da sociedade civil.

O título do livro sinaliza sua tese “revolucionária”. Mas, o conceito de uma “longa revolução” não é examinado nem explicado em contraste

⁵¹ CARTER. *Broken Promise*, p. 425.

⁵² PAHNKE. *Brazil’s Long Revolution*, p. 6.

com outro conceito encontrado no subtítulo do livro: “conquistas radicais”. Quem conhece o Brasil recordará que certas figuras históricas há muito buscam uma revolução brasileira, enquanto outras celebram a capacidade do país de evitá-la. Logo depois que líderes militares de direita se declararam revolucionários por derrubar o governo de um presidente de esquerda em 1964, um historiador conceituado – e ativista do Partido Comunista, Caio Prado Junior – publicou um livro intitulado *A Revolução Brasileira* (1966). Para Prado, uma revolução brasileira bem-sucedida teria que seguir o modelo da revolução cubana recentemente consolidada, transformando o campo através da eliminação da oligarquia rural e suas fazendas improdutivas, as relações internacionais por meio do rompimento com os Estados Unidos e a burguesia dependente das exportações por meio a construção de um mercado interno mais potente que o externo.

Sem citar os argumentos clássicos de Prado, Pahnke compara a revolução cubana às ações “revolucionárias” do MST. Ele vê paralelos entre os “longos períodos em que a transformação [foi] planejada e realizada” pelos revolucionários cubanos e a prolongada “resistência revolucionária” praticada pelo MST⁵³. Conforme Fidel Castro construiu seu movimento, por exemplo, ele fez referência a direitos sociais e políticos não cumpridos na constituição de Cuba de 1940, assim como o MST fez referência a direitos, como a “função social” da terra, conforme especificado nas constituições do Brasil de 1946 e 1988, para fundamentar sua luta pela mudança⁵⁴. Em Cuba, Castro usou a ocupação de terras como forma de resistência depois de lançar uma luta armada em 1956. Da mesma forma, argumenta Pahnke, o MST força o governo brasileiro a criar assentamentos de reforma agrária, ocupando propriedades privadas e terras públicas griladas. Como a Cuba de Castro, o MST sempre enfatizou a alfabetização e a educação nos territórios que controla. Ao prestar serviços públicos, como educação e saúde, o MST luta por políticas que tratem a população rural de forma equitativa e reconheçam a legitimidade dos acampamentos de ocupação de terras. Para compensar os serviços públicos defeituosos, o movimento oferece suas próprias formas de suporte técnico, segurança e cuidados de saúde, como Pahnke descobriu quando recebeu os primeiros socorros à base de ervas de uma equipe do MST. O autor afirma que esses paralelos mostram como a ação revolucionária se organiza “dentro, fora e por meio do Estado”⁵⁵.

⁵³ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 14.

⁵⁴ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 15.

⁵⁵ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 204.

Segundo documentos internos próprios, o MST é uma organização que “luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo”, mas não se identifica como um movimento revolucionário. Porém, se seus objetivos se tornassem política pública, contribuiriam muito para o tipo de revolução brasileira que Prado definiu. Uma das continuidades mais avassaladoras da história do Brasil é o domínio de grandes proprietários rurais. Eles exercem o poder desde a fundação da colônia no século XVI. O MST os visa com planos de “democratizar o acesso à terra” e outros recursos naturais. A concentração de terras no Brasil é extremamente alta, e o projeto do MST prevê a limitação do tamanho das propriedades. Eliminando o poder dessa classe e, ao mesmo tempo, liberando recursos naturais e protegendo os direitos dos trabalhadores, o programa do MST transformaria o Brasil de maneira dramática e profunda.

Conclusão

Embora a vida de milhares de indivíduos, como os antes sem-terra encontrados nos assentamentos por quase todos os autores aqui consultados, tenha mudado radicalmente, a situação fundiária no Brasil piorou desde a fundação do MST em 1984. Ainda que mais de 8.000 assentamentos de reforma agrária tenham sido criados desde aquela época e mais de um milhão de famílias tenham tido suas aspirações camponesas realizadas, a área controlada por grandes proprietários de terras e empresas corporativas, incluindo empresas estrangeiras, cresceu ainda mais. Esses resultados aparentemente contraditórios são produtos da expansão da fronteira agrícola do Brasil. Isso quer dizer que durante os últimos 50 anos, milhões de hectares de terras não desenvolvidas entraram em produção, a maior parte caindo nas mãos de grandes empresas agrícolas e pecuárias convencionais, em vez de movimentos sociais como o MST. Nesse ínterim, a maioria dos assentamentos de reforma agrária localizava-se em terras públicas, o que quase não representava nenhuma ameaça à classe dos proprietários. Por essas razões, mesmo os militantes do MST provavelmente se sentiriam confusos com o argumento central de Pahnke sobre a resistência revolucionária do MST. Diante da virada autoritária consolidada pela esmagadora vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, os líderes do MST acreditam que o Brasil retrocedeu pelo menos uma geração com tanta legislação regressiva aprovada e implementada pelos líderes reacionários dos ministérios do governo.

A reação veemente da mídia brasileira ao apoio simbólico de Lula ao MST em 2003 refletiu as preocupações da classe dominante sobre ameaças potenciais tanto quanto as atuais. Passados quase 40 anos, o MST passou a fazer parte do cenário sociopolítico brasileiro. A oposição a ele continua grande, mas sua resiliência se mostrou mais forte. Poucos podem duvidar de que a organização veio para ficar. É inquestionável que o movimento transformou a vida de centenas de milhares de brasileiros, capacitando-os a se erguer com confortos e esperanças há muito enterrados no lodo do desenvolvimento capitalista selvagem. Entretanto, há motivos para questionar o que é o MST agora e o que ele se tornará a curto e longo prazo. Sua relação com o governo Lula tendeu a consolidar seu papel como agência de serviço social da população rural pobre e dos pequenos agricultores. Apesar de suas divergências, os autores das obras aqui consideradas certamente concordariam com a narrativa de Mészáros ao determinar que as mudanças progressivas “só se tornarão reais na medida em que os trabalhadores rurais lutarem para torná-las”⁵⁶.

⁵⁶ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 188.



A HISTÓRIA RURAL e o MST no Pontal do Paranapanema-SP: o desejo do roçado do passado ao tempo presente...

Maria Celma Borges¹

Introdução

[...] sob a égide de interrogações radicais, que repõe contradições e dilemas [...] talvez a principal dessas contradições seja a relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói².

Logo na Introdução da tese³, defendida em 2004, vi a necessidade de discutir a presença física do historiador no tema, momento em que chamei a atenção para a minha história de vida⁴ e objeto de pesquisa, entrela-

¹ Profa. Titular do Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, e integrante, desde 2014, do programa INCT "História Social das Propriedades e direitos de Acesso" – Coordenação Geral: Prof^a. Dr^a. Marcia Maria Menendes Motta (UFF). E-mail: mariacelmaborges2017@gmail.com

² JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.63.

³ BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP. 2004. 384 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Unesp, Assis, 2004. Boa parte da tese, exceto a discussão que faço no item 1.3 deste texto (e outros itens que compunham o capítulo 4 da tese), foi publicada em: BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**: práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema-SP. São Paulo: Annablume, 2010.

⁴ Sou a 8^a. filha, caçula, de um casal de retirantes nordestinos de Ibicuíã, no Ceará, para São Paulo na década de 1950. Por esta história de vida, pude enxergar e viver desde muito cedo o constante e sofrido trabalho em terras alheias de meus pais, irmãos e irmãs, por olarias, fazendas e usinas, como arrendatários, boias-frias, e a vida de opressão e de itinerância de uma terra para outra até que conquistassem o seu pedaço de chão, por meio do MST, no assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio-SP, mas num tempo em que o “encontro tardio do homem com a terra”, como diz uma grande amiga e geógrafa, profa. Dra. Rosemeire Aparecida Almeida, fez com que nela pudessem permanecer por apenas seis anos, de 2000 a 2006. Nesse tempo, escrevi parte da tese de Doutorado nas idas para o assentamento Santa Zélia. Meu pai adoeceu em 2006, de Alzheimer, e tiveram que voltar para a cidade, mas para ele foram os seus melhores anos aqueles vividos na terra conquistada.

çados, a evidenciar o lugar de onde eu falava. Para tanto, utilizei autores que deram embasamento a discussão da impossibilidade de isenção de valores na análise do tema. Japiassu⁵ foi um deles ao ensinar que não há neutralidade na ciência, muito menos na escrita da história, e a produção científica é evada de questões do seu tempo. A objetivação para a análise implica exercício árduo, pois objetividade e subjetividade são partes de um mesmo processo. As contribuições desse filósofo foram base para que eu percebesse ser imprescindível explicitar de que modo a minha história se entrelaçava à história do MST.

Talvez, por esse laço umbilical com a terra, por ter vivida e enxergado, desde muito pequena, a luta de meus pais pelo acesso à terra pelos campos do Pontal do Paranapanema –SP, concordo com Paulo Freire quando afirma que a pedagogia do oprimido só pode ser feita por aqueles que conhecem a opressão, pois: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”⁶.

Em vista dessa história de vida, a escolha da questão agrária não foi aleatória. Bem por isto que desde a graduação em História, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a temática da terra me persegue e eu a persigo. No trabalho em sala de aula, desde 1997, na UFMS, com disciplinas como América portuguesa e Brasil Império, entre outras, também é possível estudar esse universo, especialmente no ensino e pesquisa sobre os roceiros, pobres e livres, povos originários e escravizados. Faz-se necessário essa busca no passado porque nos alimenta para o presente. Historicamente foram (e são) os povos da terra – escravizados, pobres e livres, povos originários, pequenos sitiantes, agregados, arrendatários, posseiros, camaradas, boias-frias, sem-terra, assentados, dentre outras categorias-, homens, mulheres e crianças, que, na labuta cotidiana na terra de trabalho e “morada da vida”, como ensinou Heredia⁷, quem defendeu a natureza com suas práticas centenárias.

⁵ JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.31.

⁷ HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.07)

Costa, ao discutir o que é o conhecimento na produção das ciências humanas, fornece indícios para esta percepção do estudo da história atrelado à emoção, observando que: “O conhecimento é uma mistura de razão e emoção, de rigor e poesia, das dimensões materiais e imaginárias. Nesse sentido, esses componentes não podem ser excluídos do entendimento do mundo de expropriação e criações desses trabalhadores”⁸. As considerações desta autora acenam para a complexidade no fazer-se da história rural, daquela que constituída por ambiguidades, como a própria formação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, deriva também do que os homens e mulheres em luta estabelecem num tempo em que se constrói a vida, seja no sítio ou lote ou mesmo nos espaços de organização política, como em movimentos sociais pelas ocupações de fazendas, pelas manifestações em praças, avenidas, frentes de agências bancárias, marchas, etc.

Em vista do objetivo deste texto, que é a narrativa de parte da história do MST no Pontal do Paranapanema entrelaçada à história rural do Brasil, na busca deste multicolorido de faces, pedaços de histórias, presentes na exposição de memórias, vão sendo recortados e apresentados quando da análise dos relatos dos assentados e militantes do MST, especialmente na reflexão do que significa ser “sem-terra”. Ao juntarem-se, na interpretação tecida pela historiadora, acredito compor um mosaico do que é ser o indivíduo em meio à terra do trabalho e, ao mesmo tempo, a compor o coletivo entre as práticas do Movimento. Por vezes, os pedaços se encontram, constituindo um todo colorido que dificulta a distinção das cores e dos retalhos. Nesta simbiose, partes se inter-relacionam compondo o coletivo, especialmente nos marcos de memórias⁹, daquelas histórias partilhadas que sublinharam as lutas nos diferentes tempos, do acampamento ao assentamento. Entrementes, também se dissolvem em meio ao olhar atento a per-

⁸ COSTA, Cléria Botelho. **Vozes da terra – Indaiá: “O porto das esperanças”, 1980-1990.** 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.149.

⁹ Entendo por marcos de memória acontecimentos que foram registrados, de forma comum e similar, em vários relatos dos assentados do Assentamento São Bento e Che Guevara, em Mirante do Paranapanema, sendo um dos focos da pesquisa de doutorado. Marcos de memória como a “queima de tratores” na fazenda Estrela D’Alva; a “matança de bois” em um dos acampamentos; o despejo da rodovia SP-613 que liga Teodoro Sampaio a Euclides da Cunha, quando da primeira ocupação de terras na fazenda Nova Pontal, a “ação motorizada” quando da ocupação e plantio em terras das fazendas, entre outros. (BORGES, Op. Cit, 2010)

ceber as cores variadas que evidenciam a subjetividade a compor cada retalho da colcha, pela memória individual.

Como se fosse um jogo de baralho em que, de início, as cartas parecem formar um todo coerente, para que se movimentem é preciso que se diluam, mas ainda se encontrem quem sabe para algumas conquistas, de modo dinâmico, ambíguo. Talvez o MST no Pontal do Paranapanema, e porque não na história do Brasil, seja mesmo este mosaico composto de indivíduos e do coletivo, em certos momentos amalgamados, mas de modo que a subjetividade não deixe de existir pela materialidade das condições objetivas.

São algumas dessas questões que abordarei a seguir, primeiro com o olhar para o modo como a história rural pode contribuir na leitura do presente e como passado e contemporaneidade se inter-relacionam na dimensão da importância do campesinato na história do Brasil. Na discussão das relações tecidas entre a militância, a direção e a base do MST, abordarei a objetividade e a subjetividade das práticas camponesas, com o olhar para os dois primeiros assentamentos rurais conquistados pelo MST no Pontal do Paranapanema: o assentamento São Bento e o Che Guevara, ambos em Mirante do Paranapanema –SP, visando apresentar um retorno a um panorama dessas lutas pelos campos do Pontal no início do século XXI. Por fim, objetiva-se, ainda que de forma breve, trazer as questões para o presente a fim de indagar o que permaneceu e/ou transformou-se no MST no decurso de dezesseis anos após o término da tese.

A História Rural e o MST: das roças de abastecimento interno à produção de alimentos

Algum dia, não sei quando, as futuras gerações vão participar da colheita. Mas esta colheita só vai existir se, hoje, houver quem plante. A semente é humilde; a palavra humilde tem a mesma raiz da palavra ‘humus’ – que em latim significa terra. Ser humilde é ter os pés na terra. E não é fácil na militância ter os pés na terra¹⁰.

A história do campesinato brasileiro, especialmente a dos pobres da terra, necessita ser reconstituída também a partir da história rural do Brasil, e contada, para que as violências do presente não deixem que seus escom-

¹⁰ BETTO, Frei. **Ética na militância**. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, Janeiro de 2002, p.01. (mimeografado).

bros, como diria Walter Benjamin¹¹, se apresentem de um modo a encobrir as experiências materializadas nos recuos e ganhos, nas perdas e conquistas. Os destroços que cotidianamente vem sendo apresentados a nós, na atualidade, desde as notícias veiculadas pela grande mídia impressa e televisiva - como a tentativa de criminalização dos movimentos sociais - às ações do governo federal no sentido de “deixar passar a boiada”¹² e, junto a ela, todos os direitos dos povos da terra, parecem querer dizer que há somente terra arrasada, mas ao reverso disso é possível visualizar uma paisagem outra que mostra a generosidade e a dimensão humana desses movimentos, como, por exemplo, nas ações do MST, no presente, quando da distribuição de alimentos produzidos nos acampamentos e assentamentos de ao menos dezessete Estados para tentar minimizar as violências oriundas desse contexto de pandemia, especialmente a fome.

A resiliência e a criatividade do MST, de homens, mulheres e crianças, de sua juventude, no uso, por exemplo, de novas tecnologias e canais de comunicação, como o *Facebook*, o *Instagram*, *Twitter*, etc, para dar continuidade às suas lutas, divulgá-las, é uma marca impressa no modo possível de cada dia (as vezes do impossível) e desenha outros traços que não somente a barbárie, cujos contornos estão plenos de vida. Mais do que nunca

¹¹ BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da História. In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

¹² Esta expressão “deixar passar a boiada” deriva de uma fala do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, do governo de Jair Bolsonaro, no dia 22 de abril de 2020, numa reunião ministerial. Referia-se o Ministro à necessidade de deixar passar a desregulamentação de leis de controle de terras da Amazônia, por exemplo, aproveitando os tempos da pandemia, já que os olhares da mídia estariam centrados na maior crise de saúde vivida no mundo, nos últimos tempos. Um mês após esta reunião, em meio a uma investigação do STF, especialmente sobre a denúncia do ex-ministro da Economia, Sérgio Moro, de que Bolsonaro tentaria interferir na Polícia Federal para favorecer a interesses particulares - por isto, conforme Moro, a sua exoneração do cargo de Ministro- em 22 de maio veio à tona o vídeo desnudando a posição do governo sobre as áreas de preservação ambiental e os povos da terra: "A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralégais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo, cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo." [...] "Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos." - Ricardo Salles. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2020.

é preciso recontar essas histórias de homens, mulheres, jovens e crianças, os quais, na labuta da terra e na reivindicação de muitos outros direitos usurpados historicamente, buscaram (e buscam) viver a esperança de que é possível uma sociedade fundamentada na justiça.

Desde a América portuguesa, a sabedoria para o cultivo e produção de alimentos é uma herança dos povos da terra em nossa história rural. O texto de Pedroza¹³ revela os saberes indígenas e dos roceiros, pobres e livres, em especial no cultivo das roças de mandioca, entre outras culturas que além de servirem para o autoconsumo também contribuíam para o abastecimento interno da Colônia. As roças, por toda a Colônia e Império, fossem aquelas cultivadas por povos originários, escravizados e/ou ainda pobres e livres, era desígnio de vida, pois produtoras de comida, uma das bases da dignidade humana, como diria Antônio Candido¹⁴, ao reforçar o quanto ter acesso aos “mínimos vitais” é fundamental para a gente simples da terra.

A vida nas pequenas roças de autoconsumo e ainda produtoras de gêneros para o abastecimento interno necessita ser contada por que ali estão evidenciadas as raízes da história do campesinato brasileiro. Se a produção da cana-de-açúcar, a economia mineradora, a produção cafeeira, a pecuária, o algodão e tabaco, as drogas do sertão, entre outras economias, geraram dividendos para a elite no atendimento aos seus interesses econômicos e políticos voltados ao enriquecimento privado e ao mercado externo, a vida no interior da América portuguesa e do império não se limitava a esse universo. Não se comia a cana in natura, a não ser a ingestão de seu sumo, e nem mesmo o café. Também não se digeriria o minério, o algodão ou o tabaco. A história fundamentada no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura não diz muito dessas outras histórias. O tripé proposto por Prado Jr¹⁵ já foi superado faz um bom tempo, mas é preciso ainda descolonizar a nossa interpretação da história rural, especialmente do campesinato e de

¹³ PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁴ CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p.198, ao discorrer “a importância social do alimento e o seu valor simbólico”, e ainda a “escassez dos alimentos prediletos”, entendeu que, no contexto de crise social a que se referia, tais questões “permitem interpretar este mito como sacralização de emoções ligadas à subsistência, e como verdadeira projeção da ‘fome psíquica’- com tudo que ela comporta de interferência na personalidade e na visão do mundo”.

¹⁵ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

sua interpretação interligada ao atraso, ao rústico, pois do contrário essa história e os seus agentes continuarão a margem dos debates acadêmicos, especialmente da História.

Antônio Candido, na década de 1960, ao discutir os parceiros do Rio Bonito, um bairro rural do município de Bofete, em São Paulo, assinalava a questão da “rusticidade” como um traço da vida desses homens e mulheres desde a Colônia, parecendo manter a tese do atraso na referência ao “caipira típico”. Todavia, não deixou de apontar para o fato de que: “O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra e, dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina”¹⁶. Reforçou ainda que: “Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário”¹⁷. Sobre o modo de vida e as habitações, Candido destacou que as casas poderiam estar próximas, tal como distantes: “O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em agrupamentos de vizinhança”¹⁸.

Ainda nos anos 1960 tem-se o trabalho clássico de Maria Sylvania de Carvalho Franco¹⁹, precursor no debate dos homens pobres e livres no contexto da escravidão, ainda que os tenha entendido dentro dos limites de sua abordagem centrada na violência como explicativo da história, o que os deixava, no seu entender, sem “razão de ser”. Muitas críticas foram tecidas a esta interpretação, mas não é possível negar as suas contribuições para a inserção do debate dos pobres da terra no interior da academia. A historiografia agrária produzida desde ao menos a década de 1970, com Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, entre outros²⁰, somando-se ao trabalho de Antônio Candido, veio enunciar novas

¹⁶ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p.81.

¹⁷ Op. Cit, p.82.

¹⁸ Op. Cit, p.62.

¹⁹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

²⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987; LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Teixeira da. **História**

possibilidades para a abordagem do campesinato, especialmente dos pobres e livres e também da “brecha camponesa”, entre outros temas.

Na década de 1980 temos a continuidade destas discussões da história rural, como o trabalho de Vera Ferlini, ao estudar a terra e os seus agentes, a partir do Nordeste açucareiro no período colonial, e apontar para a necessidade de ampliarmos o foco de análise e de seus sujeitos: “[...] o conjunto das relações da sociedade colonial foi retratado em duas categorias fundamentais: senhores e escravos, todavia esta caracterização escondia extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros, artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça e desocupados”²¹.

Uma obra importante para a reflexão dos roceiros e o seu papel na produção de alimentos e nas formas de resistência na história rural do Brasil, a exemplo da “brecha camponesa” para a discussão dos escravizados e ainda dos quilombos, é a de Stuart Schwartz, pois em fins dos anos 1990 também já alertava para essa história e esses personagens, com ênfase para aqueles que compunham o universo de produção de alimentos: “[...] os historiadores precisam reconstruir os processos históricos específicos nos quais se formaram as relações entre escravos e roceiros. A agricultura de subsistência e a de exportação estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda”²².

Outras análises em torno da história rural e na ampliação de temporalidades estudadas foram tecidas no decurso dos anos 1990, como o trabalho clássico de Márcia Motta²³ acerca da luta dos pequenos posseiros nos tribunais do Rio de Janeiro do século XIX e o modo como lidaram e questionaram, judicialmente, as prerrogativas da Lei de Terras de 1850. Mais recentemente, esta mesma autora, ao coordenar o programa INCT, Propriedas, envolvendo pesquisadores de várias localidades e instituições do Brasil e de outros países, tem contribuído para a valorização de estudos do mundo rural e do sentido da propriedade na mais ampla acepção. Todavia, se observarmos a produção acadêmica em torno da história rural, de um modo geral

da Agricultura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²¹ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder.** O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003., p.209.

²² SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.125

²³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

- se comparada à história urbana - perceberemos que grande parte dos historiadores, de longa data, ainda não rompeu com os estigmas do “atraso” que marcaram o campo brasileiro.

Uma das questões que tem contribuído para o estudo da história rural é a reflexão do papel dos pobres e livres e a importância de suas roças para o abastecimento interno, desde a Colônia²⁴. Ainda que, quase sempre às margens, esses personagens foram e são fundamentais na produção de alimentos e também nos cenários de vários movimentos sociais e revoltas, especialmente a partir do período regencial²⁵, mostrando ser possível o avanço das interpretações para além da violência, da desclassificação e da marginalidade.

No tempo presente, é fundamental estudar os assentamentos rurais na perspectiva da história e, nela, também o campesinato negro²⁶, pois deram de formas de resistência construídas ao longo do tempo e por agentes sociais também diversos, como os quilombolas, hoje remanescentes de qui-

²⁴ Ainda sobre os pobres e livres, podemos destacar alguns trabalhos que, desde os anos 1980, tem encontrado espaço para materializar esse debate pelos vários cantos do Brasil. Dentre estes, relaciono: STOLCKE, Verena. **Cafeicultura - Homens, mulheres e capital** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1986; KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem – A origem do Trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987; EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Século XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; MATTOS, Hebe Maria de Castro. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987; NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920**. S. Paulo: Annablume, 1998; SILVA Flávio Marcus da. **Subsistência e poder – a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2008; SILVA, Cássia Queiroz. **Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso: Sant’Anna do Paranahyba (séc. XIX)**. Curitiba: Editora CRV, 2020 (no Prelo), entre outros.

²⁵ É importante destacar também as contribuições de PALACIOS, Guillermo na discussão dos pobres e livres desde a Colônia ao Império com ênfase para os movimentos organizados por esses sujeitos no Segundo Reinado, como a “Revolta dos Marimbondos” ou “Ronco da Abe-lha”. Uma discussão de sua contribuição para a análise dos pobres e livres pode ser encontrada em: Almanack braziliense. **Revista Eletrônica**. ieb.usp, n.03, maio de 2006, especialmente na Seção Forum intitulada “Revoltas camponesas no Brasil Escravista”, p.4.-55. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/198/2016/07/almanack_03_1322177388.pdf. Acesso: 16 jul. 2020.

²⁶ As obras de GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos- uma historia do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015 e GOMES, Flávio dos S.; REIS, João José. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, são referências para a discussão do campesinato negro e como se entrelaça com a história dos quilombos no Brasil.

lombos, ou mesmo da terra de pretos, entre outras denominações para nos referirmos a esses agentes sociais de direitos historicamente usurpados.

Na contramão dessa história, o agronegócio, em sua raiz fundamentada na exploração da terra e dos homens e mulheres que nela trabalham, a fim de favorecer aos interesses do capital e do mercado globalizado, diz pouco da vida dos povos da terra e muito dos dividendos e da importância da mercadoria para aqueles que detêm o poder político e econômico nas mãos, no mercado industrial e financeiro. Nesse universo de ocupação de grandes extensões de terra e expropriação dos povos da terra, os interesses entre o público e o privado se misturaram²⁷ ao longo da história, e a tragédia da questão agrária no presente deriva do modo como esta indistinção cristalizou formas de violência apresentadas como naturais.

Na atualidade, interesses privados amalgamados ao público se encontram com as representações da bancada ruralista em Brasília, na Câmara dos deputados e no Senado, comungando ações, muitas vezes nas mesmas representações, junto aos lemas e projetos do governo de Jair Bolsonaro. Na perspectiva de uma história a contrapelo, uma história vista de baixo para cima²⁸, discutir o MST e os sem-terra neste tempo e a partir de uma experiência de estudos pelos campos do Pontal do Paranapanema implica apreender a importância dos povos da terra, em seu modo de vida e na produção de alimentos desde a América portuguesa, hoje evidenciada na agricultura familiar camponesa.

Esta constatação nos leva a percepção de que “se o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”, como apregoam, cotidianamente, as propagandas televisivas que entram em nossos lares, no seu reverso é possível dizer que não é o agronegócio, no presente, e nem foram os engenhos e fazendas, do passado, que produziram os alimentos que chegam as nossas mesas. Entender esta dimensão é um exercício necessário para a aprendizagem dos saberes do campesinato e, neles, dos sem-terra e assentados do MST, dentre outros movimentos de luta.

²⁷ Uma discussão importante sobre esta questão, pode ser encontrada em: NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando ; SOUZA, Laura de M. e. (orgs). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, V. I, 1997.

²⁸ HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ser militante, ser dirigente e ser assentado: ambiguidades dos sujeitos do MST no Pontal do Paranapanema -SP²⁹

Todo colono, sitiante, posseiro, etc., de carne e osso é ao mesmo tempo, construtor da história e construído por ela e, portanto, um ser em contínua transformação. Se a história é produtora de ambiguidades, cada pessoa é igualmente ambígua, na medida em que a história individual encerra a história geral da sociedade³⁰.

Avanços e recuos no universo da luta pela terra e para nela permanecer fazem parte da vida e do trabalho dos camponeses ao longo do tempo. Se os homens e mulheres sem-terra representam uma organização a buscar confluir interesses em prol do coletivo, por vezes não se limitando ao indivíduo, as conduções e interpretações da luta nem sempre foram às mesmas para o MST, diferenciando-se conforme o lugar ocupado pelos agentes envolvidos. Há uma distinção entre o ser sem-terra e o assentado que também não deixa de se considerar sem-terra enquanto uma categoria identitária, já que identidade construída no processo de lutas e mantida na condição de assentado. Daí a importância da busca desta vivacidade da organização e composição do MST, tendo como referência, para este item, algumas memórias de ações do MST no Pontal do Paranapanema, especialmente dos assentados no São Bento e Che Guevara e de alguns militantes, nos anos 1990 e início do século XXI, espelhando-se nas condições objetivas e subjetivas desse universo.

D'Incao e Roy³¹, ao realizarem um estudo de caso em um assentamento no estado de São Paulo³² nos anos 1990, utilizando-se da pesquisa participante, apresentam considerações relevantes para a discussão da participação dos assentados e assentadas na tessitura de suas histórias, bem

²⁹ Observo que parte significativa deste item, com pequenas alterações, resulta da tese (BORGES, 2004), já citada neste texto.

³⁰ WOORTMANN, Klaus. "Com Parente Não se Negeceia". O Camponato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico**, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990, p.16.

³¹ D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

³² Os autores não especificam, em nenhum momento, o assentamento que está sendo pesquisado, limitando-se a localizá-lo no âmbito do estado de São Paulo. Entretanto, numa reflexão do texto de D'INCAO, Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: **Lua Nova**, n.23, março de 1991, é possível pressupor, a partir das informações nele constantes, que o texto se refere ao assentamento de Porto Feliz, localizado a 110 Km de São Paulo.

como para o entendimento das práticas e representações³³ de lideranças no interior do MST nesse Estado. Partindo de uma análise interna de um assentamento, os pesquisadores apontam para o discurso autoritário presente no que consideraram como agentes mediadores, como os representantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), técnicos do Estado e lideranças do MST, por, em suas ações, práticas e discursos, visarem sobrepor-se aos desejos da maioria dos assentados na tentativa de implantação do modelo coletivo de produção, priorizando-se a dimensão política em prejuízo de outros saberes e valores dos assentados.

Ao propor o projeto de coletivização como forma exclusiva de produção, o discurso antiautoritário presente nas lideranças do MST, para D’Incao e Roy, apresentou-se como contrário à libertação, ao impor um “modo superior de produção” em detrimento das posições dos indivíduos ou das “individualidades” no interior do assentamento. Tal papel, segundo os autores, em determinados momentos, coube às lideranças, ao tomarem para si a propriedade de sobrepor-se ao(s) outro(s) na condução da organização, ignorando os saberes e as práticas das “pessoas comuns”, em benefício de um discurso fundamentado na apropriação de um conhecimento impositivo que caberia apenas a alguns privilegiados:

O resultado desse jogo de ações e reações é que, sob aparência de gestão pela base, pelos próprios produtores, se desenvolveram entre todos relações que lembram aquelas que cada um viveu anteriormente, de patrões e empregados, não reguladas por uma lei comum, mas pela ‘lei do patrão’, que funciona ao arbitrário. E onde os empregados, sabendo-se sem direito a ter direitos, reagem segundo um cenário conhecido. Buscando os favores do patrão em prejuízo dos outros ou simulando aceitação da ordem estabelecida e fazendo o que bem entendem, conforme a lógica dos comportamentos escondidos ou sorrateiros³⁴.

As considerações de D’Incao e Roy são sugestivas para a discussão das relações sociais e de trabalho impostas pelas lideranças no local por eles analisado, as quais, conforme os dados da pesquisa, reproduziam a de-

³³ Para a discussão das práticas e representações do MST no Pontal do Paranapanema parto da compreensão de que: “as práticas e representações se encontram inter-relacionadas, por dimensionarem espaços objetivos e subjetivos, em que os homens e mulheres atuam e sentem. Assim, além de presentes em lugares como no acampamento e no assentamento, elas se tornam também expressão do que se vive e do que se sonha para a sociedade mais ampla”. Op. Cit, 2004, p.33.

³⁴ Op. Cit, 1995, p.213.

pendência vivenciada por grande parte dos camponeses no tempo anterior ao assentamento, resultando em resistências derivadas nos “comportamentos escondidos ou sorrateiros”. Assim, como assinalam os autores, o que se propunha diferente, tornou-se igual, arbitrário, como negação de práticas de autonomia, tão caras aos princípios do MST.

Tecendo críticas similares a esses autores, quanto à atuação das lideranças do MST na região do Pontal do Paranapanema, Souza afirma que o MST, “se articula pela formulação de uma carência coletiva”, ou seja: “Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. Todos se tornam iguais face à carência. E face a um mesmo ideal, a uma utopia, que, no caso do MST, retoma os pressupostos da utopia revolucionária socialmente, em sua vertente radical, pouco aberta à liberdade individual, e muito centrada na ordem do coletivo, definido de cima para baixo”³⁵.

Transplantando um trecho literal do texto de Durham, sem as devidas aspas, em que essa autora discorre sobre os movimentos sociais de diferentes tipos, Souza generaliza a abordagem no sentido de imprimir ao MST a sua articulação “pela formulação de uma carência coletiva”, hierárquica e “definido de cima para baixo”. Nesse sentido, cabe citar o trecho original a fim de redimensionar o seu significado:

Vimos que os movimentos se articulam pela formulação de uma *carência coletiva*. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como um lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. A igualdade, constitui-se, desta forma, como representação plena, concretizada na comunidade. [...] Essa vivência da comunidade, isto é, da *coletividade* de iguais criada pela ação conjunta de *todos*, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado.³⁶ (grifos da autora)

³⁵ SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva**: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

Na análise das entrevistas coletadas no trabalho de campo para a tese de doutorado, realizado de 2001 a 2003, destaco a forma como os assentados se referiam ao surgimento das lideranças e da militância nos acampamentos e nas relações vividas junto à “experiência da comunidade”. O relato de Seu Nilo, assentado no Che Guevara, ao apontar para o que entendia como o Movimento, bem como explicitar o que significava ser dele sujeito e orgulhar-se de expor publicamente este sentimento possibilitou outras leituras diversas das de D’Incao e Roy e de Souza:

[...] pra nascer uma liderança dentro do Movimento Sem Terra eu acho que aquela pessoa tem que ter amor por aquela luta, e aquela boa vontade dele de dizer: ‘não, eu vou partir pra luta pra surgir a base do Movimento Sem Terra.’ Porque nós todos, nós todos assentados, acampados e tudo tem esse direito de ter aquele orgulho de dizer: “nós somos do Movimento Sem Terra.” Porque tem muitos ainda que as vezes tem medo, porque as vezes tá num lugar ...: ‘Você é do Sem Terra?’ ‘Não, eu não sou não, eu passo lá só pra mim ver’. Mas não engana, se envergonha disso, tem gente que ainda tem vergonha. Eu não. Desde quando eu entrei, a pessoa sabe que eu sou do Sem Terra, toda a vizinhança, todo conhecimento que eu tenho sabe que eu sou do Sem Terra, e ninguém me procura nada, porque sabe que se me procurar eu sei responder. Então é uma coisa que a gente pensa em ser do lado de ..., andar sempre no Movimento Sem Terra, é o que eu reconheço em mim mesmo. Eu não me envergonho de chegar em qualquer lugar, em qualquer canto, em banco, fórum, em qualquer coisa nós somos do Movimento Sem Terra. Eu me orgulho de dizer que não tenho vergonha daquilo que nós temos fazendo, porque é uma luta nossa, uma satisfação nossa.³⁷

Seu José de Paula, do mesmo assentamento, ao ser indagado sobre o que representava o MST, com a voz embargada pela emoção apresentou o seu relato, que, semelhante ao de Seu Nilo, foi carregado de orgulho, por entender-se como parte integrante desse Movimento, que procurou transpor na afirmativa da necessidade de uma prática contínua, que fosse sua e de sua família, como forma de contribuição às ações do MST:

[...] é uma coisa assim que eu acho muito bonito. Além de bonito, eu acho uma alternativa pra mim e pros outros que tavam aqui na

³⁶ DURHAN, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n.10, outubro de 1984, p. 28.

³⁷ ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

época. É tanto que quando eu tenho um tempo e tem acampamento por perto, a gente tá lá sempre conversando com um companheiro, tá sempre passando pra eles o quanto é importante se organizar, não fazer bagunça, não brigar dentro do acampamento. Então a gente sempre quando pode faz esse trabalho aí até hoje. E faço com disposição mesmo³⁸.

Faz-se necessário não generalizar os exemplos relacionados por D’Incao; Roy e Souza para o MST em sua totalidade, e no caso para os campos do Pontal do Paranapanema, indagando sobre os limites dessas interpretações. Frente às observações de Souza, é preciso apreender as contradições de que o campo está prenhe, como diria Grzybowski³⁹, já que diferentes práticas e representações apontam para homens e mulheres a construir a sua história, de forma ambígua, contraditória, mas carregada de vida e de identidades tecidas junto ao MST.

Martins, discorrendo sobre a posição da Igreja Católica e o seu papel de agente mediadora, estabelecido entre os movimentos sociais, desde os anos 1970, a partir de suas pastorais sociais, como a indígena, a da terra e a do trabalho, e ao focar também as práticas do MST, observou que certo “aparelhismo tomou conta dessa mediação impolítica que cumpria uma função, sem dúvida, política. O resultado foi a busca da laicização da ação dos grupos de Igreja e até mesmo a sua institucionalização como grupos seculares, como foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convertidos em grupos semipartidários”⁴⁰.

Na entrevista com Zelitro, à época membro da coordenação do MST no Pontal, indaguei acerca das considerações apresentadas por Martins para o debate dos rumos tomados pelo Movimento, principalmente quanto ao que Martins considerou como a sua “institucionalização”. Falando da simbologia do MST, esse entrevistado assinalou que talvez Martins tivesse razão no sentido de apontar para o Movimento como uma organização institucionalizada, se vista exclusivamente a questão do assentamento e das cooperativas, mas quanto à ocupação e demais práticas dos sem-terra, a crítica não se sustentaria, já que:

³⁸ ENTREVISTA. José de Paula e Maria. XV de Novembro, setor I, 02/02/2002.

³⁹ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000, p.77.

Com uma ação, você faz uma trajetória histórica, rompe a cerca e ocupa o latifúndio. Então isso é de uma simbologia muito forte. E isso é desobediência civil. Rompe a cerca. Então quando ocorre o assentamento - por isso que eu digo que ele pode ter razão-, há uma tendência de retorno da propriedade privada, da institucionalidade que o assentamento quer discutir (inaudível), do Estado interferir com sua gerência, com seu modo de atuar, dos próprios créditos, de ir pro banco. Enfim, a própria cooperativa que tem sua própria legislação que enquadra, formata. Agora a ocupação [...] E o Movimento sai das ocupações e vai para as caminhadas, as marchas, os atos públicos. Desenvolve atividades culturais, realiza eventos diversos, ocupa este espaço público, agrega elementos de caráter político de dizer “fora FHC, fora FMI”, de ocupar um prédio público. Que simbologia não é você protestar na frente dum Banco Central, numa Bolsa de Valor. Então é a desobediência civil. Então ao meu ver é uma grande contribuição que o Movimento [...], pro pensamento de esquerda no Brasil, com sua simbologia, com seu gesto. No dia que as outras categorias resolver fazer o mesmo, no dia em que os operários ocuparem a fábrica, por exemplo (risos), enfim, os estudantes ligados a UNE, por exemplo resolver ocupar as universidades, mas não pra discutir preço do pagamento de mensalidade, mas pra discutir que Brasil que nós queremos, e que universidade pública queremos. E, quem que é nós? (inaudível). Então, de maneira que o José de Souza Martins tenha razão em alguns aspectos, mas ele generaliza quando enfoca isso desconsiderando os outros fatores, que são, com certeza, no MST mais forte do que essa questão da institucionalidade⁴¹.

De forma semelhante a Martins, Navarro pontuou que, ao contrário do que muitos imaginam, o MST não seria mais um movimento social, deixou de sê-lo para tornar-se uma “organização formal de representação de interesses [...] mergulhado na institucionalidade vigente”⁴². Frente a essa afirmativa, coube o questionamento: se o Movimento estivesse mergulhado na “institucionalidade vigente”, e se essa, historicamente, remete à preservação da ordem, como explicar a sua inversão quando da ocupação de terras, de prédios públicos, agências bancárias, das marchas, etc? Sabe-se que, ao ocupar a terra, os sem-terra ferem princípios básicos e norteadores da política, mentalidade e estrutura social e fundiária desde tempos remo-

⁴¹ ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

⁴² NAVARRO, Zander. **MST: decifrar é preciso**. UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, maio de 2000, p.03. (mimeografado)

tos: a defesa da propriedade privada e do latifúndio, enraizados na história da questão agrária brasileira. É preciso repensar a interpretação de ambos os autores e, particularmente de Navarro⁴³, por esse autor não se dispor a analisar a composição social do MST e nem ao menos dimensionar o seu interior, detendo-se na organização ou no que entende como lideranças, ainda que tenha exposto que a sua preocupação estava em pensar a organização e não os sem-terra. Mas, indago novamente: a organização não poderia ser composta desses sujeitos? Ou prevalece a leitura de que somente os ilustrados podem pensar e constituir-se como Movimento, na medida em que os camponeses são incapazes de fazê-lo?

Diante das considerações de Navarro, questiono se não seria a organização constituída, além da assessoria, de sem-terra que emergiram das lutas dos acampamentos e assentamentos? De onde se origina a militância e a direção? De onde brota a força que faz com que o Movimento se edifique e consiga sobreviver, por décadas, mesmo face às fortes cargas de desqualificação presentes nos anos 90 e no século XXI, oriundas desde o espaço das ações governamentais ao campo científico, a exemplo do próprio Navarro e de um dos maiores estudiosos da questão agrária, José de Souza Martins? O MST se limita a ser o corpo da organização? O que faz com que este Movimento permaneça por 40 anos em luta?

⁴³ Passados 14 anos do texto que utilizei na tese, este autor em: NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da.; NAVARRO, Zander (Editores Técnicos). *O mundo rural no Brasil do século XXI*. Embrapa, Brasília, DF, 2014, p.722, reafirma a sua leitura pejorativa em torno do MST e categoricamente diz não ter mais razão de ser a questão agrária no Brasil e, nela a reforma agrária, no que concordo somente no sentido de sua afirmativa de que ela inexistiu no Brasil, ocorrendo “apenas processos de redistribuição de terras adquiridas pelo Estado”. Mas, há de complementar que se não fossem as intensas lutas dos movimentos sociais do campo, especialmente do MST nas décadas de 1990 e no início do século XXI, as terras não teriam sido adquiridas pelo Estado e constituídos os assentamentos. Conforme Navarro: “Em síntese, a questão social brasileira, nos últimos 30 anos, deixou o campo e foi para as cidades. E a questão agrária tradicional começa a entrar nos livros de história como uma página do passado, retirando a reforma agrária, para sempre, da agenda política do Brasil” (p.714). A afirmativa é leviana se pensarmos a histórica concentração de terras nas mãos de poucos e a herança do latifúndio a demarcar o lugar ocupado pelos povos da terra ainda no tempo presente. Os diversos movimentos sociais dos campos e cidades (a exemplo do Movimento dos Sem Teto) e as suas constantes lutas, nos séculos XX e XXI, evidenciam a incompletude da questão agrária e da reforma agrária no Brasil e a distância, anos luz, de uma sociedade justa. Bem por isto que a luta pela Reforma Agrária, ainda no presente, encontra chão para se enraizar e fazer brotar a vida.

No trabalho de campo não foram poucas vezes em que a organização do MST confundia-se com os sujeitos, como se depreende dos relatos de Seu Nilo e Seu José de Paula, por muitos entenderem e se sentirem parte constitutiva desse Movimento. Diante disso, quando estou tratando da organização, continuo a entendê-la, no tempo presente, em sua composição fundamentada nos camponeses e em sua diversidade. São as pessoas comuns a compor a militância e a direção do Movimento. Entrementes, somam-se a essas pessoas os “intelectuais sérios”, como observou Ademar Bogo, ao discorrer as lições da luta pela terra: “Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social tem sua própria casta ou tende a formá-la. É esta consciência que levou o MST a buscar sua autonomia através da formação intensiva de quadros, integrando em suas fileiras intelectuais sérios, que passaram de assessores a dirigentes políticos”⁴⁴.

Não é possível negar, com isso, a existência de o “eles” e de o “nós” enquanto elementos diferenciadores, particularmente no tempo do assentamento e na forma como, por vezes, se conduz a luta. Mas permanece a indagação de que: se tão autoritário e reprodutor das práticas de dominação no campo brasileiro, como salientaram alguns autores, de que modo podemos compreender a forte adesão de milhares de homens e mulheres que se identificam como Movimento Sem Terra até o tempo presente, mesmo estando assentados? Veem ainda na representação do MST a esperança, mesmo diferindo, em determinados momentos, dos princípios de organização, particularmente na referência de como produzir na terra?

Para essa discussão, fez-se necessário indagar o que representava o MST para os sujeitos, refletindo o que fez e faz com que homens, mulheres, velhos, jovens, crianças de vários recantos do país marchassem léguas e léguas, sob sol e chuva, num constante “movimento”. O Movimento é a “massa”? A “massa” é caudatária do MST ou tem a sua própria autonomia? A organização interna é construída no cotidiano das práticas e representações camponesas nos acampamentos e assentamentos ou é antecedida pela denominada “vanguarda” do MST, materializada na direção e na militância? Seria o termo “massa” coerente para imprimir os desejos dos sujeitos em “movimento”? Essas questões emergiram na tese não somente da crítica às interpretações de Navarro e de Martins, dentre outros autores, mas também de uma reflexão da compreensão estabelecida em parte das fontes produzidas pelo MST, ao designarem o

⁴⁴ BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999, p.33.

significado da “massa”, assemelhando-se, de modo contraditório, às inferências tecidas por esses autores.

As irmãs Ivanice e Ivanizia, assentadas no São Bento, ao serem questionadas sobre o que significava o Movimento Sem Terra, e se seriam parte desse Movimento, categoricamente afirmaram:

Ivanice: Hã, hã. Hã, hã. Eu sou. Eu me vejo como Movimento Sem Terra.

Ivanizia: Com certeza, né? Porque [...]

Ivanice: Porque quando eles faz alguma coisa contra um dos nossos, eu falo: olha tão perseguindo a gente. Então nós somos parte deles, mesmo que a gente tá aqui, a gente num faz parte mais da luta ativa, mas a gente faz parte. Porque nós tamos no assentamento. E eu falo [...] E eu me vejo como Movimento Sem Terra sim. É que nem por exemplo, quando eles [...] Se eles vier aqui chamar a gente: ‘oh, nós tá precisando de muita gente pra uma ocupação’. A gente vai. Vai sim.⁴⁵

A crítica realizada por Martins quando da discussão das ações das lideranças do Movimento Sem Terra, entendidas como a “classe média ilustrada”⁴⁶, novamente incorre no risco de eliminar as pessoas comuns da reflexão, como se fosse possível diluir as suas práticas do processo de lutas, em vista de não fazerem parte da organização do Movimento. Tendo como base os relatos, observo que, no caso da região do Pontal, especialmente dos assentamentos estudados na tese, aqueles a representar e compor a organização do MST emergiram das ocupações, dos acampamentos e assentamentos, em situações muito diferentes das arroladas por Martins, qual seja, a de “classe média e intelectualidade iluminista”⁴⁷.

⁴⁵ ENTREVISTA. Ivanice e Ivanízia. São Bento, setor IV, 02/07/2002.

⁴⁶ Conforme Martins: “O vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta. Esse distanciamento tem sido próprio das lutas camponesas em muitos países, consequência das peculiaridades históricas dessa categoria social, como dizia Marx, mas também consequência da impotência própria da indefinida *classe* social que quer dirigir as outras classes, que é a classe média e nela a intelectualidade iluminista, que ele era e não disse”. (grifo do autor). Op. Cit, 2000, p.231.

⁴⁷ CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.90, discutindo o processo de formação dos sem-terra, assinala que: “[...] os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários, são também aqueles que se tornam dirigentes de empresas, que negociam em Bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias e que chegam até a regular os

E essa constatação talvez possa se estender para os campos do país, na medida em que, por exemplo, contrariando a lógica de suas matérias, principalmente as assinadas por Josias de Souza, observações de um artigo publicado na “Folha de S. Paulo”, no ano de 2000, sugeriam uma interpretação diferenciada da enunciada por Martins para a constituição do MST. Conforme essa matéria: “A maioria dos ‘rapazes’ do MST, que desafiou o governo várias vezes este ano, não chegou aos 40 anos, não terminou o primeiro grau e tem ‘salário’ que varia de R\$180 a R\$ 400 mensais”⁴⁸. Observo que os dados econômicos demonstrados nessa reportagem possivelmente não correspondessem, de forma extensiva, ao explicativo da questão em sua interioridade, porém, enunciaram condições sociais outras que as da “classe média e intelectualidade iluminista”, como destacou Martins.

Objetivei, na tese, entender “a consciência da luta e de quem quer dirigir a luta” por meio da análise dos camponeses “que fazem essa luta”, buscando apreender a(s) forma(s) como as práticas e representações se materializavam no cotidiano, entendido aqui como um espaço conflituoso⁴⁹, constitutivo de valores que perpassavam a esfera do indivíduo e da família desembocando em processos imbuídos da coletividade, como no ato da ocupação da terra e da permanência nos acampamentos, muitas vezes, por tempo indefinido, o que não lhes suprimiu, quando no espaço do assentamento, o papel de indivíduos a definir as suas vontades, ou mesmo de retornar às condições de escassez e de miséria, das quais se tentara fugir quando do processo de luta pela terra, a exemplo do repasse da terra conquistada para outro no assentamento e o retorno a condição de boia-fria, como foi possível constatar em alguns poucos casos.

Percebo que, nos casos arrolados pelos assentados, quanto à perda do lote de um vizinho ou amigo, isso ocorreu muito mais pelas dificuldades para a permanência na terra, devido, dentre outras questões, as carências

mercados regionais através da produção agrícola que comandam”.

⁴⁸SILVA, Eliane. Sem-terra tem tomada de decisão descentralizada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de out. 2000. A, Brasil, p.4.

⁴⁹ Caldart (Op. cit, p. 28) observa que o cotidiano do MST não se refere ao “[...] que se repete todos os dias, dos costumes mais estáveis, rotineiros”. É preciso salientar que o sentido atribuído por essa autora ao cotidiano do MST nos acampamentos não implica somente a permanência, mas também a dinamicidade. O mesmo sentido, atribuído por ela para se pensar as ações do MST, é possível ser apreendido nos assentamentos analisados, na medida em que se dá também nesse lugar a luta constante para a permanência na terra. Desse modo, o cotidiano do assentamento não quer dizer, necessariamente, o “estável”, o “rotineiro”, mas a incessante luta para da terra não terem que partir.

advindas do tempo do acampamento - em que o que se tinha fora perdido para a permanência na luta e principalmente pela política agrícola no meio rural que ou os excluiu literalmente de direitos ou incluiu-lhes precariamente, impossibilitando-lhes desenvolverem-se do modo como sonhavam - do que necessariamente pelo desejo do comércio ou da “venda da terra”. Prevaleceu, dessa forma, para os homens e mulheres assentados, a visão da “terra de trabalho” como negação da “terra de negócio”⁵⁰.

Nessa reflexão, compreendo a existência de processos imbuídos de individualidades e de coletividades, expressos nas diversas formas de viver o cotidiano do trabalho na terra nos assentamentos do Pontal, assim como no espaço público de lutas. As relações de vizinhança e os laços de solidariedade a romper as cercas que cercam os quintais e, conseqüentemente, as que cercam os sentidos do indivíduo e do sonho do coletivo, como as constatadas no setor I do assentamento São Bento, eram práticas em que, em forma de mutirão ou “troca de dias de serviço”, os vizinhos ajudavam uns aos outros em seu trabalho na terra, especialmente para colheita do milho, da mandioca, entre outros alimentos, sinalizando para a importância do trabalho coletivo. Práticas forjadas pelas condições objetivas para a permanência na terra, mas também pelo desejo da liberdade, de ter o seu tempo de trabalho definido ainda pelo ritmo da solidariedade.

Jovchelovitch, ao discutir as representações sociais e a esfera pública, destaca a inter-relação dos processos objetivos e subjetivos na construção das representações enquanto teoria, mas alicerçados no que se vive pelas estruturas sociais e a própria história: “A relação entre o material e simbólico é um dos problemas centrais para o edifício conceitual da teoria. Processos objetivos são sempre a contrapartida de processos subjetivos”⁵¹. Vejo, dessa maneira, a necessidade de repensar as leituras sobre o MST, as quais limitam a interpretação desse movimento à sua “institucionalização” ou aos seus líderes conhecidos no cenário nacional. Compreendo que o MST não se faz simplesmente da organização, seja a reconhecida pela estrutura orgânica do Movimento ou a liderança de “mídia”, mas fundamen-

⁵⁰ Uma discussão importante da distinção entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócios” está em CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, em que a Igreja Católica, inspirada na Teologia da Libertação, enunciava naquele contexto a sua “opção pelos pobres”. Este documento foi assessorado pelo sociólogo, José de Souza Martins.

⁵¹ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.41.

talmente por homens, mulheres e crianças que representam e se apresentam como parte constitutiva desse movimento e organização social.

Nesse aspecto, compreendo ser preciso analisar as considerações de Bogo, ao focar as “virtudes extraordinárias” necessárias para se constituir como lutadores do povo: “Se virtudes são capacidades extraordinárias, as conquistas coletivas sempre são vitórias extraordinárias. É por isso que os lutadores trazem o coração carregado de virtudes, onde o povo em marcha procura encostar-se para buscar ali a energia que lhes falta. O povo sente vontade de abraçar seus líderes por causa das virtudes que estes possuem e porque sentem que estas pertencem também a eles”⁵².

A linguagem de Bogo carrega uma carga emotiva que dá vida e torna-se alimento para o MST, alicerçando sonhos, utopias, configurando a mística que aponta para a capacidade de humanização, quando nos sensibilizamos com as dores e a causa dos outros, todavia, por outro prisma enuncia também a fragilidade na designação do sentido de povo, já que no contato com os líderes é preciso “encostar-se para buscar ali a energia que lhes falta”. Por essa afirmativa têm-se a impressão de que enquanto receptáculos vazios, é necessário preenchê-los de energia pela força dos lutadores, abraçá-los para deles carregar-se de potencialidades. Parto da premissa de que é preciso interpretar as pessoas diferentemente da leitura do espaço da dominação e do vazio. Conhecimentos são construídos cotidianamente no ato da sobrevivência e da (re)existência. A sabedoria da pobreza, como diria o geógrafo Milton Santos, materializa-se na criatividade de homens e mulheres diante da miséria que a vida e o mundo do trabalho impõem, mas também frente à festa, à alegria. Não são os lutadores exclusivamente a fazer brotar essa energia. Podem sim, alimentá-la, desde que dela se alimentem⁵³, como mostram as publicações do próprio Movimento ao reforçar essa importância, tal como, ambigualmente, as próprias palavras de Bogo: “Muitas vezes na fraqueza se manifestam virtudes que jamais imaginávamos existir, e elas têm o poder de alastramento que podem impulsionar

⁵²Op. Cit, 2000, p.30.

⁵³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª. reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.43, de forma intensa, expressa a pedagogia da indignação, assinalando em suas cartas para o fato de que: “[...] coerente com a minha posição democrática estou convencido de que a discussão em torno do sonho ou do projeto da sociedade por que lutamos não é privilégio das elites dominantes nem tampouco das lideranças dos partidos progressistas. Pelo contrário, participar dos debates em torno do projeto diferente de mundo é um direito das classes populares que não podem ser puramente ‘guiadas’ ou empurradas até o sonho por suas lideranças”.

grandes mudanças em poucos momentos”.⁵⁴ Neste trecho Bogo redimensiona o sentido do que apresentara antes, por assinalar a vida e a força no que se via como vazio e fraqueza. Esse exemplo ilustra as ambiguidades das interpretações que a organização do MST tece sobre si e a sua composição.

Uma evidência das práticas de autonomia e de determinação das pessoas comuns está no processo de ocupação da terra. Para que ele ocorra é preciso um objetivo partilhado. Não são unicamente a direção e a militância que vão ocupá-la, não são elas, por si só, que conterão o desejo de abandonar o acampamento e, por consequência, o processo de lutas. São ainda as esperanças, os desejos, as vontades e as sensibilidades imersas na dimensão subjetiva, individual, mas também no desejo do coletivo, os quais, conjugados aos fatores objetivos, dão conotação e vida às práticas e representações do MST na luta pela terra e para nela permanecer e na busca de conquista de outros direitos.

Paulo Freire, refletindo sobre a “Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho”, fia uma interpretação importante para a compreensão da subjetividade na história ao assinalar o sujeito a construir valores também por meio de sua consciência, de seus desejos, do que sente e sonha, aliado ao que vive na concretude da vida: “Advirtamo-nos de que, anulando a importância da consciência ou da subjetividade na História, reduzida a consciência então a puro reflexo da materialidade, as concepções mecanicistas da História e da consciência se concretizam em funções inviabilizadoras da educação. Decretam a inexorabilidade do futuro que implica necessariamente a morte do sonho da utopia”⁵⁵.

Em “Valores de uma prática militante”, Leonardo Boff, Frei Betto e Ademar Bogo⁵⁶ expõem as suas interpretações do que significa ser um militante. Nesse trabalho, Bogo, analisando “os valores que deve cultivar um lutador do povo”, fala da energia que brota do chão e contagia as pessoas, as quais vão se levantando, “se dando as mãos, entrelaçando os dedos, apertando-se, não querendo mais soltarem-se”. As pessoas rapidamente veem, conforme esse intelectual do MST:

[...] renascer a altivez, a credibilidade, a confiança, a esperança, a cumplicidade, a motivação, a ternura, a alegria e as canções brotam dos lábios como cachoeiras, como se estivessem ali guardadas para

⁵⁴ BOGO, Op. Cit, 2000, p.30.

⁵⁵ Op. Cit, 2000, p.122.

⁵⁶ BOFF, Leonardo; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. Valores de uma prática militante. In: **Consulta Popular**, Cartilha n.09, fev. 2000.

saírem em pedaços, neste momento de encontro das mãos e dos sentimentos. Nasce assim um, dois, milhares, milhões de lutadores do povo. Viverão enquanto a energia dos verdadeiros valores fervilhar em cada coração. Desaparecendo este fervor, o lutador transforma-se de água corrente em bloco de gelo, impossibilitando qualquer iniciativa de surgimento de vida⁵⁷.

Diante dessas considerações permanece a indagação do que seriam esses “verdadeiros valores a fervilhar em cada coração”. Mas também a percepção de que os valores que emergiram no acampamento, nos saberes advindos do tempo da cidade de lona, somaram-se ao cotidiano do assentamento na materialização de sonhos quando da conquista da terra de trabalho. Sonhos construídos tanto pelos referenciais de luta do preceito revolucionário da organização, dos militantes e dirigentes, quanto pelos conhecimentos que os camponeses, de um modo geral, trazem consigo, em formas diversas: na tradição, na cultura, na busca do enraizamento, em ações que se encontram tanto no plano individual quanto coletivo da vida. Nesse ponto, observo as múltiplas dimensões do ser sem-terra: passado e presente inter-relacionados na composição do sujeito. O passado evidenciado no sonho de conquista da terra para o trabalho familiar, tomando por base o conhecimento de práticas coletivas no tempo do acampamento e em outros lugares de luta, alicerçadas ainda em outros tempos, como na negação da condição de boia-fria ou de arrendatário nas terras de outrem; e o presente conformando-se pelo trabalho familiar na terra, mas mostrando a necessidade de união, do coletivo, para a busca de soluções comuns aos assentamentos, como a melhoria das escolas; a conservação e implantação de postos de saúde; etc. As relações sociais e de trabalho estabelecidas pelos assentados do Assentamento São Bento, setor I, como enunciado, para o cuidado com as roças mediante a troca de dias de serviço foi outra forma de cooperação que também exemplifica essa questão das práticas coletivas.

O relato de Venzel, militante do MST, é ilustrativo para a discussão da percepção dos assentados como sujeitos de direitos, no assentamento São Bento, ao narrar a ocupação da Empresa de Energia Elétrica, em Pirapozinho-SP, numa ação derivada de suas experiências de luta anteriores ao assentamento, não contando com a participação da militância e da direção para essa prática:

⁵⁷ Idem, 2000, p.50.

O cara, quando ele passa por um acampamento, por mais que se volte pra dentro do lote dele, quando ele vai pra uma luta, ele já conhece todo o esquema organizativo. Exemplo disso a São Bento. Esses tempos nós fizemos um teste. Tinha um problema de energia elétrica na São Bento. Isso depois de mais de 05 anos de assentamento. Enfiado dentro do lote, o povo meio que sem fazer luta. Aí teve um problema de energia elétrica. O povo luta pelo imediato, né? Aí a companheirada da São Bento foi e ocupou, pressionou, acho que parece que ocupou a Eletro, em Pirapózinho. Mas olhe!! A militância que tava lá nem se mexeu, ficou só assistindo. O povo criou o grupo de segurança da porta. O povo criou o responsável pela saúde, o povo montou a estrutura orgânica da ocupação!! Depois de 5 anos sem fazer luta. Eu fiquei impressionado, eu fiquei aí sentado olhando. Tiraram os representantes que iam conversar com os diretores da Eletro. Depois de 5 anos enfiados no assentamento sem quase fazer luta, foram lá e resgataram toda a história que eles tinham feito dentro do acampamento; todo o processo de luta que quando vai pra ocupação do Incra, quando vai pra ocupação de algum órgão público, e foram [...] Ninguém deu nenhum pitaco da militância do Movimento (risos)⁵⁸.

Nessa fala, é forte a entonação de que no assentamento São Bento havia cinco anos que os assentados não faziam luta. O exemplo arrolado pelo entrevistado demonstrou a capacidade organizativa da comunidade face uma carência coletiva. Destaca-se nessa narração a ênfase à luta, à sua realização dando-se na forma de ocupação da empresa de energia pelo coletivo. Entretanto, faz-se presente nos relatos dos assentados a dimensão da luta que se efetiva também no cotidiano da terra, numa ação contínua para nela permanecerem. Percebo na entrevista a necessidade de compreensão de que as lutas não se limitam, exclusivamente, ao espaço em que se acirram, diretamente, as contradições econômicas, como, no caso, pela carência da energia elétrica. Historicamente, os camponeses vêm dia a dia lutando, como sabiamente assinalou Martins, em seus velhos e bons tempos: “Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados tem caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História”⁵⁹. Num tempo do cotidiano na terra em que, por vezes, as ações coletivas, organizadas pelo MST, conse-

⁵⁸ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

guem interromper a rotina, por ser necessária a presença dos camponeses em diversas práticas, como na ocupação de bancos, do INCRA, do ITESP, nas marchas, etc., entretanto, sem que, em determinados momentos deixe de existir resistência dos assentados a essas atividades, já que o ritmo de trabalho na terra lhes impossibilita a participação constante.

Chaves⁶⁰, ao estudar a antropologia da Marcha de 1997, enfatiza a polêmica que se seguiu entre marchantes e organização quando da chegada a Brasília, ou seja, se montariam o acampamento nacional no Distrito Federal, permanecendo por 15 dias, como pressão sobre o governo federal, ou se os acampados e assentados retornariam para os seus estados de origem, para lavrar a terra, cuidar do plantio, pois tempo propício para o cultivo. Prevaleceu nas assembleias realizadas por estados a posição da direção e militância de que permaneceriam pelo tempo necessário à luta. É preciso, assim, refletir sobre as múltiplas dimensões que o sujeito carrega no processo de lutas. Ser “sem-terra” na luta deriva da vivência e consciência dos fatores objetivos advindos da miséria (opressão, exclusão social, etc.), explicitados tanto nas condições objetivas de carência material e busca de inversão dessa situação por meio do enfrentamento, quanto ainda nos fatores subjetivos (os desejos, as esperanças, o cuidado, os sonhos, as utopias) que os conduzem por caminhos que, por vezes, se cruzam e ou se complementam junto ao Movimento, mas podem ainda confrontar-se, caso não se perceba a sua profundidade, especialmente entre a direção e a base.

Na entrevista com Bernardo M. Fernandes, ao ser indagado como interpreta as questões objetivas e subjetivas a conduzir os camponeses para as práticas do Movimento Sem Terra, esse professor enfatizou ambas as dimensões, salientando as suas diferenças, e observando que é possível a existência de somente uma delas para a inserção na luta:

[...] são diferentes subjetividades e diferentes objetividades que vão fazer [...] Mas, essas são duas condições que fazem com que essa pessoa participe no trabalho de base. [...] Tem gente que tem a condição subjetiva e não tem a objetiva. Por exemplo, um cara que está bem de vida! Conheço vários. Mas foi militar no Movimento, porque acredita no Movimento. Essa é uma condição subjetiva. Então

⁵⁹ MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989, p.12.

⁶⁰ CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra** – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000. (Coleção Antropologia da política, n.9)

o cara [...] o pai dele é produtor, tem terra, ele vai comprar terra amanhã, ele está capitalizado. Ou então, ele tem uma profissão. Ele é professor, por exemplo. Conheço vários que eram [...] Largaram. E foram ser militantes do Movimento. Aí a subjetividade, a identidade, foi isso que contou muito mais. Contou muito mais do que as condições objetivas de ter que sobreviver nessa luta? Como a maior parte dos assentados vive isso⁶¹.

Bernardo Mançano tem razão, em partes, no que diz respeito àqueles que ingressam na luta dos sem-terra pela identidade de valores, tecida, junto ao MST. No que diz respeito aos camponeses sem-terra insisto no princípio de que existe um entrelaçamento de fatores objetivos e subjetivos a conduzi-los para a participação na luta no tempo do acampamento e para a permanência na terra quando de sua conquista. No caso dos fatores subjetivos, a exemplo do que expõe Fernandes, ou seja, compreendidos como condutores da inserção no Movimento, não é possível esquecer ainda dos fatores objetivos que, caso não sejam vividos diretamente pelo sujeito, podem ser apreendidos na percepção da carência de outros homens e mulheres quanto às condições mínimas ou vitais para a sobrevivência. Daí a dimensão da humanidade, da generosidade e da partilha serem elementos diferenciadores das práticas desse Movimento e das pessoas que tecem a sua identidade a partir dele e nele adentram. Esta é uma dimensão difícil de ser apreendida pela lógica do capital e pelo discurso individualizante.

A percepção do que fere homens, mulheres e crianças, por parte daqueles que se inserem na luta, sem necessariamente viver na pele a condição da carência material, remete também ao sentir a indignação ante o que agride ao outro, o que compreendo como percepções subjetiva e objetiva do sentido da coletividade, revalorizando a dimensão humana. Seria então essa compreensão, pensando as representações sociais, a objetivação da luta ancorada no desejo de inversão da realidade, para além de si, que se apresenta também para além de suas dores e de sua condição de vida, a despertar-lhe para o que se vive no coletivo e para muito longe do indivíduo, exclusivamente. Percepção conjugada ao sentimento de pertencimento ao coletivo e ao seu papel de inconformismo e/ou desnaturalização da violência também como indivíduo.

Dessa maneira, objetividades e subjetividades se encontram para dar contorno ao sujeito em movimento e na luta por princípios e valores

⁶¹ENTREVISTA. Bernardo M. Fernandes. Presidente Prudente, Campus da UNESP, 21/03/2002.

próprios, assim como pelas práticas coletivas. Partir dessa premissa é compreender que são os homens e mulheres sem-terra, posteriormente assentados, que tecem a sua história em conjunto com a organização, possibilitando uma compreensão que ultrapasse a conceituação de “massa”, por entender que o MST se movimenta pela composição de sujeitos que inter-relacionam valores e práticas que se conjugam na luta pelas condições materiais duramente negadas para muitos, mas também pelas “finas e espirituais” de que nos falava Walter Benjamin⁶².

Na apreensão dos relatos dos assentados, pode-se entender que a solidariedade, os laços de vizinhança, o compadrio e a ajuda mútua, não se romperam com o estabelecimento das cercas. Pode-se dizer que as cercas cercam mais a possibilidade de análise de alguns teóricos da questão agrária, como os relacionados, e do MST, quanto à interpretação que estabelecem das práticas daqueles que optam pelo trabalho individual, do que necessariamente o sujeito que a colocou, o que lhes confere potencialidade para as práticas coletivas do MST. Isso, a exemplo do que pude apreender nas diversas falas pelos campos do Pontal.

É importante observar que a organização do MST se deu – conforme os relatos - bem mais no processo de ocupação de terras, dos acampamentos, das marchas, afora outras práticas vividas no cotidiano da luta, do que necessariamente nos cursos de formação destinados para esse fim. Práticas e representações vividas no dia a dia dos barracos de lona para possibilitar a permanência das famílias acampadas, ou mesmo nas ações extraordinárias - como no momento das ocupações e despejos, “queimas de tratores”, “matança de bois”, etc. - foram, conforme a inspiração em E. P. Thompson⁶³, “fazendo-se”, constituindo os camponeses em “classe para si” no próprio “fazer-se” da luta e nas experiências por eles vivenciadas. Alguns traziam consigo práticas advindas de instituições e organizações, como as Igrejas Católica e Luterana, a primeira com as suas pastorais; as CEBs; bem como sindicatos e partidos políticos, fortalecidas no percurso das lutas, como se depreende da fala de Ivan, assentado na São Bento:

Eu sou filho de agricultor, minha família era do sudoeste do Paraná e, depois num contexto, eles tiveram que vender e foram morar em Ponta Grossa, mas, mesmo assim, meu avô permaneceu na terra, então, tinha momentos que eu morava na cidade. Então eu tava

⁶² Op. Cit.

⁶³ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História)

estudando e vim pra cá por um tempo. Depois disso, quer dizer, foi correndo a vida, indo atrás de emprego, de trabalho, de sobreviver e também com isso você, a gente foi começando a ter uma militância de igreja, numa Pastoral da Juventude em Ponta Grossa e, com isso, a gente começou, a vida começou a mostrar que tinha dois lados, o lado do pobre e o lado do rico, tinha o lado dos que tavam bem e dos que não tavam. Bom, aí a gente foi através dessas coisas, foi criando uma forma de consciência, e a partir disso a gente começou uma vida de militância. Primeiro, na Pastoral da Juventude, dentro da Pastoral da Juventude. Tinha uma linha à esquerda [...] tanto que a gente teve de se calar durante um ano na Pastoral da Juventude de Ponta Grossa. E depois da Pastoral da Juventude, a gente começou a militância nos sindicatos e, também por consequência num partido político, porque a gente achava que naquele momento que, era via partido que você conseguia mudar, que você conseguia construir uma sociedade diferente⁶⁴.

O relato de Mineirinho apresenta-se fundamental para essa compreensão, particularmente ao narrar a dimensão do acampamento como lugar de produção da consciência política, por oferecer condições para que os acampados se sentissem responsáveis pelo gerir da vida nesse espaço, principalmente ao atuarem nos grupos e diversos setores da organização:

[...] além do acampamento as pessoas chegam e vai lá pros setores, e alguns vai pro setor do trabalho, outros vai pra coordenação dos barracos, outros vai pra saúde, a educação, outros vai mexer com as finanças do acampamento, a secretaria do movimento. Então, todo mundo tá num setor. Então nesse setor é uma escola, e a pessoa ali vai se destacando. Então ali vai surgindo, vai surgindo a disponibilidade de cada um que é o processo de militância, né? Ninguém faz um curso pra ser militante. Tem curso de aperfeiçoamento de formação, de formação política. Mas tem gente que participa de um monte de curso de formação, mas nunca chega a desenvolver a militância⁶⁵.

Semelhante ao relato de Mineirinho observou Cledson que foi a partir dos trabalhos desenvolvidos nos diversos setores do Movimento que foi nascendo o militante no MST, sendo ele responsável para alimentar a mística cotidianamente. Para essa afirmativa, destaco a sua história de vida no Movimento:

⁶⁴ ENTREVISTA. Ivan. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 29/04/2002.

⁶⁵ ENTREVISTA. Mineirinho. Che Guevara/Santa Clara, 11/03/2001.

[...] em 92 eu comecei a trabalhar no escritório, dentro do acampamento do MST, porque eu tinha datilografia, e depois eu com uma vontade grande de querer aprender, porque eu também sou professor primário, tenho o magistério. Eu comecei a trabalhar no setor de educação que era pra organizar as crianças pra ter escola até quarta série dentro do acampamento. E depois surgiu um curso de Magistério no Rio Grande do Sul, que a educação do MST é um pouco baseada no Paulo Freire, uma educação onde começa a ensinar a criança dentro da realidade que ela vive, bem diferente dos ensinamentos tradicionais que tem no município. E nesse curso de dois anos e seis meses que eu fiquei em Veranópolis lá no RS, eu aprendi um monte de coisas. Então eu comecei a descobrir que a realidade que eu vivi um monte de tempo não servia pra muita coisa, e dentro do Movimento Sem Terra, nas escolas do MST que eu passei a gostar do projeto de educação que o Movimento Sem Terra tem, e passei a ser militante do Movimento Sem Terra⁶⁶.

O constante ir e vir da organização do Movimento pelos diversos campos além da luta pela terra e na terra dos camponeses demonstrou a dinâmica dos sujeitos na composição do MST, em diferentes espaços⁶⁷. Mas, caso permaneça, para a organização, a interpretação de que as relações são construídas somente no espaço de disputa do poder político, os desejos de emancipação encerram-se na máxima da transformação social que a “vanguarda” prescreve. Por outro lado, se a leitura volta-se unicamente para o enaltecimento do indivíduo sobrepondo-se aos interesses do coletivo, ou pela compreensão dos fatores subjetivos a determinar toda e qualquer ação, corre-se o risco de negar a confluência de saberes que dimensionam os vários espaços da vida. Sawaia ressaltou a importância da

⁶⁶ENTREVISTA. Cledson. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 08/03/2001.

⁶⁷As práticas da organização do MST não se encerram, necessariamente, nas ocupações de terra em um só Estado ou somente nessa ação. À época da pesquisa, os militantes e, principalmente, os dirigentes tinham uma fluidez territorial muito grande para o desenvolvimento de suas atividades. Tornou-se comum, principalmente a partir de 1996, militantes e dirigentes do MST no Pontal do Paranapanema se deslocarem para o trabalho com os sem-teto nas periferias de cidades como Campinas, São Paulo, bem como seguirem para a organização de ocupações em outros estados. Diante dessa questão, torna-se necessário entender os sentidos da mística nessa fluidez e nesse deslocamento. Isso presente já na primeira experiência de ocupação de terras na região, quando da vinda de militantes do Rio Grande do Sul e do Paraná para contribuir na organização da ocupação da fazenda Nova Pontal, em 1990.

apreensão de ambos os sentidos, propondo que se busque “superar definitivamente a dicotomia homem-sociedade”⁶⁸:

[...] a realidade objetiva não é um *a priori* distante do homem como algo que se cumpre compreender pela descrição fiel, ela é produto das objetivações da subjetividade. O empírico não é um fenômeno físico, é um fenômeno humano, histórico, e o homem é um ser significante que age sobre o mundo e o interpreta, transformando-o, ao mesmo tempo que é impregnado de objetividade, que é a objetividade da práxis humana num arranjo social em que grupos lutam por se afirmar e dominar⁶⁹. (grifo do autor)

Tais considerações me encaminharam à tese de uma simbiose entre objetividades e subjetividades, sugerindo que o empírico é produto do ser humano, construído em tempo e história vividos pelos homens e mulheres. O MST no Pontal e os diferentes sujeitos evidenciaram essa questão, levando à percepção de que as experiências do acampamento ao assentamento mostraram-se mais ricas do que, por vezes, expressou a teoria. Fez-se necessário então apreender como se constituiu a incorporação e reivindicação de direitos do ser sem-terra, por parte dos camponeses, mesmo depois de assentados. Não é possível, na perspectiva de um movimento e organização social como o MST, com suas instâncias, princípios fundadores e básicos de organização e disciplina, representar sem a participação daquele que está sendo representado. Assim, representado e representação, no meu entender, se fundem em práticas diversas, as quais não se restringem às vias institucionais ou ao poder coercitivo do “mando”. Não há uma obrigatoriedade na participação junto ao Movimento. Diversas são as situações que enunciam desejos se confluindo entre ser movimento e organização, mas não se pode negar o desejo comum da conquista da “terra do trabalho”, enquanto elemento fundador e fundamental a nortear os valores daqueles que nos acampamentos ingressaram.

Se os “valores artesanais” retornaram no assentamento, como afirmou Moraes⁷⁰, não haveria a possibilidade de, a partir desses valores, ir compreendendo os desejos que, longe de serem a negação do saber e a le-

⁶⁸ SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINKY, Mary Jany. (Org). **O conhecimento no cotidiano**. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. 1^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 74.

⁶⁹ Idem, p. 75.

⁷⁰ MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. In: **Caaderno de Formação**, n.1., São Paulo, 1986.

gitimação dos princípios do capital e da propriedade privada, poderiam expressar o seu inverso, ou seja, a resistência a sustentar saberes que a expropriação e a violência não conseguiram anular? Isto não quer dizer que no processo de lutas, em determinados momentos, não tenha havido a arbitrariedade e a negação de “nós”, tanto por parte da organização como dos camponeses de um modo geral, na medida em que, por vezes, as representações traziam na sua essência também uma relação de poder, fosse na leitura estabelecida por parte dos assentados da figura do líder como a síntese do processo de lutas – como, por exemplo, a de José Rainha Jr. –, fossem nas ações de militantes e dirigentes, ao objetivar transformações sociais e políticas para além dos desejos da maioria, compreendendo os seus valores como superiores.

Entendo que os pronomes “ele” e “nós” não são necessariamente negações do MST como força condutora e referência de luta para os camponeses, mas indicam a existência de sujeitos que não se encerram na dimensão do coletivo, todavia, nem por isso são o seu contrário, visto que, em determinadas situações, se sentem parte dele. Trata-se, então, da tessitura de identidades e de alteridades⁷¹, ou seja, o “eles” e o “nós” se separam e se unificam, se congregam e se diluem, pois trazem em seu bojo a ambiguidade que, longe de ser antônimo da luta, torna-se um de seus elementos fundadores e condutores, ao possibilitar a multiplicidade, isto é, a riqueza de ser Movimento (coletivo) e ser sujeito (indivíduo) ao mesmo tempo, para além dos limites que as conceituações de “massa” e de “vanguarda” impõem.

Nessa reflexão, vejo a possibilidade de ultrapassar a denominação de “organização institucionalizada”, designada por Navarro e por Martins, exposta apenas na figura da direção e da militância, por entender que o que move as pessoas no Movimento, em movimento, apresenta-se como um misto de razão e de paixão, nas condições objetivas e subjetivas da vida, a impulsionar as práticas e representações frente às derrotas e vitórias. A paixão, cerne da subjetividade, expressa particularmente na mística do Movimento e naquilo que os sem-terra carregaram consigo ao adentrarem no

⁷¹ Observa JOVCHELOVITCH, Sandra. Re (Des) Cobrindo o outro. In: ARRUDA, Ângela. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.69, em relação à alteridade que: “A consciência do outro em sua alteridade, ou seja, a consciência da diferença, é um problema de proporções históricas e de contínua importância na vida de grupos e comunidades. Longe de ser um problema crescente, as relações que o *eu* desenvolve com ser outro, desde tempos imemoráveis, têm provocado medo, segregação e exclusão”.

MST: a esperança e o desejo de conquistar a terra, assim como, por parte da organização, de transformar a sociedade. A razão, enunciadora de identidades e de alteridades, tanto para os camponeses assentados quanto para a organização, ao explicitar que se fazia necessário o tempo do plantio, o cuidado com a planta, a colheita para os primeiros, como também a semeadura de sonhos para aqueles que sabiam ter que viver na pele as intempéries dessa condição, e fizeram a opção pela condição de entrega.

Nesse sentido, a discussão a seguir busca compreender, de forma breve, o MST na história do tempo presente, não se limitando à representação exclusiva de uma ou outra liderança, por entender que são os homens, mulheres, jovens e crianças, em sua diversidade - dos acampamentos, assentamentos, escolas de formação - como a Escola Florestan Fernandes, criada em 2005 - que, na multiplicidade de lutas, explicitam a história desse Movimento.

O tema da Tese após 16 anos: O MST e o presente em tempos de pandemia

Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma 'morte em vida'. E a 'morte em vida' é exatamente a vida proibida de ser vida.⁷²

No contexto em que estudei as ações do MST no Pontal do Paranapanema-SP, as práticas do trabalho em grupos, em núcleos, a vida nos assentamentos ou mesmo a resistência às cooperativas, semelhante ao que assinalou o geógrafo João Fabrini, ao estudar alguns assentamentos localizados no sudoeste do Paraná, no início do século XXI, referendavam bem mais as potencialidades de ação política dos sujeitos envolvidos do que a leitura de que seriam as condições econômicas que determinam a consciência de classe e os seus limites:

[...] os trabalhadores sem-terra vão construindo relações que garantem a sua existência sem negar os valores do campesinato. Daí a importância do reconhecimento e valorização da força transformadora que está presente nas relações camponesas estabelecidas no espaço dos assentamentos. É preciso reconhecer o

⁷² FREIRE, Op. Cit, 2000, p.170.

potencial de resistência e transformação social implícita em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A luta pela manutenção da terra é uma evidência deste potencial⁷³.

Montes, discutindo os sistemas de representação da cultura popular, assinalou ser preciso ultrapassar a leitura única do econômico ou do político nas interpretações da cultura do povo ou da sociedade, sugerindo uma interação de valores, numa perspectiva em si, ambígua. Por ser ambígua, explícita ainda a possibilidade de analisar a riqueza das relações entre os homens e mulheres nos assentamentos e no MST: “[...] os ‘sistemas de representação’ – noções, ideias, valores, normas de conduta etc. – em que consiste a ‘cultura’ de um povo ou de uma sociedade em um determinado momento de sua história não se resumem nem se deixam esgotar da perspectiva de sua funcionalidade política, ou sua capacidade de serem utilizados como instrumentos de ratificação ou negação das relações de poder existentes nessa sociedade”⁷⁴.

Essa observação é relevante para a discussão das múltiplas dimensões da vida do ser indivíduo e coletivo no Movimento, amalgamados, ou seja, ser assentado, militante ou dirigente em situações imbricadas. Não se tratou, então, na tese realizada faz dezesseis anos, do entendimento de que era preciso esfacelar o político ou o econômico, em favor do ser social ou cultural, para a compreensão da luta pela terra e do MST nos assentamentos analisados, mas na premissa de um entrelaçar de valores, a expor a dinamicidade de práticas e de representações que não deixaram de ser ambíguas, mas nem por isso de serem profundas na composição das ações de homens e mulheres em diferentes tempos do acampamento ao assentamento.

As considerações de Fabrini são novamente relevantes para compreender a dimensão da solidariedade constante nos assentamentos por ele pesquisados, como potencialidade para as lutas:

⁷³ FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.14.

⁷⁴ MONTES, Maria Lucia Aparecida. **Lazer e ideologia** – A representação do social e do político na cultura popular. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.19.

As ações comunitárias são aquelas atividades realizadas nos assentamentos mediadas pela solidariedade entre as pessoas e sem a complexidade que envolve as relações de classe. A ajuda mútua, por exemplo, é movida mais pela solidariedade e ‘espírito’ comunitário do que por um projeto de transformação social e de natureza política. Não se constitui em si como um projeto de transformação social. Mas, estas relações comunitárias podem ser potencializadas, para transformações na estrutura da sociedade e por isso, possuem também conteúdo político⁷⁵.

Tomando como referência Boff⁷⁶, entendo que se faz necessário apreender o homem na sua completude, pois não há um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades da vida. Por compor-se dessa completude, o sujeito apresenta a sua complexidade. Por vezes, fragmenta-se em vista das formas de acomodamento e de resistência que vão sendo desenhadas para a continuidade da vida. Mas essa fragmentação aparente carrega consigo uma expressão daquele que se acomoda e ao mesmo tempo resiste. Chauí, ao referir-se à cultura popular, já discutia essa questão nos idos dos anos 1980:

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação⁷⁷.

Enquanto seres ambíguos há, assim, uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como verdades apresentam-se mais como camisa de força do que instrumento para a transformação social e a liberdade. Apreender a dimensão dos valores sinaliza ainda

⁷⁵ Op. Cit, 2002, p.8.

⁷⁶ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Ética do humano – compaixão pela terra. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁷⁷ CHAUI, Marilena de Souza. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.124.

para o entendimento de que se há a ambiguidade, ela não pode, por outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação, etc. Percebo essa preocupação no MST ao enfatizar, ao longo de sua história, a necessidade de denúncias das condições de vida e de trabalho em que se encontra a maior parte da população, e realizá-las na concretude da vida, em práticas que se tornaram também representações de sua história de lutas, a exemplo das marchas, ocupações, etc, e no presente caótico em que vivemos, em tempos de pandemia da COVID-19, por ações solidárias que têm tomado os campos e cidades, na produção e distribuição de alimentos, da comida como o fundamento dos “mínimos vitais” para o campesinato, como já enunciados por Antonio Cândido.

Mas, retomando o histórico deste século e a necessária ponderação sobre os rumos do MST e as relações estabelecidas com os governos, especialmente de sua organização, é possível dizer que entre os anos de 2003 a 2016, parte significativa das lideranças não conseguiu tecer a crítica, por dentro, para manter o que edificou o Movimento em seu nascedouro: a autonomia e a liberdade⁷⁸. A tragédia desta situação foi evidenciada em algumas práticas dos governos de Lula e de Dilma Roussef, ao legitimar e mesmo fortalecer as políticas do agronegócio, sem se contrapor a elas, tratando-as como parte do jogo político de negociação. O argumento da organização do MST era do “governo em disputa”, como consta no documento *A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST*, lançado em São Miguel do Iguaçu-PR, em 2004.

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária⁷⁹.

⁷⁸BORGES, Maria Celma. A história rural entre roças, pobres da terra e ‘a reforma que virou suco’: da América portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas** (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas). Curitiba: Editora CRV, 2018.

⁷⁹ Direção Nacional, 2004, p. 25, Apud SILVA, Luciana Henrique da Silva. **A trajetória do MST nos Anos 2000: avanços e recuos na luta pela Reforma Agrária no Brasil**. 2012, p.6. Disponível

É inegável o avanço de políticas públicas voltadas ao campo nas administrações do governo central do Partido dos Trabalhadores, em ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vinculado ao Fome Zero; o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre vários outros projetos como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com as Escolas do Campo e as Licenciaturas de Educação do Campo; o Luz para todos, entre outros. A bandeira da “Reforma Agrária”, todavia, foi deixada de lado pela relação umbilical entre o governo e o agronegócio⁸⁰, sem que esta questão histórica fosse resolvida ou ao menos problematizada por meio de ações que não se reduzissem ao paliativo.

No que se refere ao modo como os dois últimos governos vêm lidando com os movimentos sociais dos campos e cidades, especialmente com o MST, é possível dizer que se fundamenta nas tentativas de criminalização de suas ações. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer explicitou o compromisso com os grupos de poder e que controlam a propriedade da terra no país.

O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, solidificou esta prática e, sem peias, sem limites, veio explicitar o não lugar destinado aos povos da terra também nesta história recente⁸¹. O que se enuncia neste governo acelera e assevera ainda mais a perseguição e a tentativa de criminalização dos movimentos sociais dos campos e cidades⁸² e o descompromisso

vel em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_rtajetoria_do_mst.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

⁸⁰ Essa relação umbilical foi evidenciada na figura de Kátia Abreu, defensora do Agronegócio e nomeada como Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no segundo governo de Dilma Rousseff (de 2015 a 2016). Kátia Abreu, senadora pelo Estado de Tocantins, foi presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins entre 1995 e 2005 e presidiu a bancada ruralista no Congresso Nacional. “Dona de uma fazenda de soja e de gado no Tocantins, ela nunca escondeu suas posições contra a demarcação e o assentamento de terras”. Informações Disponíveis em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/katia-abreu-miss-desmatamento-fiel-a-dilma-e-vice-de-ciro/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

⁸¹ Anterior à sua posse, a posição do atual governo já evidenciava a interpretação sobre o MST: “O capitão reformado do Exército ressaltou que espera que os atos de invasões e depredações passem a ser enquadrados como atos de terrorismo. ‘Movimento social que invade propriedade não temos que conversar com ele. Tem que ser enquadrado na lei’, afirmou Bolsonaro”. (FONSECA, Marcelo da. Não tem conversa com o MST’, diz Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.em.com.br>. Acesso em : 29 out. 2018.

⁸² A reportagem da TV Record, do Bispo Edir Macedo, ao tratar sobre o Encontro dos Sem-Terrinhas, ocorrido em Brasília, em fevereiro de 2019, com a presença de 1200 crianças e

com políticas públicas que atendam a esses grupos. O controle e a tentativa de retirada de direitos, inclusive de organização desses movimentos para reivindicar as suas pautas centrais, vem sendo comum nos dois últimos governos, mas infelizmente são práticas que se alimentaram de seus antecessores⁸³.

Paulo Freire, entendendo a liberdade como conquista e não como doação, diz que esse exercício ocorre numa busca permanente: “[...] que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é a ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos”⁸⁴.

Ao observar este cenário do tempo presente é possível perceber que os sem-terra, na luta pela liberdade, tentam se reinventar no modo possível de cada dia e face ao arbítrio e violência que tem sido práticas comuns dos interesses públicos e privados. A luta pela liberdade é uma marca do MST mesmo que em alguns governos isto tenha se dado de forma ambígua, contraditória. Mas, talvez o grande desafio seja entendermos como chegamos a este quadro de violências na história do Brasil recente. É preciso o compromisso de desvelar e problematizar, insistentemente, este cenário, desnaturalizando a barbárie e numa história a contrapelo entendermos que a luta pela terra, pela Reforma Agrária, e por muitos outros direitos his-

adolescentes de todo o país, centrou-se numa fabricação de imagens de modo que desqualificassem toda e qualquer ação do Encontro na perspectiva de produção do conhecimento e de espaço de lazer, saber e entretenimento. A reportagem da Revista Carta Capital ao analisar a trilha sonora, os efeitos visuais e as falas enviesadas dos “juristas e estudiosos dos direitos da criança e do adolescente”, entrevistados pela emissora, explicitou os interesses desta matéria: O vídeo pode ser encontrado no Yotubee, no site: <https://www.youtube.com/watch?v=mq7ZmICsKgk>

⁸³ Esta afirmativa se sustenta na medida em que um dos impeditivos e talvez um dos maiores bloqueios para a continuidade da ocupação de terras, como instrumento de luta e fortalecimento do direito moral a terra versus o direito legal, imposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não foi alterado nos dois governos de Lula e nem por Dilma Rousseff. Estou me referindo à Medida Provisória n.2.183-56 em que: “impôs-se que as terras ocupadas não poderiam mais ser objeto de desapropriação. A ocupação de terras e a organização dos acampamentos na área desejada fora sempre uma das estratégias fundamentais para o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais, especialmente do MST, pois são espaços de aprendizagem e de formação política, tal como a terra ocupada e cultivada pelos sem-terra a evidência do direito moral de permanência”. BORGES, Op. Cit, 2018, p.184.

⁸⁴ Op. Cit, 2001, p.34.

toricamente usurpados enraizou e fez brotar ações de resistência desde as primeiras cercas.

Foram muitos os retirantes da seca desde fins do XIX e no decurso do século XX, a exemplo de minha família, expulsos da terra não somente pela questão climática, mas principalmente pelo poder local dos grandes coronéis, “donos das terras”, ao cercá-las e condicionar os sertanejos às condições mais adversas, como a falta da liberdade e a expropriação e violência do trabalho. O sonho da “terra prometida”, com um forte caráter messiânico, marca a história desses homens e mulheres. Em vista disso, muitos movimentos sociais do campo, no Nordeste, mas também em outras regiões do Brasil, carregaram esta tônica, a exemplo de Canudos, Contestado, Juazeiro, Santa Fé do Sul, entre tantos outros. Ainda que carregando este caráter “messiânico” esses movimentos contribuíram para desnudar a questão da concentração da terra e violência sobre os povos da terra como uma herança nefasta de nossa história.

Se os movimentos sociais, especialmente o MST, encontraram fôlego para brotar com a força do chão da terra em fins dos anos 1970 e permanecem em luta até o tempo presente, a semente foi germinada já de longa data, desde que a terra foi tomada de seus primeiros habitantes. É imprescindível estudar essas lutas, pois como sugeriu Lília Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes, na introdução do “Dicionário Escravidão e Liberdade”: “Lembrar é, por isso mesmo, exercício de rebeldia, de não deixar passar e de ficar para contar”⁸⁵. Oliveira, já em fins dos 1990 enunciava:

[...] se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação⁸⁶.

Partindo da leitura deste geógrafo e estudioso da questão agrária no país, é possível dizer que talvez este tempo seja aquele em que os movimentos sociais, dos campos e cidades, possam retomar o rumo de sua his-

⁸⁵ SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.17.

⁸⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.14.

tória para além das amarras que os prenderam as ações de governos anteriores, já que, contraditoriamente, por mais de uma década, parte significativa de suas lideranças tornou-se refém dessas ações governamentais. Em dezesseis anos do término da tese, infelizmente, é possível dizer que há muito mais permanências do arbítrio e da violência sobre os povos da terra do que o seu contrário. A Reforma Agrária continua inconclusa, inexistente, e o governo atual, de extrema direita, alicerça práticas e discursos que ferem frontalmente a esses movimentos e aos pobres da terra de uma forma geral. Faz-se necessário, então, que a sociedade mais ampla, semelhante ao que ocorreu nos anos 1990, consiga enxergar os movimentos sociais, dos campos e cidades, como o sinônimo da esperança, ou seja, como aqueles que, por viverem na pele, no corpo, no sangue, as condições adversas da pobreza e da exclusão, são os que melhor podem nos ensinar a dimensão humana, como já disse Paulo Freire, em texto aqui relacionado.

Exemplo disso vem se dando neste cenário da pandemia em 2020 em que os acampamentos e assentamentos do MST têm produzido alimentos saudáveis e disponibilizado o excedente para famílias carentes⁸⁷. Os canais televisivos de comunicação que cobrem a pandemia em números da tragédia das mortes que, no mês de julho, alcançaram mais de 80 mil pessoas, com mais de dois milhões de infectados, não têm a sensibilidade de enunciar práticas de solidariedade e humanidade destes movimentos, limitando-se à narrativa da generosidade das grandes empresas, como todas as noites faz o Jornal Nacional, da Rede Globo. Mas, a imprensa alternativa,

⁸⁷ São várias as notícias que dão conta de explicitar as ações de solidariedade evidenciadas nas doações de alimento do MST, ao menos em dezessete estados, para as famílias necessitadas, especialmente das periferias e em condição de rua, como as que constam no site do Movimento. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/10/historico-e-acoes-de-saude-do-mst-em-meio-a-pandemia-sao-temas-de-pesquisa/>. Também é possível encontrar essas matérias em outros veículos de imprensa, em diferentes cantos do Brasil. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/05/mst-contribui-com-alimentos-para-distribuicao-de-marmitas-na-periferia-de-porto-alegre/>; <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-Kotscho/2020/07/04/fazendeiro-destroi-lavoura-do-mst-destinada-a-doacao-de-alimentos.htm>; <https://www.leijaja.com/noticias/2020/06/26/mst-doa-mais-de-23-mil-toneladas-de-alimentos-em-2020/>; https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/galeria_de_imagens/2020/07/747265-assentamentos-do-mst-ja-doaram-150-toneladas-de-alimentos-na-pandemia-no-rs.html; <https://revistaforum.com.br/movimentos/mst-organizacao-de-44-toneladas-de-alimentos-no-interior-do-parana/>; <https://amazonia.org.br/2020/06/campanha-nacional-do-mst-ja-douu-1-200-toneladas-de-alimentos-durante-pandemia/>; <https://spbancarios.com.br/04/2020/mst-solidariedade-entra-em-campo-contra-o-coronavirus>, entre outras notícias. Acesso em: 16 jul. 2020.

outros jornais e o site do MST trazem evidências de que são reais estas práticas por muitos lugares, inclusive de alimentos advindos daqueles lugares que ainda não tiveram acesso à terra, como os acampamentos. Isto se evidencia pelo território nacional e é preciso buscar esses dados para enxergar além do que nos fazem querer ver.

Sobre esta questão, fugindo à prática comum dos maiores meios de comunicação, chama atenção a reportagem *online* de Mariana Grilli, da Revista Globo Rural, de 04 de Abril deste ano, intitulada “Em meio ao coronavírus, MST doa 20 toneladas de arroz orgânico para comunidades carentes em RS e SP”, ao observar que:

Comunidades carentes pelo Brasil têm enfrentado dificuldades para comprar mantimentos, à medida que alguns alimentos têm registrado preços elevados devido à alta demanda durante a pandemia do coronavírus, como é o caso do arroz e feijão. A fim de ajudar este grupo de pessoas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se organizado para doar arroz, feijão e hortifrúti orgânicos nos estados do Rio Grande do Sul, estado em que acontece a produção, e de São Paulo.

Milton Fornazieri, coordenador de produção do MST, explica que cooperativas da reforma agrária junto com o Movimento doaram 12 toneladas de arroz orgânico para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar de Porto Alegre (Consea-RS) e o órgão administra a destinação do alimento. ‘Tem muita gente que está procurando ajudar as pessoas mais necessitadas para suavizar a crise. Nossas cooperativas, por serem bem conhecidas nas regiões Nova Santa Rita, Eldorado do Sul e Charqueadas, têm recebido muitos pedidos de doação de alimentos e era necessário organizar esse processo para atender o maior número de pessoas possível’, diz.

Além da doação no Rio Grande do Sul, oito toneladas de arroz serão destinadas para São Paulo na próxima semana, de acordo com Fornazieri. ‘É claro que arroz tem impacto maior por ser em maior quantidade. Mas, também tem feijão e hortifrutigranjeiro. A Grande Porto Alegre tem produção orgânica de hortifrúti e as cooperativas organizam para doação.’⁸⁸

E neste novo olhar, tecido e alimentado pela generosidade, quem sabe o MST consiga recuperar a confiança e o sinônimo de esperança da so-

⁸⁸Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/04/em-meio-ao-coronavirus-mst-doa-20-toneladas-de-arroz-organico-para-comunidades-carentes-em-rs-e-sp.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

cidade brasileira, como nos anos 1990, especialmente em 1997, quando múltiplas ações, de vários lugares do Brasil e de outras partes do Mundo, vieram se somar às lutas dos homens, mulheres e crianças sem-terra que saindo de todos os rincões de nosso país se dirigiram em marchas a Brasília; pela exposição “Terra”, de Sebastião Salgado, materializada em livro com o prefácio de José Saramago; pelo CD “Terra”, de Chico Buarque, e por muitas outras ações que naquele momento histórico conseguiram chegar até a sociedade como um todo e mostrar outra face deste Movimento, muito diversa da desenhada pelos dois últimos governos.

Considerações Finais

Se pensarmos no cultivo de alimentos, tendo por base a agroecologia, é inexistente esta produção derivada do agronegócio. São os sítios e os assentamentos, com suas pequenas roças e hortas, pela agricultura camponesa e por toda a reflexão e prática oriundas também do MST, quem produz alimentos saudáveis, onde a vida não se reduz ao capital. O agronegócio cotidianamente nos envenena, alimentado pela política de liberação dos agrotóxicos e pela devastação do meio ambiente, como na Amazônia (pelas queimadas cujo aumento é devastador nesses tempos de governo Bolsonaro, e também a violência sobre os recursos naturais e os povos originários, quilombolas, sem-terra, entre outros).

O governo atual, semelhante aos anteriores, mas conseguindo superá-los em alguns pontos, especialmente no emprego da violência e nos desmandos dos órgãos governamentais, evidencia a opção pela mercadoria, pelo mercado, e conseqüentemente pela negação da vida, especialmente na referência aos pobres da terra. Não é preciso muito esforço de análise para fazer esta constatação. Basta olhar para o que vivemos ao nosso redor.

É tempo de retomar o protagonismo que fez (re)nascer esses movimentos sociais de luta pela terra e para nela permanecer, como o MST, pois constituíram-se (e se constituem) de vidas, de sonhos, de histórias que alimentaram (e alimentam) as lutas e continuidades das ações, já que imersas na história do campesinato, como, por exemplo, no desejo do roçado, da terra de trabalho, de liberdade e de morada da vida. É fundamental conhe-

cer esta história, pois como diria Marc Bloch, “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”⁸⁹.

Recorro a minha história de vida, enunciada na Introdução, e observo que enquanto historiadora do mundo rural o meu papel é o de pensar a história do tempo presente de forma crítica e comprometida com estas lutas, atenta a esse cenário, a fim de tecer interpretações em que esteja em jogo a análise dos discursos governamentais e das ações e representações do MST, pelo estudo da ação humana no tempo e em sua dinamicidade. Também a reflexão do lugar de onde escrevo é um exercício necessário, pois as questões do presente instigam o estudo do passado e vice-versa. Marc Bloch⁹⁰ já nos dizia faz muitas décadas que onde encontrarmos a “carne humana” ali se encontra nosso objeto.

Contar a história de luta do MST incomoda porque retira do lugar de conforto o arbítrio. As evidências históricas da história rural, desde a Colônia, nos mostram o campesinato imerso de forma intensa na produção de alimentos e, conseqüentemente, da vida. São essas histórias que precisamos recuperar a fim de mostrar a beleza desse universo, marcado por um mosaico de agentes sociais e de lutas, de gente simples que entende ter em mãos somente aquilo que conquistar a partir das lutas. Do passado ao tempo presente, os movimentos sociais nos ensinam ser possível recuperar a dimensão da humanidade. Que saibamos tecer essas tramas, buscar e narrar essas histórias, em tempos difíceis nos quais a esperança mais que nunca precisa ser a nossa âncora.

⁸⁹ BLOCH, Marc, Apud CHAVEAU, Ágnes; TÉTARD, Phillipe. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p.10.

⁹⁰ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



A IDENTIDADE SEM-TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO OESTE DO PARANÁ: história, memória e metodologia da história oral (décadas de 2000 e 2010)

Vagner José Moreira¹

A memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Oeste do estado do Paraná tem como marco histórico tradicional o Primeiro Encontro Nacional, ocorrido no final do mês de janeiro de 1984, em Cascavel, fato que demarca a fundação do movimento social no Brasil. Como parte da história de formação do MST, o evento é objeto de publicações periódicas e acadêmicas².

Nas histórias de luta pela reforma agrária, outros fatos são recorrentes em narrativas orais de militantes do MST, tais como, a referência a movimentos sociais de luta pela terra no período anterior a formação do MST, como o Mastro³, ocupações de terras, acampamentos, caminhadas e manifestações diversas que envolveram a militância na luta pela reforma agrária. Todavia, quando indagados sobre a história da luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, o evento de 1984 em Cascavel, que criou o MST, sempre é rememorado como marco histórico da luta pela reforma agrária.

O processo histórico e social de produção da memória da luta pela reforma agrária, com as reminiscências produzidas pelos sem-terra quando

¹ Professor associado do Colegiado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vinculado ao Laboratório Trabalho e Movimentos Sociais. E-mail: vagner.jose.moreira@gmail.com

² A produção é vasta, mas segue referências representativas, Cf. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In. CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história: Surge o MST 84-86. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

³ Cf. MORAES JUNIOR, L. R. **Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

entrevistados por pesquisadores, ou mesmo por jornalistas para publicação em periódicos diversos, os relatos de militantes sobre suas trajetórias de vida são sempre narrados e imbricados com a história do MST. Esse procedimento narrativo e simbólico⁴ evidencia a afirmação da identidade dos militantes sem-terra. Contudo, também demonstra o processo de formação – educação – da militância sem-terra construída durante a história de luta pela reforma agrária vividas em ocupações, acampamentos, assentamentos e nas diversas manifestações e mobilizações. A educação no interior do MST visa a construção de uma identidade camponesa imbricada a agroecologia e na luta contra o agronegócio – hegemônico no campo –, contra o capitalismo.

Nas entrevistas, esses são temas recorrentes nas narrativas dos sem-terra, muitas vezes independente do roteiro formulado pelo pesquisador para a produção da fonte oral.

As pesquisas históricas sobre a luta pela reforma agrária não se reduzem a produção de entrevistas com os militantes engajados na organização e coordenação do MST, salvo delimitações e recortes do objeto da pesquisa na militância sem-terra. A produção historiográfica sobre os movimentos sociais de luta pela reforma agrária tem privilegiado um recorte transversal para abranger a totalidade da diversidade de sujeitos que projetaram, ou ainda projetam, na luta pela reforma agrária a realização do sonho de ter um pedaço de terra para morar, trabalhar e cultivar a terra.

Todavia, nesse capítulo, privilegio a narrativa de uma militante sem-terra engajada politicamente em diversos setores do MST. O objetivo não é a totalidade da história da luta pela reforma agrária no assentamento Valmir Mota⁵, local em que a militante Geni foi assentada, mas problematizar a formação da identidade sem-terra a partir das reminiscências produzi-

⁴ Cf. PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

⁵ A pesquisadora Cíntia Valéria Mello indagou sobre a trajetória de vida de outros entrevistados do assentamento Valmir Mota, principalmente no período anterior ao engajamento no MST, Cf. MELLO, C. V. **Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota**: Cascavel, Paraná (1999-2017). 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018. Ainda sobre o assentamento Valmir Mota, Cf. PASTÓRIO, I. T. **A mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade no assentamento Valmir Mota de Oliveira – Cajati – Cascavel-PR**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

das no diálogo estabelecido entre a entrevistada e os pesquisadores para a produção da fonte oral.

A identidade sem-terra nas primeiras décadas do século XXI é formada no contexto do avanço do agronegócio e da intensificação da criminalização e repressão aos movimentos sociais de luta pela terra. Os movimentos sociais de sem-terra, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais movimentos sociais de comunidades tradicionais denunciam a violência desmedida e o ódio de classe presente na criminalização e repressão aos diversos movimentos sociais de luta pela terra⁶. O processo de identificação social e política dos sem-terra tem a marca desse momento histórico vivido na contemporaneidade.

Nesse processo, a formação histórica da identidade sem-terra tem-se constituído como uma identificação de classe, de gênero e de raça na luta pela reforma agrária. Os sujeitos sem-terra elaboram e reelaboram valores e projetos para suas vidas e, assim, num processo de transformação de sem terra (termo descritivo que informa sujeitos expropriados da propriedade da terra e do trabalho no campo) para sujeitos sem-terra, constituídos num processo histórico contraditório, ativo e não homogêneo⁷. As experiências sociais de luta pela reforma agrária dos sem-terra sempre é histórica, peculiar, presente em cada movimento social de luta pela terra⁸. E mesmo no interior de um acampamento ou assentamento o processo não é vivido de modo homogêneo. Os sujeitos sem-terra compartilham socialmente a experiência histórica de luta em comum no MST (ou em um outro movimento social de luta pela terra), mas não a tratam do mesmo modo (mecanicamente) em suas consciências.⁹ É por meio dessa chave de leitura que interpreto as vicissitudes e contradições no interior dos movimentos

⁶ Cf. MOREIRA, V. J.; WELCH, C. A. Introdução ao dossiê “Trabalho rural e movimentos sociais no campo”. **Tempos históricos**, v. 22, p. 14-17, 2 sem. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/1073/showToc>. Acesso em: 29 ago. 2019.

⁷ Sobre o processo de formação histórica da identidade sem-terra, Cf. MOREIRA, V. J. **História oral e reforma agrária: a experiência social de trabalhadores rurais sem-terra em Sumaré, interior de São Paulo (décadas de 1980 e 1990)**. São Paulo: Edições Verona, 2019.

⁸ Para a compreensão da história como processo, como relação e movimentos históricos peculiares, Cf. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs. A. L. NEGRO; S. SILVA. Campinas: UNICAMP, 2001. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁹ Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

sociais de luta pela reforma agrária.¹⁰ Contudo, como compreender a relutação de assentados em trabalhar e produzir com as práticas agroecológicas e de oposição ao agronegócio, por exemplo, mesmo depois de quase 15 anos entre ocupações, acampamentos e lutas para a conquista do assentamento? Uma possibilidade de explicação dessa prática social relutante talvez possa ser encontrada na história da formação da identidade sem-terra.

Teoria, história oral e os movimentos sociais de luta pela reforma agrária

Para problematizar as relações entre a formação dessa identidade sem-terra e a metodologia da história oral exploro densamente duas entrevistas produzidas com a militante sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza, do assentamento Valmir Mota, localizado no Complexo Cajati, próximo a cidade de Cascavel. As entrevistas foram produzidas em contextos diversos e por pesquisadores diferentes, o que demarcam os sentidos e a intensidade da narrativa em torno de determinados fatos – a subjetividade das fontes orais. A comparação das duas entrevistas, às vezes citando e cotejando trechos com relatos parecidos, foi fundamental para a problematização e apreensão dos significados da experiência social da militante e do assentamento Valmir Mota¹¹. A narrativa construída pela entrevistada é representativa da experiência social do assentamento Valmir Mota, pois apresenta “campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”¹², expectativas, vividos pelos sem-terra. As entrevistas produzidas com Geni apresentam contornos narrativos e simbólicos significativos para a apreensão da identidade sem-terra¹³.

¹⁰ Sobre os sem-terra no Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo, Cf. WELCH, C. A. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996). In. FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

¹¹ As entrevistas com Geni Isabel Teixeira de Souza ocorreram em 2012, produzida pelos pesquisadores Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira, e em 2017, produzida pela pesquisadora Cíntia Valéria de Melo.

¹² Cf. PORTELLI, 1996. p. 72. Cf. ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun.2002.

No Brasil, a pesquisa historiográfica sobre os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores empreendeu um deslocamento teórico e metodológico nas últimas décadas, em particular, a partir tradição da historiografia marxista inglesa¹⁴. A produção do conhecimento partiu do uso dos diversos materiais históricos – as fontes – compreendidos como linguagens¹⁵. E o tratamento dado aos documentos levou-nos identificar e problematizar as propriedades das evidências¹⁶, específicas de cada fonte, cujo objetivo constitui-se na possibilidade de potencializar o tratamento dado aos materiais históricos¹⁷ e, assim, construir a interpretação histórica plasmada com a realidade. Dentre as diversas propriedades específicas da fonte oral problematiza-se, no exercício da explicação histórica, a memória, a oralidade e a subjetividade, atravessados pela perscrutação de atos interpretativos, enredos, tendências, procedimentos narrativos e simbólicos, entre outros¹⁸.

¹³ Cf. MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

¹⁴ Cf. CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009. BATALHA, C. H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90* (UFRGS), v. 13, p. 87-104, 2006.

¹⁵ WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 27-49.

¹⁶ THOMPSON, 1981, p. 34-62.

¹⁷ Parte dessas considerações teóricas e metodológicas foram publicadas anteriormente na forma de artigo e aqui sintetizadas, Cf. MOREIRA, V. J. Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história: memórias sobre trabalhadores na luta pela terra. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 239-282, jan./jun. 2013.

¹⁸ Desde meados dos anos 1990 um grupo significativo de historiadores foram formados em torno dessa perspectiva cotejada pelas publicações da historiadora Yara Aun Koury, Cf. KHOURY, Y. A. Apresentação. In: PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001. As traduções, publicações, bem como a presença de Alessandro Portelli no Brasil desde meados da década de 1990 também impactou a produção historiográfica; entre outras produções, Cf. PORTELLI, A. Forma e significado da representação histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 181-217, jul. dez. 2008. PORTELLI, A. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. PORTELLI, A. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. PORTELLI, A. O que faz a história oral

A produção historiográfica considera os diversos materiais – documentos – utilizados pelo historiador em seu ofício como portadores de narrativas históricas, compreendidas como práticas sociais que tencionam intervir na realidade, produzidas sempre em um determinado campo de forças, que expressam experiências sociais, isto é, evidências do vivido e do trabalho da consciência de os sujeitos históricos. Yara Aun Khoury assevera que, “ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista”¹⁹. As fontes com as quais o historiador lida em seu ofício expressam sempre evidências de experiências de sujeitos históricos inseridos em determinadas relações sociais. O material usado pelo historiador foi produzido em meio a tensões, contradições do vivido e em um tempo determinado. Não é suficiente ao historiador, em suas pesquisas, privilegiar o “conteúdo” expresso nas fontes. Igualmente importante é o *como* esse “conteúdo” está denotado nas fontes. A crítica das fontes deve problematizar o processo de produção dos documentos (quem, onde e com quais interesses os produziram), bem como sua preservação e a inserção destas nas relações histórico-sociais. Assim, é possível romper com o uso corrente das fontes como mero depósito de dados objetivos, ilustração ou espelho fiel da realidade²⁰.

A formulação é significativa no contexto de uma tradição historiográfica que assume os desafios de lidar com as fontes como múltiplas linguagens produzidas no viver diário dos sujeitos históricos – os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra; mesmo a fonte oral, em que o pesquisador produz o próprio material na relação dialógica com os sujeitos.

O processo histórico e social de produção da memória é ativo. As circunstâncias da produção da entrevista, a subjetividade do pesquisador, marca a narrativa do sujeito, no diálogo mediado por um roteiro, na capacidade ou não do pesquisador em criar um ambiente tranquilo para a entrevista, pelas imagens recíprocas formuladas no período anterior ou mesmo durante a entrevista e, ainda, nas relações mantidas entre pesquisador e o sujeito entrevistado. Por outro lado, os relatos dos entrevistados trazem a

diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Os dossiês das revistas: *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 1-382, jan.jun. 2010. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 22, p. 1-453, jun. 2001.

¹⁹ KHOURY, 2004, p. 125.

²⁰ Cf. MOREIRA, 2012, 2013.

marca da experiência²¹ e da sua própria subjetividade, pois, as reminiscências são construções que expressam a relação entrevistador e entrevistado. A memória não é um armazenador passivo de fatos transcorridos durante a vida e, sim, uma força ativa e determinada historicamente, que seleciona o quê lembrar e como lembrar. Para Alessandro Portelli, a memória produzida durante a gravação de uma entrevista para a história oral sempre será pessoal, todavia as versões do passado são compartilhadas socialmente e a memória é “dividida” – está em disputa e expressa a luta de classes. Enfim, a subjetividade da memória não significa que seja impossível a apreensão dos seus significados²².

O conhecimento histórico construído pelo historiador também produz memórias e histórias²³, que expressa, também, a luta de classes na produção do conhecimento histórico. E impõe ao historiador a necessária reflexão sobre o tempo presente e como o historiador se situa politicamente diante dos diversos problemas de seu tempo²⁴.

Memórias e histórias do assentamento Valmir Mota

A gravação da entrevista em 2012 com a assentada sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza sobre sua trajetória de vida e sobre a história do assentamento Valmir Mota ocorreu em sua residência provisória, num período anterior a demarcação dos lotes para cada família de assentados. Naquele momento, as casas foram construídas todas umas próximas das outras na parte superior do assentamento, bem próximo da antiga sede da fazenda, que não foi desapropriada, e da BR 277.

²¹ SAMUEL, R. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. p. 44.

²² Cf. PORTELLI, A. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. *História, mito, rituais e símbolos. História e Perspectiva*, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. PORTELLI, A. *La ordem ya fue ejecutada*. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²³ ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

²⁴ Cf. CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

A entrevista de 2012 com a Geni foi gravada com câmera de audiovisual e não com um simples gravador digital, que, muitas vezes, passa despercebido pelos entrevistados mais experimentados com a concessão de entrevistas, como é comumente o caso de militantes. A gravação de audiovisual altera a dinâmica e o contexto da entrevista, uma vez que é uma tendência daqueles que são entrevistados se preocuparem com a filmagem. Não raro, desviam o olhar do entrevistador e olham para câmera, fato que ocorreu diversas vezes com a Geni durante a gravação da entrevista. Outra especificidade da gravação audiovisual é a preocupação com a aparência e os cuidados com a linguagem, com a fala, já que conjectura que as imagens em movimento serão utilizadas em alguma produção audiovisual²⁵. Se ocorre apenas a captação do áudio presume-se a transcrição da entrevista para seu uso como texto numa produção acadêmica, que foi o caso da entrevista realizada com a Geni em 2017. Geralmente, essas informações são repassadas aos entrevistados no início das entrevistas. No caso da Geni, em 2012, visitamos e filmamos antes da entrevista a escola do assentamento, que também recebe sem-terra de acampamentos da região. Naquela ocasião foi informado que talvez a entrevista seria utilizada em algum documentário. Assim, a entrevistada se preocupou com o modo como relatava sua trajetória de vida, com cuidado na elaboração de uma fala mais formalizada, mas a narrativa produzida manteve contornos coloquiais.

A questão que motivou o início da narrativa foi sobre a trajetória de vida da assentada Geni, que utilizou 11 minutos iniciais do seu relato:

Geni: Bom, eu tenho uma trajetória de vida vinda da agricultura. Sou filha de camponeses, agricultores. Cresci, me criei, casei na agricultura. E teve um processo da minha vida de [19]84 a [19]93 que eu morei no Mato Grosso. E daí lá eu inseri na verdade em vários trabalhos. [...] Meu ex-marido foi para um garimpo de ouro. E eu fiquei na cidade e fui trabalhar numa escola estadual no Mato Grosso, em Alta Floresta, lá no Mato Grosso. Entrava muita gente. Era uma movimentação de pessoas vindo do Brasil inteiro. [...]. Voltei de lá em [19]93. E vim de volta para Ampére, para a região Sudoeste do Paraná, onde mora a minha família. Daí fui morar junto com os meus pais, porque eles estavam sozinhos na roça. E daí me separei. Tive três filhos, dois nasceram no Mato Grosso e um nasceu antes de eu ir embora para o Mato Grosso. E ali eu me incluí de volta.

²⁵ O inverso pode ocorrer com sujeitos entrevistados que pouco ou nunca concederam entrevistas, seja de áudio ou audiovisual, pois a presença do gravador ou da câmera pode dificultar ou inibir a fala do entrevistado.

Como na minha adolescência e juventude a gente cresceu participando das lutas dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Minha família vem de uma família de movimentos sociais, onde a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.

E antes de eu ir já para o Mato Grosso a mãe, como ela trabalhava no sindicato, ela fazia parte do sindicato, fazia parte de uma organização de mulheres, de agricultores, onde eles trabalhavam com as famílias que não tinham terra, que eram arrendatários, que moravam junto com os pais, mas que eram filhos de agricultores que tavam saindo do interior e vindo para cidade, uma cidade pequena, onde eles aglomeravam para fazer as ocupações de terra.

Naquela época era bastante assim... é em segredo porque tinha uma, na época não tinha nem terminado a ditadura, estava naquele processo de terminar a ditadura militar. E as famílias, lembro, nós morávamos no sítio, o pai tinha aquele galpão, que ele plantava fumo, e as mudanças das famílias ficavam lá enquanto eles iam para as ocupações e depois, se desse certo, vinham buscar as mudanças. Iam para as ocupações de terra aqui mais na região do Sudoeste, Oeste, ali em Mangueirinha, que hoje tem vários espaços que é assentamento²⁶.

A família de Geni é oriunda de Santa Catarina e se deslocou para Ampére, Sudoeste do Paraná. Uma família de nove irmãos, mas apenas Geni está em área de assentamento. A narrativa inicia com a sua identificação como filha de uma família camponesa, de agricultores. A afirmação logo na primeira frase é expressiva para informar a identidade sem-terra da entrevistada. O trabalho da memória direciona a narrativa rapidamente para talvez um marco traumático da sua experiência vivida, que foi o casamento, a mudança para Alta Floresta e a separação do marido. Sobre a vida familiar com o esposo no Paraná, anterior ao deslocamento para Mato Grosso, nada foi relatado. Apenas a referência ao filho que nasceu antes da migração familiar para o trabalho do marido no garimpo e dela em uma escola. A separação do marido motivou o retorno de Mato Grosso e a viver novamente junto com os seus pais. As expressões faciais e o modo como o fato foi narrado revela um processo traumático de separação conjugal. O motivo da se-

²⁶ SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 05 de março de 2012. Entrevistadores: Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração: 1h19min. Agradeço ao Lucas Eduardo Gaspar o trabalho técnico da filmagem da entrevista.

paração não foi informado e os pesquisadores não pautaram o tema durante a entrevista.

“E ali eu me incluí de volta”, todavia, é a frase chave desse trecho da entrevista (talvez de toda a entrevista), pois informa que sua história não iniciou com o casamento e a sua mudança para o Mato Grosso, como se pode apreender do início da narrativa. A sua trajetória de vida está marcada pela militância dos seus pais na luta pela reforma agrária ainda no período da ditadura civil e militar no Brasil, uma família de pequenos proprietários solidários para com os trabalhadores rurais sem-terra e os movimentos sociais e sindicais na região Sudoeste do Paraná. É nesse momento que Geni nos informa que sua mãe trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampére e que ela acompanhava a mãe na participação ou na organização de grupos de mulheres agricultoras, num momento em que era jovem e solteira. Certamente, as reminiscências de Geni remonta ao final da década de 1970 e início da década de 1980, período de emergência dos movimentos sociais no campo e na cidade, da organização de Comunidades Eclesiais de Base no interior da Igreja Católica, dos movimentos de oposição e de criação de um sindicalismo combativo no Brasil, da mediação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também se fez presente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná²⁷.

No período anterior ao deslocamento para Mato Grosso, talvez ainda antes do seu casamento, narra a solidariedade da família e a utilização

²⁷ Cf. ALMEIDA, P. R. Política e organização dos trabalhadores frente à “abertura política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, M. C. T.; PATRIOTA, R. (org.) **Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. CHRIST, F. M. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. MUNAKATA, K. O lugar do movimento operário. O lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 43, p. 9-40, jul./dez. 2010. PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983. SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre assentados rurais**. Curitiba: CRV, 2016. SILVA, O. H. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. POLETTO, I. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

dos galpões de secagem e estoca de fumo²⁸ para a acomodação dos pertencentes das famílias que partiam para as ocupações de terra. A narrativa tem o sentido de relacionar o passado familiar ao seu engajamento como sem-terra na luta pela reforma agrária, pois afirma que seus pais foram os responsáveis pela sua formação e consciência: “a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.”

A memória expressa na narrativa da entrevistada Geni foi construída de um modo que imbricou dialeticamente a trajetória pessoal com a militância e, assim, evidenciou o processo histórico da identificação da Geni como sem-terra e a formação da sua identidade sem-terra:

Geni: E daí nesse processo, que eu fui para Mato Grosso, eu me afastei um pouco, mas na volta, quando eu voltei, eu me, me incluí de novo nesse processo do sindicato, com a luta das mulheres, das pastorais da Igreja. E daí trabalhava com a Assesoar, que a Assesoar também é da agricultura familiar de Francisco Beltrão, é no projeto de alimentação alternativa, né, trabalho junto com as famílias da região ali do Sudoeste, onde a Assesoar abrangia, trabalhando num projeto de alimentação mesmo, de produção e venda das feiras de alimentos agroecológicos, né, alimentos sem agrotóxicos. E daí eu tava dentro da Assesoar quando iniciou-se então a pedagogia, já tava nessa luta dentro dos movimentos sociais tá conseguindo uma turma de pedagogia da terra. A gente chamava antes pedagogia da terra. Depois que a universidade colocou o nome para Pedagogia para Educadores do Campo. E daí eu saí da Assesoar pra poder estudar. Fui pra universidade, que era uma oportunidade, sempre quis cursar um curso, mas na época não tinha possibilidade de fazer, tinha os filhos pequenos, morava só eu com os filhos. Daí eu fiz então a primeira, fiz o vestibular passei, fiz o curso de Pedagogia para Educadores do Campo, na Unioeste de Francisco Beltrão. Fiquei em Francisco Beltrão até 2005. Fiquei em duas etapas só, enquanto aconteceu duas etapas do curso. Daí eu saí. Esperei meu menino terminar o ensino médio e vim pra, vim pro acampamento aqui na Cajati, nesse local onde estou, desde 2005, então, estou aqui no acampamento Primeiro de Agosto, que é na área aqui embaixo. Morando ali e também incluída no setor de educação. E agora, então, além do setor de educação, da coordenação da escola, na contribuição na

²⁸ Sobre a produção de fumo, o documentário *O diagnóstico* (2019), dirigido por Beto Novais, desnuda o processo de adoecimento de pequenos agricultores por conta do uso intenso de agrotóxicos na produção de tabaco no interior do Paraná. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fKD2_Bbt8PY. Acesso em: 19 jul. 2020.

coordenação da escola, também assumi a coordenação estadual da brigada. A brigada compreende então vários espaços do acampamento, né, vários espaços de acampamento e assentamento aqui da região, que abrange os assentamentos de Lindoeste, acampamento de Lindoeste. Santa Teresa tem assentamento, tem assentamento em... Dois assentamentos em Santa Teresa. Os acampamentos de Cascavel. Tem assentamento em Ibema, Campo Bonito, então, todos eles compreendem a Brigada Teixeira [...]²⁹.

Geni informa que atuou profissionalmente na Assesoar³⁰ auxiliando pequenos agricultores na prática da agroecologia visando uma alimentação livre de agrotóxicos. A sua trajetória pessoal e familiar certamente a credenciou para esse trabalho, bem como para o curso de Pedagogia para Educação do Campo, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão, fatos que marcaram sua experiência social. O deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto, no Complexo Cajati, ocorreu apenas em 2005, quando seu filho concluiu ensino médio e ela o curso de Pedagogia para Educação do Campo.

Nesse trecho da entrevista novamente o conceito “incluir” é central na narrativa da entrevistada. No trecho anterior o conceito tinha aparecido para demonstrar sua condição de sujeito da história. E, novamente, para evidenciar a militância no sindicato dos trabalhadores rurais, no movimento das mulheres, no interior das pastorais da Igreja Católica, no Setor de Educação do MST, na escola Zumbi dos Palmares³¹ e em diversas atividades e responsabilidades políticas na brigada Teixeira³². E o vocabulário usado

²⁹ SOUZA, 2012.

³⁰ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, (Assesoar) foi fundada em 1966 por agricultores familiares no contexto da luta dos posseiros do Sudoeste do Paraná pela posse da terra, com apoio de padres belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, e profissionais liberais de Francisco Beltrão, vinculado à Juventude Agrária Católica (JAC). Hoje, a “ASSESOAR se relaciona com muitos atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa, e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo.” Cf. ASSESOAR. Quem somos. Fundação. A Assesoar foi criada em 1966. Disponível em: <https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

³¹ Sobre a Escola Zumbi dos Palmares, Cf. MARCONDES, V. L. **A transição da escola pública do campo**: a experiência da Escola Itinerante Zumbi Dos Palmares. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

³² De acordo com Cleide Aparecida Ferreira, “No acampamento e assentamento todas as famílias estão nucleadas. Os Núcleos de Base são compostos por 10/12 famílias. A cada cinco

não é apenas aquele que está disponível no seu repertório ou léxico pessoal, mas o que tem sentido para a sua experiência social. Talvez esse seja o motivo do uso do termo “incluir”. É muito provável que a narradora entenda o sentido binário do conceito “inclusão”, com seu oposto “exclusão”, uma vez que foram conceitos amplamente utilizados para organizar narrativas vinculadas a Teologia da Libertação, aos movimentos sociais e as pedagogias de tendência histórica-crítica. O conceito binário “incluir” é insuficiente para situar historicamente as trajetórias de vida dos sujeitos, com a formalização de projetos políticos para as suas vidas, por exemplo, a separação do marido, o retorno para Ampére, a militância no sindicato e no movimento de mulheres, o trabalho na Assesoar e, por fim, a decisão de deixar o trabalho na Assesoar para fazer o curso de Pedagogia para Educação do Campo, uma vez que evidenciam ações conscientes do sujeito dando direção a sua vida, em meio às múltiplas possibilidades históricas em cada presente vivido. O vocabulário utilizado articula a sua história de engajamento político com a sua formação no ensino superior no curso de Pedagogia. Todavia, alguns conceitos utilizados pela narradora para relatar sua história não são suficientes para demonstrar – evidenciar – a complexidade do que foi o viver e expressa o trabalho da memória nas reminiscências narradas na entrevista.

Ao mencionar as frases “me inclui de novo nesse processo” e “também incluída”, Geni ocultou o processo histórico contraditório de disputas e conflitos, sempre tenso, em cada embate vivido que, muito provavelmente, ocorreram ao se separar do marido, ao retornar inicialmente para a casa dos pais, ao reengajar na militância política no sindicato, no movimento de

Núcleo de Base (NB) se constitui numa brigada de 50 membros, em torno de 60 famílias, com uma organização específica e que depois vão ampliando-se. O nome da brigada ocorre quando são reorganizadas a cada 500 famílias em uma região, que homenageia um companheiro que tenha contribuído significativamente com o processo de luta. Neste caso Diniz Bento da Silva, o Teixeira da Silva dirigente do MST é homenageado, que foi torturado e morto por policiais, na Fazenda Santana em Campo Bonito-PR, em 08 de março de 1993. Em outras palavras uma brigada corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos que estão vinculados a uma secretaria do MST. Por exemplo, no município de Cascavel há uma secretaria, onde todos os assentamentos e acampamentos dos municípios vizinhos ligados a esta secretaria compõe-na. Integram a Brigada os municípios de Campo Bonito, Lindoeste, Santa Tereza, Céu Azul, Ibema, Catanduvas, Guaraniçu, Corbélia, Braganey e Cascavel.” FERREIRA, C. A. **A luta por terra, pão e saber: a escola forjada na pedagogia da luta**. 2017. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS, 2017. p. 13.

mulheres e também no trabalho e militância na Assesoar.³³ Cada um desses fatos históricos vividos não se constituíram em eventos que, naturalmente, foram “acontecendo” na vida da militante Geni, como se fosse uma história em evolução linear e progressiva. Para cada um desses fatos demandou um posicionamento e enfrentamento pessoal e político diante de oposições e incertezas da vida. Para Geni, foi “viver as contradições e as opções sob pressão”, pois, certamente, ela sabia de “onde as pressões vinham”³⁴. Foi o que ocorreu quando decidiu renunciar ao trabalho remunerado na Assesoar para ingressar no curso de Pedagogia para Educação no Campo e, posteriormente, quando deixou Francisco Beltrão e se deslocou em 2005 para o acampamento Primeiro de Agosto e se assumiu como uma acampada e sem-terra. Ou quando disputou politicamente, no interior do acampamento, ou agora assentamento, uma posição de coordenação. O que estava em disputa sempre foram os projetos políticos compartilhados por Geni e seus companheiros de militância no MST, o projeto político que defendiam para o acampamento e o assentamento. E o conceito “inclusão” pode passar a falsa impressão de um viver harmonioso e linear – o “bastou incluir-se”! Os conceitos “inclusão” e “exclusão” demonstram os limites do viver no capitalismo, sem rupturas, orientando o olhar e a intervenção na realidade sem a proposição da transformação social. O que é uma contradição com a política do MST, que se opõe ao capitalismo – ao agronegócio – e defende a agroecologia, por exemplo. Na vida diária os sujeitos tencionam e pressionam para modificar o que é possível na vida e o processo de transformação social não é marcado por rupturas bruscas. A própria reforma agrária constituiu-se num processo de transformação social contraditório, dialético, e segue o ritmo que os movimentos sociais conseguem imprimir diante das relações de forças vividas em cada momento histórico.

A memória, a subjetividade e as condições de produção das fontes orais também se impõem na interpretação da entrevista produzida pela historiadora Cíntia Valéria de Mello com a assentada Geni. A pesquisadora não

³³ O uso dos termos “talvez”, “certamente”, “provavelmente”, “muito provavelmente”, entre outros, estão relacionados a impossibilidade de afirmações categóricas, positivistas, e a apreensão exata do que realmente aconteceu, mas as evidências e a própria historiografia têm demonstrado como uma tendência ou possibilidade. Essas formulações teórico-metodológicas são oriundas das obras de Carlo Ginzburg e Natalie Davis, Cf. GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Em particular o capítulo, “Prova e possibilidades”. DAVIS, N. Z. **O retorno de Matin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁴ WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 328 e 329.

formulou para Geni uma questão inicial sobre sua trajetória de vida, mas sobre a história dos acampamentos e ocupações anteriores ao assentamento Valmir Mota:

Geni: Então assim ó, o movimento aqui na região Oeste, ele já tem mais de 30 anos né. É desde antes de se formar a sigla MST, já tinham os sem-terra que faziam várias ocupações na região, não precisamente em Cascavel, mas na região. Então em [19]84 surge aqui, através de uma assembleia dos sem-terra [...], que se formou a sigla MST. Então, todo o sem-terra era do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que antes era sem-terra, era Master, era organizado pelos sindicatos e era outras organizações. E daí que foi formando os sem-terra, né, através das igrejas e tal. E em [19]84 se formou o MST. Aqui na região, em Cascavel, já em [19]90, a partir de [19]90, teve várias ocupações. Ibema, tem uma, tem um acampamento, que hoje é acampamento, porque nunca foi comprada, nunca foi definida a terra numa fazenda em Ibema, que tem cento e poucas famílias e que é um acampamento, as família tão todas espalhadas na área, mas nunca se resolveu lá, né, então nunca o Incri, nunca é... porque na época eles não conseguiram encontrar a documentação dessa área. E parece que agora, né, depois de mais de quase 30 anos que os proprietários tão se mexendo, sabe? Alguém tá se mexendo e tá incomodando lá, então. Mas as famílias tão, já nasceram os filhos, os filhos já casaram, uns já morreram e tão lá nessa terra em Ibema. E aqui em Cascavel, mais precisamente em [19]99 que começou a ocupação nessa, nesse Complexo Cajati, que ele vai daqui até lá no outro, onde tem outro acampamento lá, onde que é o Resistência Camponesa, né, que antigamente era o Casa Nova, já chamava Casa Nova. Então, a partir de [19]99 reuniu-se um grupo muito grande de gente e foi feita a ocupação. Daí tinha um... várias outras pessoas que eram do que chamava Bandeira Branca, que não era do MST, que era um grupo de famílias que ocuparam terras sem organização, né, mas sem uma organização assim, então chamavam Bandeira Branca. Daí o MST veio pra ali e organizou essas famílias, então eles fizeram a primeira ocupação nesse Complexo, porque era... aqui era dum dono só, quando o MST ocupou lá, eles dividiram as áreas pros herdeiros, né, então são parentes, um é parente do outro aqui. É daí foi, é, eles fizeram a primeira ocupação lá em [19]99 e foram entrando pra área, vieram pro Selena César, daí do Selena [Sirlene] César como a área era pouca terra para as pessoas plantar, eles vieram para ocupação no Dorcelina [Folador]. Ali no Dorcelina, a partir do Dorcelina, também ficou pequena a área,

eles foi organizado outras famílias que vieram de despejos de outras áreas, da região Centro, de várias outras regiões, famílias que já tinham sofrido quatro, cinco despejos, na beira da BR, entraram para dentro da área e despejavam de novo. Então, organizou o movimento do estado do Paraná, organizou-se as famílias e elas vieram para o Dorcelina, se aglomeraram no Dorcelina, né, durante aquela semana e daí foi feita a ocupação no Primeiro de Agosto³⁵.

A entrevista com a militante Geni inicia com uma pergunta sobre um processo histórico que não foi vivido por ela, visto que no período ainda residia em Francisco Beltrão. As ocupações, os acampamentos e os diversos movimentos sociais que ocorreram desde o ano de 1999 até 2005 em Cascavel envolvendo os sem-terra, a militante Geni não participou. A pergunta foi justificada pela trajetória de militância da entrevistada e pela necessidade de aprofundar a pesquisa sobre os primeiros acampamentos de sem-terra em Cascavel, que mobilizaram e organizaram parte dos assentados do Valmir Mota. A memória sobre os esses eventos foi construída a partir da memória social compartilhada nos materiais produzidos pelo MST ou durante as diversas reuniões e conversas informais sobre a história de luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, no acampamento Primeiro de Agosto, a partir de 2005. É provável que no período anterior ao deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto Geni tenha entrado em contato com materiais ou companheiros de MST que compartilhavam a memória das diversas lutas pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Talvez isso explique a confusão entre as siglas do movimento organizado no Oeste do Paraná antes da fundação do MST – Geni mencionou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), organizado no Rio Grande do Sul, mas o movimento organizado na região foi o Mastro.

O início das duas entrevistas evidencia narrativas de uma militante do MST. Nas duas entrevistas as subjetividades dos pesquisadores informaram o conteúdo das narrativas. Contudo, na primeira entrevista, os temas relacionados a vida pessoal foram utilizados para informar a trajetória militante – e o sujeito da entrevista é a própria narradora – até o momento em que Geni foi indagada sobre a história do assentamento. Na segunda entrevista, o assentamento Valmir Mota emerge como sujeito. E a história do MST, o Primeiro Encontro Nacional em 1984, os acampamentos, ocupações

³⁵ SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 23 de junho de 2017. Entrevistadora: Cintia Valéria de Mello. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração de 2h30min13s.

e o assentamento Valmir Mota foram narrados na terceira pessoa. A vida pessoal da entrevistada não articulou diretamente a interpretação do relato histórico, mas, a partir da sua trajetória militante, um ponto de vista circunscrito, que a narrativa sobre a história do assentamento Valmir Mota foi relatada.

Na primeira parte da entrevista produzida em 2012, a vida pessoal da militante organizou a narrativa e os atos interpretativos sobre o processo histórico que foram estruturados a partir da experiência vivida e pensada pela Geni, com o relato sempre na primeira pessoa. Nenhuma intervenção com questões por parte dos entrevistadores foi necessária para que a entrevistada prosseguisse com o relato. A narrativa pareceu seguir um fluxo de consciência, motivado pela pergunta inicial. Certamente, a reminiscência sobre a memória pública de sua vida foi elaborada em momentos anteriores para si mesma ou para outras pessoas – companheiros do acampamento e assentamento ou, ainda, em entrevistas a outros pesquisadores. A elaboração de uma memória pública é motivada pelos sujeitos quando avaliam a necessidade de tratar a memória de um modo que consigam lidar com o presente e o passado de suas vidas. No trabalho da memória é comum os sujeitos entrevistados a seleção e ocultação de determinados fatos de suas vidas que, porventura, ainda não consigam lidar adequadamente. Nesse processo, pode-se passar um longo tempo³⁶. E o relato da trajetória pessoal de Geni evidencia que a reminiscência foi densamente elaborada e reelaborada, diversas vezes.

Geni informa que do Acampamento Primeiro de Agosto foram deslocadas famílias de sem terra para a formação de assentamentos em diversas regiões do Paraná, tais como, 80 famílias para Jacarezinho, 160 famílias para Guairacá, Londrina, entre outras. E também que o assentamento Valmir Mota recebeu famílias de outros acampamentos, tais como, 10 famílias de São Miguel do Iguacu, um de Campo Bonito, que militava na Escola Milton Santos, em Maringá, mas que antes foi acampado na região, entre outros. O objetivo foi justificar que a seleção do Incra das 83 famílias assentadas sempre foi pautada pelo tempo vivido dentro dos acampamentos de sem-terra e o comprometimento com a prática agroecológica.

³⁶ Cf. THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, fev. 1998. THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

A origem das famílias dos acampamentos de sem-terra na luta pela reforma agrária alterou desde a formação do MST, em 1984. Antes mesmo da criação do MST os sem-terra que formavam movimentos sociais de luta pela terra foram oriundos da expropriação por conta da construção de barragens (como pequenos proprietários e seus filhos, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais expropriados diante dos alagamentos e a criação dos lagos),³⁷ pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem terra expropriados diante das mudanças na base técnica da produção agropecuária e da reorganização das relações de produção no campo³⁸. Nos tempos hodiernos, além desses sujeitos, o MST tem procurado organizar trabalhadores precarizados e desempregados das periferias das cidades. Na região Oeste do Paraná outro sujeito expropriado tem vislumbrado na luta pela reforma agrária como um projeto para suas vidas – os brasiguaios:

Geni: Aqui na região Oeste geralmente a gente tem famílias oriundas do país vizinho, do Paraguai. Nós temos muitas famílias agora até no processo de assentamento nós temos famílias aqui que faz muitos anos que tá no movimento, dez, doze anos, que vieram do Paraguai. Ou eram filhos de brasileiros que foram pro Paraguai e daí agora retornaram. Outros são nascidos no Paraguai, de famílias que foram brasileiros pra lá, mas nasceram lá, são registrados. Até deu um problema na documentação de umas pessoas, que elas têm que fazer a opção, né, então, pra ser assentadas, mas a maioria é filhos de agricultores da região, da região Oeste, do Centro-Oeste, do Sudoeste, a maioria é filhos de agricultores e oriundos de uma forma ou de outra do campo, que às vezes foram pra cidade, tentar a vida na cidade e não conseguiram. Tem famílias mesmo que saíram de favelas, muito tempo de favelas mesmo, de não ter outra opção de coisa. Às vezes vem pra as áreas mesmo, vem para áreas de acampamento muitas vezes, a princípio, pra adquirir um lugar para morar, simplesmente, às vezes pra ter um lugar pra morar, vai lá faz

³⁷ Cf. MORAES JUNIOR, 2011. SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória.** Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: Unioeste. 2008.

³⁸ Cf. CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012.** 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014. MOREIRA, V. J. **Agronegócio e a avicultura no Oeste do Paraná.** Trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013). 2017. Promoção à Classe de Professor Associado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. MOREIRA, 2019.

um barraco, mora lá e tal. Mas quando elas chegam em todos os acampamentos a gente tem uma organicidade dentro do acampamento, a gente mantém uma organização. Então, não é simplesmente um espaço onde vem, moram, fazem o que querem, saem e voltam na hora que querem. Então, ninguém é obrigado a ficar, mas também, né, quem fica sabe que um dia, a pessoa permanecer, um dia vai conquistar a terra dele, não vai ganhar, vai conquistar. É diferente que dizer assim que o governo que nos dá. O governo não nos dá nada. É nós que conquistamos. É nós que trabalhamos pra conquista esse chão. Então, elas são incluídas num grupo de base [...]”³⁹.

Desde o início da década de 1980, os trabalhadores rurais sem-terra brasiguaios deslocam-se do Paraguai e retornam para o Brasil⁴⁰ e somam aos outros trabalhadores rurais sem-terra na luta pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Geni, além de problematizar a origem dos sem-terra do assentamento Valmir Mota, informa o desenvolvimento de atividades de formação – educação – nos Núcleos de Base no interior dos acampamentos forjando a expectativa de conquistar a terra por meio da organização e da luta⁴¹.

A narrativa sobre a trajetória de vida seguiu durante 11 minutos iniciais da entrevista, até o momento quando esse fluxo de consciência se exauriu. E, depois, indagada sobre a história de formação do assentamento:

Geni: A história dessa área ela vem desde [19]98, [19]99, quando foram feitas as primeiras ocupações em cima dessa área, porque ela é um complexo grande, então, a gente se entende como Complexo Cajati. Ela vai até perto de Ibema, aqui no rio do Salto, então é uma área muito grande aqui. Em [19]99 foi feita uma ocupação pelo MST lá no acampamento que se chamava Selena [Sirlene] César, que é pra

³⁹ SOUZA, 2012.

⁴⁰ Sobre os brasiguaios a produção acadêmica é vasta, entre outros, Cf. FABRINI, J. E. Campepinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **Boletim Dataluta**, v. 23, p. 1-9, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_11_2012.pdf. Acesso em: 9 jul. 2020. MARQUES, D. H. F. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 171f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

⁴¹ De acordo com Cintia Valéria Mello, diante dos conflitos entre brasiguaios e paraguaios, militantes do MST da região Oeste do Paraná se deslocou ao Paraguai para dialogar com os movimentos camponeses e organizar os brasiguaios sem-terra na luta pela reforma agrária no Brasil. Cf. MELLO, 2018.

lá do pedágio, ali numa área que tem ali, numa área que é do reassentamento da Copel, tem o assentamento da Copel, pro lado de cá onde foi feito o acampamento. E daí foi feito um outro acampamento maior, que é o Dorcelina, que entra ali perto do Rio do Salto aqui, o acampamento Dorcelina Folador. E como a área de terra que eles plantavam foi ficando pequena com o número de famílias que tinham ali acampado, então, se pensou em fazer uma outra ocupação encima da mesma área. A ideia era ocupar essa área mesma aqui, que é onde agora é o assentamento, né, até a sede. Mas, como a gente que sabe quando se ocupa uma estrutura maior, então, é mais dificultoso isso por outro lado. E daí, então, as famílias mapearam um espaço onde é, as pessoas responsáveis que fazem isso, foi mapeado então aonde hoje é o Acampamento Primeiro de Agosto, foi feita a outra ocupação. Foi feito então a ocupação do Primeiro de Agosto, que ficava próxima dessa área, que era mais fácil de negociar com o cara que é dono dessa área. Ele tinha um diálogo melhor com o pessoal do Movimento, então, apesar de ser parente dos donos das outras áreas de onde tinha sido ocupado. Então, ocupou-se o Primeiro de Agosto, no dia primeiro de agosto de 2004, foi feita a ocupação ali com 1200 famílias. E ficou mais de 600 famílias lá no Dorcelina Folador. Então, não foi desocupado aquela área e foi ocupada outra área na época com mais de 1200 famílias. [...].

Então, daí a terra foi negociada. Isso já faz uns 3 anos que a terra foi negociada já. Então, o Incra comprou a terra, comprou essa parte daqui.

Mas antes disso, da terra ser negociada, desse acontecimento, a gente fez uma ocupação na área da Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, nós temos um assentamento do lado de cima de área, um assentamento de dez famílias. E foi feita uma ocupação, então, devidamente pelo que acontecia lá, por ser um centro de experimento de semente geneticamente modificada e por ela estar próxima de uma área de reserva, que é o Parque Ambiental ali, o Parque do Iguaçu. Então, a gente fez uma ocupação, ficamos lá dentro um tempo e devido que o governo do Estado taria pagando muita multa por manter, pra gente continuar lá, a gente fez um acordo com o governo, se retiro, ficamos no assentamento. E quando foi feita uma nova reocupação a gente perdeu um companheiro nessa ocupação. O conflito não diretamente talvez com a empresa, mas era com a empresa de segurança que eles tinham contratado pra fazer a segurança na área, acompanhado de outras pessoas que não gostam do movimento se articularam e invadiram o espaço na hora

do meio dia. E chegaram atirando, né, então, nós perdemos nosso companheiro Valmir Mota, que é o popular Keno. Então, o Keno veio a falecer nesse dia 21 de outubro de 2007.

E essa área também, aí essa área também tava em negociação, mas, graças a Deus, a gente conseguiu que ela continuasse em negociação e ela foi comprada pelo Incra, foi adquirida pelo Incra, então. E daí ano passado, daí o cara se retiro. Só que ela foi comprada só a área de terra, não foi comprada a sede da fazenda, que é onde tem o grupo de casas ali e os barracões. Então, foi comprada a terra, não essa área, que continua sendo dele mesmo ainda essa área. Hoje mora funcionários de uma empresa ali. Então, foi adquirida essa área e a gente colocou o nome dela de assentamento Valmir Mota em homenagem ao Keno. Tanto que a mulher e os filhos dele moram aqui também, moram nesse assentamento, estão aqui assentados, estão nesse coletivo aqui⁴².

Geni está preocupada em elencar os eventos que marcaram a memória da luta dos acampados até a conquista do assentamento. Contudo, também informa eventos ocorridos quando ainda residia em Francisco Beltrão e, assim, não foram vivenciados por ela. Mais uma vez, evidencia a memória socialmente compartilhada, trabalhada, debatida e narrada entre os assentados durante o processo de luta dos sem-terra na conquista do assentamento. Embora com um tratamento um pouco diferente nas duas entrevistas, os temas foram recorrentes e praticamente os mesmos. Se na entrevista de 2017, a historiadora pautasse a trajetória de vida, Geni, muito provavelmente, narraria os mesmos eventos da sua vida pessoal, narrados na entrevista de 2012, situando-se politicamente a partir de um novo presente e de enredos que fossem significativos no ano de 2017.

A memória sobre a história do assentamento Valmir Mota retoma as ocupações e acampamentos ocorridos ainda em 1999, uma vez que parte significativa dos assentados foram oriundos desses movimentos sociais e muitos permaneceram acampados durante todo esse período. Desses acampamentos, o Casa Nova, Sirlene César e o Dorcelina Folador foram organizados em 1999. Os acampamentos Primeiro de Agosto, Olga Benário e Sete de Setembro datam o ano de 2004. O acampamento Resistência Camponesa⁴³ é o novo nome do acampamento Casa Nova, renomeado em 2015

⁴² SOUZA, 2012.

⁴³ No final do ano de 2019, os sem-terra dos acampamentos Resistência Camponesa, Primeiro de Agosto e Dorcelina Folador organizaram a “Vigília Resistência Camponesa: por terra, vida e dignidade” para denunciar as ameaças de despejos autorizados pelo governador do

para demarcar os anos de resistência na luta pela reforma agrária⁴⁴.

Na região Oeste do Paraná, o MST manteve acampamentos permanentes, que se constituíram em ambientes sociais e políticos de formação de sem-terra para a resistência e luta pela reforma agrária e a irradiação das lutas do MST (Dorcelina Folador, Primeiro de Agosto, Sete de Setembro, Olga Benário e Resistência Camponesa) para os quais sempre foram acampadas famílias sem-terra para a formação – educação – de uma identidade sem-terra e camponesa, que consistia na apreensão de práticas de organização e luta, valores e princípios em agroecologia e de oposição ao agronegócio, por exemplo. O processo de formalização desses assentamentos permanentes com essa perspectiva política ainda demanda pesquisa. Todavia, a história desses assentamentos permanentes demonstra uma nova estratégia de luta pela reforma agrária em gestação.

Na narrativa, Geni expõe a preocupação e a tática do Movimento na definição da área que deveria ser ocupada para a formação do acampamento Primeiro de Agosto. Inicialmente, projetou-se a ocupação da área em que hoje estão assentados, que é próxima a BR 277 e da sede da fazenda. Entretanto, avaliou-se que seriam mais custosos o enfrentamento político e a conquista da terra e decidiu-se pela ocupação alguns quilômetros mais distantes da rodovia. Mesmo assim, no relato editado, Geni enfatiza os conflitos com o “setor ruralista” da região Oeste do Paraná durante o período de acampamento no Primeiro de Agosto diante, ainda, da proximidade da área com a cidade de Cascavel. O acampamento evidenciou a disputa em torno de projetos antagônicos para o campo no Oeste do Paraná: de um lado estavam os sem-terra defendendo uma agricultura agroecológica e, do outro lado, os ruralistas na defesa intransigente do agronegócio – do capitalismo para o campo.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” é preñe de significados. A formulação denota a possibilidade da conquista da terra por meio da permanência no acampamento, que em si configura uma atitude de resistência

estado do Paraná, Ratinho Junior, demonstrando um alinhamento político com o governo federal de Jair Bolsonaro. A vigília ocorreu próximo ao acampamento Resistência Camponesa, no Complexo Cajati e envolveu em torno de 300 sem-terra dos três acampamentos e assentamentos da região. A vigília transcorreu permanentemente até quando foi possível e apenas foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19 em meados do mês de março de 2020. Cf. MST. Camponeses iniciam Vigília contra ameaça de despejo ordenado pelo Governo do Paraná. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/12/29/camponeses-iniciam-vigilia-contra-ameaca-de-despejo-ordenado-pelo-governo-do-parana/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

⁴⁴ MELLO, 2018, p. 51-58.

pelos acampados, mas também tem o sentido de se adequar as normas de organização da vida e de trabalho no interior do acampamento. E a diversidade de expectativas e das trajetórias de vida dos sujeitos torna a convivência no acampamento sempre conflituosa e, em alguns momentos, tensa. Contudo, o MST vislumbra no tempo vivido no acampamento⁴⁵ como o período não apenas de luta pela reforma agrária, principal sentido da existência do acampamento, associados às diversas mobilizações visando o assentamento dos acampados, mas o tempo do acampamento tem como objetivo o fazer-se da cultura camponesa permeada por valores e princípios de resistência ao capitalismo – ao agronegócio – e de defesa da agroecologia e da agrofloresta, com uma produção livre de agrotóxicos.

Na entrevista de 2012, Geni não tratou da formação do MST na região Oeste do Paraná, em 1984. Talvez, por considerar que o evento fosse de conhecimento dos historiadores que a entrevistava. Entretanto, narrou a ocupação da Syngenta pelos sem-terra em resistência aos experimentos com sementes transgênicas realizadas pela empresa em Santa Teresa do Oeste, que levou a morte o militante Valmir Mota de Oliveira, o Keno, e muitos outros feridos. O fato foi lembrado para explicar a origem do nome do assentamento Valmir Mota. Geni narra os conflitos enfrentados pelos acampados, a conquista do assentamento com a compra da área pelo Incra em 2010⁴⁶ (depois de um período de mais de 10 anos de vida em acampamentos para muitas das famílias de sem-terra do assentamento) e, ainda, o tempo de espera de mais 3 anos para o assentamento.

Geni realizou uma ruptura brusca no relato para inserir o tema da ocupação da Syngenta e narrar a morte do Keno, que se explica pelo caráter ativo e humano da memória. Contudo, também demonstra mais uma vez que os eventos narrados pela militante assentada foram socialmente selecionados para compor a memória de luta do assentamento Valmir Mota. E a morte do Keno deveria ser lembrada, pois, além informar o nome do assentamento, evidencia um passado de resistência em defesa de um projeto agroecológico, que o sangue de muitos sem-terra foram derramados na defesa desse projeto de assentamento e um sem-terra, infelizmente, tombou nessa luta⁴⁷.

⁴⁵ Cf. LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

⁴⁶ De acordo com a Portaria do Incra/SR-09 n. 49, DOU de 13 de dezembro de 2010. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO. Projeto de Assentamento Valmir Mota Município de Cascavel, 2014. p. 30.

Na entrevista de 2017, Geni informa que não esteve presente na ocupação da Syngenta no dia do assassinato do sem-terra Keno, mas narra detalhadamente como ocorreu a ocupação e o assassinato:

Geni: É do Primeiro de Agosto que foram morar lá dentro, né. Foram morar lá dentro, foi feita a ocupação. Ficou um grupo bem grande de pessoas lá. Isso foi em 2006. É as famílias ficaram lá dentro, daí o... eles tiraram uma parte das coisas deles que ficaram lá e não foi mexido nessas coisa, foi lacrado e não foi mexido, né. É, daí em dois mil e... Início de 2007, as famílias foram obrigadas a sair de lá. Nós fomos obrigados a tirar as famílias, trazer pra frente, elas ficaram na beira da BR, para fora do portão, porque... porque o governo do Estado na época era o Requião e ele tava pagando não sei quantos mil reais por dia se mantivesse as famílias lá dentro.

Cintia: Pagando para a Syngenta?

Geni: Pagando para... sei lá se é para a Justiça, pra Syngenta ou para quem que foi. Eu sei que eles ganharam né... e a gente retirou as famílias lá de dentro. Deixamos as famílias na beira da BR. E passou um período, né, um tempo, para desafogar quando o processo do governo do Estado caiu, né, a gente fez a reocupação. Então, o que que aconteceu... É no dia, nesse dia, né, dia 21 de outubro, era um domingo, estava acontecendo uma formação aqui na Agrotec, aqui em cima, era uma formação estadual, então, tinha gente de várias partes do Paraná que estavam aí. Daí durante essa formação, esse curso que tava acontecendo, foi se pensado de terminava no sábado o curso de fazer a reocupação lá na área [Syngenta] de volta. Daí eu não fui porque eu tinha, na época eu dava aula lá embaixo, né, e a Geane [filha] ficou ali até no final, né. Mas foi para casa porque ela era de menor no período, né. E na madrugada do dia 21, então, foi reocupado. Então, tinha gente do Paraná todo lá, tinham umas 300 pessoas e mais as famílias que moravam lá do lado de fora, né. Foi feita a reocupação de madrugada, tinha 6 guardas lá, deles, desarmaram os guarda e mandaram eles embora. Mas os guarda que estavam fazendo pela Syngenta cuidando da área, porque eles não estavam mexendo lá na área, eles não tinham retomado, eles só mantinham essas pessoas e essa segurança lá né, porque eles sabiam

⁴⁷ A morte do sem-terra Keno foi tratado no documentário **Nem um minuto de silêncio**, armazenado na Videoteca Virtual Gregório Bezerra, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6FDZhZFBfms&list=PLuCYHAViBSbnFTHfjPtbTXJgYhgSRrmKW&index=150&t=46s>. Acesso em: 6 jul. 2020.

que nós íamos ocupar de novo. Mas daí nem foi a Syngenta na verdade, a mando da Syngenta. Daí essa empresa, é uma empresa aqui de Cascavel, NF [...] de Segurança [...]. E eles vieram numas 40 pessoas na hora do almoço, estava chovendo bastante e daí tem uma guarita lá na frente, tinha 12 pessoas dentro da guarita, enquanto uns estavam lá atrás almoçando no barracão, é estavam almoçando, estava chovendo bastante e essas pessoas estavam ali, né, fazendo a guarda e depois que os outros terminava para eles revezar, né, para ficar sempre alguém no portão. E eles chegaram com um ônibus e um ou dois carros pequeno, chegaram atirando né. E na ideia deles eles queriam o Keno, o Celso e a Celinha [...]. Porque na cabeça deles matando os que achava que era só os três que era líder, né, matando os três eles acabavam com o movimento, né. E o Keno foi dando segurança para os outros fugirem e eles atingiram ele na perna. Depois que ele correu para trás do carro onde ele estava [...]. Daí ele caiu para trás num carro e dentro do carro estava um agrônomo e eles acharam que era o Celso, daí eles tentaram pegar, mas quando eles viram que não era o Celso eles deram uma coronhada na cabeça do Gentio. Então, eles não queriam matar todo mundo, eles queriam pegar os três, né. Daí o Keno caiu para trás desse carro foi se arrastando, né, porque ele tinha recebido um tiro na perna, daí o cara chegou [abaixa o tom da voz] e deu um tiro no peito dele com bala explosiva e daí saiu a Isabel. A Isabel, o cara pegou ela pelo cabelo, arrastou ela pelo cabelo e atirou de cima para baixo, daí o tiro pegou no olho dela, no olho direito aqui dela, né, ela olhando para cima, né, pegou no olho direito e a bala entrou, passou por aqui, machucou o tendão dela aqui e está ainda alojado nas costas dela. Ela ficou com dificuldade nesse braço e sem o olho, né. Agora de tanto, depois de tanto tempo ainda tiram sarro dela que ela ainda consegue segurar a neta dela, né. Daí acharam que ela tinha morrido, veio um povo correndo de volta né. Daí o marido dela levou um tiro no pé, que ela estava ali e ele estava lá no barracão, e ele veio correndo de lá e ele levou um tiro no pé e ele foi ver depois que ele saiu do hospital que ele tinha levado um tiro no pé⁴⁸.

A narrativa sobre a morte do sem-terra Keno foi representativa do sentido político que adquiriu o assassinato para a luta dos sem-terra pela reforma agrária no acampamento Primeiro de Agosto. A eleição do nome do assentamento é apenas uma das evidências. O relato foi construído alte-

⁴⁸ SOUZA, 2017.

rando o ritmo, o tom e o volume da voz. Diferente de outros trechos da entrevista, o tema da morte do Keno foi mais truncado e com muitas pausas.

Em 29 de novembro de 2018, finalmente, o Tribunal de Justiça do Paraná, confirmou a sentença condenatória da Syngenta no caso do

[...] assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e pela tentativa de assassinato da agricultora Isabel Nascimento de Souza. A decisão dos desembargadores da 9ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença de primeira instância, tomada em 2015, quando a 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel determinou que a empresa tem responsabilidade pelo assassinato, e deveria indenizar a família das vítimas pelos danos morais e materiais. [...] “A justiça foi feita. Hoje a Syngenta é culpada. Eu estou muito emocionada [...]”, disse a viúva do agricultor, ao saber da condenação em segunda instância. “Eu só tenho a agradecer a Deus, por que eu nunca perdi as esperanças de que a Syngenta seria condenada um dia por essa tragédia. Eu preferia mil vezes ele aqui comigo do que longe, mas eu tenho certeza de que, onde ele estiver, ele está feliz agora”, completou Íris⁴⁹.

No presente, o projeto político que Geni defende para o assentamento Valmir Mota, que orienta sua militância e as disputas no interior do assentamento, tem relação com o passado de sua vida, ainda do tempo em que trabalhou na Assesoar, que compõe ainda hoje a sua perspectiva política. Contudo, semelhantes ou iguais às perspectivas políticas que orientam o MST e a Via Campesina quando tratam da organização da produção agroecológica e livre de agrotóxico. Um projeto político de assentamento que compartilham e que querem ver executados pelos assentados:

Geni: E agora no final do ano, essa área que a gente tá aqui agora o assentamento Valmir Mota, já é numa área adquirida, é assentamento, só que as terras não foram medidas. A gente planta um alqueire e meio, todas as famílias que estão aqui. O restante a gente planta coletivo. [...]

Vão tá trabalhando em média de seis hectares por família. E aqui a gente também trabalha sem agrotóxico. Então, todas as famílias que vem pra cá é porque elas estão incluídas num projeto de agroecologia, senão... Nós não usamos veneno. A gente já produz

⁴⁹ GHISI, E.; PETRY, F. Tribunal de Justiça do Paraná condena Syngenta pelo assassinato de agricultor sem-terra. **Terra de Direitos**, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/tribunal-de-justica-do-parana-condena-syngenta-pelo-assassinato-de-agricultor-semterra/22976>. Acesso em: 24 jun. 2020.

alimentos, já se produz alimentos pra entrega da merenda escolar, alimentos do PAA, que é um projeto do governo. [...]

É também na melhoria da alimentação das próprias famílias. Então, uma coisa a gente já sabe que deu certo. Então, minha trajetória de vida vem um pouco nessas questões da luta pela terra. [...]

E daí, como a gente, é um projeto do MST mesmo, que essa área ser áreas livres de agrotóxico, que a gente, que ia se feito um trabalho agroecológico, então, as famílias que serem entrevistas para vir para cá elas também precisam assinar um termo de dizê: “Não. Eu vou trabalhar, me comprometo em trabalhar nessa forma”. Se ela chegar aqui e depois acha que não dá para ela, ela pode sair daqui, mas, né, pode sair daqui, pode voltar para uma outra área, mas que aqui a gente tem essa, essa demanda, dizê assim ó: “nós vamos pra lá, vamos trabalha, produzi ecologicamente.” Já temos um técnico contratado, que vem do Incra, uma empresa que o Incra contratou, que tá dando acompanhamento já as famílias aqui, fazendo os planos de ações das famílias, entrevistadas e também já acompanhando a produção do que eles produzem. Então, já tem o acompanhamento daqui das famílias que estão aqui no Valmir Mota⁵⁰.

O momento da entrevista – início de 2012 – marca o período em que os assentados tinham recentemente conquistado o assentamento Valmir Mota e ainda residiam em moradias construídas uma ao lado da outra, provisoriamente, próximo da BR 277 e da sede da fazenda, área que não foi desapropriada. Ainda num momento em que os lotes para cada família não tinham sido demarcados pelo Incra. Geni corrobora que a seleção das famílias de assentados passou por um processo de entrevistas, cuja seleção das famílias esteve associada ao compromisso assinado para uso de práticas agroecológicas e não uso de agrotóxico no assentamento, previsto também no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)⁵¹.

Em 2012, para Geni, todas as famílias aceitaram a “inclusão” no projeto de agroecologia, com expectativas, e entusiasmo, sobre as potencialidades da produção agroecológica. Todavia, na entrevista de 2017, Geni fala das dificuldades para a execução do projeto agroecológico e livre de agrotóxico para o assentamento:

Geni: E a realidade de hoje, né, porque o projeto é um e agora o que... como nós nunca, na prática nós nunca recebemos nada de

⁵⁰ SOUZA, 2012.

⁵¹ PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO. Projeto de Assentamento Valmir Mota Município de Cascavel, 2014.

investimento, nada, nada, né. Então, o que as famílias construíram aqui, foi com as forças que eles tiveram. Daí tem o porém que muitas famílias aqui tem um trabalhando fora. [...].

É, a gente já teve assim bastante problemas assim, sabe, porque a gente pensava, né, foi sendo construído uma coisa e pela justificativa de adquirir essa área, é para ser uma produção em agroecologia, né, sem uso de agrotóxico, porque é uma área nobre, é uma área próxima à cidade para a produção de alimentos, essa é a justificativa, né, para a produção de alimentos, de pequenos animais, mas daí, né. Ih, nós já tivemos vários problemas aqui, porque daí a gente sabe que as famílias vêm, para vir pra cá elas assinaram um compromisso [...]. Mas a gente sabe que lógica capitalista, a lógica e daí o que rodeia ao redor de nós, né, tanto que os caras que vendem sementes e veneno eles vêm pra cima das pessoas, vem pra cima das pessoas no individual e daí aquilo, né, de não saber lidar com o que nasce aqui, porque se você não vai usar agrotóxico, você tem que trabalhar de outra forma e daí como ninguém recebeu nenhum tipo de... porque tem tecnologia hoje para usar, para trabalhar na agroecologia, né, mas daí você não tem acesso, né, não tem acesso ainda, então, o pessoal não vai pegar uma enxada e vai produzir tudo. Quem tá mexendo com gado de leite, quem tá aqui, várias famílias tão bem viabilizadas já, né, tão vendendo na feira... Já temos um grupo grande de famílias que tem um selo na área de agroecologia... Então tá. Então, daí ano passado a gente sentou, discutiu e tal e tal, porque tava assim fazendo um racha aqui, um grupo se organizando para achar que nós da direção que não queria que usasse veneno [...] ⁵².

Na entrevista de 2017, Geni narra a realidade vivida no assentamento Valmir Mota transcorrido os primeiros anos de história. Narra ainda que os assentados não receberam os investimentos habituais para a organização da produção agroecológica tal como foi projetado no PDA do assentamento ⁵³.

A vida no assentamento foi impactada pelo Golpe de 2016, com as mudanças políticas empreendidas na agricultura familiar, na política de infraestrutura e custeio dos assentamentos de sem-terra e na política de fo-

⁵² SOUZA, 2017.

⁵³ A historiadora Cíntia Valéria Mello informa que o auxílio inicial destinado pelo Estado aos assentados não foi recebido por todas as famílias, uma vez que muitas famílias não tinham inicialmente toda a documentação pessoal e familiar regular e demorou bastante tempo para a regularização. Cf. MELLO, 2018, p. 97-101.

mento para a reforma agrária. Para Paulo Alentejano, no governo golpista de Michel Temer:

Praticamente não se desapropria mais terras, a criação de assentamentos foi abandonada e os lotes existentes nos antigos assentamentos estão sendo titulados em definitivo visando sua recolocação no mercado de terras. A se manter este quadro, em breve o pouco que foi realizado de “reforma agrária” no Brasil será revertido⁵⁴.

Embora nos anos anteriores ao Golpe de 2016 a reforma agrária e a política de incentivo para a agricultura familiar não fossem a primeira prioridade e os assentamentos de sem-terra já sentiam as repercussões das diferenças políticas entre os governos Lula e Dilma, o pós-Golpe de 2016 alterou bruscamente o posicionamento dos governos para com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais lutas das comunidades tradicionais. O ódio de classe orientou (orienta!) as políticas de governo com propostas e aprovação no Congresso de reformas (Emenda Constitucional 95/2016, reforma trabalhista, reforma da previdência, entre outras) e de ataques a toda a classe trabalhadora. E os movimentos sociais de luta pela terra têm sofrido com a intensa repressão e criminalização⁵⁵.

⁵⁴ ALENTEJANO, P. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Okara**: Geografia em debate, v. 12, p. 308-325, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41319/20719>. Acesso em: 8 jul. 2020. p. 309. O debate em torno da reforma agrária no Brasil é antigo e é matizado pelas perspectivas que cada autor tem do que poderia ser a reforma agrária. Para Paulo Alentejano a reforma agrária tem sido muito “anunciada e não realizada no Brasil, perpetuando o quadro de alta concentração da terra, da renda e da riqueza no campo brasileiro”. ALENTEJANO, 2018, p. 309. Alentejano denuncia que pouco tem sido feito para a mudança na estrutura fundiária no Brasil, a precariedade nos assentamentos, mas perde força sua crítica quando ignora o processo histórico contraditório da luta da reforma agrária, premido por limites e por relações de força desiguais. Contudo, concordo que os governos Lula e Dilma poderiam ter assentados mais famílias de sem-terra e avançado na política de reforma agrária e atualizado o índice de produtividade rural, que é da década de 1970.

⁵⁵ Na verdade, não tenho como objetivo avaliar se nesse momento tem alguma categoria da classe trabalhadora que é mais perseguida e reprimida com as mudanças na orientação política e as reformas dos governos do pós-Golpe de 2016, pois, infelizmente, tem atingido a todos. Por exemplo, a educação, as universidades públicas e os professores são também atacados não apenas com os cortes e o contingenciamento dos recursos para o financiamento da educação pública, mas por expressar genérica e ideologicamente uma força na defesa do elementar conhecimento científico. Isso não deveria significar muita coisa, mas, para um governo que se agarra ao revisionismo, a pós-verdade e a fake news, o conhecimento científico

No período anterior, os assentamentos recebiam os recursos para custear a infraestrutura básica. E a organização da produção prevista no PDA era minimamente viabilizada. O rompimento do apoio à agricultura familiar e aos assentamentos promovidos pelos governos do pós-Golpe de 2016 levou ao fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fornecia alimentação para a merenda escolar. A partir do PAA muitos assentados definiram o quê produzir e como organizar a produção. Era com essa renda da terra que sobreviviam e realizavam alguns investimentos em seus lotes. Ainda durante o governo Temer, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, o “desmonte da estrutura institucional” do Incra, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), e outros órgãos, com o objetivo político de paralisar as ações de apoio com recursos, financiamentos, assistência técnica e extensão rural⁵⁶, que fomentaria a produção de agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, repercutiu também no assentamento Valmir Mota. A infraestrutura básica necessária, como a construção das casas de alvenaria (a maioria das moradias foram construídas com a transposição dos materiais do tempo do pré-assentamento), a rede elétrica e a perfuração de poços para o abastecimento de água, não foram providas pelo Estado. E muitas famílias que receberam o recurso inicial em 2015 (no período o valor era de R\$2.400,00) utilizaram o recurso para custear a instalação elétrica no assentamento e a construção de poços.

Na entrevista de 2017, Geni ressentiu do assentamento não ter recebido os investimentos necessários para organizar a vida e a produção planejada durante quase 15 anos de luta para a conquista do assentamento, pois foi esse o tempo para os sem-terra que iniciaram na luta pela reforma agrária nas ocupações e acampamentos em 1999. Todavia, Geni afirma que as mudanças nas políticas de governo não abalaram totalmente os assentados, pois logo assevera que o visualizado ali no assentamento foi obra dos assentados “com a força que eles tiveram”, é necessário resistir tornando o assentamento viável social e economicamente para os assentados.

Geni não oculta os problemas vividos no assentamento, por exemplo, o caso de assentados deixar diariamente o assentamento para o traba-

pode ferir de morte o governo fascista! *Não passarão!*

⁵⁶ Cf. MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara**: Geografia em debate, v. 12, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318/20694>. Acesso em: 8 jul. 2020.

lho externo, na maioria das vezes, em atividades agroindustriais em Casca-
vel, que, para a entrevistada, é um problema. Na avaliação da militante,
esse tempo deveria ser dedicado a produção no assentamento. Essas famí-
lias se defendem afirmando que o resultado da renda obtida com a produ-
ção no assentamento ainda é insuficiente para a sobrevivência da família e
para os investimentos necessários nos lotes⁵⁷. Certamente, o trabalho ex-
terno e a agricultura convencional (produção de soja e milho em toda a ex-
tensão do lote com o uso de agrotóxico) tem sido os principais problemas
enfrentados entre uma parte dos assentados e os assentados militantes,
que defendem o uso das tecnologias agroecológicas.

Na narrativa, Geni demonstra os motivos que orientam e moldam a
relutância a agroecologia por uma parte dos assentados, mas não se dá por
vencida pela lógica capitalista e considera que o projeto de um assenta-
mento, tal como foi elaborado no PDA, com produção agroecológica e livre
de agrotóxico, ainda pode ser conquistado plenamente.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” pronunciada anteriormente
adquiriu nesse momento da narrativa o sentido pretendido pela militante.
Os assentados permaneceram durante anos acampados, assinaram um ter-
mo de compromisso para organizar a produção agroecológica em suas
áreas no assentamento, mas reivindicam agora a liberdade e o direito fami-
liar de decidir o que e como produzir. Contudo, Geni procura não responsa-
bilizar individualmente os assentados por não praticarem a agroecologia, ao
narrar com um sentimento de angústia, o movimento corruptor e sagaz das
empresas agropecuárias. Lembra que a lógica capitalista é perversa e os
partidários do agronegócio, e seus representantes comerciais, deslocam-se
das diversas lojas de agropecuárias de Casca-vel para o assentamento e as-
sediam os assentados com os “pacotes tecnológicos” e “vendem sementes
e veneno e eles vem pra cima das pessoas” para vender também as “facili-
dades” da produção agrícola convencional.

A produção com a “enxada” não “garante a produção de tudo” e
“não é rentável”. A velha ferramenta utilizada na agricultura artesanal
emerge como metáfora para a agricultura convencional, mas também para
corroborar as dificuldades em implementar a agroecologia, embora existam
diversos projetos agroecológicos no assentamento com a conquista do selo
de agroecologia por uma parte dos assentados.

Com o assentamento Valmir Mota as disputas entre os diversos
projetos para o campo e para a sociedade tornam-se ainda mais visíveis.

⁵⁷ Cf. MELLO, 2018. Especialmente o Capítulo III.

Desde a década de 1970, no Oeste do Paraná, opunham-se os movimentos sociais de luta pela terra e a burguesia agroindustrial na disputa de um projeto de agropecuária⁵⁸. Hoje, com a criação de diversos assentamentos de sem-terra, as disputas também foram deslocadas para o interior desses assentamentos – a produção agroecológica, livre de agrotóxico, versus agricultura convencional, com agrotóxico.

Os militantes sem-terra percebem que a hegemonia do agronegócio são limites e atinge também os territórios dos assentamentos, pois, se antes o enfrentamento ao agronegócio deslocavam os sem-terra para fora do acampamento, por exemplo, na ocupação da Syngenta, agora a luta, a disputa, também ocorre no ambiente social e político do assentamento. O relato da militante Geni também evidencia a angústia em perceber que todo o processo histórico vivido durante o tempo dos acampamentos (e do pré-assentamento) não foi suficiente moldar uma cultura camponesa resistente ao agronegócio.

Por fim, a identidade sem-terra é histórica, de classe, formada nos diversos tempos vividos pelos sem-terra – ocupações, acampamentos, assentamento. A identidade sem-terra não é homogênea, não é única, pois constituiu-se a partir das diversas trajetórias de vida das 83 famílias de sem-terra do assentamento Valmir Mota. Em contrapartida, a evidência da historicidade da formação da identidade sem-terra torna a experiência social do assentamento Valmir Mota um alento nesse período histórico sombrio para os movimentos sociais de luta pela reforma agrária – tudo pode ser transformado e o sonho agroecológico e livre de agrotóxico em disputa no assentamento pode ainda se tornar hegemônico.

A causa ainda está em disputa e a história não terminou.

⁵⁸ Cf. MOREIRA, V. J. Agronegócio, trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 55, p. 243-270, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35786/18916>. Acesso em: 29 ago. 2019. MOREIRA, 2017.

IV

SEM-TERRA DO MST: Caminhos de Luta e Liberdade na Conquista da Terra

*Douglas Menezes de Oliveira*¹

Na formação social do Brasil, os camponeses foram concebidos apenas como um resíduo do processo, ora transpassados de experiências europeias, ora atropelados historicamente pelos termos “senhor-escravo” e “capital-trabalho”. Em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, são exaltados apenas os protagonistas de suas contradições.²

O Brasil vivenciou um processo tardio de transformações das forças produtivas não reproduzindo as mesmas tendências dos países centrais, sendo marcado profundamente pelo domínio e pela exploração de suas riquezas naturais e, posteriormente, teve a sua inserção periférica no sistema-mundo, tornando-se dependente das economias centrais.

Na segunda metade do século XX, a reestruturação produtiva, incentivada pelo Estado, consolidou as bases do poder e da dominação do capital no campo, com a permanência do latifúndio, não representando, desse modo, entrave para o desenvolvimento das relações capitalistas. O Estado inverteu a lógica da relação contraditória entre a propriedade fundiária e o capital, por meio de incentivos fiscais. O latifúndio não significava mais o atraso econômico e o impedimento para as relações capitalistas, pelo contrário, a manutenção da estrutura abriu condições para a sua reprodução ampliada. As ações intervenientes do Estado contribuíram diretamente para a expansão do poder político por parte dos grandes latifundiários, o que impactou diretamente o modo de vida dos camponeses.

A resposta veio em seguida, no final da década de 1970, com a intensificação de diferentes formas de organização política de trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa do acesso à terra, com

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. É Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

²Cf. MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

diversas reivindicações, ocupações de propriedades e acampamentos. As ações realizadas pelos movimentos organizados denunciaram os problemas relacionados ao mundo rural, revelando, também, suas práticas de resistência tecidas nos meandros da vida cotidiana.

Um fato histórico recente no Brasil é a formação de um novo sujeito social, que participa ativamente das lutas de classe, com consciência e identidade própria: são os chamados sem-terra. Para além da definição de uma categoria social de sujeitos que necessariamente não possuem uma terra, apresenta-se como uma identidade de resistência e consciência política, formada por uma herança histórica compartilhada das lutas sociais e uma cultura dissidente.

As lutas instituídas por esses sujeitos transcendem as demandas locais e regionais, e abarcam todo o território brasileiro. As evidências sobre as reivindicações por assentamentos rurais demonstraram as debilidades da política de reforma agrária proposta pelo Estado. As transformações na estrutura fundiária se deram por meio das ações dos movimentos sociais para demandar e pressionar o Estado a realizar a criação de assentamentos rurais, para a construção de novas territorialidades e resistências contra o capital e o latifúndio.

Este capítulo é um convite aos leitores para uma reflexão crítica acerca das relações e dos conflitos de classes presentes na sociedade capitalista, com destaque para as singularidades das experiências transformadoras das lutas e conquistas dos assentamentos rurais, especificamente na fronteira Brasil-Paraguai. As experiências vividas por pessoas comuns³ no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) convergiram em estratégias políticas, em construção de novos valores e significados, com objetivo de questionar e enfrentar as relações de poder na vida cotidiana⁴.

³ A perspectiva historiográfica foi inspirada no pensamento do historiador inglês Edward Palmer Thompson, um dos principais expoentes da tradição da *história vista de baixo*, na qual considera as experiências históricas e o universo cultural das pessoas comuns elementos fundamentais de sua formação de classe e da consciência social. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

⁴ As fontes orais, jornalísticas e fotográficas utilizadas resultam da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2020 com os assentados rurais do Itamarati I e Itamarati II, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul.

Colonização e Expansão do Capital na “Abertura da Fronteira”

Desde o final do século XIX, o sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul⁵, abrange um território marcado por intervenções estatais de colonização, impulsionada pelo Estado, oligarquias regionais e interesses de grupos econômicos que vislumbravam no “sertão vazio” o signo de uma “terra próspera” e propícia à extração das riquezas naturais e à apropriação territorial.

A configuração histórica da disparidade na estrutura agrária e da posse da terra, que provocou conflitos sociais, teve início com a delimitação territorial da fronteira do Brasil com a República do Paraguai, após o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), na instauração de empreendimentos econômicos.

Nesse período a Companhia Mate Laranjeira adquiriu o direito de concessão para explorar e industrializar os ervais nativos⁶ nas terras devolutas do sul de Mato Grosso. O monopólio extrativista estendeu-se por um longo período a partir de decretos concedidos⁷ e principalmente com a autorização do governo da província de Mato Grosso para comercialização os ervais na fronteira com o Paraguai.

O domínio econômico dessa empresa se ampliou na região desde as bacias do rio Paraguai, estendendo-se às margens do rio Paraná, na divisa com os estados de São Paulo e Paraná. As áreas arrendadas não eram formadas apenas por matas, mas, também, por campos favoráveis à criação de gado. Este empreendimento impulsionou movimentos migratórios de colonos de diferentes regiões do Brasil e do Paraguai em busca de trabalho.

⁵ Para compreender a luta camponesa nessa porção do território brasileiro, apresento o processo histórico de formação do antigo sul de Mato Grosso que está relacionado diretamente na criação de Mato Grosso do Sul. A partir da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel, determinou o desmembramento de Mato Grosso para a criação de Mato Grosso do Sul. A instalação do estado teve início no ano de 1979.

⁶ A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma planta de origem nativa dos países da América do Sul.

⁷ Cf. Decreto n.º 8.779 (1882) Decreto n.º 9692 (1886) e Decreto n.º 520 (1890). No ano de 1889, com proclamação da República, foi renovado por mais uma década o primeiro decreto concedido. No ano de 1892, foi assinado um novo contrato para delimitar a fronteira com a República do Paraguai. A Resolução n.º 103 (1895) estabeleceu novos limites para exploração dos ervais pela Cia Mate Laranjeira.

A exploração e o poderio extrativista propiciaram as primeiras formas de apropriação capitalista da terra. As relações não eram tipicamente salariais de compra e venda da força de trabalho, tendo em vista que durante a primeira concessão estava em vigência o regime escravocrata no Brasil. Após a abolição da escravatura (1888), ocorreu, nesses empreendimentos, a combinação de formas arcaicas de trabalho, como, por exemplo, a escravidão por dívida.

Durante o início do século XX, a maior parte da produção industrial ervateira era destinada ao mercado internacional, para os países da bacia platina da América do Sul, principalmente à exportação para a Argentina. Na ampliação desse comércio externo foi necessária a abertura da navegação pelo rio Paraguai, que beneficiou tanto a exploração de erva-mate quanto outras atividades agropecuárias. Após abertura da navegação, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) foi outro marco que impulsionou a integração e o desenvolvimento regional.

A proposta inicial da NOB era ligar São Paulo a Cuiabá, no entanto, o trecho foi alterado para Corumbá, devido aos interesses de grupos econômicos que contribuíram no financiamento da obra. No ano de 1914, a primeira parte do trecho foi concluída, ligando o município de Bauru (SP) ao Porto Esperança (MT), localizado às margens do rio Paraguai, atual distrito de Corumbá (MS). A construção da segunda parte do trecho entre Campo Grande e Ponta Porã, foi inaugurada no ano de 1953.

A configuração territorial construída pela atividade econômica ervateira não estava alinhada aos ideais do Estado Novo e, para isso, era necessário destituir o monopólio concedido à Cia Mate Laranjeira. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Território Federal de Ponta Porã (1943)⁸, com o objetivo de desarticular o domínio empresarial da exploração dos ervais, não renovando os decretos de arrendamento dessas áreas.

O Estado, por meio de iniciativas de colonização e ocupação, criou as Colônias Agrícolas Nacionais⁹, para desenvolver e povoar a fronteira com a expansão das atividades agrícolas, caracterizando o movimento de *Marcha para Oeste*. A migração recebeu suporte oficial para solucionar a falta de força de trabalho e absorver os excedentes populacionais das regiões Sul e Sudeste do Brasil. No ano de 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional

⁸ Visando também promover medidas de segurança nacional no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Estado criou territórios federais que alteraram a divisão regional do Brasil.

⁹ O governo de Getúlio Vargas, por meio do órgão estatal de Divisão de Terras, criou as Colônias Agrícolas Nacionais. Cf. Decreto-Lei n.º 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.

de Dourados (CAND)¹⁰, no Território Federal de Ponta Porã, com o objetivo de povoar a região da Grande Dourados e desenvolver as cidades no entorno, com o suporte da agricultura e da pecuária.

A expansão das fronteiras agrícolas promoveu impactos nos modos de vida das populações indígenas. Os Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva foram os primeiros habitantes nessa faixa de fronteira com o Paraguai, pois, antes mesmo dos conflitos militares e da delimitação territorial entre os dois países, já tinham suas formas de organização sociocultural e o modo de vida tradicional, associado às práticas da agricultura, da caça, da pesca e da coleta¹¹.

Esse processo deslocou um conjunto de atividades econômicas, que caracterizou a ocupação territorial, provocando encontros e desencontros de temporalidades históricas entre os grupos sociais na fronteira. A frente de expansão ampara a frente pioneira conduzidas simultaneamente não apenas pelos “agentes da civilização”, mas também pelos “agentes da modernização”, baseada na racionalidade capitalista e na mentalidade da inovação empreendedora. A frente pioneira é mais que o deslocamento para novos territórios, é a situação social, que induz ao processo de transformações e contradições sociais¹².

A partir da década de 1970, as transformações ocorridas caracterizaram novos fluxos migratórios, com a chegada de colonos oriundos do Brasil meridional para essa região, impulsionados, sobretudo, pela valorização e pela disponibilidade de terras do até então estado de Mato Grosso. Os benefícios ofertados eram atraentes, pois o Estado oferecia uma série de vantagens para aquisição de grandes porções de terras por preços relativamente baixos, facilidades de financiamentos e linhas de créditos disponíveis¹³.

¹⁰ Cf. Decreto-Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943.

¹¹ As frentes de colonização que avançavam em direção aos territórios indígenas não se limitavam a invadir suas terras, mas utilizavam-se de vários expedientes para atraí-los, submetê-los e explorá-los, seja na extração da erva-mate, ou na agricultura ou na pecuária. Cf. BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

¹² Cf. MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

¹³ Cf. MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

A reestruturação produtiva agrícola, baseada no receituário tecnológico da revolução verde, consolidou as relações capitalistas no campo. O desenvolvimento desigual e contraditório do capital no campo foi impulsionado pelo Estado, durante o regime militar (1964-1985), com a inserção de maquinários agrícolas, insumos modernos, defensivos e fertilizantes para o solo, ou seja, a implementação do pacote tecnológico da empresa capitalista para racionalidade e elevação do processo produtivo.

Essa dinâmica produtiva conduzida pelo Estado para o benefício do capital promoveu a expulsão de trabalhadores rurais do campo, seja pelo avanço das cercas, das lavouras, dos pastos, dos títulos e dos maquinários. Nesse período, valendo-se do quadro favorável, o empresário brasileiro Olacyr Francisco de Moraes (1931-2015) adquiriu um imóvel rural de 50.000 ha, no sul de Mato Grosso, instalando a fazenda Itamarati, que mais tarde se tornou o “império da soja” na mesma porção territorial, onde no passado o Estado havia cedido o monopólio para a formação do império ervateiro da Cia Mate Laranjeira.

As ações intervenientes do Estado contribuíram diretamente para a ampliação do poder político por parte dos grandes latifundiários, o que impactou significativamente o modo de vida dos camponeses. As contradições do desenvolvimento na configuração territorial de Mato Grosso do Sul apresentam evidências de que o atual estado já “nasceu” com sua estrutura agrária desigual, bem como com setores econômicos já dominados em função da vastidão de terras a eles destinadas.

A tecnificação do meio rural foi um fator decisivo que garantiu, de forma crucial, o êxodo rural, gerando, como problema central, o amplo fluxo de trabalhadores para o meio urbano. A própria utilização e distribuição das terras é uma questão fundamental para evidenciar seu caráter monopolista. Mesmo que a terra não esteja sendo trabalhada, ela está em constante processo de valorização imobiliária, por ser alvo de especulação do capital. A característica que sustenta a especulação é justamente a demanda do mercado internacional para a circulação de mercadorias¹⁴.

O capital tem preferência pela expansão de suas relações de produção em setores econômicos mais lucrativos, destinados às exportações e ao abastecimento do mercado externo. As atividades e empreendimentos no campo resultam gradativamente na diminuição do espaço para a reprodução social do campesinato. A presente disparidade

¹⁴ Cf. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

territorial produziu efeitos contraditórios e um aumento significativo de famílias sem terra no estado de Mato Grosso do Sul.

A luta dos sem-terra remete ao questionamento do poder estabelecido e da estrutura agrária desigual, que promoveu a exclusão de diferentes modos de vida no campo. As evidências históricas apontam que essa porção territorial do Brasil, desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, foi marcada por monopólios, projetos de colonização e a instauração de grandes empreendimentos capitalistas, o que desencadeou inúmeros conflitos sociais na região fronteiriça, engendrando as principais formas de organização, protestos e conquistas do campesinato, que procura constituir práticas de resistência cotidiana para garantir sua permanência e reprodução social no campo.

Lutas e Resistências Transformadoras

As experiências sociais da luta pela terra e pela reforma agrária foram potencializadas no processo de transição democrática do país. A construção da Nova República foi marcada pela redefinição de estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais, para a afirmação de direitos sociais e democráticos que outrora foram sufocados durante o regime militar.

Ao longo da vigência do regime ditatorial, o Estado assumiu para si o caráter “modernizador do latifúndio”¹⁵. Esse processo desencadeou a repressão dos movimentos sociais, como, por exemplo, das Ligas Camponesas¹⁶, que sofreram impactos violentos em suas organizações, bem como in-

¹⁵ No início do regime militar foi sancionado o Estatuto da Terra (Cf. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), que definia a função social da propriedade e o interesse dos trabalhadores para desapropriação dos latifúndios improdutivos. O Estatuto da Terra se insere como um instrumento constitucional de garantia e legitimidade nos processos de reforma agrária no Brasil. Segundo José de Souza Martins (1981), este dispositivo concedeu uma abertura para o controle do Estado em detrimento dos conflitos sociais pela posse da terra e para maquiara os problemas referentes a questão agrária, fazendo da reforma agrária uma questão superficial, de emergência, baseada na tentativa de desmobilizar os camponeses, onde havia conflitos sociais que poderiam oferecer riscos ao regime político. Tratava-se de uma resolução focada em conflitos isolados, ignorando de que se tratava de um problema político, nacional e de classe.

¹⁶ Durante as décadas de 1950 e 1960, a atuação das Ligas Camponesas assumiu um importante papel na luta por reforma agrária no Brasil. O projeto radical de transformação visava atingir o cerne da estrutura fundiária. Esta organização camponesa formada no Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Pernambuco, constituiu a principal frente popular

tervenções militares nos sindicatos de trabalhadores rurais recém-criados.

Nesse período, homens e mulheres do campo, recriaram práticas políticas para demandarem a reforma agrária ao Estado, por meio de ocupações e organização de acampamentos. As estratégias começaram a se manifestar com as ocupações de terras na região Sul do Brasil. Tratava-se de ações que foram ganhando diferentes dimensões pelas unidades federativas, constituindo-se de características simbólicas e materiais de organização do espaço. A formação do acampamento resulta diretamente da ocupação de um latifúndio improdutivo, irregular, grilado, ou área pública da União. Dessa forma, está relacionado diretamente à reivindicação de uma propriedade na qual se pretende realizar um futuro assentamento, no interior e fora do imóvel requerido.

No Mato Grosso do Sul, os povos indígenas Guarani e Kaiowá também haviam consolidado um movimento de luta pelo território, especialmente na porção meridional do estado. Os indígenas têm realizado ocupações de fazendas e organização de acampamentos às margens das rodovias, semelhante aos dos trabalhadores sem-terra, para retomar o seu território ancestral, denominado como *tekoha*¹⁷, expropriado durante as ações intervenientes do Estado para a colonização da fronteira do Brasil com o Paraguai.

A organização dos camponeses e dos povos indígenas têm enfrentado inúmeras arbitrariedades jurídicas mediada por um conjunto de liminares de reintegração de posse e despejo promovido pelo poder judiciário e a omissão do poder público para a resolução dos problemas agrários e fun-

de enfrentamento às forças dominantes dos proprietários de terras. A expansão massiva das Ligas em diversas regiões havia se tornado uma grande ameaça para a estabilidade política e econômica do país. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

¹⁷ A concepção de *tekoha* é expressa não apenas como uma referência ao território, mas compreende a uma definição nativa dos próprios indígenas na afirmação dos seus direitos tradicionais. Os *tekohas* são identificados como o espaço físico e social, no qual se vive o verdadeiro modo de ser desses povos. Nesse caso, remete tanto ao território quanto aos elementos que permitem a reprodução do seu sistema sociocultural. Os acampamentos indígenas de retomadas dos *tekohas* são descritos como um processo de mobilização sociocultural e histórico, organizado por lideranças indígenas e composto por suas redes de parentela (família extensa). O marco das disputas territoriais se intensificou com a inviabilização progressiva da vida econômica, social e cultural nas reservas diminutas criadas pelo Estado, fato histórico que tem sido decisivo no agravamento dos problemas relativos à pauperização da vida, a violência e os ataques contínuos às organizações.

diários no estado. As práticas de lutas configuram em resistências cotidianas contra os grupos dominantes e os setores econômicos do agronegócio.

Nesta correlação de forças políticas, os proprietários fundiários haviam consolidado uma estrutura hegemônica de representação de seus interesses econômicos no âmbito do Estado, por meio de duas principais entidades, como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e a União Democrática Ruralista (UDR). A primeira cumpriu um papel político na integração de outras entidades empresariais existentes, além de atuar junto ao Congresso Nacional para a construção de um projeto econômico da burguesia agrária. A segunda buscou legitimar o discurso conservador reacionário, alinhando-se às bases da concepção neoliberal reativadas no contexto mundial, produzindo novas roupagens para a sustentação da perspectiva conservadora na agricultura¹⁸.

Com o fortalecimento na esfera do Estado, as classes dominantes tiveram ampla participação em diferentes setores econômicos e decisivos da política nacional. Além de integrarem a composição produtiva agroindustrial, estão alinhadas aos circuitos industriais e financeiros mais importantes do país. Os proprietários fundiários tornaram-se os principais agentes econômicos dentro da estrutura capitalista por deterem o monopólio das terras e uma representação política, valendo-se das ações do Estado para garantir seus interesses, além de se perpetuarem no poder com o uso da força, frente ao avanço dos movimentos sociais.

O Estado abriu mão de um projeto de desenvolvimento nacional, ao contrário disso, garantiu a manutenção do modelo agroexportador, viabilizado pela concentração desigual das terras, além de promover a fusão com as indústrias que caracterizaram a “estrangeirização” de grande parte do território brasileiro dentro do prisma de funcionamento do capitalismo internacional.

Os indígenas e os camponeses representam diretamente o entrave para o avanço das forças dominantes do agronegócio, da mineração, do hidronegócio e da financeirização ambiental que sustenta a lógica predatória neoextrativista no Brasil e na América Latina. Esses grupos sociais têm tido lutas completamente diferentes, considerando os fatores diversos e demandas específicas em relação à terra e ao território. Ambos grupos sociais,

¹⁸ Cf. GERMER, Clauss. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

constituem, na sociedade contemporânea, as principais frentes de resistências ao capital predatório¹⁹.

No âmbito destas relações conflitivas, os movimentos sociais rurais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁰, defende diferentes projetos de transformação no campo, para viabilizar a reprodução social do campesinato. A formação do MST nesse processo político agregou diversos sujeitos que não possuíam terra, absorvidos pelos impactos das relações capitalistas e motivados pela necessidade histórica de romper com os laços da dominação, exploração e, principalmente, da expropriação.

A organização política do MST no estado de Mato Grosso do Sul é formada por uma diversidade histórica de sujeitos sociais. Essa diversidade está relacionada às trajetórias de vida desses sujeitos na luta contra a expulsão e exclusão social provocadas pelo modo de produção capitalista. As lutas dos sem-terra foram sendo redefinidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo. As ocupações e acampamentos se tornaram uma das principais formas de garantir o direito à terra e à reforma agrária no Brasil. As ações realizadas evidenciaram a disseminação das práticas de resistência, subvertendo o pacto político firmado entre os setores dominantes da burguesia, os partidos políticos e os latifundiários na transição para o regime político da Nova República, em que os trabalhadores ficaram à margem²¹.

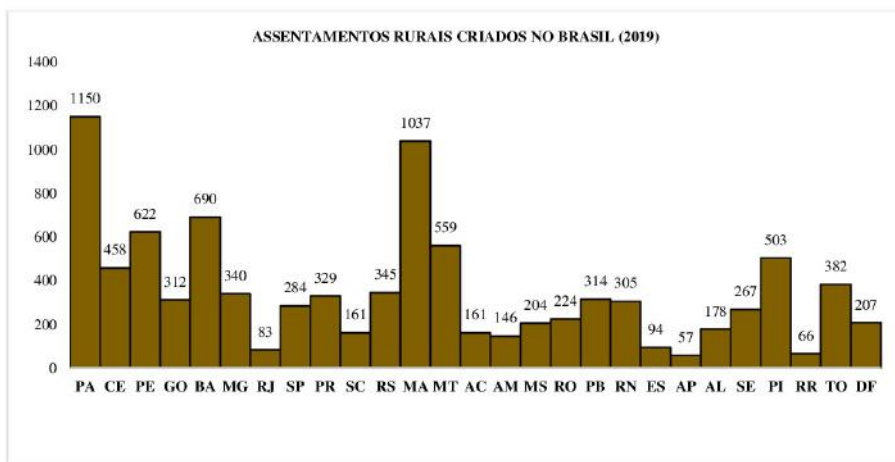
Os assentamentos rurais são resultados dessas pressões sociais orientadas pela afirmação do direito à terra, ao trabalho e à dignidade. Essas experiências desencadearam conquistas importantes para os sem-terra. No total, até o ano de 2019, foi registrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a criação de 9.478 projetos de assentamentos, distribuídos por todos os estados, abarcando 1.349.689 famílias assentadas, numa área correspondente de 89.502.605 ha.

¹⁹ Cf. MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

²⁰ O fruto das lutas sociais do campo germinou a formação do MST no ano de 1984. Os métodos de atuação constituídos pelo movimento têm promovido ocupações de latifúndios improdutivos que não cumprem função social e a construção de um novo processo de sociabilidade nos assentamentos, enfrentando diretamente as grandes corporações do capital no campo.

²¹ Cf. MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Gráfico 1: Assentamentos Rurais criados no Brasil (2019)



Fonte: INCRA, 2020. Org.: Douglas Menezes de Oliveira.

Os assentamentos rurais conquistados revelam mudanças importantes no campo. No entanto, um problema que tem sido observado nos últimos anos é a ausência de novos assentamentos e, em contrapartida, a ampliação das propostas de “reforma agrária” via financiamento de lotes subsidiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra.

O problema é que, quando há uma ampliação das políticas de crédito fundiário para a aquisição de lotes, consequentemente, ocorre a contração referente às desapropriações de imóveis rurais para a criação de projetos de assentamentos. Essa relação revela alguns dos impasses vividos pelas famílias que estão há muito tempo acampadas às margens das rodovias no estado Mato Grosso do Sul. O descaso do Estado com a política de reforma agrária engrossa as fileiras de barracos espalhados pelas estradas e a ampliação das desigualdades sociais.

A ausência de assentamentos rurais promove relativamente um campo favorável para a ampliação de créditos que beneficiam especuladores e proprietários rurais que tem interesse em vender suas fazendas por preços acima do que realmente vale. Este é um dos problemas que não se restringe ao âmbito estadual, pois, estas medidas têm sido uma ferramenta política que promove a exclusão das famílias que não tem condições financeiras para adquirirem um lote ou requererem algum tipo de financiamento bancário.

A posição de classe assumida pelo Estado frente às demandas sociais revela a relação simétrica com o capital financeiro. A intervenção estatal nesse processo desencadeia elementos fundamentais acerca da própria interpretação do problema. A questão agrária não deve ser confundida com propostas e metas de novos assentamentos rurais designadas no cenário político, bem como supor que foi criada pela conjuntura recente, pois ela não está vinculada ao tempo de governo e tampouco possui um caráter monolítico e invariante. O problema tem sua própria historicidade em decorrência das contradições engendradas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, com diferentes desdobramentos nas relações sociais²².

A posse da terra mantida num pequeno número de proprietários condena o contingente de famílias à vulnerabilidade socioeconômica. E, para aprofundar o problema, a reforma agrária que tem sido adotada pelo Estado não conseguiu atingir a matriz provedora das desigualdades sociais no campo.

A longa duração dos conflitos de classe presente no campo, representa a vigência de diferentes demandas sociais, que reivindicam a ampliação do sistema econômico e do espaço ocupado pela agricultura camponesa, ou seja, a disputa pela ressocialização e recriação do seu modo de vida, subordinada ou alternativa ao capital, destinada à manutenção da subsistência do campesinato.

Experiências dos Sem-Terra do MST e a “Conquista na Fronteira”

Como vimos nas evidências históricas apresentadas, a luta dos sem-terra é constituída na realidade dinâmica, diversa e contraditória da sociedade. As ocupações e acampamentos formados em tempos e espaços diversos reúnem diferentes trajetórias de vida e identidades, que dão sentido histórico aos processos interativos na formação histórica de classe. As práticas políticas realizadas na luta pela terra resultaram na recriação de modos de vida e no protagonismo histórico desses sujeitos sociais, independentemente de seus apoiadores ou mediadores.

Tentando escapar da homogeneização das experiências sociais, os acampamentos não apresentam as mesmas formas de organização do es-

²² Cf. MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2004.

paço, do tempo e das relações sociais, tendo em vista que cada organização possui conteúdos e singularidades constituídas que, transcendem os aspectos visíveis e materiais, sendo também o marcador das diferenças entre eles.

Os sem-terra e os movimentos promovem a espacialização e a territorialização de sua organização, constituindo-se num processo de apropriação do espaço e conquista de frações do território. Essa interação está pautada nas dinâmicas sociais e recomeço de novas trajetórias, pois quando os sujeitos decidem fazer uma ocupação e um acampamento, iniciam um processo de constituição de novos espaços de luta e resistência²³.

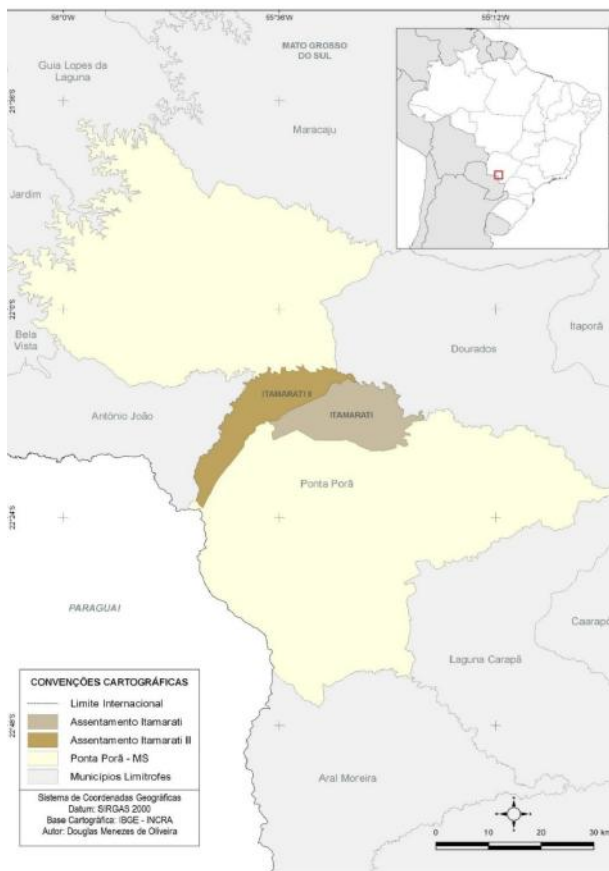
Esses espaços sociais geram aprendizagem e contribuem para a construção de novos saberes, práticas e valores. O sentido da interação repousa nas trocas de experiências, trajetórias e expectativas que demarcam a similaridade de suas condições objetivas no fazer-se da resistência cotidiana. A participação ocorre de modo coletivo e interativo entre acampados, movimentos, mediadores e apoiadores envolvidos. A sociabilidade no espaço constitui laços de solidariedade e conflitos no ambiente de vivência coletiva.

Nas narrativas dos assentados rurais do Itamarati I e Itamarati II, foram construídos diálogos²⁴ para a compreensão das experiências de luta e conquista de um lugar para viver e reconstruir seu modo de vida.

²³ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

²⁴ Os diálogos produzidos com os assentados rurais foram norteados a partir das reflexões produzidas por Alessandro Portelli sobre o método da história oral. Ver: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

Mapa 1: localização dos Assentamentos Rurais na fronteira Brasil-Paraguai



No início dos anos 2000, os acampados construíram barracos de madeiras com cobertura de lonas de diferentes colorações, reforçada com alguns restos de materiais encontrados. Os sem-terra se instalaram às margens da rodovia MS-164, localizada no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul.

Por se tratar de uma região fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai,²⁵ o acampamento do MST, foi formado, inicialmente, por 500²⁶ famílias de

²⁵ O município de Ponta Porã faz fronteira seca com Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay.

²⁶ Em entrevista com assentado Jacob, um dos coordenadores do MST naquele período, ele relatou que participaram do acampamento enquanto estiveram às margens da rodovia,

origens sociais diversas. Os barracos possuíam alguns elementos simbólicos e místicos, bandeiras de sua organização, códigos de convivência e uma escola. Os participantes são oriundos de diferentes municípios e estados brasileiros e também *brasiguaios* que retornaram ao Brasil, depois de décadas vivendo como estrangeiros no Paraguai, com a expectativa de conseguir ter acesso à terra no seu país de origem.

Imagem 1: Acampamento do MST



Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, 2003.

As posições fixadas dos barracos, dos dois lados da rodovia, entre as cercas de arames das fazendas transmitem a impressão de que estes espaços sociais são “amontoados de barracos” lançados à própria sorte. A matéria produzida pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de julho de 2003, intitulada “Assentamento Itamarati, ou levaram o presidente no bico”, relatava a presença marcante de movimentos e sindicatos requerendo ao ex-presidente Lula a desapropriação da segunda parte da fazenda Itamarati e, ao mesmo tempo, propagando uma imagem negativa dos primeiros anos de instalação dos Assentamento Itamarati nos anos 2000.

A reportagem publicada pelo Jornal *O Globo*, intitulada “*De antigo império da soja à maior favela rural no interior do Brasil*”, no ano de 2013, apresenta um conteúdo tendencioso, como o próprio título expressa, com objetivo de descaracterizar as lutas sociais dos movimentos sociais que deram origem aos assentamentos rurais, formado em duas etapas da compra

aproximadamente 2.000 famílias.

da antiga fazenda Itamarati, reconhecida nacionalmente como *império da soja* na década de 1980. O objetivo era caracterizar os assentamentos rurais como símbolo de “reforma agrária fracassada”, baseado na superficialidade e na utilização de falas descontextualizadas de alguns moradores. Embora os assentados rurais enfrentem algumas dificuldades, não se trata de um fracasso como é comumente propagado. Esse exemplo demonstra a intenção explícita de alguns veículos de comunicação de grande circulação nacional na propagação de uma visão negativa frente à opinião pública sobre luta dos sem-terra no Brasil. As matérias publicadas sobre estes assentamentos rurais buscam realizar comparações descabidas, de quando a propriedade ainda era posse do ex-proprietário “rei da soja”, que gerava desenvolvimento econômico para o país, com o suposto “fracasso” ao criar os assentamentos rurais, em que sem-terra, agora assentados, transformaram as áreas produtivas da fazenda em “favelas rurais”.

A formação histórica desses assentamentos rurais é constituída por espaços e tempos de encontros e desencontros entre os diferentes grupos sociais na fronteira e realidades dinâmicas em constantes transformações. As condições vivenciadas fizeram com que esses sujeitos buscassem nesses acampamentos organizados uma forma de luta pelos seus interesses. A opção encontrada havia sido participar das organizações coletivas diante das adversidades para terem acesso à terra.

Na busca por respostas e orientado por outras fontes históricas para compreender o cotidiano pouco visível das “lutas silenciosas” dos sem-terra em acampamentos²⁷, os assentados rurais narram que resistiram fazendo uso de cestas básicas distribuídas pelo governo e que eram divididas entre os movimentos, além de realizarem trabalhos diários como garantia provisória de obtenção de renda.

Diante de tais condições vividas, questionei o assentado Antonio, integrante do MST, como havia sido a luta naquele período, na expectativa de que talvez pudesse captar uma narrativa em que descreveria a dificuldade daqueles que percorrem o itinerário da luta pelo direito à terra, deparei-me com o seguinte relato:

Não, graças a Deus, a gente tinha cesta básica. Daí acabei de me curar da operação, me tratei e comecei a trabalhar para um e para outro, para ter uma mistura. Porque a cesta básica só vinha um

²⁷ Cf. SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

pedaço de carne, só vinha um jabá²⁸ e também sardinha, mas, a gente não perdia nada. Uma vez veio um jabá meio estragado para mim e, já falei que não ia jogar fora isso não, peguei e cozinhei aquele jabá com folha de abóbora e folha de batata que tinha no acampamento e tirou tudo aquele gosto ruim do jabá²⁹.

A noção de sofrimento constituída no mundo das ocupações de terras e no período de acampamento³⁰ é deixada de lado em alguns relatos, apresentando também a alegria com os ganhos e o pouco do que se tinha para se alimentar, ainda que de maneira limitada. Pode parecer algo muito simples e comum o recebimento de cestas básicas por parte dos acampados, entretanto, essa era uma opção encontrada para suprir as necessidades básicas que garantiu também a permanência no acampamento.

Adiante, nesse diálogo, Antonio revela que tudo valeu a pena, pois ao conquistar a terra pôde se reconectar às suas raízes oriundas da roça. Fazer parte do acampamento significou para o assentado a possibilidade de realizar seu sonho. O sentimento de gratidão com o que se conseguia para sobreviver e se manter no acampamento às margens da rodovia permeia ainda em grande parte das narrativas dos assentados rurais. O relato da assentada Celina é mais uma evidência disso:

Não era sofrido não, eu gostava, era um tempo que eu dormia bem gostoso, até hoje eu não esqueço disso. Eu estava dormindo e pensava que estava lá no meu sítio, mas, quando acordava, meu Deus! Estava no meio da rodovia, assim, dá um choque, sabe?

A necessidade de acampar repousava também nas limitações econômicas de se manter nos diferentes setores de serviços no meio urbano e que perdurou por algum tempo enquanto as famílias estiveram acampadas. A vivência na cidade revela um sentimento de “não-pertencimento” àquela realidade. A expectativa de retornar a vida no campo fez com esses sujeitos

²⁸ O significado de Jabá ganha diferentes formas de denominação conforme a região do Brasil, em outras localidades, por exemplo, é conhecido popularmente como charque ou carne seca.

²⁹ ENTREVISTA. Antonio. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 30 min. 24 segs. (aprox.), son.

³⁰ A antropóloga Lygia Sigaud, ao analisar a produção das linguagens simbólicas do mundo das ocupações de terras e da montagem de acampamentos, identificou que por meio deste ato legitimador de suas pretensões, as pessoas que se submetem viver nos barracos de lona, representa como um sofrimento que os tornam merecedores da recompensa da terra por tais condições aceitas. Cf. SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 20, pp. 11-23, 2004.

vislumbrassem as possibilidades de saída das condições difíceis das relações de trabalho e, ao conquistar a terra, poder viver e plantar na roça, assim como aprenderam no passado com seus pais.

A terra é concebida, segundo os assentados, como um “lugar de fartura”, ou seja, um lugar que viabiliza condições essenciais para suprir as necessidades básicas dos seres humanos. Essa perspectiva é construída nas vivências sociais do passado e do presente. O assentado Nelson, ao mostrar as fotografias guardadas nas caixas de sapatos, recorda quando participava de grupos de teatros para propagar a mística do movimento em diferentes regiões do estado. A fotografia³¹ cedida resguarda memórias de quando fazia parte dos grupos de apresentações.

Neste diálogo, o assentado narrou sobre a importância da mística como uma prática simbólica para o fortalecimento da resistência e da construção de novos valores no *fazer-se* da luta e permanência na terra. Em sua narrativa, o MST representa homens e mulheres do campo que buscam justiça social, o direito à terra e nela condições dignas para viver. Portanto, naquele período, era necessário fortalecer a resistência coletiva entre os sem-terra, sobretudo diante das incertezas do futuro após a conquista dos assentamentos.

Imagem 2: Grupo de teatro do MST



Fonte: Acervo do autor.

³¹ Na fotografia cedida, o entrevistado Nelson é aquele que se encontra no canto direito abaixado no chão, próximo a uma cadeira, usando uma calça preta e uma camisa de cor branca.

A mística combinava encenações com uso de símbolos, bandeiras, canções, hinos, ferramentas de trabalho, alimentos produzidos pela agricultura camponesa, discursos de ordem religiosa e política, sendo esses os elementos fundamentais da matriz discursiva dos integrantes do movimento.

As mensagens produzidas tinham como objetivo apresentar o sentido histórico da luta camponesa no contexto da América Latina, a necessidade da terra para os pobres e principalmente o papel político assumido por homens e mulheres do campo na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na condição de acampados, à terra assumia características distintas para cada um deles. A própria conquista dos assentamentos rurais não representou apenas o resultado de uma correlação de forças e disputas travadas no cenário político, mas, significados que movem e transformam as relações sociais, ou seja, à terra é vida ou, um lugar que lhes proporciona a liberdade.

A noção de liberdade, presente em muitas narrativas dos assentados rurais, se refere à comparação com o passado, quando ainda tinham que se submeter às relações de trabalho em diferentes estabelecimentos. Um caso marcante que reflete tal compreensão, surgiu na entrevista com o assentado Nelson, quando narrou sua experiência de trabalho da seguinte forma: “lembro quando eu trabalhava para um fazendeiro, de peão, eu parava na casa dele, eu ganhava cinco sacas de milho por mês, esse era o valor”, ainda completou que fazia de tudo um pouco, era tratorista, caminhoneiro e lavava pratos para a patroa, porque parava dentro da casa deles³².

O fato de muitos trabalhadores rurais residirem de forma provisória ou permanente nas fazendas em que desempenhavam funções, transmite uma sensação de dever, de sempre estar em “dívida” ou gratidão com o proprietário da terra. Ao fornecer uma moradia ao trabalhador contratado e sua família e, por não precisar pagar aluguel mensal, em determinados casos, a sua companheira ou esposa, também se sente na “obrigação” não contratual de desempenhar, além das funções que fora contratada, zelar pela casa (sede) da fazenda do proprietário.

Para o assentado, este valor recebido (pagamento em espécie) por mês, era muito justo, pois, dava para sobreviver e começar a arrendar, se comparado aos salários que recebia em outras atividades que era

³² ENTREVISTA. Nelson. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 30 min. (aprox.), son.

contratado, principalmente as suas experiências quando trabalhava no meio urbano.

Veja bem, antigamente, depois que me livrei de ser empregado, comecei a trabalhar por conta, eu trabalhava por porcentagem, numa churrascaria grande, na beira da estrada, em Realeza, Paraná. Os garçons trabalhavam 15 horas por dia, no mínimo, eles trabalhavam, um mês para comprar uma camisa, um sapato, uma calça, cada peça, para trabalhar, estou falando: cada peça, era um mês que eles tinham que trabalhar. Não tinha direito de tomar uma cerveja no final de semana. Sabe o que é isso?

O senso de justiça que permeia a narrativa do assentado revigora a partir do diálogo provocado acerca de suas próprias percepções do passado. O fragmento narrado termina questionando-me sobre a dignidade dos trabalhadores que desempenham atividades extenuantes e, ainda assim, tem o lazer negado e limitações impostas para o acesso de mercadorias e produtos básicos. Tais fatores contribuíram diretamente para as decisões em participar do acampamento.

Lutar pela terra significou travar a busca de um lugar para viver com aqueles que mais importam a cada um deles, ou seja, os amigos, a família e suas futuras gerações. As trajetórias dos sem-terra constituem elementos significativos que transformaram os seus valores ao longo do tempo. No presente, por mais que essas pessoas enfrentem algumas limitações na terra conquistada, aos poucos vão encontrando formas de superar na vida cotidiana. Como o assentado Clóvis gosta de enfatizar: “eu sempre digo, os assentados mais felizes que têm é nós, estamos aqui tranquilos, uma vida simples, não nos falta nada, graças a Deus”³³.

Essas e outras conquistas vividas revelam a “recompensa” que a luta coletiva os proporcionaram. Diante de um cenário de crise pandêmica da Covid-19, bem como as incertezas que assola o nosso mundo, espero que em breve, quando tudo isso passar, possamos construir novos diálogos e perspectivas sobre seus projetos de vida e de futuro na terra.

³³ ENTREVISTA. Clóvis. (áudio-mp3). Produção: Douglas Menezes de Oliveira. Ponta Porã: 24 de fevereiro de 2020. 1h. 20 min. (aprox.), son.

V

“VAMOS FAZER, CHEGA DE DISCURSO”: Camponeses e a organização política no Sudoeste do Paraná (1964-1985)

Ricardo Callegari¹

Este texto é resultado das pesquisas de mestrado² e do doutorado³, dialogamos a partir de uma pergunta central: a partir de qual lugar, de quais referências os camponeses se sentiram fortes para ocupar fazendas improdutivas e radicalizarem suas formas de luta na década de 1980? Como, mediante ao enquadramento imposto pela Ditadura Civil-Militar, construíram espaços de organização política para debaterem sobre as contradições vividas? Neste capítulo, problematizamos sobre as relações políticas e sociais construídas por camponeses durante os anos de 1964 até 1985, período histórico marcado pela Ditadura Civil-Militar e pela reestruturação produtiva no campo e que culminou nas oposições sindicais da década de 1980 e na formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e, posteriormente, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para não tratarmos os “enfrentamentos abertos” da década de 1980, (oposições e ocupações de fazendas improdutivas), é necessário compreender e problematizar como os camponeses tradicionais interpretaram e se relacionaram com a “política moderna” do período. Este processo, entretanto, não pode ser tratado de forma mecânica (modernização criando a luta). Os camponeses estavam presentes/inseridos nos processos de transformação e interpretavam este momento que estavam vivendo. Não existe alguma força externa atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e

¹ Doutor em História pela UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon.

² CALLEGARI, Ricardo. **Entre Lutas, Valores e Pressões**: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Programa de Pós- Graduação em História, 2015 (dissertação de mestrado), 161p.

³ CALLEGARI, Ricardo. **“GENTE NÃO É BOI DE CARRO, PRO CARRO DE BOI PUXAR”**: Camponeses e a Organização Política no Sudoeste do Paraná (1964/1985). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Programa de Pós-Graduação em História, 2020 (Tese de Doutorado), 207p.

indefinível de humanidade, transformando em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”, como alertou Thompson ao analisar o movimento operário inglês no século XIX.

A *Revolução Verde*, ou modernização conservadora da agricultura (a partir de agora: reestruturação produtiva) e suas contradições já foram amplamente debatidos pela historiografia. Podemos citar os estudos de José de Souza Martins,⁴ Wenceslau Gonçalves Neto,⁵ Davi F. Schreiner,⁶ Beatriz Heredia⁷ e Márcio Both.⁸ Estas pesquisas, de literatura mais crítica sobre o processo, evidenciam como tal desenvolvimento não resolveu os problemas agrários vivenciados pelos camponeses no Brasil. Problematizam, pelo contrário, como este processo de transformação tornou insuportáveis as condições de vida e trabalho, deixando à margem do processo, milhares de famílias camponesas.

Compartilhamos das leituras feitas, na qual apontam, para que esta reestruturação produtiva no campo significou um movimento do capital para ampliar seu controle sobre o trabalho e a produção da sociedade. Estas leituras utilizam como instrumentais teóricos basilares as interpretações de Marx,⁹ sobre as formas de apropriação da renda da terra pelo capital¹⁰.

⁴ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵ NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁶ SCHREINEIR, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais**. 2002. Tese de Doutorado- USP, São Paulo, 2002.

⁷ HEREDIA, Beatriz (et al). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.74, p. 159-176, out. 2010.

⁸ BOTH, Márcio Antônio. **Trajetórias na fronteira: a modernização da agricultura e seus impactos no Oeste do Paraná (1960/1990)**.

⁹ MARX, Karl. A renda da terra. In: **O capital: crítica a economia política**, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; tradução Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 1037/1071.

¹⁰ Para Marx, a renda no capitalismo pode assumir quatro formas: *monopolista* (quando o conjunto da sociedade está disposta a pagar preços muito altos para adquirir um produto oferecido de forma reduzida), *absoluta* (quando os proprietários de terras, que dispõem de quantidade expressiva de terras, estabelecem um acordo entre si para não as colocar à disposição da produção agrícola, quando os preços oferecidos pelo mercado não forem satisfatórios), a *renda diferencial 1* (definida com base na fertilidade do solo e localização das terras em relação ao mercado) e a *diferencial 2* (refere-se aos efeitos das aplicações de capital e o capital para melhorar a produtividade do solo, do escoamento e da melhoria nas técnicas e maquinários).

Do nosso ponto de vista, a renda diferencial 2 é a que mais sofreu alterações com a reestruturação produtiva na região Sudoeste durante as décadas pesquisadas e que continuam, ainda hoje, a aumentar as desigualdades no campo. Uma das contradições nesta forma de organizar a produção e o capital no campo, está no controle exercido pelos capitalistas que possuem as tecnologias referentes a estas aplicações. Estes novos métodos de cultivo (tratores, sementes geneticamente melhoradas, insumos) tendem a desvalorizar métodos e formas anteriores, de domínio dos camponeses e a aumentar a dependência com as grandes empresas (que possuem a tecnologia) ou com os bancos (que emprestam o dinheiro para o investimento). De qualquer modo, neste caso, a renda diferencial da terra passar a ser transferida (ou diminuí) dos camponeses para a indústria ou os bancos e, conseqüentemente, diminuí para os camponeses. É importante destacar que o problema central não é a utilização de tecnologias, mas sim, o controle exercido sobre esta tecnologia: cada vez mais concentrada nas mãos de poucos capitalistas.

Compreendemos que esta sujeição da renda da terra ao capital, característica fundamental para a expropriação do trabalho camponês e para a complexificação das formas de produção capitalista no campo, ocorre no Brasil e no Sudoeste principalmente a partir da década de 1960 e tornou hegemônica nas décadas seguintes.

Este desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira era parte de um pensamento de que o atraso agrário seria superado pela modernização e não pela reforma agrária. Esta concepção, cuja base é a produção em grande escala e voltada para a exportação, se deve, segundo Ruy Mauro Marini¹¹ as relações de dependência que o Brasil ocupa no mundo.

A ideia de capitalismo dependente foi desenvolvida, inicialmente, por Ruy Mauro Marini, cientista social exilado pelo período da ditadura militar do Brasil e, posteriormente, a do Chile. Esta teoria, debatida também por Theotônio dos Santos¹² e Vânia Bambirra,¹³ preconiza a ideia de que o Brasil e a América Latina fazem parte de uma totalidade de um sistema global, porém, não estão no centro do sistema, mas na periferia. Para Marini, a economia capitalista é organizada por monopólios, no qual poucos capitais

¹¹ MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2. ed., 2011.

¹² SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

¹³ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular. 2013.

controlam expressivas porcentagens da produção e apropriação dos resultados das vendas da força de trabalho.

Um dos principais desdobramentos, para os países periféricos como o Brasil, é a organização da economia voltada para a exportação. A estratégia baseia-se na produção de *commodities* em grande escala. Ou seja, países se constituindo como fornecedores de matéria prima para a produção de mercadorias pelos países centrais e, para isso, destinando a maior parte das terras produtivas para este fim. Deste ponto de vista, a reestruturação produtiva, iniciada na década de 1960, foi uma das principais responsáveis por assegurar e potencializar a organização desta forma de produção.

Uma das características da política de reestruturação produtiva na região Sudoeste do Paraná consistiu em aumentar a produção de grãos, seguindo a lógica nacional. Segundo dados do IPARDES, durante os anos de 1975 a 1980, milho e soja se destacaram pelo aumento enquanto que a de feijão permaneceu nos mesmos patamares. A produção de milho e soja tiveram aumento de 215 toneladas e 80 toneladas respectivamente. Enquanto que a de feijão uma diminuição de 25 toneladas.

Esta quantidade produzida reflete também na quantidade de área destinada as suas produções. Neste mesmo período, 1975 a 1980, a área plantada de soja foi a que representou maior elevação, cerca de 54 mil hectares a mais. Em seguida a de milho, com 35 mil hectares. Por outro lado, a área destinada a produção de feijão durante este período diminuiu cerca de 66 mil hectares.

Os dados notabilizam como foi a utilização da terra de maneira extensiva na região. Isto é, como as diferentes produções aumentaram ou diminuíram suas extensões de terras cultiváveis. Mas, também como, de maneira intensiva, ocorreram as variações. Ou seja, como o incremento de tecnologia, contribuiu para o aumento de produtividade. A extensividade e a intensividade estiveram relacionadas mais diretamente nas produções de milho e soja

Outra característica da reestruturação produtiva foi a maior utilização de máquinas com tração mecânica. Esta entrada da tecnologia contribuiu para mudanças na forma de organizar o trabalho no campo. Em 1970, a quantidade de tratores na região era de 185 unidades, enquanto que na década seguinte, o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos. O aumento de 1980 a 1995, em porcentagem é menor, porém não deixa de ser expressivo: 187%. É praticamente o dobro de tratores em 15 anos. E se compararmos a

década de 1970 e 1995 o aumento é de 4155%.

“Logo que o pessoal entrou na arapuca fechou a arapuca”: A reestruturação produtiva do capital na agricultura pela fala dos camponeses

O aumento produtivo de determinados cultivos agrícolas e o incremento de máquinas e insumos químicos, por sua vez, transformaram a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Há mudanças na cultura de cultivar a terra. Ocorre uma desvalorização de antigas práticas de trabalho, habilidades e conhecimentos, em detrimento das novas técnicas ditas “modernas”. Da mesma forma, uma concentração e maior controle do processo produtivo por parte das cooperativas e indústrias de máquinas agrícolas, sementes e insumos químicos.

Numa carta encaminhada a Assesoar, por Afonso Liesenfelder, identificado pelo Boletim Cambota como agricultor de Medianeira, há uma reflexão sobre o controle das grandes empresas, a “semente selecionada” e o controle e conhecimento popular sobre as mesmas:

VALORIZE O QUE É SEU: Muito já foi falado e escrito sobre semente selecionada. E tudo o que dizem se resume nisso: “germina melhor. É mais pura. Produz mais”. Isto é uma mentira para enganar o agricultor.

Talvez algum agrônomo se arrepie todo ao ouvir isto que estou dizendo. “Mas isso é demais”, dirão eles. Não é não. É isso e bem isso. Vejamos!

De onde sai esta semente “selecionada”? Pois é... sai da roça do agricultor. É isso mesmo, sai das nossas lavouras.

E o que fazem os donos das sementes particulares e as cooperativas com essa semente para ser “selecionada”? Limpam. Ora, limpar eu também posso com a trilhadeira ou um simples ventilador. Que mais eles fazem? Passam em peneiras de maneira que separam os grãos pequenos. Isto qualquer agricultor pode fazer. Para isto já existem os selecionadores de semente. Mas, notem bem, isto não é preciso, pois muita semente pequena germina melhor do que a grande.

E depois, o que fazem mais? Eles fazem o expurgo da semente. Muito bem! Mas saibam que isso eu também faço, e já desde anos. Estou até fazendo com o feijão para comer e não dá um caruncho. Mas como é que se faz o expurgo? É só misturar inseticida, de preferência pó com a semente. Mas deve-se usar somente inseticida para cereais

comestíveis. Pois no caso de sobrar semente, pode-se comer, dar aos animais ou vender. Dá para usar Malagran Super e Gessaverol. Cuidado para não confundir Gessaverol com Gessarol. Gessarol não serve, pois é veneno também para o homem e os animais. Só o Gessaverol é bom. Mistura-se 1 kg de Gessaverol em 1000 kg de grãos. Ou ½ kg de Malagran Super em 1000 kg de grãos. Após a mistura bem-feita, a semente é ensacada ou guardada em granel. Sendo para o plantio é melhor ensacar e cada 30 ou 40 dias polvilhar por fora das bolsas. Assim nenhum inseto vai atacar a semente. Se é milho para trato é bom passar um pouco de pó por cima.

Que fazem mais as cooperativas e sementeiras? Empilham as bolsas mal cheias (50 kg) em pilhas fechadas. Nem ar não entra. Fazem assim por falta de espaço. E isto faz com que muita semente perca a germinação. Eu faço diferente. Encho bem as bolsas. Ficam esticadinhas. Empilho com folga. O ar passa. E com o polvilhamento o pó chega em toda a pilha. Assim a minha semente própria fica melhor do que a “selecionada”.

E a injeção que eles fazem na semente? Ah bom! Injetam dinheiro e injetam (tiram) [ejetam] semente (50 kg)! Assim a tal semente “selecionada” produz mais do dobro, mas para eles! Por que vendem (50 kg) pelo dobro do preço.

Deixo o meu conselho: cada um guarda a própria semente. Claro, semente boa, seca. Logo após a colheita façam o teste da germinação. Isto é, plante 100 sementes, regue cada dia. Se nascerem 80 sementes e mais, a semente é boa. Daí faça logo o expurgo e aguarde o plantio fazendo dias antes um novo teste de germinação ou até vários testes. Assim você nunca plantará semente ruim.

Resumindo, digo: se a tal semente selecionada sai da nossa lavoura, ela vai produzir mais se é guardada em casa. Neste caso sim ela dá mais lucro para o colono, porque esse, planta mais barato (CAMBOTA, ano 5, nº 30, nov-dez, 1978, p. 10, *grifos* no original).

Por mais que seja um trecho longo, ele é representativo sobre as disputas envolvendo o controle popular sobre o conhecimento no processo produtivo. Seu relato já começa apresentando, do seu modo, um primeiro conflito: entre o conhecimento científico (representado pelo agrônomo) e o conhecimento popular (representando pelas suas experiências). Mas o faz esta crítica de maneira que não ignora a ciência, afinal, seus conhecimentos também envolvem sistematizações (quantidades, reações, métodos), experiências (ou testes), explicações de fenômenos e formulações racionais. A crítica refere-se a quem a “ciência” serve e, do seu ponto de vista, naquela

situação das sementes, havia uma ciência que servia ao lucro das cooperativas e não para os camponeses.

Outra contradição que ele se dedica a compreender é o paradigma de produzir sementes em “sua lavoura”, mas, caso queira plantar novamente, ter de comprar sementes “selecionadas”. No ver de Afonso, as Cooperativas e as sementeiras faziam um trabalho de selecionar e armazenar as sementes que os camponeses também sabiam e poderiam fazer. Pelo fato, segundo ele, dos camponeses perderem o controle deste processo é que seus “lucros” ficavam cada vez menores, pois eram acumulados pelas Cooperativas.

É significativo como nesta carta ele apresenta detalhadamente suas experiências e quais as conclusões que chegou. O objetivo de detalhar de tal maneira e enviar para a Assesoar é de difundir para o maior número de pessoas estes conhecimentos. Assim, como detalha suas experiências, apresenta com muita profundidade o funcionamento do processo de “seleção” das sementes pelas Cooperativas. Na forma como este material é escrito e publicado, há a apresentação das disputas sobre o controle no processo produtivo, dos conhecimentos e da tecnologia para tal, mas também, possibilita pensar qual o papel das Cooperativas: será que elas não deveriam ajudar a diminuir os custos de produção para os camponeses em vez de aumentá-los?

Paralelamente ao controle exercido pelas Cooperativas às sementes, ocorreram expulsões de várias famílias camponesas das terras. O relato de Jaime traz os conflitos a respeito daquele contexto histórico. Ele é camponês do município de Capanema/PR. Anos mais tarde se tornou uma das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em seu relato destaca como a reestruturação produtiva atingiu muitos outros camponeses e destaca os agregados:

Por que antes eles [os agregados] arrendavam terra, tinham que conseguir dar uma renda pro proprietário. Com a mecanização esse pessoal teve que ir tudo pros morros. Então não era um problema de morro só na cidade, era morro também aqui nas terras, na agricultura também e que daí não se viabilizava economicamente (JAIME, 59 anos, Capanema-PR, 10/01/2018).

Estabelece uma relação com os “morros” da cidade. Utiliza-se de uma metáfora para explicar o aumento da pobreza no campo e na cidade. Os morros no campo são locais íngremes e, geralmente, com presença de grande quantidade de pedras. É um lugar difícil de cultivar determinados

produtos, principalmente aqueles que necessitam ser cultivados todo ano após sua colheita (culturas temporárias, tais como: grãos e pastagens). É um lugar difícil também de mecanizar, se caracterizando, portanto, como um lugar marginal ao cultivo agrícola, segundo a interpretação de Jaime, e, desta forma, inviável para aqueles que precisam sobreviver a partir daquele espaço de terra.

Mas quem eram essas pessoas que saíam do campo em direção as cidades? Qual era a relação que possuíam com a terra que, a partir da reestruturação produtiva, não permaneceram?

Observamos que neste sentido, na organização da produção na região havia a presença de “agregados”. O agregado era o camponês que trabalhava e morava em terras que não eram suas por escritura. Esta relação consistia na “concessão” de uma parcela da propriedade para terceiros, mediante pagamento de renda. Por meio disto, repassava uma parte do fruto de seu trabalho ao proprietário. Este pagamento podia ser em produtos, horas de trabalho ou em dinheiro.

Era uma relação que estava presente, na maioria das vezes, em propriedades em que a mão de obra disponível na família proprietária não supria a demanda de trabalho existente, havia a possibilidade de outra família vir morar sem afetar a economia familiar. Nesta parcela de terra, a família de “agregados”, podia morar e plantar para alimentação e/ou comercialização mediante pagamento de renda ao proprietário da terra. Esta forma de trabalho diminuiu ao longo dos anos. Uma das razões é que com a entrada de máquinas e insumos a mão de obra familiar presente na propriedade supria as necessidades de trabalho e, por outro lado, com o maior investimento feito pela família, havia a necessidade de aumentar a produção (e destinar toda a terra para este fim).

As narrativas, neste sentido, de Seno Statz são significativas. Seno foi assentado no Assentamento Perseverança, em Marmeleiro. Quando gravamos a entrevista, em outubro de 2019, fazia poucos dias que haviam se mudado para a cidade de Francisco Beltrão. Segundo ele esta decisão não foi fácil de tomar, “por que vivemos a vida inteira na roça. Agora é como viver numa caixa de fósforos”, mas foi necessária devido as condições de saúde dele e de sua esposa. Em Francisco Beltrão, ficam mais próximos do Hospital Regional onde fazem os tratamentos médicos.

Seus pais vieram para a região em 1960. Em 1973, compraram uma pequena propriedade em Francisco Beltrão, mas como eram em 8 filhos, em suas palavras, “não tinha lugar para todo mundo e eu como era o mais ve-

lho fui o segundo a casar e então tive que sair para arrendar terra”. A solução encontrada foi então arrendar uma propriedade na comunidade de Tancredo Bene no município de Salgado Filho (hoje essa localidade pertence ao município de Manfrinópolis). Pelo arrendamento, sobre tudo o que colhiam, pagavam 30% ao proprietário. Essa relação vivida por Seno traduz-se em um sentimento de injustiça em sua fala na entrevista, observado no semblante e no modo enfático e pausado, ao ritmo da mão direita que batia sobre a mesa, demarcando cada expressão sobre o contrato informal ao qual ele e sua esposa estavam submetidos.

Depois de dois anos mudaram-se para uma chácara dos padres saletinos, em Francisco Beltrão, na Linha Osvaldo Cruz. A relação de trabalho, entretanto, tornou-se a mesma da anteriormente vivida:

Ali também, eu pagava, *além de cuidar da chácara*, eu pagava 25% de renda de milho, feijão, arroz e suínos que vendesse. Daí fiquei de [19]79 até [19]85. Tu imagina pagar 25% de renda? É terrível, não te sobrava nada! Tu trabalhava o ano todo e não sobrava! (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

Ao falar do pagamento, o entrevistado dá ênfase ao fato de ter que cuidar da chácara e ainda pagar a renda. Nos termos do acordo é provável que a diferença menor em 5% no pagamento da renda se dá por este motivo do cuidado. Mesmo nestes termos o sentimento de que o pagamento era muito alto e injusto marca sua narrativa. Por mais que as condições de remuneração fossem injustas, Seno e sua família permaneceram durante 6 anos como agregados da propriedade dos padres saletinos. As possibilidades naquela conjuntura, não permitiam que eles vislumbrassem a compra de terras como forma de permanecer no campo e sair daquela condição.

Ele também destaca como as propriedades que aceitavam agregados eram poucas: “não era assim (estala os dedos para demonstrar sentimento de facilidade e/ou rapidez) para conseguir terra” e, por sua vez,

Quem tinha terra ele te dava os lugar mais ruim, você arrumava a terra, quando ela tava arrumada e pronta ele pegava para ele e tu tinha que achar outro lugar. Então isso era normal, era comum na época. Então, o que passava na cabeça das pessoa, da minha e da maioria do pessoal do grupo que eu levei [para a ocupação em 1985] era de um dia ter um pedaço de terra para *não ter que ficar rolando pra cá e pra lá* e não ter que ficar pagando renda (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

Em 1985, saiu da propriedade e ingressou no acampamento de famílias sem terra, organizado pelos Sindicatos e pelo Mastes, na fazenda Perseverança em Marmeleiro.¹⁴ Como na narrativa de Jaime, a de Seno também aparece à injustiça referente aos morros e aos piores lugares para se trabalhar e produzir. Entretanto, a interpretação de Seno apresenta mais um elemento: a da quantia de trabalho necessário para tornar aquela terra produtiva e que depois, na hora de produzir nela, com as curvas de nível e a destoca feitas, o proprietário reivindicava aquele terreno e mandava embora os agregados. Seno, ao dar este destaque, está chamando a atenção para como o trabalho dedicado pela família, para transformar a terra e a natureza ao seu favor, não era pouco.

Este trabalho, do cultivo das plantas, dos cuidados com os animais, portanto, exige técnica, conhecimento, cuidado, acompanhamento. E, a partir do momento em que planta-se uma árvore, faz-se uma horta, um jardim, modifica-se o local de modo que ele vai tornando-se um lugar “bom de viver”, organizado de seu jeito, conforme sua cultura, para se viver lá e viver bem na medida do possível.

Deste ponto de vista, o trabalho de cultivar contribui para constituir nos sujeitos que o fazem uma cultura, elaborando uma identidade. Ao fim, tem-se ali um sentimento de pertencimento, um modo de vida, uma cultura, na concepção de Raymond Willians.¹⁵ Ou seja, nas práticas de arar, plantar, cuidar, colher, cultivar, entre outros, os trabalhadores também vão se constituindo com e por meio delas como sujeitos, (re)elaboram suas identidades, sentidos e sentimentos de pertencimento a uma ambiência.

Portanto, por isso que é difícil quando esses camponeses precisam ir para outro lugar. Por isso que a *itinerância*, o “rolar pra lá e pra cá” na expressão de Seno Statz (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019), é conflituosa¹⁶ e rememorada pelos camponeses como um momento de dramaticidade em suas vidas. Este processo é denominado de “A Longa Marcha”, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹⁷ ou a “caminhada no chão da noite” por

¹⁴Trataremos sobre a prática de ocupações de terra logo a frente.

¹⁵ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

¹⁶ Para mais ver LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo Oeste do Paraná. Ed. Aos Quatro Ventos, Curitiba, PR: 2005, 341p, que aborda a problemática da itinerância.

¹⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 329-361.

José de Souza Martins.¹⁸ Quando os camponeses precisam ir se deslocando em uma caminhada sem fim (do sul para cá, na própria região e depois para o Mato Grosso do Sul e hoje para a Amazônia legal). Essa caminhada é uma caminhada constante e cheia de conflitos, que traz angústias para as famílias e gera conflitos. Nessa itinerância, que se deve a muitos fatores, de expulsão em expulsão vão caminhando na tentativa de sobreviver e de manter a sua cultura.

Esta caminhada no chão da noite levou muitos camponeses para outras regiões e/ou para as cidades. Em 1970 a população rural na região Sudoeste era de 345.959 (81%), no ano de 1980 diminuiu para 301.607 (64%), ou seja, um decréscimo de 17%. Entre os anos de 1970 e 1980 a população rural diminuiu 44.352 pessoas, o equivalente a 4.435 pessoas por ano. Entre 1970 e 1980 mais de 100 mil camponeses deixaram o campo. E a década de 1990 caracteriza-se por ser o momento histórico em que a população do campo e cidade se equiparam na região. Atualmente, estima-se que a população que vive no campo é de 20 a 25%¹⁹.

Diante de tantas contradições, como os camponeses percebiam a solução dos problemas? Qual era a preocupação dos camponeses na escolha dos representantes sindicais? Quem deveria resolver os problemas apontados por eles? Na tabela a seguir organizamos as respostas de uma pesquisa feita pela Assesoar em 1969.

Tabela 1: A quem caberia a solução dos problemas (resultado da pesquisa feita pela Assesoar com os camponeses em 1968 e 1969)

Indicação	Número	Porcentagem
O governo, a prefeitura	265	54,4%
O padre	84	17,3%
Os dois juntos	7	1,4%
Só o povo unido	72	14,8%
Povo, prefeito, padre	16	3,3%
Não sabe, sem resposta	43	8,8%
Total	487	100%

Fonte: ASSESOAR, 1970.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

¹⁹ Os dados do último Censo 2006, apontam para 30%. Como não houve outro Censo Demográfico a população do campo atual é estimada em números menores que este.

É significativo notar como para mais de 81% dos camponeses a solução não passava pela organização popular. A solução antes de tudo deveria vir do Estado ou da Igreja. Essa relação com a política denota para aquilo que Hobsbawm,²⁰ ao analisar os camponeses na Inglaterra, chama de *subalternidade* ou *inferioridade*. Os camponeses se sentem inferiores e, portanto, não se percebem como agentes transformadores. Romper com esta percepção sobre si é um desafio histórico para os camponeses, segundo o autor. Todavia, essa interpretação precisa ser relativizada, haja vista, o protagonismo dos camponeses na organização de movimentos de contestação e a participação em processos revolucionários, vide a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957, a Revolta do Contestado em 1914/1916 e o próprio processo de enfrentamento às contradições da reestruturação produtiva na região Sudoeste.

Deste contexto, várias são as perguntas que surgem. Se, por um lado, a Ditadura Militar buscou limitar e proibir a atuação política dos camponeses nos Sindicatos e, por outro lado, mas como face da mesma moeda, os Sindicatos cumpriam um papel de “anestesiar” as lutas, quais eram os espaços políticos que os camponeses participaram durante este “tempo histórico”? Como, em meio a tamanhas contradições (expulsões das terras, transformações nas relações de trabalho, controle das grandes cooperativas e indústrias sobre a tecnologia), organizaram-se politicamente os camponeses? Quais e como foram as *práticas sociais organizadas* por eles?

“A minha luta começou dentro da Igreja”: Igreja e camponesinato no Brasil e no Sudoeste

Como catequista, como coordenador de jovem quando era jovem, depois como ministro da eucaristia. Depois daí quando começou as ocupações de terra (...), quando ouvi falar que os agricultor iam ocupar terra eu comecei a me preparar para ir ocupar também. Comecei a me preparar dentro dos grupos eclesiais de base, dos grupos de família, né?! O grupo que eu coordenei pra levar pro movimento sem terra era um grupo de família que eu tinha, mais ou menos 25 famílias (SENO, 65 anos, Francisco Beltrão/PR, 2019).

A frase deste subtítulo e o trecho da entrevista são de Seno Statz. Ele, ao narrar sua trajetória política na organização dos camponeses sem

²⁰ HOBBSAWM, E. J. Os camponeses e a política In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldia e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

terra da região, pontua como iniciou com trabalhos pastorais na Igreja. Apresenta também, como os grupos de famílias foram instrumentos que potencializaram os processos de luta pela terra na região, pois era nesses espaços que se encontravam para refletir e encaminhar alternativas aos problemas vividos.

Como vimos, a década de 1960 marca um processo de grande transformação na agricultura regional, gerando contradições e conflitos. Uma das instituições que mais atuou neste período junto aos camponeses na região foi a Igreja. Esta atuação não estava isenta de intencionalidade e houve um movimento da própria Igreja neste sentido.

A atuação da Igreja Católica no Brasil, no Paraná e na região está inserida, segundo Veronese,²¹ Battisti²² e Castelano,²³ no contexto em que a Igreja Católica, a nível mundial, se preocupava em se “atualizar”. As transformações do capitalismo geravam desigualdades sociais e econômicas que atingiam a população pobre no mundo todo, gerando muitas contradições, conflitos sociais (Maio de 1968, na Europa) e até revoluções (Cubana, em 1959). A Igreja Católica, em grande medida, contestava as desigualdades do capitalismo, mas como afirmou Claudino Veronese, o objetivo era que “os leigos preparados pela Ação Católica atuassem no interior da sociedade capitalista, não na perspectiva de substituí-la por outro tipo de sociedade, mas para torná-la mais humana e mais justa”²⁴.

No Sudoeste do Paraná, na década de 1960, “iniciou em algumas Paróquias da Diocese de Palmas este novo tipo de pastoral”. Essas Paróquias “buscavam levar os católicos a se comprometerem mais profundamente com a causa das populações rurais”²⁵. Esta “nova pastoral” estava baseada no método desenvolvido pela Ação Católica de “ver-julgar-agir”: ver a realidade, julgar à luz da fé e agir para superar as contradições.

Este “comprometimento” exigia a construção de instrumentos de

²¹ VERONESE, Claudino. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à estruturação da cidadania dos ex-possesores do Sudoeste do Paraná**. 1998. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, UNIJUI/RS, Ijuí, 1998.

²² BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

²³ CASTELANO, Maria José. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação juntos aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no oeste do Paraná**. 2018. 154 p. (Tese de Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21210/2/Maria%20Jos%C3%A9%20Castelano.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

²⁴ VERONESE, Claudino. **O papel pedagógico da ASSESOAR...** 1998, p. 150.

²⁵ Idem, p. 143.

estudos e espaços políticos, para que a realidade pudesse ser compreendida, identificada os seus problemas e para que a construção de alternativas fosse a partir da “causa” dos camponeses. Desta perspectiva, a estratégia adotada pela Igreja na região foi, além de fundar Sindicatos, fundar a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e se aproximar dos camponeses a partir dos Grupos de Reflexão.

A Assesoar foi fundada em 1966. O primeiro encontro da Associação ocorreu no Ginásio La Salle, no município de Francisco Beltrão. Nesta assembleia definiu-se a primeira direção, o estatuto e os objetivos da organização.

Foi constituída por 33 jovens camponeses, com apoio de padres belgas. Estes padres estavam na região Sudoeste já contribuindo no desenvolvimento de outras atividades, como a Catequese Familiar, a formação dos Sindicatos. Pertenciam ao movimento de “atualização” da Igreja ligado aos Missionários do Sagrado Coração (MSC) e à Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) com sede em Bruxelas, Bélgica. Tinham uma relação com a Ação Católica e com a Juventude Agrária Católica (JAC), grupos internos à Igreja. Vieram ao Sudoeste do Paraná no início dos anos de 1960 e participavam de cursos promovidos pelo Movimento por um Mundo Melhor (MMM)²⁶.

Uma das primeiras diretrizes, descrita no Estatuto da Associação, elaborado em sua Assembleia de criação no dia 08 de fevereiro de 1966, afirmava que seu objetivo era “promover melhores condições de vida aos trabalhadores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a Doutrina Social da Igreja Católica”. Isto é, uma Associação que possibilitava “repudiar o liberalismo econômico (que combatia a interferência do Estado na questão social), quanto as ideias comunistas que pregavam a eliminação da propriedade privada (coletivismo) e das classes sociais”²⁷.

Outra linha básica definida foi de que a direção da organização seria presidida sempre por camponeses, afinal, como relata um dos associados,

²⁶ O MMM foi um movimento de renovação pastoral do pós-guerra, com sede em Roma, Itália, aprovado como tal pelo Vaticano em 1952 e que teve uma grande disseminação na Europa e na América Latina principalmente durante as décadas de 1950 e início de 1960. Para saber mais, consultar: FARIAS, Damião Duque de. As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

²⁷ BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006, p. 5.

“era uma associação dos trabalhadores rurais, então a eles cabia sua administração”²⁸. A escolha dos diretores era feita em Assembleia Geral Ordinária com os camponeses associados. Alguns elementos fizeram com que a diretoria de ser presidida por camponeses não fosse aplicada inteiramente durante os primeiros 12 anos (1966 a 1978). Entre 1966 a 1975 foram comerciantes que a presidiram e de 1976 a 1978 foram padres.

Por um lado, havia o regime militar, que muito perseguiu movimentos e instituições ligadas a lutas populares, principalmente as do campo, entre 1976 e 1978 (período de vigência do Ato Institucional número 5). Este contexto contribuiu para que a Assesoar criasse meios de defesa e resistência, enquanto instituição e, da mesma forma, construísse formas de enfrentamentos ocultos (não diretos) sem “escandalizar”²⁹ os camponeses nem questionar profundamente o *status quo*.

A fala do padre belga Afonso Niss, que presidiu e acompanhou a Assesoar no período, contribui para compreendermos a conjuntura da época e os cuidados que os representantes da Associação tiveram que tomar.

Eu fui presidente da Assesoar durante dois anos e antes também eu já participava, era do quadro dos diretores. Estes dois anos eu assumi esta responsabilidade por causa da ditadura militar. Os militares eles tinham um certo receio de enfrentar os padres e o bispo³⁰.

Este contexto foi de combate ao comunismo e as organizações dos trabalhadores foram *enquadradas*, muitas passaram a atuar na clandestinidade. Logo, instrumentos políticos dirigidos por trabalhadores ou camponeses, que incentivavam o questionamento das contradições vividas e os problemas que enfrentavam podiam levantar suspeitas de que a Assesoar fosse um espaço de ação comunista, sendo possível a repressão, por parte dos militares no poder. A escolha dos padres para a direção da mesma foi uma forma de dificultar a repressão por parte da Ditadura, segundo Afonso Niss, padre entrevistado pela Assesoar em 1996, em função da comemoração dos 30 anos da Associação.

Entretanto, para além desta interpretação que aponta a perseguição da Ditadura como motivo de não colocar camponeses na direção, há outros elementos. Um deles era o fato de que, segundo a Igreja, “não haviam agricultores com formação necessária para lidar com todos os desafios que

²⁸ ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

²⁹ ASSESOAR. Levantamento Sócio Religioso Sudoeste Paraná. 1970.

³⁰ ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

a Assesoar se propunha a resolver”,³¹ posicionamento que se difundia principalmente entre os setores mais conservadores da Igreja.

Esta posição a respeito da falta de preparo dos camponeses dialogava, por um lado, com o tipo ideal de liderança que a Igreja vislumbrava: católicas e com uma postura mais moderada a respeito do *status quo* da sociedade. Isso implica dizer que os cargos executivos de diretores, tesoureiro e secretário eram indicados pela Igreja. Foram, portanto, comerciantes, pequenos empresários e padres³². Por outro lado, esta forma de compreender os camponeses é uma percepção muito forte dos outros sobre eles. Sendo que eles aparecem muitas vezes acompanhados da falta de alguma coisa: falta de capacidade, falta de consciência sobre os desafios, falta de religiosidade. Há, nesta interpretação, um sentimento de tutela por parte da Igreja para com os camponeses. Sentimento de que os camponeses eram sujeitos frágeis, que precisavam de proteção e formação.

Com estas diretrizes a Igreja, a partir da Assesoar, fez cursos de formação para os mais de três mil catequistas responsáveis pela Catequese Familiar na região e para os Ministros de Eucaristia. Estes vinham, uma vez por ano, a Francisco Beltrão participar destes cursos que visavam à formação paroquial. Estudavam a realidade da região, aprendiam o que eram os sacramentos, discutiam sobre a renovação da Igreja, a missão do catequista e a relação com os adolescentes. Eram ações de formação pastoral, mas para além destas ações, houve outro espaço construído na região e que melhor exemplifica como muitos camponeses, a partir da “cultura religiosa” de certa forma conservadora, construíram formas de organização e propostas mais radicais: os Grupos de Reflexão ou Comunidades Eclesiais de Base.

Estes Grupos eram de até 10 pessoas e todos possuíam um coordenador(a) e um secretário(a) e tiveram uma grande aceitação dentro das comunidades. Em 1968, o irmão Cirilo, um dos educadores da Assesoar, visitou o primeiro grupo na comunidade de Plano Azul, município de Verê/PR. Cinco anos depois a Assesoar já havia implantado na região mais de cinco mil grupos.

A partir deles, os camponeses eram estimulados a questionar as relações sociais que estavam inseridos. Num vídeo comemorativo aos 30 anos da Assesoar, Armindo Grillo, um dos fundadores da Associação, destacou

³¹ ASSESOAR. Levantamento Sócio Religioso Sudoeste Paraná. 1970.

³² Como veremos a frente esta forma de escolher os representantes foi questionada em 1978 pelos camponeses que disputaram as eleições e saíram vitoriosos causando um rompimento com a Igreja.

qual era a metodologia das celebrações e das reuniões feitas pelos Grupos de Reflexão: “a gente não visava só falar daquele Deus longe. Mas sempre fazer que nós e os companheiros, na celebração, a gente pensasse a realidade da vida de hoje”³³. Em sua fala, ao destacar que não falavam “só” daquele Deus longe, há a provocação de que houve uma mudança a partir daquele momento: antes só se falava do Deus distante, agora reflete-se sobre como seus ensinamentos podem ajudar a pensar e agir sobre os problemas.

Em 1970, foi criado o Grupo de Reflexão na comunidade de São Valentim, na zona rural do município de Dois Vizinhos. Em 1978, os dirigentes publicaram no Cambota uma explicação do por que criaram o grupo: “por que todos precisam de catequese” e o Grupo ajuda “para organizar um novo tipo de catequese para as crianças”³⁴. Destacam, desta forma, como a nova formação pastoral era um dos objetivos dos Grupos e, de certa forma, contribuía para suprir a falta de sacerdotes nos locais mais populares e distantes.

Mais a frente, na mesma publicação, entretanto, destacam como o Grupo foi mais além do encontro de formação pastoral, afinal, os camponeses “se reúnem para estudar as dificuldades e encaminhar as soluções” e dentro destas soluções estava a “formação de lideranças cristãs, criação de Delegacias Sindicais e a aplicação correta da técnica na agricultura”. Para os camponeses, organizados no Grupo de Reflexão de São Valentim, a relação entre espiritualidade (formação de líderes cristãos e catequese), política (Delegacias Sindicais) e produtiva (técnica agrícola) estavam intrinsecamente ligadas, a ponto de afirmarem que “aqueles que só trabalham para o espiritual não apoiam a caminhada do Grupo”³⁵.

Ao designarem que haviam pessoas que não apoiavam os Grupos relacionam com os camponeses e os leigos que não queriam organizar o povo para refletir e agir no sentido de encontrar soluções para os problemas vividos. Isto é, para os camponeses organizados no Grupo de Reflexão de São Valentim, aqueles que só queriam rezar não estavam vivendo como Jesus viveu.

Este trecho apresenta uma divergência na “cultura religiosa”. Thompson, ao analisar a influência da Igreja e da religião no processo de formação da classe operária inglesa, chamou a atenção para como estes choques, cismas e mutações foram componentes do processo de dissidên-

³³ ASSESOAR. Vídeo comemorativo 30 anos. 1996.

³⁴ CAMBOTA, nº 27, mai-jun de 1978, p. 6.

³⁵ Idem, p. 6.

cia dos trabalhadores com a Igreja.

A história intelectual da Dissidência é composta de choques, cismas e mutações. Muitas vezes sentem-se nela os germens adormecidos do radicalismo político, prontos para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável³⁶.

Este gérmen do radicalismo político estava presente nos Grupos de Reflexão. Neles, os camponeses se desafiavam em conciliar a espiritualidade, os estudos, os debates e a reflexão com ações práticas. As ações geralmente eram: puxirões, construção de casas para os mais pobres da comunidade, construção de capelas, quadras de esporte, realização de bailes, aplicação de técnicas novas na lavoura (adubação verde e combate a erosão), entre outras³⁷. Eram ações compreendidas pelos camponeses e pela Assesoar como prática da vida cristã e dialogavam com os objetivos da nova pastoral.

Seno Statz, agregado da região e que posteriormente contribuiu na criação do Mastes e na ocupação da Fazenda Perseverança, ao ser perguntado como era os Grupos de Reflexão a qual participava, destacou:

Tinha um grupo de casal que se reunia para fazer a novena de um livrinho, né?! Desde de rezar até discutir problemas da comunidade, que tinha muitos [ênfase no muitos] naquela época né?! Discutir algumas coisas que a ASSESOAR já levava naquela época de mudança de tecnologia e coisa que os agricultor... naquela época era difícil. Os próprio Sindicato começaram a fazer reunião nas comunidades. Então a maioria dessas reuniões eram feitas nesses grupos³⁸.

Nesses grupos, que se espalhavam em toda a região, eram utilizados roteiros produzidos pela Assesoar, CPT e/ou CNBB. A partir dos primeiros anos da década de 1970, as reuniões dos Grupos de Reflexão eram organizadas tendo como base os textos do boletim o Cambota. A partir destes materiais os camponeses discutiam formas alternativas de produção e de organização: ou seja, qual direção que a nova pastoral da Igreja apontava como alternativa para eles.

O Cambota surgiu em 1973, inicialmente como boletim (na década

³⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 36.

³⁷ CAMBOTA, ano 2, nº 17, set-out, 1976 e CAMBOTA, ano 4, nº 19, 1977

³⁸ SENO, 65 anos, Entrevista concedida a Ricardo Callegari. Francisco Beltrão: 01 de outubro de 2019.

de 1990 tornou-se revista semestral). Durante a década de 1970 e 1980 sua edição era bimestral e o objetivo era dar subsídios para os mais de dois mil Grupos de Reflexão, organizados nas comunidades da região. Estes grupos se associavam à Assesoar e, desta forma, assinavam o boletim e o recebiam bimestralmente até 1978 e mensalmente a partir de 1979. No ano de 1976, definiu-se que mesmo os grupos não assinantes ganhariam 2 números do boletim como forma de contribuir na sua organização, na resolução dos problemas enfrentados pelos agricultores e, por outro lado, animá-los a, futuramente, assiná-lo.

A partir dos boletins eram publicadas mensagens de saudações dos Grupos de Reflexão as pessoas que trabalhavam na Assesoar (chamados de permanentes), como a enviada no mês de agosto de 1976 pelo Grupo de Jovens de Barra do Rio Tuna, município de Francisco Beltrão, no qual destacam que fazem suas reuniões quinzenalmente e que, a partir da segunda roça comunitária compraram uma Bíblia e um toca disco e estão “com vontade de partir para a terceira roça comunitária. Vamos ver se conseguimos formar uma biblioteca para nos instruir mais”. Estes trechos foram publicados no boletim com o objetivo de “animar outros grupos de jovens a partir do exemplo da roça comunitária”³⁹.

Para além destes trechos de cartas publicados, alguns poemas elaborados pelos camponeses organizados nas comunidades também eram reproduzidos, tal como o escrito por Arlinda Brizzola, do Grupo de Jovens de Porto Alegria, comunidade da zona rural do município de Nova Prata do Iguçu e intitulado “Sonho e realidade”:

Embora nem todos sejam capazes de tudo, todos são capazes de alguma coisa.

Portanto, não há motivo para se desculpar de não saber ou poder melhorar.

Ninguém sabe tão pouco, que não tenha nada para dar ou não pode fazer alguma coisa para o outro.

Na vida tudo se renova a cada momento. Por isso a solução para hoje, não pode servir para amanhã⁴⁰.

O conteúdo deste fragmento dialoga com a potencialidade dos saberes populares no desenvolvimento de novos saberes e na capacidade de todos de agir sobre a realidade. Evidencia as tentativas de colocar os saberes e os sujeitos em pés de igualdade um com o outro. Esta é uma reflexão

³⁹ CAMBOTA, ano 3, nº 18, nov-dez, 1976, p. 6.

⁴⁰ CAMBOTA, ano 2, nº 17, set-out, 1976, p. 7.

que está presente nas obras de Paulo Freire, principalmente na Pedagogia do Oprimido quando afirma que “não existe saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes”⁴¹. Arlinda, assim como Paulo Freire, buscou re-tratar que é na reciprocidade de saberes que a aprendizagem e a construção de alternativas para os problemas se desenvolvem.

Estes Grupos de Reflexão e as Cambotas buscaram fundamentar a habilidade ou capacidade crítica dos camponeses e incentivaram a participação destes na tomada de decisões sobre questões referentes a sua vida e a busca/construção de alternativas por eles próprios. Exerçeram importante papel para mobilizar os camponeses da região e a partir deles debateram alternativas de produção, organização comunitária e formas de intervir em alguns problemas enfrentados por eles.

Em 1978 houve o primeiro encontro de dirigentes dos Grupos de Reflexão. Este foi realizado em 20 paróquias da região e participaram ao todo 1835 dirigentes, segundo consta no Boletim Cambota nº 27 de maio e junho de 1978. Cabe observar que se trata de um número expressivo de dirigentes. Neste mesmo boletim foram publicadas as duas maiores conclusões que os dirigentes chegaram:

PRIMEIRA CONCLUSÃO: Até agora os grupos se preocuparam mais com a oração; a reflexão; o bom relacionamento; uma melhor participação nas práticas religiosas; a realização de uma diversão sadia; o atendimento a casos de doença e de pobreza; a ajuda nas promoções da comunidade; a melhoramentos no templo e no pavilhão da comunidade.

SEGUNDA CONCLUSÃO: Um grupo passa a ser mais acreditado na medida em que se volta também para aquilo que mexe mais a fundo com a vida dos jovens do meio rural e dos agricultores. Os jovens pedem maior ajuda para a constituição de um lar seguro e para uma profissão digna. Os agricultores querem saber como aprender juntos a aplicação correta da técnica na agricultura; como fazer comprar e vendas em conjunto; como ter conhecimentos suficientes sobre a importância dos órgãos de sua classe⁴².

Diante das conclusões podemos observar como havia diferenças entre os grupos de reflexão. Alguns mais preocupados com a reflexão, a oração e a preparação de catequistas. Também se observa a ação de cunho as-

⁴¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1969] 1987, p. 68.

⁴² CAMBOTA, ano 5, nº 27, mai-jun, 1978, p. 5.

sistencialista como “o atendimento a casos de doença e pobreza”. Enquanto outros, mais focados nas questões da produção agrícola. Entretanto, mesmo com essas diferenças, as reuniões e os encontros nos Grupos de Reflexão serviam como *ponto de junção* e mantinham o povo organizado. Thompson⁴³ ao discutir a organização dos movimentos sociais dos trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, já havia observado que os trabalhadores constituem espaços e momentos organizados em que refletem sobre a realidade e ponderam sobre ações que podem resolver os problemas, contribuindo na construção dos interesses em comum e da identidade de classe.

As reuniões, as assembleias e os boletins exerceram importante papel na construção de uma identidade de classe entre os camponeses da região Sudoeste. Foi nos espaços dos Grupos que os camponeses se reuniam e debatiam sobre os problemas causados pela natureza (seca) e da política “moderna” de reestruturação produtiva. No período de *repressão* e de *resistência* durante a Ditadura Civil Militar, os espaços criados pela Igreja contribuíram para a construção de unidade entre os camponeses e sua integração na política. As reuniões dos Grupos de Família serviam tanto como ocasião social de rezar a novena, mas também como centro para a atividade política.

A partir destes trabalhos desenvolvidos, compreendemos que a principal forma de integração dos camponeses na política moderna regional foi a partir da Igreja e da Assesoar. Entretanto, eram ações que, na maioria das vezes, se limitavam a resolver problemas pontuais dos camponeses e se restringiam ao âmbito da comunidade. Eram a expressão do “pequeno mundo”, da paróquia, tal como debatido por Hobsbawm⁴⁴. As soluções apresentadas, por mais que incentivavam a organização, pautavam-se na organização comunitária, para a construção de casas ou de mutirões para a colheita. As relações políticas se davam no interior das comunidades, sem debater formas de organização sindical, por exemplo, ou o papel do Estado e das políticas que este implantava.

Entretanto, as formas de enfrentamento às contradições não eram diretas ou radicais. Recorrendo novamente a Thompson e a influência da religião no “fazer-se” da classe operária inglesa, ele destaca como mesmo com um movimento oficial da Igreja agindo como um “estabilizador” ele, in-

⁴³ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 10.

⁴⁴ HOBBSAWM, E. J. Os camponeses e a política In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

diretamente, foi “responsável por um aumento na autoconfiança e capacidade de organização do operariado”⁴⁵ ao familiarizá-los com reuniões, associações, com elaborações de demandas, organizações centralizadas e eficientes, estudos e debates.

Construir aqueles espaços, entretanto, exigia uma análise sobre a conjuntura, sobre o que fazer e quais os cuidados a tomar. Os camponeses não estavam parados, faziam um trabalho e sabiam qual era o trabalho possível a ser feito naquela conjuntura. Faziam aquilo que era possível e tinham que medir constantemente aquilo que diziam. O que faziam não era consciência, era uma ação consciente que dizia a respeito de até onde poderiam ir, no sentido de fazer o trabalho político de base e de agir no sentido de enfrentar as contradições.

A partir de 1976 se intensificaram várias disputas no interior dos instrumentos políticos dos camponeses na região, diante da inexistência de melhoria na vida. Ao contrário, cada vez mais camponeses deixavam o campo. Estes passaram a construir outras formas de pressão. Aquilo que poderíamos chamar de perspectivas voltadas para o seu mundo, para a família e a comunidade passaram para disputas e ações mais diretas de pressão. Na década de 1970, a Igreja na América Latina, passou a incentivar junto aos camponeses formas de intervenção mais diretas, por outro lado, num movimento dialético, os camponeses também passaram a pressionar de maneira mais contundente o Estado por soluções aquelas contradições que viviam.

E, diversamente da interpretação de Hobsbawm, a construção desta forma mais ampla se fez a partir das experiências organizativas nas comunidades, da construção de um sentimento de coletividade, de unidade. A elaboração de novas práticas sociais entre os camponeses se desenvolveu ao longo dos vários anos em que estiveram, dentro do possível, refletindo a sua maneira e com contribuições numa interação com outras entidades e materiais produzidos (CPT, notícias publicadas no boletim Cambota se referindo a manifestações em outros lugares do estado e do país, entre outros), sobre os problemas que passavam, suas causas e sobre formas de resolvê-los.

Este movimento de reflexão e de ampliação das formas de organização política é, portanto, dialético: dialogicamente tem-se interagido elementos “vindos de fora” e formas próprias de interpretação sobre as contradições do processo de produção e reprodução da vida em sociedade.

⁴⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 44.

Nos Grupos de Reflexão, por exemplo, cresciam discussões mais radicais sobre as condições vividas. Isto colocava a necessidade de mais espaços de organização e apareciam novas demandas para os processos de formação. Em 1978, as cartas que os camponeses mandavam à Assesora passaram a ser publicadas na *Cambota* e distribuídas aos Grupos. Nelas aparecem as “novas demandas” e uma visão sobre a responsabilidade do Estado e do modelo agrícola que se desenvolvia na região:

Que melhoramentos pode haver em *nossos* produtos quando se vê que o preço é sempre ruim e aquilo que *compramos* é cada vez mais caro? Os médicos do sindicato não estão atendendo bem por falta de boa vontade. Os *sócios* ficam zangados com isso e vão embora. O que fazer? Quais são os melhoramentos no Posto de Saúde, que só atende 8 consultas por dia, faz *tantas mães* perder a viagem e *ninguém* fica contente com isto?⁴⁶

Esta carta foi encaminhada pela “dona” Damiana do Amaral (ela enviou outra em 30 de janeiro de 1979, falando sobre não trocar o campo pela cidade e da necessidade de lutar junto), camponesa da comunidade de Alto Bela Vista, município de Salto do Lontra⁴⁷. O que significou para a pessoa fazer a pergunta de forma aberta? Quais os impactos que se esperava de fazer esta fala? O que esta fala pode nos dizer sobre aquele contexto?

Aparecem nela três questões sobre a vida e o trabalho no campo: a primeira relaciona-se com o *orçamento produtivo* e o *familiar*, por um lado o processo de reestruturação produtiva tornava o preço dos insumos para o plantio frequentemente mais caros, inviabilizando a produção. Por outro, a aquisição de produtos para a própria subsistência também se encarecia devido a alta inflação no período. Há em sua fala um questionamento ao projeto de agricultura que estava sendo implantado na região. O questionamento é feito a partir do trabalho empenhado para produzir na terra e o valor recebido que “é sempre ruim”, em contraposição àquilo que era comprado para tornar possível a produção que era “cada vez mais cara”.

O segundo ponto é sobre o acesso à saúde que, mesmo com o médico do Sindicato, não era de qualidade e, aquela feita no Posto de Saúde, não era suficiente para todos. Situação que faz “*tantas mães*” perderem a viagem, não deixando “ninguém contente”. Neste ponto há a denúncia ao precário acesso a saúde pelos camponeses e de que muitos

⁴⁶ *CAMBOTA*, ano 5, nº 25, jan-fev, 1978, p.7.

⁴⁷ Á época esta comunidade pertencia ao distrito de Nova Prata que hoje é um município de mesmo nome desmembrado de Salta do Lontra.

não eram atendidos, pois os atendimentos eram restritos a um pequeno número de pessoas.

Outra evidência sobre o contexto vivido remete-se aos termos utilizados por Damiana: sempre no plural. A pergunta não é como ela deveria agir para melhorar “seus produtos,” mas, “*nossos produtos*”. Ao questionar desta forma está perguntando a Assesoar, mas também aos outros camponeses da região. Ou seja, aos seus iguais. Se as falas até então eram restritas aos camponeses presentes nos grupos de reflexão da comunidade de Damiana, agora ela se torna uma fala aberta para seus pares e que instiga o Sindicato, a Assesoar e os outros camponeses da região a engrossarem as denúncias e/ou proporem alternativas inclusive de mudança política no Sindicato e na Associação.

Sua carta estabelece um diálogo com os outros que estão numa mesma condição e também para as instâncias de representação política. Este movimento leva outros camponeses a se engajarem. Os camponeses da comunidade de Nova Estrela, município de Santa Izabel do Oeste, construíram um abaixo assinado com 320 assinaturas descrevendo a situação vivida:

Aos 15 de junho de 1978, nós coordenadores dos grupos de reflexão (...) resolvemos descrever, neste abaixo assinado, a situação dos agricultores desta região, sobre a pouca produção causada pela estiaagem, e, como consequência disso, o pouco alimento para as famílias e para os demais. Não tem dinheiro para frente à situação de doença, falta de sementes e de alimento⁴⁸.

Segundo consta na revista, os camponeses já haviam pedido “as agências bancárias um prolongamento de todo o tipo de financiamento” e, buscavam a partir do “reclame” um posicionamento do Sindicato e “exigir uma atenção especial do prefeito e dos vereadores”. Pela primeira vez aparece a reivindicação aos representantes do Estado, mas não uma crítica ao regime. São abaixo assinados de solicitações e não de enfrentamento direto ao Estado/governo e sua política agrária.

Já os camponeses do distrito de Nova Prata (hoje município de Nova Prata do Iguçu, na época em que foi escrita esta carta e produzido o abaixo assinado, este era um distrito e pertencia ao município de Salto do Lontra) assinaram uma reivindicação com 580 assinaturas encaminhada ao governador solicitando “atenção especial nesta fase que atravessamos, pois não

⁴⁸ CAMBOTA, ano 5, nº 28, jul-ago, 1978, p. 5.

queremos ser atingidos pela triste sorte dos que já trocaram a roça pela cidade”.⁴⁹ Ao se referirem àqueles que foram para as cidades como de “triste sorte” estão expressando como a saída do campo não é simplesmente uma questão de escolha entre ficar na roça ou ir para a cidade. É, por sua vez, resultado de contradições no processo produtivo que não permite “vacilos” e, nem mesmo, intempéries naturais como a seca, pois, isso significa endividamento e inviabilização da vida no campo. É contra estas contradições que os camponeses da região estão lidando no período.

Esta estratégia também foi utilizada pelos camponeses da comunidade da Água Vermelha, município de Francisco Beltrão, na qual 70 assinaturas denunciavam

[...] os problemas da seca. E agora os problemas ligados à comercialização dos suínos [que] veio se agravar a partir do momento em que se começou a falar em peste suína. A queda dos preços dos suínos se soma às dificuldades criadas com a tão rígida classificação do peso⁵⁰.

Neste abaixo-assinado, além dos problemas causados pela seca, denunciam a rigurosidade e as injustiças no processo de classificação do peso dos porcos e, conseqüentemente, a baixa remuneração pelo trabalho empenhado na produção. Esta mesma reclamação, sobre os baixos valores recebidos pela produção agrícola durante 1978, foi feita por Vicente e Darci, camponeses da comunidade de Nova Estrela, zona rural do município de Santa Isabel do Oeste. Em suas cartas enviadas questionam:

Como nós agricultores podemos fazer frente com os preços mínimos dos produtos muito baixo, e não vendemos nada se não no preço mínimo, enquanto que os descontos são demais, e os preços mínimos desta safra subiu 33%, e os impostos subiram 120%? Nós perguntamos se isto é controlar a inflação?⁵¹

Nós do grupo chegamos a uma conclusão que tamos muito oprimidos, pouca terra, preços mínimos dos produtos agrícolas não recompensa e a mais que o preço mínimo nunca peguemos⁵².

A utilização do sujeito coletivo “nós” para que sejam feitas as questões ou as denúncias é sintomático. Sinal de que as conclusões a qual chegaram foram debatidas e acordadas coletivamente. Naquelas reuniões havia

⁴⁹ CAMBOTA, ano 5, nº 29, 1978, p. 11.

⁵⁰ CAMBOTA, ano 5, nº 29, set-out, 1978, p. 12

⁵¹ CAMBOTA, ano 6, nº 32, fev, 1979, p. 12

⁵² CAMBOTA, ano 6, nº 32, fev, 1979, p. 12.

análises de conjunturas sendo feitas pelos camponeses sobre as políticas econômicas e agrícolas que eram implementadas e que os atingiam diretamente, a denúncia sobre a diferença (em porcentagem) entre o preço mínimo e os impostos evidencia isto. Diante de tais análises, a conclusão que chegam é a de que pertenciam para a classe dos oprimidos.

Outro grupo de aproximadamente 100 camponeses, desta vez do município de Capanema, que se reuniram na comunidade de São Sebastião do Cedro para estudar a situação vivida, apontaram os vários problemas como:

Muita exploração no que se vende e no que se compra; financiamento e juros bancários comprometem a produção e o fazem pelas cooperativas; falta terra para muitos agricultores, enquanto outros vão pegando sempre mais; a mecanização expulsa agricultores da roça; a assistência médica favorece os ricos; os agricultores são vistos na época das eleições e são atraídos por promessas que nunca se cumprem⁵³.

Novamente as contradições informam sobre a forma como as políticas agrícolas a nível nacional os afetava. Há desigualdades na vida e no trabalho no campo, que eram visíveis aos camponeses dos grupos. Enquanto para *muitos* falta terra, para *outros* é possibilidade de concentrar. Mas, também apresentaram possíveis soluções:

Equilíbrio na política de preços; plantar mais produtos de consumo; sindicatos estejam voltados para o povo; as cooperativas combatam a exploração; o povo se una para conseguir a posse da terra; um dia tenhamos um governo que considere a todos como iguais⁵⁴.

Nestas soluções há propostas voltadas para a política nacional (equilíbrio na política de preços e a esperança de serem vistos como iguais diante dos ricos pelos governantes), ações que estão relacionadas ao campo da produção (tanto na propriedade como o papel das Cooperativas) e, por fim, sobre a atuação e integração na política a partir da necessidade de criar unidade para lutar pela posse da terra e da função que os Sindicatos têm nesse processo de defender os interesses do povo.

Estas cartas evidenciam como os Grupos de Reflexão e as Cambotas foram um instrumento de denúncia e comunicação por parte dos camponeses. Foi a partir deles que novas demandas foram apresentadas, tornando-

⁵³ CAMBOTA, ano 6, nº 34, abril, 1979, p. 6.

⁵⁴ CAMBOTA, ano 6, nº 34, abril, 1979, p. 6.

os num centro de difusão de informações e espalhando o debate sobre as duras condições aos diversos Grupos da região.

Esta radicalização das pautas, entretanto, não foi bem aceita por parte da Igreja Católica da região. Para Daniel Meurer, apoiar os agricultores sem terra e reivindicar reforma agrária, sinais da radicalização, foram ações que agravaram a relação política com a Igreja e com os profissionais liberais que até então dirigiam a Assesoar:

Depois que a ASSESOAR entra... entra... em apoiar e ajudar e ajudar um partido político dos trabalhadores, é totalmente diferente na história desse país e ajudar os sem terra nessa luta para conquistar a terra, nessa luta por reforma agrária, aí houve o afastamento do Scalco, do Jeff não. Do Jeff não! Do Scalco, automaticamente mais alguns de influência aqui, dos padres daqui. Eles não concordam com essa linha. E é nesse processo que devolvemos o mandato canônico⁵⁵.

Este trecho sintetiza o processo de disputa sobre as formas de luta construídas na região. Como vimos anteriormente, a Igreja disputou as bases sindicais do campesinato, com o objetivo de frear o ímpeto comunista e, de certa forma, contrapor as propostas de reforma agrária já que esta tocava e afetaria a relação família-propriedade. Por sua vez, o processo de organização a qual os camponeses se inseriram e passaram a construir, extrapolou o controle da própria Igreja. Os camponeses passaram a questionar, como forma de resolver as contradições econômicas do campo, a concentração da propriedade privada e a necessidade de distribuir as terras improdutivas.

Esta mudança fez com que a Assesoar não tivesse mais como principal função a formação pastoral da Igreja, mas sim, de ser um espaço de formação e atuação conjunta com os movimentos sociais do campo. Através do desenvolvimento de cursos, palestras e visitas aos agricultores com o objetivo de trabalhar conteúdos relacionados a agricultura, conservação de solos, monocultura, saúde e higiene, plantas medicinais, farmácia caseira, concentração de terras, questão agrária e problemas rurais. Com esse trabalho a Assesoar tinha uma ampla visibilidade na região e um trabalho muito próximo aos agricultores, contribuindo com as mobilizações e lutas como: oposições sindicais, luta pelas demandas dos suinocultores, Comissão Pastoral da Terra, luta pela terra, luta contra as barragens, associativismo, cria-

⁵⁵ Daniel Meurer. Entrevista concedida a Ricardo Callegari e Rosângela Fernandes. Dois Vizinhos: 26 de julho de 2019.

ção da CUT Regional e reformulação partidária.

Para Batisti,⁵⁶ esta posição de organizar um serviço de assessoria incorporando às bases da Doutrina Social da Igreja, componentes da leitura marxista da sociedade acentuou o “processo de ruptura com a concepção inicial dos fundadores, que se pautavam pela crítica ao comunismo”. Representou, portanto, um novo momento para a Associação. Entretanto, como vimos, esta ruptura não ocorreu mecanicamente, mas foi “fermentada” (utilizando um termo comum entre os camponeses) ao longo de vários anos.

Deste ponto de vista, a conquista da direção da Assesoar por parte dos camponeses, em 1978, é um importante exercício de protagonismo acompanhado de mudanças na linguagem política da Assesoar. Esta passa a ser um instrumento político protagonizado pelos camponeses e, a partir dela, foram potencializados os cursos de formação política nos Sindicatos e nos Grupos de Reflexão. Nestes grupos de formação os camponeses se fortaleceram e passaram a questionar as direções de “sindicatos pelegos” da região.

“Se querem fazer alguma coisa, vamos fazer, chega de discurso!”: camponeses e as Oposições sindicais

Como não se pode servir a dois senhores, ou o sindicato servirá aos trabalhadores ou aos patrões. Enquanto o Ministério do Trabalho tiver o poder de dirigir os sindicatos eles não conseguirão defender os trabalhadores de uma forma combativa. O sindicato está rompendo com o atrelamento quando age na defesa dos trabalhadores, mesmo que para isso desrespeite a lei. O sindicato tem que se basear no legítimo, não no legal. Esta luta será bem mais eficaz através da CEN-TRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT⁵⁷.

O trecho acima foi retirado do Roteiro III da Coleção Juventude em Desafio,⁵⁸ publicado pela ASSESOAR em 1983 e elaborado por jovens lideranças do campo e agentes pastorais da região. Retrata este contexto de disputa sobre as linhas de ação dos Sindicatos e o antagonismo entre os “pelegos” e os combativos. A interpretação sobre este contexto é represen-

⁵⁶ BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**, v. 1, nº. 2, p. 65-91, ago. 2006.

⁵⁷ ASSESOAR, 1983, p. 21

⁵⁸ Este roteiro faz parte de uma coleção com três volumes: 1º Descobrimos nossa força; 2º Alimentando nossa força; 3º Concretizando nossa luta.

tada pela frase “não se pode servir a dois senhores” de inspiração bíblica⁵⁹. E essa interpretação bíblica é aproximada com uma classista, isto é, marxista/leninista: “ou o sindicato servirá aos trabalhadores ou aos patrões”.

Outro argumento construído a partir da interpretação é a contraposição de legalidade com legitimidade. É um argumento que voltou à cena política com as ocupações de terra. A questão que buscam evidenciar é como a disputa pelas direções de um instrumento político, que deve ser da classe trabalhadora, é legítimo, mesmo que a lei os proíba de tal feito. A base da legitimidade se encontra na defesa dos direitos dos trabalhadores em contraposição ao interesse político por trás daqueles que fizeram as leis visando “esvaziar a luta sindical”.

A dicotomia entre autênticos e pelegos fica notória numa edição de outubro de 1983 da revista Cambota, cuja base argumentativa era a mesma:

Existem SINDICATOS COMBATIVOS: são os que se colocam aos lados dos trabalhadores e procuram defender os seus interesses;

Existem SINDICATOS PELEGOS: são os que se colocam mais do lado dos patrões, fazendeiros e fazem o jogo deles⁶⁰.

O termo “pelego”, para designar os Sindicatos que se colocam mais do lado dos patrões, origina-se do acessório utilizado para montaria de cavalos. O objetivo deste acessório é para suavizar o impacto e a fricção causada pelo trote do animal e sofrida pelo cavaleiro. Segundo esta lógica então, os Sindicatos “pelegos” estariam apenas suavizando os impactos causados pela forma de organização da vida e da produção impulsionada pela reestruturação produtiva, mudanças na relação e modo de produção no campo. E, ao mesmo tempo, mantinham uma relação de não enfrentamento com os “patrões”, priorizando fazer acordo com eles.

Num documento oficial da Assesoar de 1985, produzido pela Associação para avaliar suas ações do período, é feita a seguinte avaliação sobre o impacto destes instrumentos na organização política dos camponeses: “Os agricultores nos locais onde Sindicatos, a Igreja e os políticos não são autênticos, acham que sentar para discutir os problemas é perda de tempo” e criaram nos camponeses a “visão de que basta participar da Igreja para cumprir seu dever e contribuindo para a melhoria das condições de vida do povo”⁶¹.

⁵⁹ Mateus capítulo 6, versículo 24.

⁶⁰ CAMBOTA, ano 11, nº 89, out. 1983, p. 2

⁶¹ ASSESOAR, 1985, p. 17.

Para Batisti, a oposição sindical lutou “contra os sindicatos que julgavam que reivindicar era pedir para os ‘de cima’ e não mobilizar os ‘de baixo’”. Esta concepção reforça uma nova prática social: a de que a força dos camponeses e do Sindicato estava na capacidade organizativa e no nível de consciência política dos próprios camponeses.

Ao mesmo tempo, portanto, que os camponeses reivindicaram mais espaço na Assesoar e radicalizaram algumas pautas, também o fizeram com o Sindicato. Este foi um dos espaços em que os camponeses viram como necessário para organizar as pautas, as reivindicações e pensar novas formas de ação. Estes não queriam só aquilo que o Sindicato oferecia (médico e dentista).

Os camponeses da região passaram a disputar abertamente as direções dos Sindicatos. Estes grupos de oposição sindical denominavam-se “sindicatos autênticos” em oposição aos “sindicatos pelegos”. O primeiro Sindicato da região em que a direção foi conquistada pelos camponeses foi o de Francisco Beltrão, em 1981; três anos depois foi o de Capanema. Depois destes vários outros seguiram o mesmo caminho: Marmeleiro e Barração, em 1984; Dois Vizinhos, em 1985. Em 1986, em 15 dos 29 municípios da região os Sindicatos já haviam sido conquistados pelos “autênticos”⁶².

Para Luis Pirin, no Sindicato de Francisco Beltrão nas eleições de 1975, já houve divergências o que caracterizou o primeiro processo de oposição.

Em 1975 tinha um grupo de pessoas que tinham uma visão diferente do processo do verdadeiro papel do Sindicato, começaram a discutir, já com apoio, orientação, debate de uma ONG que se formou aqui, que é a Assesoar. A partir daí o pessoal começou a discutir a partir dos Grupos de Reflexão, por que tinha muito trabalho pastoral, os grupos de reflexão. Mesmo fazendo esse processo, na época da ditadura, mas de certa forma como orientação religiosa, pastoral. Então começaram a discutir que o papel do Estado, do Sindicato não é este. O papel do Sindicato é representar os agricultores, defender os agricultores⁶³.

Ele apresenta, em sua narrativa, como o processo de oposição sindical contou com apoio de organizações anteriores, é o caso da Assesoar e dos Grupos de Reflexão. Entretanto, chama a atenção para a função do

⁶² ASSESOAR, 1986, p. 5

⁶³ Luis Pirin. Entrevista concedida a Ricardo Callegari. Francisco Beltrão: 06 de outubro de 2019.

Sindicato: representar e defender os agricultores. Defesa e representatividade estão ligadas em sua memória. Não há como alguém defender os camponeses se estes não veem o defensor como representativo dos seus anseios, angustias e problemas. As direções pelegas não tinham representação com os camponeses, pois, na maioria dos casos, não estavam juntas com os camponeses.

Essa disputa em 1975 não foi, entretanto, exitosa para o lado dos autênticos. É somente em 1981, na terceira disputa, que a oposição sindical vence as eleições. O presidente escolhido foi Olívio Bianco. A partir desta experiência de participação no processo eleitoral em Francisco Beltrão, coadunado e dialogado com outras experiências semelhantes em Chapecó/SC e Erechim/RS, constituem um grupo denominado Articulação Sul. Nessa Articulação se debatia o papel do movimento sindical e de representação dos camponeses em reuniões permanentes que ocorriam em um destes 3 municípios.

Em alguns municípios as vitórias foram expressivas. Em Planalto, por exemplo, a eleição ocorreu no dia 20 de janeiro de 1984 e dos 2.298 associados, compareceram 1768. Destes, 1601 camponeses votaram na chapa da oposição sindical.

Todavia, em parte dos municípios as chapas assistencialistas pressionaram os camponeses para que estes não votassem a favor dos combativos. Denúncias a respeito de irregularidades no lançamento do Edital de convocação para a inscrição de chapas em Renascença foram feitas no Fórum de Francisco Beltrão. Segundo consta no boletim Cambota⁶⁴ o presidente assistencialista divulgou o Edital estrategicamente em jornais de Pato Branco e que possuíam pouca circulação no município de Renascença. A decisão da justiça, entretanto, deu ganho de causa à chapa situacionista.

O boletim Cambota de 1984⁶⁵ denunciou o apoio, durante o processo eleitoral de 1984, que a chapa assistencialista ganhou “dos ricos, dos donos do poder e, portanto, do acesso que tiveram a todos os meios de propaganda” no município de Capanema. Neste município, a oposição sindical já havia ganhado em 1981, com a eleição de Pedro Toneli como diretor e tentava, em 1984, continuar os trabalhos. Segundo consta no boletim,

A chapa 2 [assistencialista] tentou, de todo o jeito, incomodar o pessoal da chapa 1. Queria até levar a polícia para guarnecer a apuração, como se o trabalhador em luta por sua liberdade fosse um bando de

⁶⁴ CAMBOTA, ano 11, nº 87, ago de 1983

⁶⁵ CAMBOTA, ano 12, nº 97, jun de 1984.

desordeiros. [...] Não é à toa que, no fim da campanha, os debates pela rádio Capanema chegaram ao nível da agressão pessoal. [...] Ainda no dia da própria eleição ainda vieram com uma nota de protesto contra a proibição de voto aos aposentados não sócios ou em atraso previsto em lei⁶⁶.

A agressão pessoal e difamatória por parte dos dirigentes sindicais assistencialistas aos líderes das oposições fez parte do cenário político da época. Ficou comum estes últimos serem rotulados de “comunistas” e “baderneiros”, como forma de amedrontar os camponeses aptos para votar. Outra estratégia por parte da Chapa 2 foi de tentar levar a polícia, era uma forma de intimidação aos camponeses. Eram ainda períodos ditatoriais no Brasil e, mesmo que este estivesse em crise, havia o receio de possível intervenção no processo eleitoral.

Este processo de disputas nas bases e direções dos Sindicatos gerou na região uma divisão em duas micros-regiões. A Microrregião 1-A permaneceram os sindicatos combativos. Na Microrregião 1-B ficaram os assistencialistas. Desta divisão é construída a CUT/Regional Sudoeste do Paraná, que substitui a Microrregião 1-A, dos autênticos. Fundação que ocorreu numa assembleia com 60 delegados de 15 sindicatos, em Ampére, na data de 19/01/1986.

Neste contexto é importante destacar que as contradições econômicas somadas aos processos de formação e organização dos camponeses nos Grupos de Reflexão motivaram a disputa pela direção dos Sindicatos.

Uma das ações desenvolvidas pelos Sindicatos Combativos em conjunto com a Assesoar foi de fazer um levantamento de quantas famílias sem terras havia na região. O levantamento foi feito em dez municípios e os resultados indicaram que 40% das famílias não possuíam terras,⁶⁷ o que tornava evidente a necessidade de um trabalho a este respeito. Neste mesmo estudo, levantaram como estava a concentração de terras no Paraná e no Brasil.

O passo seguinte foi de realizar reuniões nas comunidades para discutir os dados do levantamento e a possibilidade de eles assumirem a luta. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema quem assumiu a direção foi Pedro Tonelli.⁶⁸ Jaime, um dos camponeses entrevistados narra este momento histórico:

⁶⁶ CAMBOTA, ano 12, nº 97, jun, 1984, p. 2

⁶⁷ ASSESOAR, 1986, p. 6

⁶⁸Que entre 1987 e 1991 foi deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores no Paraná.

O movimento sindical começou com o [Pedro] Tonelli, também o Avelino, meu irmão, participou, participava da direção e aí então começamos a discutir. Aí com essa discussão dessa juventude, desse grupo, eu disse: "Oh, se querem fazer alguma coisa, vamos fazer, chega de discurso"⁶⁹.

É interessante perceber como Jaime atribuiu o "início do movimento sindical", quando uma chapa de oposição assume a direção, em 1981, e não na data de fundação do Sindicato (1963). Com isso destaca como o Sindicato não estava presente na vida deles neste período anterior, ou se estava não havia identidade de interesses e como, depois da conquista da direção, este se torna "um movimento".

A tarefa que Jaime assumiu foi de circular pelas comunidades do município para fazer trabalho de base e discussão política. Ele narra como eram estas reuniões:

O que mais discutia, claro, primeiro quando se fazia uma assembleia a grande pergunta que se fazia e eles se faziam, e eu fazia pra eles era o por que eles eram sem terras? Reunia cinquenta pessoas ou cem pessoas na assembleia do Sindicato pra discutir a questão agrária então tinha que fazer eles, as pessoas fazerem uma pequena reflexão: o por que eles eram sem terras? Tinha... eles tinham que dizer alguma coisa, por que não adiantava tu ir lá e dizer um monte de coisa daí as respostas. Em cima das respostas deles tu começava a fazer o trabalho e o debate. Aí uns diziam: "- Não, é que meu pai era doente, meu pai não teve mais condições" ou "- Meu pai perdeu a terra pro banco, o pai não sei o que". Mas, o que a gente já percebia é que aquela questão do pai dar como herança pro filho não tinha mais condições. Então o pai não tinha mais condições de dar terra pro filho trabalhar e os filhos na época queriam ficar na agricultura, aí claro, a gente perguntava pra eles: "- Vocês são vagabundo?" "- Não" "- Vocês bêbados?" "- Não!" daí a gente entrava: "Mas por que então existe trabalhador sem terras e existe tanta terra acumulada?" Aí a gente entrava com a explicação da distribuição da terra no país desde 1500, quem que morava aqui e como os portugueses, entre aspas, chegaram e como foi distribuído a terra desde até das capitânicas hereditárias⁷⁰.

⁶⁹ Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

⁷⁰ Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

Em sua fala nota-se o desafio presente: famílias querendo permanecer na terra e sem condições de poder exercer este direito. O desafio colocado para o processo de formação e organização dos camponeses era questionar a condição vivida a partir de aspectos morais (se eram bêbados ou vagabundos), contrapô-los e aprofundar com questões históricas: o processo de concentração e distribuição de terras desde o processo de colonização do Brasil.

Nestas rodadas de discussão e formação, o Sindicato e a ASSESOAR desempenharam um papel importante de mapear as famílias sem terras nos municípios. Jaime relata como havia “um pessoal com 25, 26 anos que queriam terra e não tinham condições de comprar”, realçando um dos problemas históricos do campesinato: a insuficiência de terra para os filhos que desejavam permanecer na agricultura. Assim, nesta conjuntura, para enfrentar o problema da falta de terra, os camponeses organizaram o MASTES e ocuparam propriedades que não cumpriam a sua função social.

“Devagar que tenho pressa”: As Ocupações de Terras e as Noções Legitimadoras

Havia na região muitos camponeses sem terras, expulsos do campo durante o processo de reestruturação produtiva. Este processo, como vimos, teve contribuição do Estado, que interveio financiando a mecanização da lavoura, a aquisição de implementos agrícolas, sementes e insumos, como os herbicidas e inseticidas. Ao mesmo tempo, incentivou e promoveu projetos de colonização na Amazônia. Muitos foram para esta nova fronteira agrícola, outros foram para as cidades e outros construíram práticas de luta e resistência por um pedaço de terra.

Às oposições sindicais, à mudança nos Sindicatos e na direção da Assesoar, soma-se as ocupações de terras improdutivas como outro enfrentamento aberto e direto às contradições vividas pelos camponeses da região Sudoeste. Para tanto, os camponeses elaboraram noções legitimadoras para as suas mobilizações e para as ocupações de terras improdutivas na região: o trabalho e a religião. Como construíram estas interpretações e essas noções legitimadoras? Edward Palmer Thompson (1998) ao analisar os motins de trabalhadores do campo e da cidade na Inglaterra do século XVIII questiona “o que as pessoas fazem quando estão com fome? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela

cultura e pela razão?”.⁷¹ Apontou para como as práticas de luta dos trabalhadores e camponeses na Inglaterra era acompanhado de uma *noção legitimadora*, isto quer dizer, “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais”.⁷²

A partir das reuniões promovidas pelos Sindicatos autênticos, eles constituíram diversas comissões municipais responsáveis por coordenar a luta pela terra nos municípios, buscar apoios e construir articulações. Em outubro de 1983, em assembleia, as comissões fundaram uma coordenação regional dos sem terra e deram o nome de Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná.

O MASTES, após realizar miniassembleias municipais para precisar e unificar propostas elaborou vários documentos de alerta às autoridades constituídas para o grave problema dos sem terra e as consequências que poderia advir em caso de não solução de seus problemas, ou seja, acesso à terra⁷³.

Diante da insensibilidade do governo e em meio às contradições vividas pelos camponeses, era necessário ampliar novamente as formas de reivindicação. Jaime, mais à frente na entrevista destaca:

Se criou um aspecto de organizar todos os trabalhadores sem terras na região. Aí foi feito uma reunião no começo de [19]84 pra fazer esse debate, eu não me lembro a data, mas foi no início de 84 em um encontro em Francisco Beltrão pra discutir a questão agrária regional era lá na Assesoar⁷⁴.

A reunião a que Jaime refere-se é o 1º Encontro Estadual de Integração e Luta pela Reforma Agrária e ocorreu, por sua vez, em 04 de dezembro de 1983, promovido pela Central Única dos Trabalhadores. A atividade reuniu 368 participantes de diversas organizações camponesas e urbanas e de diferentes municípios da região e do Estado. Se anteriormente, já havia ocorrido um diálogo entre diferentes organizações e entidades, a relação de diálogo se ampliou naquela conjuntura. Evidencia-se nesta dinâmica a relação entre o campo e a cidade como realidades não estanques, como bem

⁷¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 151.

⁷² Idem, p. 152.

⁷³ MASTES, 1986, p. 6.

⁷⁴ Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

mostra Raymond Williams⁷⁵. Entidades com sede do espaço urbano, mas com atuação voltadas para os problemas do campo, somaram esforços.

No referido Encontro fizeram-se presentes os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, Salto do Lontra, Capanema, São João, Dois Vizinhos, Planalto, Chopinzinho, Enéas Marques, Santa Izabel do Oeste, Ampére, São Miguel do Iguaçu, Antonina, Pato Branco, Nova Prata, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Palmital, Guaraqueçaba, Renascença, Caxambu do Sul (SC), Chapecó (SC) além de outras organizações como a Assesoar, Incra, Acarpa, ITC, Seag, CPT, CUT e o Mastro⁷⁶.

Tais organizações sociais elaboraram, após debates, 21 posicionamentos para orientar as suas ações. Dentre elas destacamos:

1 – Pela redistribuição de terras no Paraná, começando pelas terras do Estado e das empresas públicas e autarquias (Banestado, Copel, etc), e terras particulares inexploradas;

(...)

3 – Pela criação do módulo máximo, para impedir a concentração de terras;

(...)

5 – Agricultura para os agricultores. Que a terra seja de quem nela trabalha, vive e dela precisa para sobreviver;

(...)

8 – Que as entidades de classe, principalmente os Sindicatos que estão coniventes com o sistema dominante e contra os trabalhadores, sejam amplamente denunciados;

9 – Que o governo do Estado, como consequência de seu mandato popular, se empenhe a fundo para viabilizar áreas para assentamento dos sem terra no Paraná;

10 – Pelo fim da violência policial;

(...)

13 – Pela ocupação da terra como forma concreta de garantir a terra, habitando, plantando e conservando a terra conforme possibilidade;

(...)

15 – Que se mobilizem todas as forças possíveis para garantir ampla repercussão nos casos de despejo das áreas ocupadas e trabalhadas pelos sem terra⁷⁷.

⁷⁵ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁷⁶ CUT. Relatório da Plenária Regional. 1983, p.4-9.

⁷⁷ CUT. Relatório da Plenária Regional. 1983, p, 1 e 2.

Havia o conhecimento de áreas improdutivas (da união ou privadas) e por isso a primeira exigência é a redistribuição dessas áreas entre as famílias sem terras. No questionamento sobre a inexploração, ou improdutividade da terra, reivindicam a terra de trabalho, afinal a terra é para quem nela trabalha. É interessante notar como, para os camponeses, o fazendeiro não era considerado um "agricultor" pois não era ele que trabalhava a terra.

No mesmo encontro denunciam a violência policial e demonstram organização política e o fundamento da solidariedade ao destacar a necessidade de mobilização unitária para denunciar os despejos de famílias acampadas. Apresentam o antagonismo presente nos Sindicatos que não defendem e nem coordenam sua *classe*.

A partir deste encontro definiram, que as ocupações de fazendas improdutivas seriam uma das práticas sociais, organizadas para os camponeses enfrentarem a exclusão do acesso à terra. A ocupação como estratégia de luta para a conquista e seguida da necessidade de habitar (cultura), chamar de seu e trabalhar. A primeira ocupação organizada pelo MASTES ocorreu no dia 21 de junho de 1984, na fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha. Jaime relata como isso ocorreu:

Quando a gente definiu, sei que era uma quinta feira de Corpus Cristi, a gente tinha jogo de futebol aqui no campo [da Comunidade Linha Carboni, em Capanema/PR]. A gente elegeru uma comissão e definiu a área e daí elegeru uma comissão menor de três pessoas que iam definir o dia e daí iam avisar esse conjunto de pessoas pra dizer: "é hoje!". Daí era umas cinco horas da tarde e veio dizer: "- Oh Jaime, é hoje que nós definimos". Aí eu saí articular o município de Capanema, aí já tinha mais ou menos encaminhado os caminhões e se articulamos e fomos carregando de madrugada e pra amanhecer sexta-feira e se bandiamo pra Mangueirinha. Eu embarquei aqui em Capanema já era umas três e pouco da manhã e fui até Mangueirinha, isso dá 250 quilômetros, com uma perna dentro do caminhão e outra fora. De tanta gente e bugiganga, mochila e essas coisas todas. Quando a gente chegou na ocupação, chegamos lá, nós fomos o último município a chegar. Tinha um caminhão atravessado em cima da ponte, uma ponte que tinha lá e um jagunço com uma arma, uma Winchester na mão e dizendo que nós não íamos ocupar. Eu cheguei e os companheiros, o Areolino disse: "- Oh, não dá pra ocupar que tem um cara lá e nós vamo ter que recuar" e eu na minha ansiedade, disse: "- Não, nós viemos aqui pra ocupá e vamo ocupá!". Aí veio um casal aqui de Capanema um tal de Neri Weirich e a mulher dele com

uma criança no colo, " -Nós vamos mesmo" e sem nada na mão, só eu com uma sacolinha com umas coisa pra comer, um sanduíche, com um boné "carga pesada" na cabeça, fomos lá enfrentá o cara. "- Nós vamo ocupá" e o cara puxou da arma e mirando pra nós, disse: " - Não vão!" e nós: "Vamo!", "- Não, vocês não vão" e ele ergueu a arma, " - E nós vamo ocupá". E nós fomos pra cima dele ele pegou e saiu. E ele: "- Bah, assim não dá" e saiu pra fora. Aí nós fizemos, eu fiz sinal e o pessoal veio. Claro que uma coisa interessante é que, quando nós fizemos o cálculo da ocupação era pra ter 400 famílias pra ocupação, no dia foi 81⁷⁸.

A formação de comissões demonstra organização e o cuidado com a informação. Eram poucas pessoas que definiam o dia da ocupação, tática para que não ocorresse vazamento e contratempos. O relato é carregado de significados. Um deles refere-se ao caráter da organização: um pequeno grupo sabia o dia e o horário da ocupação, o conjunto dos camponeses foi informado no instante em que embarcaram para a viagem (numa madrugada fria e com "geada de erguer o chão"). Esta é uma característica para garantir a segurança da informação, para que ela não chegasse aos ouvidos do dono da fazenda antes e possibilitasse uma emboscada. Entretanto, mesmo com essa segurança o fazendeiro já havia se preparado para enfrentar os camponeses sem terra.

Outra característica era a do cálculo de famílias que deveriam ocupar a área. A coordenação do MASTES calculou cerca de 400 famílias, mas no dia fizeram a ocupação com 81. Como a experiência da ocupação era algo novo para aqueles camponeses (inclusive para as lideranças) e baseado em outras experiências como a da Anoni em Marmeleiro, na qual um camponês foi assassinado, podemos presumir que tudo isto influenciou na hora da decisão de participar.

A decisão de ocupar envolvia o sentimento de angústia por não haver muitas possibilidades de onde ir. Do mesmo modo, eram uma decisão e uma prática que em vários casos envolvia toda a família, inclusive as crianças.

A fazenda pertencia a Indústria e Comércio de Madeiras de Nelson Pizzani com 17.989 hectares. Na época esta empresa era uma devedora do Estado e a maior parte dela estava ociosa, ou seja, sem cumprir a função social e, segundo o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), a área já estava

⁷⁸ Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

sendo negociada a mais de um ano⁷⁹. Na sequência da ocupação o proprietário, por um lado, entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse, que foi aceito pelo juiz de Coronel Vivida. Por outro lado, “o policiamento particular da empresa cercou a área ocupada com arame e não deixaram entrar alimentação, remédios, pessoas solidárias e nem ter acesso à lenha”⁸⁰.

O ato de serem cercados criou uma mística sobre aquela ocupação. Os camponeses passaram a denominar aquele cerco onde estavam de Ilhas Malvinas (referência à guerra das Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido em 1982). Não era só um cerco, estavam ilhados. Não era só pular a cerca, mas enfrentar os perigos do mar e do oceano, no caso: enfrentar os jagunços e os policiais. Diante da condição perigosa a qual estavam submetidos, o frio e a falta de alimentos, os camponeses se retiraram e montaram acampamento na beira da rodovia que liga Mangueirinha a Coronel Vivida, numa comunidade chamada Canhada Funda.

Jaime relata que foi “conversar com o padre e ele não quis”, disse que era questão a resolver com o presidente da comunidade, na sequência Jaime complementa: “nós viemos por conta. E aí como não deu muito problema, foi articulado com o movimento sindical que o acampamento tava aberto em dez dias nós já estávamos com mais de 300 famílias”. Este episódio trouxe aprendizados para os camponeses. Mais à frente no relato, Jaime destaca que

[...] a gente em vez de fazer ocupação direta a gente começou a fazer acampamento pra aglutinar e essa foi uma experiência. Pra aglutinar primeiro as pessoas, senão fosse fazer uma ocupação direta a gente não sabia quantas famílias que iam. Então, vamos fazer um acampamento, tu reúne, sabe quantas famílias tu tem aí, então tu vai para a ocupação. Aí foi um lugar, um aprendizado, uma experiência que a gente aprendeu. O início disso foi isso⁸¹.

O acampamento torna-se um importante espaço de organização dos camponeses, além de possibilitar a organização de um grupo mínimo para a ocupação, propiciava um processo de formação política entre os camponeses e ao mesmo tempo de se conhecerem, construir uma identidade entre as famílias.

⁷⁹ POEIRA, ano 7, nº 34, 1984.

⁸⁰ Idem, p. 13.

⁸¹ Jaime Callegari. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Jaime, 59 anos, em Capanema-PR, 10 de janeiro de 2018, 73 min.

As ocupações de terras e as oposições sindicais da época representam, do ponto de vista histórico, uma ruptura com formas antigas de organização política dos camponeses. A disputa pelo papel do instrumento político e a ação no campo político de ocupar as fazendas, representam uma mudança na prática sociopolítica dos camponeses da região para enfrentarem as contradições vividas.

A mudança na prática social surge quando determinadas circunstâncias (êxodo, seca, dívidas) e experiências anteriores (Grupos de Reflexão, Pastorais) levaram os camponeses a proporem outros projetos. Este processo, cujos momentos de maior efervescência são as oposições sindicais, a conquista da Assesoar pelos camponeses e as ocupações de terra, tem seus embriões nos Grupos de Reflexão que se iniciam em 1968 na região e que motivaram as trocas de cartas de denúncia e anúncio e também os abaixo-assinados. É, por sua vez, quando essas medidas menos drásticas não dão conta de resolver as contradições é que os camponeses se sentiram fortes para enveredar desafios mais diretos e coletivos.

Conclusão

Os camponeses, mesmo com a Ditadura Militar e as contradições da reestruturação produtiva, refletiam, debatiam. A partir dos Grupos de Reflexão (CEBS), das ferramentas de comunicação e formação (Cambota e Alerta) e dos cursos de agricultura, percebemos como os camponeses não estavam ausentes do “jogo político” na região. A partir destes espaços os camponeses se integraram na política e se relacionaram/envolveram com as sociedades mais amplas a qual faziam parte.

As experiências rememoradas por Jaime, Seno e Daniel denotam como a Igreja foi um espaço de integração na política. De fato, ela foi uma instituição muito atuante na região. O objetivo, como vimos, de sua atuação era o de tornar o capitalismo mais humano e justo. Isto seria feito a partir do acesso a direitos como saúde, estradas, escolas e melhores preços. Visava com isso preservar a ordem baseada na propriedade privada e na família e se colocava como alternativa aos dois modos de produção: nem capitalismo, nem comunismo, mas sim o humanismo integral, ou vida cristã.

Um dos desdobramentos desta filosofia foram os Sindicatos foram outro desdobramento. Foram criados para ser um braço do Estado como forma de segurar o avanço das ideias comunistas no meio rural. Por outro

lado, por meio deles, os camponeses puderam acessar alguns direitos como escola, saúde, construção de estradas e armazéns. De 1968 em diante, a prática sindical, com o recrudescimento da repressão, se limitou a assistência médica e dentária.

Outro desdobramento importante desta atuação da Igreja foi a fundação da Assesoar, em 1966. Fundada com o objetivo de ser um centro para melhor atender a formação de líderes e catequistas. Ela atuou alicerçada na formação pastoral, por isso era inicialmente somente para camponeses católicos. Além da formação para leigos, ela incentivava debates para o cuidado do solo na região.

Os Grupos de Reflexão (também chamados de Comunidades Eclesiais de Base) foram espaços fomentados pela Igreja e assessorados pela Assesoar. O primeiro grupo data o ano de 1968 e em poucos anos somavam mais de dois mil grupos espalhados pela região. O objetivo era de que eles fossem espaços de reflexão e questionamento sobre as condições vividas a partir de leituras bíblicas, textos explicativos e notícias. Foram espaços que incentivavam práticas comunitárias de puxirão, construção de casas para os mais pobres, de capelas, faziam roças comunitárias para aquisição de bens para a comunidade, melhoria de espaços comunitários ou para a constituição de bibliotecas. Nestes grupos era, segundo a Assesoar, cultivada a “prática da vida cristã”.

Os Grupos de Reflexão foram instrumentos que incentivaram os camponeses a refletirem e a tomarem decisões sobre práticas coletivas. Debatiam alternativas de produção e foram um importante ponto de junção dos camponeses. Espaço que, além da reza, reunia os camponeses para celebrar e para discutirem sobre as contradições da vida e do trabalho no campo. Eram, ao mesmo tempo, um espaço religioso, mas também de debates políticos, de conspirações e de solidariedade. Nestes espaços, diferentes concepções e dimensões sobre a terra, o trabalho, o justo e o injusto se formaram. Estes grupos se constituíram como um espaço de acentuada agitação política no interior das comunidades do interior.

Os camponeses, reunidos nos Grupos de Reflexão, ao se depararem com as contradições advindas da seca, da reestruturação produtiva passam a questionar as relações de produção e a pobreza e constroem reivindicações ao Estado a partir de abaixo-assinados encaminhados às prefeituras da região.

Os Grupos de Reflexão, por sua vez, propiciaram um espaço de encontro entre os camponeses para discutirem seus problemas e formas co-

munitárias de resolvê-los. A partir deles se constituíram na região, diversas ações para enfrentar problemas como a falta de estruturas nas comunidades e a intensidade do trabalho. Algumas destas ações eram: os mutirões para colheitas coletivas, construção de casas para famílias de camponeses que não tinham, entre outras.

Entretanto, estas ações estavam longe de representar pressões suficientes para enfrentar a intensidade das contradições vividas no campo com o processo de reestruturação produtiva. As ocupações de cidades, prefeituras ou fazendas improdutivas, ferramentas históricas de pressão dos camponeses, estiveram ausentes na vida política desde 1957.

A partir de 1976 se intensificaram algumas disputas no interior dos instrumentos políticos do campesinato. Estes passaram a pressionar de maneira mais contundente o Estado e a própria Igreja. Tanto que, quando os camponeses passaram a tensionar as discussões sobre os problemas da concentração de terras na região, a ala mais conservadora e majoritária da Igreja se afasta e rompe com a Associação. Esta, por sua vez, passa a ser dirigida, pela primeira vez, por um camponês e, desta forma, a se inserir com maior ênfase nas discussões sobre o problema da terra e do Sindicato. Dessa forma, a Assesoar voltou-se para a formação de lideranças comunitárias para atuarem nos Grupos de Reflexão e motivou a participação e organização sindical. Se constituiu como um espaço de conspiração camponesa e de suas diferentes demandas.

Outro desdobramento desta radicalidade, além da conquista da direção da Assesoar, foi à disposição que os camponeses tiveram de disputar as direções sindicais. Foi um momento de intensas disputas com os Sindicatos pelegos da região. Um momento marcante desta disputa foi a greve dos suinocultores em que estes mesmos Sindicatos não apareceram e deram maiores motivos para que os camponeses em seus municípios fossem ao enfrentamento nas próximas eleições.

A partir deste contexto, os Sindicatos ampliaram os trabalhos de base nas comunidades da região, debatendo principalmente os problemas causados pela “modernização agrícola”, tais como a expulsão dos camponeses da terra e a concentração de terras. Uma atividade importante desempenhada pelo Sindicato combativo foi o levantamento de quantas famílias sem terras haviam nos municípios. Isto motivou a organização de outra prática social de enfrentamento: as ocupações de fazendas improdutivas.

As ocupações feitas pelos camponeses, primeiro na fazenda Anoni (Marmeleiro/PR, em 1983) e depois na fazenda Imaribo (Mangueirinha/PR,

em 1984), constituem práticas sociais como forma de questionar os aspectos negativos da reestruturação produtiva e, por seu turno, uma forma de se contrapor as políticas de colonização da Amazônia. O resultado destas primeiras ocupações foi à criação e o fortalecimento do MASTES que, posteriormente, ajudou a fundar o MST. Um aprendizado importante destas primeiras ocupações foi a necessidade de construir acampamentos na beira das rodovias como forma de denúncia, mas, sobretudo, para juntar forças políticas o suficiente para enfrentar o latifúndio improdutivo.

Estas práticas representam uma mudança em relação às formas de organização anteriores. Esta envolveu dialeticamente as circunstâncias e contradições (expropriação, seca, dívidas), ou como diria Florestan Fernandes, as condições revolucionárias, e envolvia também experiências políticas, sociais, culturais anteriores.

As ocupações de terras e as oposições sindicais da época representaram do ponto de vista histórico, uma ruptura com formas antigas de organização dos camponeses. A disputa pelo papel do instrumento político e a ação no campo político de ocupar as fazendas representaram uma mudança na prática sociopolítica dos camponeses da região para enfrentarem as contradições vividas.

A mudança na prática social surge quando determinadas circunstâncias (expropriação, seca, dívidas) e experiências anteriores (Grupos de Reflexão, Pastorais, *pequeno mundo*, mutirões) levaram os camponeses a proporem outros projetos. Este processo, cujos momentos de maior efervescência são as oposições sindicais, a conquista da direção da Assesoar pelos camponeses e as ocupações de terra, tem seus embriões nos Grupos de Reflexão que se iniciam em 1968 na região e que motivaram as trocas de cartas de denúncia, anúncio e também os abaixo-assinados. É, por sua vez, quando essas medidas menos drásticas não dão conta de resolver as contradições que os camponeses se sentiram fortes para enveredar desafios mais diretos e coletivos.

VI

A CRIAÇÃO DE UM MÉTODO DE FORMAÇÃO DE MILITANTES NO MST

Rose Elke Debiasi

Apresentação

O presente capítulo aborda as transformações operadas na formação de militantes e a criação de um método de trabalho nas comunidades rurais, especialmente do(s) Nordeste(s), resultantes do trabalho político desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos anos de 1980 e 1990. Buscamos destacar o protagonismo dos militantes migrantes¹ a partir de um conjunto de características, desenvolvidas ou incorporadas, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras” do trabalho militante no Nordeste, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do MST nacionalmente². A ideia é pensar as condições que oportunizaram a formação de lideranças com características peculiares e os (re)arranjos realizados nas comunidades sertanejas. Apresentamos, assim, a transformação operada em um formato de militância gestado no Sul do país na década de 1980, destacando os aportes teóricos, sobretudo os de orientação marxista, a influência religiosa, as tensões e as expectativas de jovens que buscaram no MST um projeto de vida, trabalho e militância.

As fontes utilizadas para este capítulo são: entrevistas temáticas, realizadas com os atores desse processo; os documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST (1989), os Cadernos de Formação e Cartilhas); o Jornal *Sem Terra* e as Publicações da Igreja Católica e seus organismos auxiliares. Ancorada na metodologia da História Oral³ realizamos sete entrevistas com militantes do

¹ Chamamos de militantes migrantes as lideranças vinculadas ao MST que se deslocaram nos anos de 1980 e 1990 com a tarefa orgânica de estruturar o MST nacionalmente.

² Este capítulo resulta parcialmente do V Capítulo da minha tese de doutorado: DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MST⁴ que, durante as décadas de 1980 e 1990, migraram da região Sul para os vários estados nordestinos com o objetivo de estruturar o MST nacionalmente. Trata-se de jovens, filhos de pequenos agricultores, com formação nos organismos da Igreja Católica e com uma rígida educação familiar.

De acordo com Alberti⁵, a História Oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. As “fontes orais”, resultantes da aplicação da História Oral, possuem uma natureza diferenciada em sua constituição e em sua utilidade. Privilegiam, assim, sujeitos e grupos historicamente marginalizados pela história escrita. A possibilidade de obter os depoimentos orais oferece-nos um relato mais vivo e menos fragmentário desses grupos, movimentos e conjunturas, descortinando tensões, posicionamentos e reflexões não presentes na história e na historiografia do MST

O artigo é organizado em quatro momentos. Primeiramente, apresentamos um panorama sobre a formação do MST, debruçando-se sobre a sua composição, alianças e objetivos, sobretudo aqueles voltados para a expansão do Movimento⁶. No segundo e terceiro momentos, o artigo se ocupa do protagonismo das lideranças forjadas (e desafiadas) no contexto pós-ditadura militar que migraram para as comunidades nordestinas com o propósito de estruturar o MST, destacando o desenvolvimento de características que facilitaram a aproximação, o convencimento e a criação de vínculos pessoais e políticos com os sertanejos. Na última seção, discutimos as influências e as contribuições políticas e religiosas para a criação e gestão de um método de formação de militantes no MST.

³ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

⁴ Adotam-se os nomes verdadeiros dos entrevistados por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrar seus nomes em publicações internas, no *Journal Sem Terra* e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento dos entrevistados.

⁵ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Op. cit.

⁶ Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

Apontamentos iniciais sobre a formação do MST e sua militância

Os trabalhos de Fernandes (2000), Fernandes e Stedile (2012) e Me-deiros (2003)⁷ apontam como marco histórico do surgimento do MST o encontro ocorrido na cidade de Cascavel, Paraná (PR), em 1984. Participaram desse primeiro encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de treze estados, principalmente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A mobilização foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e contou com o apoio de bispos e padres católicos ligados ao setor considerado progressista da Igreja Católica, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), de intelectuais e partidos políticos.

No I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) fica definido quem são considerados os “sem-terra”. O documento define-os como trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: “[...] parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares” (MST, documento interno, 1984). Como podemos perceber, o I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) estava voltado exclusivamente para a questão da terra, defendendo a legitimidade do próprio Movimento: seus objetivos, princípios e alianças, além de propor medidas e ações que modificassem e regulassem o conjunto das políticas agrícolas e a transformação da estrutura fundiária brasileira por meio do combate ao latifúndio e ao capitalismo. Os adversários tradicionais do MST são os donos de latifúndios ou de propriedades cuja origem é irregular. Recentemente, diante dos próprios desafios políticos enfrentados no cotidiano de sua luta, o MST incluiu nessa categoria o chamado “agronegócio”, que, segundo sua avaliação, além de ser portador de um modelo agrícola historicamente excludente, disputa com a reforma agrária as terras improdutivas⁸.

Como ainda não estava capilarizado nos anos de 1980, o MST dependia da ajuda e da solidariedade de sindicatos e da Igreja, através de seus

⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Brasil Urgente).

⁸ SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. UFF, 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

membros e de suas estruturas física e financeira, para realizar os deslocamentos de militantes e a consequente expansão. Quanto aos objetivos de expansão do Movimento, encontramos, no item 6 dos “Princípios práticos”, uma parte das justificativas e motivações para o deslocamento de militantes – “[...] ampliar o movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado”⁹ (STEDILE, 2005, p. 178). No *Jornal Sem Terra*, durante todo o segundo semestre do ano de 1985, observamos essa linha argumentativa, seja convocando tais entidades para atividades conjuntas, seja fornecendo-lhes espaço para expressar suas pautas e opiniões acerca da conjuntura e/ou de um tema específico no jornal, ou, por fim, denunciando perseguições aos militantes sindicais e religiosos.

No I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985), o MST se apresentou como alternativa política e organizativa para os sem-terra e para os camponeses com pouca terra. Aproveitando o momento da retomada das lutas sociais, pós-ditadura militar, definiu, entre seus objetivos, a nacionalização como prioridade.

Existia uma avaliação interna, durante a década de 1980, em torno da tese de que para se estruturar nacionalmente o MST precisaria viabilizar o deslocamento de “gente”, do contrário, não teria um caráter nacional. O I Congresso do MST (1985), conforme observamos nas falas dos militantes migrantes, serviu para subsidiar as discussões para a estruturação do MST através da “política de deslocamento” para os estados nordestinos¹⁰. Os relatos dos participantes e/ou convidados das pastorais, sindicatos ou membros das comunidades contribuíram para “aclarar” o quadro da política agrícola, o perfil do campesinato e o modo de atuação das elites agrárias e industriais dos estados nordestinos. A partir desse diagnóstico, o MST avalia a correlação de forças e o potencial da região e orienta seus militantes a organizarem ocupações de terra e a ingressarem, junto com os trabalhadores rurais dos municípios, nos sindicatos rurais, disputando a pauta e os recursos financeiros das entidades.

Por meio da política de deslocamento, aproximadamente vinte e cinco jovens migraram das regiões Sul e Sudeste para outras regiões do país, em especial para o Nordeste brasileiro, com o propósito de estruturar o MST a partir da experiência organizativa e produtiva desenvolvida no Sul

⁹ Programa de Reforma Agrária do MST – 1984.

¹⁰ DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

do país¹¹. Esse primeiro grupo de militantes composto majoritariamente por jovens, cuja experiência militante iniciou-se junto à Igreja Católica e suas Pastorais e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, é possível definir como o núcleo base da organização - responsável pela expansão do MST dentro de um modelo de militância.

Praticamente todos os estados nordestinos contavam com a chegada de militantes oriundos de outras regiões, em especial de Santa Catarina, designados para alavancar os processos de ocupação e tensionamento com as administrações estaduais e municipais. A decisão de enviar lideranças foi resultado das discussões travadas no âmbito do I Congresso Nacional do MST, no ano de 1985. O Congresso definiu a região nordestina como prioritária para o crescimento e a nacionalização do Movimento devido ao expressivo número de camponeses na região. Coube à Direção Nacional do MST a articulação entre os estados do Sul e do Nordeste, a definição dos perfis e o deslocamento dos militantes para as regiões identificadas com potenciais organizativos, porém consideradas fracas em organicidade.

Nesse processo, instituíram métodos de trabalho, inspirados na educação popular de Paulo Freire, voltados para o recrutamento de sem-terra; métodos para a formação e capacitação no interior dos acampamentos e assentamentos, como o Laboratório de Campo e de Centro; método de resistência, com o propósito de garantir as questões de segurança, transporte e alimentação, antecipando-se e resistindo às investidas de grupos paramilitares, fazendeiros, polícia e imprensa. Além disso, criaram dinâmicas internas para garantir a organicidade do grupo ainda nos primeiros anos de atuação no Nordeste: discutiam no coletivo, principalmente no período de existência da Secretaria Regional em Maceió; em seguida, colocavam em prática e, novamente, traziam as observações, reflexões e saldos para uma nova análise do grupo.

Características facilitadoras adotadas pelos militantes migrantes

Antes da realização da entrevista com Maria Izabel Grein, ex-missionária do Norte de Santa Catarina, já suspeitávamos que as características

¹¹ DEBIASI, Rose Elke. O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993). In: BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose Elke; ORBEN, Tiago Arcanjo (org.). **Terra e memórias: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 73-94.

peçoais dos militantes enviados para o Nordeste, e que lá permaneceram, foram decisivas para a estruturação do MST, de forma coesa e unitária, no território nacional. No início da entrevista, Izabel nos diz: “*Eu sou muito queijo duro*”, justificando a sua não ida para o Nordeste durante os anos 1980. Ela vivenciou essa fase do Movimento e contribuiu na seleção e no assessoramento dos militantes deslocados. O uso da expressão “queijo duro” tem o objetivo de demonstrar que ela é “muito sulista”, ou “muito bairrista”, portanto não comportando o perfil necessário para a tarefa no Nordeste.

Inicialmente, a proposta da Direção Nacional era que o tempo de deslocamento do militante fosse de no máximo dois anos. Após esse período o militante poderia retornar. Segundo Debiasi¹², muitos foram e não retornaram. Os motivos são diversos: decidiram dar continuidade ao trabalho, assumiram cargos representativos estadual e nacionalmente, foram deslocados para outra localidade da região nordestina e/ou constituíram famílias. Cabe mencionar que o fato de serem jovens, sem filhos e sem o compromisso de gerir a propriedade facilitou o deslocamento para outras regiões. A juventude, entendida como um período de transição, representara o momento ideal para migrar. O próprio intervalo de tempo definido pelo MST para o deslocamento dos militantes (dois anos) demonstrava o entendimento de que se tratava de um período de transição, de formação e de direcionamento¹³.

A Direção Nacional privilegiava o envio de militantes mais flexíveis no trato, que apresentassem maiores possibilidades de inserção. Segundo Izabel, para ela seria muito difícil se desprender de determinadas práticas consideradas sulistas para incorporar aspectos da cultura e culinária nordestina. Ou seja, para evitar as acusações de interferência sulista e desrespeito à cultura regional¹⁴, o MST buscava atuar de forma mais assertiva, evitando o envio de lideranças “bairristas” e com temperamento mais explosivo ou polêmico.

Apresentaremos duas situações para demonstrar como as características pessoais desempenhavam papel importante na inserção, no conven-

¹² DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**. Op. cit.

¹³ DEBIASI, Rose Elke. Juventude, militância e migração no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). In: **Revista da ABET**. v. 16, n. 2. Dossiê: Trabalho, Famílias e Migrações. Jul./Dez. 2017, p. 40-55.

¹⁴ Crítica recorrente de alguns membros da Igreja Católica entre outros motivos pela divergência de métodos.

cimento e na aceitação dos militantes migrantes como lideranças. Uma delas foi vivenciada por Dilei, ex-religiosa do Norte catarinense, no município de Teotônio Vilela (AL).

O segredo de adquirir a confiança. Quando eu não estava em reunião, eu ia aprender a fazer farinha com eles. Essa relação de convivência que dava para eles a segurança que dá para ir [para as ocupações]. Eu acho que esse método ele é importante, a convivência com eles. Cria uma relação de confiança e eles vão. Imagina: “O povo que vem do Sul e quer levar a gente para terra”. Pensando hoje, esse povo é louco!¹⁵

Antes de se fixar na Paraíba, no ano de 1997, Dilei atuou dentro de um formato de circularidade no Nordeste. No processo de recrutamento e ocupação de terras, parece-nos que constrói um estilo de trabalho de base, com o intuito de adquirir a confiança e evitar eventuais indisposições no relacionamento com os sertanejos. Outra situação é a de Fátima, natural do Espírito Santo e com formação sindical. A definição do ponto do pau de arara como local de encontro, de trocas e de convencimento dos trabalhadores, permitiu a construção dos instrumentos analíticos para estreitar o diálogo e criar vínculos de confiança, ao ponto de os camponeses irem para uma ocupação. A postura de Fátima, sua iniciativa e autonomia, foram decisivas para a estruturação do MST/CE. Ela criou um estilo próprio, particular, que se distanciava das formas habituais de fazer política na região.

E a forma que a gente foi, de forma humilde, não teve atravessamento nenhum. Você está no ponto de ônibus, conhecendo a realidade, trocando informação, sabendo quem é quem. Onde estava? Onde você mora? O que vocês fazem? Como que é? A partir daí houve uma inserção na cultura deles. E a partir daí desencadeia a multiplicação de militância, que foi a sequência¹⁶.

Muitos militantes acreditam que tiveram êxito no processo de convencimento nos locais de destino devido às suas características pessoais, tais como respeitar a diferença, saber ouvir os anseios dos camponeses e se inserir na realidade nordestina sem imposições. Fátima sugere que sua forma de se inserir, “*sem atravessamento*”, facilitou o trabalho de base. Se-

¹⁵ SCHIOCHET, Dilei. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

¹⁶ RIBEIRO, Fátima. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 05 out. 2011. 1h36min.

gundo ela, o fato de ser “capixaba” pode ter ajudado, diferenciando-se dos sulistas, sobretudo dos gaúchos¹⁷.

Em outros casos, os entrevistados narram verdadeiras facetas, por exemplo, quando conseguiam despistar a polícia ou os agentes privados, redirecionando o local de uma ocupação, ou quando embarcavam individualmente em ônibus, de forma silenciosa e articulada, para se dirigirem a determinada manifestação para não chamar a atenção dos policiais, evitando, portanto, que fossem impedimentos de transitar ou que fossem cercados. Ou quando despistavam agentes contratados para vigiá-los e segui-los pela região, conforme narra Bellé, filho de pequenos camponeses e ex-religioso do Oeste catarinense, em tom de brincadeira: *“Pegava o ônibus para ir ao centro para alguma atividade, eles entravam também, aí tu ameaça descer, eles desciam, e tu ficava. As brincadeiras nossas com eles, para tirar umas cascas”*¹⁸.

No depoimento de Dilei, as observações mencionadas acima são traduzidas como certa “expertise” do MST no trato com os camponeses.

A gente tinha uma lábia danada [risos]. As condições deles e a lábia da gente. O Movimento nesse sentido preparou bem o seu time. A gente tinha muita formação, no sentido de ouvir e tinha um elemento muito forte que era a convivência¹⁹.

Através do uso de uma linguagem mais simples, com termos próprios dos camponeses da região, ela conseguiu adquirir confiança e avançar no processo de aproximação. Segundo Dilei, sem esse traquejo ou habilidade o MST não teria prosperado. A entrevistada não estabelece distinção entre ela e o Movimento. No entanto, observamos que as abordagens e as formas de se relacionar modificavam-se de militante para militante. Ou seja, que muito do êxito no recrutamento dependia do perfil do militante. Diferentemente de outras lideranças, Dilei defende que suas habilidades na abordagem com os camponeses resultam do trabalho formativo do MST.

O vínculo, a origem, a experiência e a trajetória junto à Igreja Católica foram decisivos na escolha dos militantes que migraram para os estados nordestinos. Através do depoimento de Jaime, natural de Santa Catarina e atualmente assentado em Caruaru (PE), percebemos a importância da

¹⁷ De acordo com vários militantes migrantes, existiram problemas de condução e choque entre os sertanejos e os gaúchos.

¹⁸ BELLE, Carlos. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.

¹⁹ SCHIOCHET, **Entrevista Oral** Citada.

experiência acumulada nos instrumentos da Igreja. Por outro lado, também é possível antecipar que a radicalidade presente nas futuras ações do MST, como nas ocupações de terra, logo entraria em “choque” com a prática evangelizadora da Igreja.

Lá no Oeste em função da importância de Dom José Gomes, que era um bispo que efetivamente trabalhava junto dos camponeses, que teve a sua história muito próxima dos camponeses e das organizações e nos ajudou nesse período a organizar a luta pela terra em Santa Catarina. Então, essa militância que estava na Pastoral da Terra, ou que estava nas CEBs, que estava, e alguns inclusive que, estavam nos seminários, como seminaristas, acabaram vindo para a luta. As primeiras ocupações eram o momento de colocar a sua rebeldia em ação. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o Movimento no Nordeste²⁰.

No caso de Bellé, recém-casado com Zenaide, a decisão foi “costurada” entre o MST e a figura de Dom José Gomes²¹. “Zenaide, natural do Oeste catarinense, lembra, visivelmente emocionada, das palavras proferidas pelo religioso:”

O João Pedro [Stedile] depois que soube que a gente casou foi conversar com o Dom José Gomes para liberar o Bellé. Ele coordenador da CPT, inclusive, em 1989 eles iam fazer eleição do novo coordenador e eles estavam cogitando o nome do Bellé. Aí o João Pedro foi conversar com a gente para ver se a gente topava fazer essa viagem para o Nordeste. A gente era super novo na época, longe da família. Eu falei assim para o Bellé: “Vamos fazer essa aventura!?” Aí depois demos a resposta para João Pedro. Aí ele foi conversar com o Dom José, se a Igreja liberava o Bellé para ele não sair queimado. Aí Dom José falou umas coisas tão lindas. Que a Igreja disponibiliza os militantes da Igreja para fazer missão no Nordeste²².

Na citação acima percebemos que existia uma preocupação em preservar o militante, demonstrando que a sua saída resultava de um acordo, de pautas comuns entre a Igreja e o MST. Uma saída amistosa, em gran-

²⁰ AMORIM, Jaime. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.

²¹ Foi bispo da Diocese de Chapecó (SC) por trinta anos (1968-1998). Com uma atuação ligada às questões sociais, presidiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²² BUSANELLO, Zenaide. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 23 set. 2013. 1h.

de parte, facilitaria o apoio e a solidariedade em outras regiões. E ainda, além das inseguranças da viagem, para um local distante da família, os militantes eram movidos pela curiosidade, pela expectativa em expandir os horizontes e se apropriar da sua própria vida.

No entanto, são identificados vários equívocos ou excessos no processo de estruturação do MST no Nordeste. Jaime, assim como outros militantes, reconhece que houve eventuais erros, inabilidades e excessos no trato com os camponeses e na condução do Movimento nos estados nordestinos. Existia uma preocupação que o MST se dividisse, com o afrouxamento da direção, e se transformasse numa ONG, de acordo com o entrevistado. Izabel atribui os equívocos à pouca experiência dos militantes, que ávidos por apresentar resultados, ignoraram aspectos da dinâmica local. Segundo Izabel, os erros são característicos de um movimento social composto de pobres. *“Houve erros sim. Mas o Movimento é movimento de pobre, de gente, e gente erra, ainda mais quando você sai do seu local”*²³. Cabe lembrar que estamos discutindo o papel das lideranças e não o universo dos sem-terra, portanto, de quadros que possuíam uma formação superior ao conjunto dos camponeses. Ao passo que também estavam constituindo-se enquanto lideranças no fazer-se do próprio Movimento, ou seja, formando-se enquanto quadros dirigentes justamente no processo de estruturação do MST.

A partir das queixas, o MST selecionou militantes migrantes com mais atenção, observando as compatibilidades entre o perfil do militante com a região destinada. Paralelamente a isso, a Direção Nacional forneceu maior liberdade de decisão aos militantes, demonstrando que estava aberta à experimentação e igualmente disposta a incorporar as diversidades regionais no seu discurso e na sua prática. O depoimento de Fátima demonstra a necessidade do MST de rever os métodos e a linguagem adotados durante os cursos de formação, devido ao papel da religiosidade na formação do campesinato cearense.

Depois vai tendo dificuldades da própria questão organizativa, do processo de crescimento, da expansão, no processo de formação da consciência, que às vezes, houve embates. Alguns cursos de filosofia então tiveram os choques; alguns militantes se afastaram, teve dificuldades nesse sentido. Aí foi revista a questão metodológica de trabalhar esses temas; como o sertanejo é bastante religioso, às vezes,

²³ GREIN, Maria Izabel. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), mar. 2016. 1h57min.

chocavam no processo de formação. Mas, depois se superou, porque se avaliou a necessidade de melhorar a metodologia e a linguagem. Mesmo com essas dificuldades e entraves, também permitiu a reconfiguração de outra forma. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Conforme afirma Bourdieu²⁴, o *porta voz* somente tem legitimidade se o discurso é reconhecido pelo grupo. Por isso a necessidade de se integrar ao universo dos sertanejos, se apropriando de suas práticas, pois elas confeririam a legitimidade ou a “autoridade” necessária para as lideranças. A noção de *habitus* é operativa neste trabalho para pensar que o indivíduo se forma em um determinado contexto, onde recebe um conjunto de esquemas, responsável por delimitar suas ações e escolhas, através do grupo social que integra; todavia, este indivíduo também age sobre este meio, que é uma entidade inacabada. Este conjunto de esquemas, que define o *habitus*, segundo Bourdieu, é transmitido ao indivíduo desde a primeira educação, ainda no núcleo familiar, sendo constantemente repostado e reatualizado ao longo da sua trajetória social.

Para Dilei, a junção da sua trajetória junto à CPT e as suas características pessoais resultaram em uma tentativa do MST de diminuir as hostilidades na Paraíba.

Por essa característica de eu ter vindo da Igreja, que eu vim parar na Paraíba. Para tentar conciliar as coisas, porque o nosso inimigo não eram eles. Essa coisa ela foi, aí precisava de gente com muita humildade, com muita cabeça. Eu sentava na cadeira e deixava eles falarem. Eu não rebatia. Se você vai para o enfrentamento. Tinha que ter uma característica de uma pessoa que ouvissem eles. Mas e aí “O que nós podemos construir junto?”, eu dizia no final. Não ia para o enfrentamento com ele, porque nós tínhamos claro que nós tínhamos de somar de forças²⁵.

Segundo seu relato, ela possuía as características necessárias para a flexibilização das relações do MST com a CPT na Paraíba, então estremecidas. O não enfrentamento direto, de acordo com Dilei, objetivava diminuir as tensões. O fato de possuir uma formação no interior da Igreja deveria contribuir para tal intento, criando uma relação de confiança e afinidade. A entrevistada busca ressaltar aspectos na sua atuação que unificavam os

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.

²⁵ SCHIOCHET, **Entrevista Oral**. Citada.

movimentos sociais e as entidades de classe, tratando de minimizar eventuais diferenças. Isso, no plano prático, representava um recuo no processo de expansão e estruturação do MST, pois ele se diferencia justamente através do seu arsenal de ação - novo e radical, com as ocupações de terra, se comparado às antigas formas de exigir a reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Nesse caso, precisava em alguns momentos recuar para forjar uma convivência. Conforme relata Dilei, sua postura foi de buscar a unidade e, podemos dizer, de “constranger” os grupos e indivíduos que rivalizavam com o MST.

Por outro lado, apesar dos tensionamentos e das divergências de método, não houve uma política clara do MST de ruptura com a Igreja. O depoimento abaixo ilustra a relação de coexistência entre a Igreja e o MST²⁶.

Eu acho que na Paraíba nós tivemos [...] a teoria marxista e a teoria da Igreja ela não era muito diferenciada. Havia um processo de exploração dos trabalhadores. Isso a Igreja também pregava muito. Agora se você for olhar não existem muitas divergências em termos teóricas. No MST com a teoria marxista, eu acho que o MST, ele sempre foi muito esperto porque ele nos preparou muito bem no sentido que a gente tem que cuidar, porque essa militância que saiu da Igreja, já saiu porque estava em contradição e tinha divergências com a estrutura²⁷.

As diferentes influências e a construção de um método de formação de militantes

Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, dirigente da CPT e defensor da reforma agrária e dos direitos dos povos indígenas, apresenta no prefácio do livro “Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” uma discussão sobre a formação macroecumênica do MST, a qual foge dos esquemas rígidos de ingresso presentes nos partidos políticos. Essa linha é reafirmada por Stedile, que destaca a importância deste trabalho por parte da CPT. Segundo ele, se não houvesse um trabalho ecumênico, capaz de aliar os setores da Igreja Luterana, outros movimentos poderiam ter surgido,

²⁶ Na prática essa política de coexistência e de respeito às instâncias e dinâmicas do MST nem sempre foi respeitada pela Igreja Católica.

²⁷ SCHIOCHET, **Entrevista Oral**. Citada.

não assegurando, assim, a unidade do MST. Ou seja, o MST não contaria com a coesão no início da sua formação²⁸.

A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não estivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional²⁹.

A experiência herdada pelos militantes migrantes na CPT foi potencializada no MST. A origem funcionava como um canal, um passaporte para o trabalho de base nos municípios rurais do Nordeste. Essa foi a situação vivenciada por Jaime, Bellé, João Daniel³⁰, Zenaide e Dilei. Contavam com experiências distintas, no entanto todos tiveram uma passagem e estabeleceram vínculos com o trabalho realizado nas pastorais. Jaime, por exemplo, deixa claro em seu depoimento que, na sua ida para a Bahia, o MST objetivava tirar proveito da sua experiência junto à Igreja. Vejamos:

Essa foi a minha tarefa, ir para a BA ajudar a fazer a primeira ocupação na BA. Tinha a experiência dentro da Pastoral da Terra, dentro PT, da juventude, enfim, era aproveitar essa experiência e ajudar a organizar³¹.

Diferentemente de alguns entrevistados, os quais buscam demonstrar a gradual ruptura do MST com a Igreja, enfatizando a singularidade do método do MST, Dilei insinua que a metodologia e a linguagem do Movimento são, exclusivamente, herdadas pela Igreja.

Eles adoram quando eu falo: “a dicção”. E pelo fato de vir Igreja, a gente cria um método que as pessoas entendem [...] Isso foi bom dentro da Igreja. De falar a linguagem que o povo entende. Então por

²⁸ FERNANDES, Bernardo M. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁹ STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012, p. 23.

³⁰ DANIEL, João. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 21 mar. 2015. 2h16min.

³¹ AMORIM, **Entrevista Oral**. Citada.

isso que o povo gostava da gente, porque a gente falava a linguagem que o povo entende. E isso ajudava... e fomos assim³².

A afirmação de Dilei contraria os depoimentos de Jaime Amorim e Carlos Bellé. Os dois entrevistados demonstram que existia uma diferença fundamental de método entre a Igreja e o MST, singularizando o último. O grau de conflitividade vivenciado nas ocupações de terra entrava em choque com a linha pacífica dos religiosos. Já a justificativa teórica para se integrar aos camponeses, de acordo com Jaime Amorim, encontra influência no maoísmo.

Aí vem do maoísmo. Mao dizia isso. Vá pro meio do povo, é... sinta aquilo que o povo quer, recolha do povo esse sentimento, analise isso de forma científica e devolva pro povo como palavra de ordem. Esse seguimento ou essa teoria de Mao é que a gente tentava aplicar. Quer dizer, tu tens que falar aquilo que o povo tá sentindo e aquilo que é de fato a vontade dele. Agora tu tens que falar de forma com que isso, ele compreenda como palavra de ordem, o que ele vai fazer³³.

Dilei também comenta sobre a influência do maoísmo, associando-o ao desenvolvimento de técnicas e habilidades para melhor compreensão dos anseios da população pobre do campo. A influência do maoísmo na formação de quadros no interior do MST precisa ser contextualizada. Trata-se de uma influência muito difusa e parcial, em grande parte resultado da “política de pinçar” aspectos teóricos de forma conveniente pelo MST e, por outro lado, das reminiscências na formação dos militantes cuja atuação iniciou-se no Movimento de Educação de Base (MEB), durante os anos 1960.

O MEB, mais do que ter uma tese de que iria salvar o campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar a que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la³⁴.

Essa foi a tônica da década de 1960, quando muitos agentes de pastoraes e militantes do MEB organizaram as Ligas e os sindicatos. Muitos des-

³² SCHIOCHET, *Entrevista Oral*. Citada.

³³ AMORIM, *Entrevista Oral*. Citada.

³⁴ MST. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. **Caderno de Formação**. n. 31. São Paulo, 1999. p. 31.

ses militantes acabaram se engajando na Ação Popular (AP), organização política criada em 1962 pela atuação da Juventude Universitária Católica (JUC). Depois do golpe militar de 1964, a AP passa por um processo de radicalização e parte do coletivo aderirá ao maoísmo, e depois ingressará no PCdoB. Os aspectos incorporados do maoísmo giravam em torno da ideia de proletarização dos militantes e do trabalho organizativo junto ao camponato, preparando-os para a chamada “guerra popular prolongada”. Ou seja, acreditava-se que para fazer a revolução no Brasil, era necessário realizar uma “longa guerra”, com início no interior do país, cercado as cidades, em direção ao centro do poder.

Identificamos que a mesma forma de enxergar os camponeses presente no discurso do MEB norteou a atuação do MST nos anos iniciais. Os militantes migrantes seguiam para os estados nordestinos com o propósito de “ajudar”, “auxiliar” e “contribuir”³⁵ na organização dos camponeses. Os mesmos termos são encontrados em várias teses e dissertações³⁶, como justificava e incentivo para o deslocamento dos militantes. A adoção dessa terminologia, acreditamos, pode camuflar os reais objetivos e atenuar eventuais conflitos na disputa pelo espaço político. Trata-se de uma leitura superficial e ingênua do papel desempenhado pelos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste. Não se tratava de “ajuda” ou “auxílio”, mas de pavimentar a construção de um movimento social com pretensões de partido político, dentro de critérios e resoluções pré-definidos. Insistir na adoção dessa narrativa é retirar todo o protagonismo dos militantes que construíram os alicerces para a estruturação nacional do Movimento atual. Trata-se de vidas marcadas por uma fusão entre a vida pessoal e a ingerência da organização política. As opções e recusas pessoais desses militantes, nos primeiros anos do Movimento, definiram o ritmo e o tom da expansão. Em uma entrevista, observamos a adoção da lógica contrária, ou seja, o mi-

³⁵ Esse é o discurso hegemônico, inclusive, o adotado por estudiosos das ciências humanas.

³⁶ Para mais informações, buscar em: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará: 20 anos de marchas. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010. p. 133-148; CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. O MST em Sergipe: História e Luta. *Geonordeste*, Sergipe, ano IX, n. 1, 1999. p. 8-45; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2007; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985-2005. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007.

litante migrante é que afirma receber “ajuda” dos camponeses em determinado momento da construção do Movimento.

A Direção Nacional do MST, por sua vez, acreditava que somente teria êxito se contasse com uma assessoria qualificada, resultado da experiência adquirida nas entidades, acampamentos e assentamentos do Sul e da formação teórica, particularmente a marxista, destinada aos jovens egressos dos grupos de jovens, seminários, pastorais entre outros organismos da Igreja. Contava ainda com a figura de um militante comprometido, disciplinado e determinado a seguir todas as deliberações do Movimento.

Nas entrelinhas, existia uma ideia de “missionarismo”, semelhante ao discurso proferido pela CEB. O “missionarismo” é oriundo da prática da Igreja e foi reapropriado pelo MST. Trata-se da experiência de colocar a vida pessoal a serviço de uma missão, neste caso, transformar a sociedade brasileira através da reforma agrária. Segundo Lerrer (2008), a interiorização de determinados valores foi o que permitiu que determinados sujeitos abdicassem de seus projetos particulares em favor de um projeto coletivo. Nas suas palavras significa:

[...] associar seu projeto pessoal ao destino de uma “organização”, um coletivo reunido em torno de um projeto comum é o que fez com que uma geração de militantes optasse por sair de seus estados de origem para construir a organização do Movimento Sem Terra em outras regiões do país³⁷.

Para a autora, a ideia de uma “missão” a cumprir impulsiona ou motiva esses jovens a abdicarem de seus projetos pessoais em prol da construção de uma organização, de um projeto coletivo. Em determinados momentos, observamos essa tônica nos depoimentos dos militantes migrantes, sugerindo algo como uma tarefa missionária, de salvar a população pobre daquela situação de penúria a que estava submetida. A mesma reflexão é apresentada por Caldart³⁸, com o diferencial de que a vivência e o aprendizado realizados nos acampamentos são decisivos para a formação políti-

³⁷ LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 117.

³⁸ CALDART, Roseli. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: 25 set. 2015.

ca, então responsáveis pela constituição de novos valores – fraternos, solidários e mais humanos.

De acordo com Caldart³⁹, o militante seria “tomado”, e sua vida pessoal se mesclaria com os interesses políticos da organização à medida que ele fosse assumindo, através da vivência, toda a historicidade da luta pela terra. Enquanto para Lerrer⁴⁰, essa opção de engajamento e de doação a um movimento social não resulta apenas da vivência e convivência experimentadas nos acampamentos, por mais marcantes e significativas que possam ser, pois não seriam suficientes para justificar a migração para outros estados. Na mesma linha, Indursky⁴¹ afirma que muitos camponeses podem identificar-se com a questão agrária, mas isso não é suficiente para transformá-los em militantes da causa sem-terra. A justificativa, portanto, recairia para a motivação político-ideológica.

Apesar de todos os cuidados, competia às lideranças orientar e conduzir os sem-terra, garantindo que as linhas políticas do MST fossem adotadas. Mesmo que deliberadamente o MST procure não abafar o carisma de alguns de seus dirigentes, vários mecanismos sociais de vigilância foram criados⁴². Essa observação apontada por Lerrer contribui para compreendermos o papel que os militantes migrantes possuem na produção bibliográfica do MST. Na grande maioria dos casos, eles não são mencionados nominalmente. As ações são encaminhadas pelo sujeito coletivo chamado MST. Fica evidente a preocupação em demonstrar o protagonismo dos sem-terra, minimizando o papel das lideranças com a intenção de descrevê-las como auxiliares⁴³.

Nosso esforço aqui é justamente demonstrar que parte do êxito na estruturação do MST, nos moldes propostos pelas lideranças do Sul, é resultado do método de trabalho desenvolvido pelos militantes migrantes. Intuímos que a presença de determinadas características pessoais foi decisiva para a aceitação do MST nas regiões, criando, muitas vezes, uma espécie de

³⁹ Idem., *ibidem*.

⁴⁰ LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas**. Op. cit.

⁴¹ INDURSKY, Freda. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. **Revista Rua**: Edição Especial – 20 anos, Campinas, 2014, p. 109-126.

⁴² LERRER, **Trajetória de militantes sulistas**. Op. cit.

⁴³ Compreendemos a preocupação com as práticas desagregadoras ou “viciadas” das organizações de esquerda, como: carreirismo, oportunismo, personalismo; igualmente os mecanismos utilizados para inibir tais comportamentos. Por parte da Direção Nacional do MST, existia a preocupação de que, sem uma assessoria qualificada, corria-se o risco de o Movimento, no Nordeste, perder a sua radicalidade, que no Sul, em tese, já estava consolidada.

“dependência” dos militantes na condução política nos estados para os quais foram enviados.

Através de um olhar atento da realidade e da gradativa inserção nas comunidades, esses militantes desenvolveram o que chamamos de “tendências modeladoras”. Este conjunto de características individuais, desenvolvidas ou incorporadas na trajetória dos militantes migrantes teria contribuído para que a estruturação do MST fosse antecipada no Nordeste, cabendo destacar a centralidade no cumprimento das orientações da organização pelos militantes migrantes, mesmo diante das adversidades.

Considerações finais

Acreditamos, assim, que as características pessoais e/ou o perfil de determinados militantes migrantes funcionaram como facilitadores na condução política, contribuindo para que o MST fosse nacionalizado nos moldes propostos. Através da análise das entrevistas, identificamos elementos comuns e particulares na militância que, de forma articulada, fornecem um estilo, um modo de militar próprio dos militantes migrantes, responsável por nacionalizar o MST, com arranjos para cada estado. Embora seja destacado o protagonismo individual dos militantes, suas trajetórias, aptidões e habilidades, compreendemos que as ações engendradas pelos militantes migrantes devem ser compreendidas coletivamente, no seu conjunto. Movidos por ideais socialistas, competia a eles construir a organização que acreditavam, fornecendo unidade e coesão às ações do coletivo.

VII

OS RITUAIS EM NARRATIVAS DE ASSENTADOS RURAIS

*Davi Félix Schreiner*¹

O cheiro do chão chorava a cruz. A cruz. Este é o símbolo que nós vamos fazer carregar até a igreja matriz pra formar consciência de que o povo precisa terra. (Jesus Batista Souza)².

A conjuntura atual, na qual o autoritarismo vem permeando e corroendo o sistema democrático do País, faz avançar o agronegócio sobre as terras dos camponeses. O capital, como aponta a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no último biênio, ampliou a concentração da terra no País, mediante, entre outras formas, pela da invasão de terras e pela violência. O Censo Agropecuário de 2017, apontou que 1% das grandes propriedades totalizam cerca de 50% das terras do total dos estabelecimentos agropecuários. As “medidas do atual Governo Federal aprofundaram essas desigualdades”, conclui a Entidade. Em 2020, ela registrou, em números parciais, 1.083 casos de violência contra a ocupação e a posse, envolvendo 130.137 famílias. Também foram registradas 178 invasões de territórios, atingindo 55.821 famílias”. Em 2019, foram apenas 09 invasões de terras. Os Sem Terra têm continuado a luta com ocupações de terras, não obstante em número menor do que nos anos anteriores³.

Neste contexto, agravado pela Pandemia, abordar sobre a defesa e ampliação da democracia no campo e na cidade e da luta pela reforma agrária é condição fundamental para frear a perda de direitos, bem como para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para tal, é preciso ouvir os trabalhadores e estudar seus problemas e lutas cotidianas.

¹ Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Unioeste. Entre outras publicações, é autor da obra: **Entre a exclusão social e a utopia**: Um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016.

² SOUZA, Jesus Batista. **Entrevista oral gravada**. Por Davi F. Schreiner. Nova Laranjeiras, Assentamento Estrela, 04 mar. 2000. Assentamento não vinculado ao MST.

³ Cf. CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5483-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-2020>

Está questão me instigou a releitura das narrativas trabalhadores rurais em e entrevistas orais e documentos do MST, me instigou a olhar para as ambiências sociais, espaços, relações e práticas sociais dos Sem Terra. Possibilitou dialogar com narrativas e fontes escritas sobre sua vida cotidiana, a organização do trabalho, a vida, as lutas pela terra, as conquistas, a violência e os enfrentamentos coletivos diretos com os fazendeiros e com a polícia militar. Estudar tais experiências evidenciam a necessidade de conectar pontos, pois as memórias são fragmentárias e aos narradores, por vezes, fogem detalhes, que ao ofício do historiador na interpretação das fontes e na escrita do texto são fundamentais.

Ao interpretar suas narrativas é necessário estar atento ao que é deliberadamente ou não silenciado e como se desenvolveram os encontros, às interrupções, o que foi partilhado nessa relação dialógica. As vezes a preocupação está centrada muito mais nas perguntas e nas respostas, e muito menos no conteúdo, seus sentidos e significados. E pouco procuramos pontos possíveis de contato, inclusive não apenas entre as falas de uma mesma entrevista, mas das entrevistas realizadas e delas com os documentos escritos. É necessário dialogar buscando a essência da complexidade, riqueza e amplitude da(s) narrativa(s) nas entrevistas orais. Os recortes temporais e, sobretudo, temáticos tem-se mostrado frutíferos.

Enfatizo que a entrevista oral se trata de um diálogo entre iguais, no reconhecimento da diversidade que se faz igualdade. Para tal premissa, na prática significa começar pela postura do entrevistador, por exemplo de não conduzir, enquadrar as falas do entrevistado. Penso que a igualdade é sempre um exercício de aproximação. De nos comunicar, num primeiro contato de apresentação e conhecimento inicial, respeito e comungar com o entrevistado, com Ele e, ou, Ela.

Nas entrevistas orais que realizei com acampados, assentados, lideranças do MST e reassentados de usinas hidrelétricas, evidenciou-se a importância deles expressarem o sentimento de conquista por meio da luta e que as vivências foram verbalizadas como significando experiências numa ambiência de dificuldades extremas, violência policial, e, ao mesmo tempo de partilha, solidariedade, decisões coletivas os acampamentos: “Foi sofrido, mas para mim foi uma escola. O que eu aprendi no acampamento não aprendi na escola, o estudo era pouco pra mim.”⁴, “Tudo o que vivemos”, estavam vivas na memória e se reiteraram em expressões como: “Ah, a

⁴ KELLMER, Dalmiro. **Entrevista oral gravada**. Lindoeste, Assentamento Vitória, 08 mar.1999.

gente não esquece”, “O MST, é uma coisa boa, sem es movimento a gente não ganha não” a terra”, “a luta valeu a pena”⁵.

Tem-se nestas expressões uma evidência da força que as experiências de luta pela terra, com significados e sentidos diversos para os trabalhadores, marcaram para sempre os seus sonhos e as suas vidas e dimensionaram as suas identidades. A expressão “Tudo o que vivemos”, todavia, não significa a totalidade ou o absoluto, mas revela o conjunto, o todo, das experiências que marcaram a trajetória de vida da entrevistada e por ela significadas em sua memória.

A memória, como mostra Chauí, “é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer ‘eu’ reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos”⁶. Nessa direção, é recorrente nas entrevistas a convicção da maioria dos assentados de não querer perder a terra conquistada e ter que reiniciar em um novo acampamento, espaço e tempo rememorado como de extremas limitações, de se viabilizar-se economicamente na terra, de querer semear, colher o alimento, a cultura, como um modo próprio de viver.

As narrativas, ao mesmo tempo, explicitam a saudade da solidariedade, da convivência não raras vezes na expressão “Todo mundo se ajudava”, e dos momentos da mística, da cruz encravada no chão no centro do acampamento, ao redor da qual faziam as assembleias, as celebrações religiosas, cantavam o hino do MST e com os braços esquerdos levantados gritavam palavras de ordem. Portar a bandeira era símbolo de identidade de coletividade unida na e pela luta pela terra e reforma agrária.

A bandeira era e é uma constante presença nas atividades e na vida cotidiana nos acampamentos do MST. Em geral, hasteada em um mastro de madeira, de preferência bem alto, para ser avistado de longe ou na frente dos barracos. Ter a bandeira em frente ao barraco, usar o boné, a camiseta vermelha com o símbolo do MST, levar a bandeira e erguer o braço com o punho da mão fechado, gritar palavras de ordens, cantar hinários nas assembleias e nas marchas, significava ser parte do MST, estar pactuado, compromissado com as bandeiras de luta e defender as suas reivindicações. Tais práticas vão constituindo a mística do Movimento.

⁵ TABORDA. Ivani. **Entrevista oral gravada**. Por Davi F. Schreiner. Lindoeste, Assentamento Vitória, 05 abr. 1999.

⁶ CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 153.

O mesmo, todavia, já não se observa entre a maioria dos assentados do MST após a conquista da terra. O lote representa a terra conquistada por meio da luta. Ondina Rodrigues aponta para este sentido ao lembrar o despejo pela polícia militar do Acampamento localizado no Rio da Ilha, no município de Catanduvas. Ao ser indagado pelo policial militar lhe perguntou: “[...] por que eu fui acampar. Eu disse: fui acampar pra ganhar terra pros meus filhos, pra sustentar eles.”⁷. Observa-se na fala de Ondina um sentido não restrito de posse e do particular “do é Meu”, mas tem o significado do que “sempre sonhei com isso”.

Ou seja, terra para o trabalho e o cultivo da vida familiar. É o sonho conquistado, de sujeitos que projetam uma possível segurança para si e para seus familiares. Aliás, a maioria das trajetórias das famílias foi marcada pela situação de insegurança e de domínio social. Mas, a opção de acampar, na maioria da narrativa dos assentados centra-se no objetivo de ter a sua própria terra, para cultivar com a família. Daí o descolamento de muitas famílias das lutas no MST, para novos acampamentos e projetos e a luta pela reforma agrária.

Com a posse da terra, advinda com a ocupação da Fazenda Vitória em 1986, as famílias do Assentamento Vitória, localizado no Município de Lindoeste, no Oeste do Paraná, visualizavam a possibilidade de produzir e viver com o alimento do cultivo da terra, mas também falar abertamente. Detinham a posse da terra, todavia ainda não o título de propriedade e se tratava de assentamento sob o domínio do MST, o que configurava uma insegurança em relação ao INCRA e aos dirigentes do Movimento.

Modular as palavras, portanto, foi a forma de não avançar ao ponto de ameaçar a situação vivida e a qual almejavam e de não serem expulsos do Assentamento. Parte das famílias, identificadas pelas lideranças e outros assentados como “os individuais”, por terem decidido pela terra e trabalho familiar, ficaram na condição política de subalternos. A discussão política entre tais famílias engendrou sérios conflitos internos. Essas diferenças não desapareceram, não obstante o MST reconhecer a necessidade de repensar sua abordagem e relação no trabalho com os acampados e assentados, como veremos adiante.

Assim, procuro problematizar, nas páginas que se seguem, os rituais a partir de narrativas de assentados rurais e documentos do MST. As práticas rituais dimensionam e consubstanciam a mística, que objetiva pro-

⁷ RODRIGUES, Ondina. **Entrevista oral gravada**. Realizada por Davi F. Schreiner. Lindoeste, Assentamento Vitória, 21 jun. 1999.

mover a coesão social, mobilizar e promover o engajamento dos Sem Terra para a luta em Movimentos Sociais como o MST e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu. Utilizo a noção de mística, portanto, como práticas sociais, que têm o objetivo de explicitar o sentido histórico e político das lutas dos camponeses, de interpretar sua condição e relações sociais nas quais estão inseridas e de mobilizar homens e mulheres a se organizarem e lutarem coletivamente pela terra, reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária.

A mística é, pois, uma prática político-educativa que se se faz na e por meio da práxis, utilizando-se para tal a rememoração de fatos históricos, passagens bíblicas, conteúdos políticos numa relação dialógica de interpretação do presente. Os símbolos, as bandeiras, hinários, ferramentas de trabalho, encenações, entre outros fazem parte, não raras vezes de forma combinada, do conjunto de elementos da mística.

A Mística Militante ...

A atuação dos agentes de pastorais, em especial da CPT, em fins dos anos de 1970 e nos anos que se seguiram, na organização dos agricultores ameaçados e desalojados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que se organizaram no Movimento Justiça e Terra, e logo na sequência, como desdobramento de uma luta maior, no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes)⁸, contribuíram para a forte presença da mística religiosa no MST, criado em janeiro de 1984, no município de Cascavel, Paraná.

No Congresso, realizado em Curitiba em 1985, decidiu-se que o MST seria um Movimento dos Trabalhadores e a CPT uma Entidade de apoio. O que na prática de consubstanciou de forma heterogênea nas diferentes regiões do Paraná. Ao contrário da interpretação corrente, simplificadora, a CPT não se tornou apenas uma Entidade de Apoio. Nunca foi somente isso. Os agentes da Pastoral da Terra acompanharam e, ou, auxiliaram na organização diversas ocupações. Outras vezes não sabiam onde e quando ocorreriam. Quando decidiam em conjunto com as lideranças do Movimento, sobretudo nos acampamentos os agentes tinham maior

⁸ No Paraná, o MST, inicialmente Movimento dos Agricultores Sem Terra, organizou-se regionalmente, por isso as diferentes denominações (Mastro, Mastes, Mastel, entre outros).

influência, pela constante presença por meio do trabalho de formação fundamentado na Teologia da Libertação, participaram ativamente.

Isso ocorreu em diversas localidades de municípios na região do Oeste do Paraná, entre os quais Ibema, Lindoeste, Medianeira, entre outros. Além disso, os advogados voluntários, vinculados a Comissão Pastoral sempre eram chamados quando o “caldo entornava”, ou seja, quando havia a necessidade de atuação jurídica, por exemplo, ocorriam prisões de trabalhadores.

Na avaliação de Gilmar Mauro, dirigente nacional do MST, a relação com a Igreja teria propiciado, entre outros elementos positivos, o trabalho “com a simbologia, a mística de trazer o futuro para o presente”⁹. Com o passar dos anos, o MST fortaleceu os aspectos políticos centrados nos princípios marxistas-leninistas.

A dimensão política da luta foi sobrepondo-se, o que também se fez notar nos atos, na produção de textos, símbolos e uso de imagens. Ela “parte de um elemento residual da prática litúrgica de esferas da Igreja Católica que ajudaram a fundar o MST, a mística mantém”¹⁰. Enfatizo que, igualmente, as inúmeras manifestações da religiosidade popular, o milenarismo camponês, a concepção socialista-marxista de construção de uma sociedade igualitária, bem como a interpretação das relações sociais, os valores, a cultura dos trabalhadores engendraram a mística. Em um dos cadernos de formação do Movimento, entre outras dimensões, a mística deve pautar:

A memória subversiva do povo: a situação que os levou a lutar, a luta pela terra, a organização da produção, etc.

A nossa utopia (o socialismo) e o nosso sonho de transformar a Realidade.

A prática e as lutas históricas dos trabalhadores (as que aconteceram antigamente e as de hoje)¹¹

A mística deve estar permear todos os momentos dos Sem Terra. Como se lê no Caderno de Formação “Mística uma necessidade no trabalho popular e organizativo”, as reuniões, assembleias, encontros “devem estar cheias de momentos que tornem presentes as razões pelas quais lutamos e os motivos que nos fazem companheiros”. Devem ser ambiências de

⁹ Cf. GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis : Vozes, 2000. p. 116.

¹⁰ DE SOUZA, Rafael B. R. **A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos**. São Paulo: UNESP, 2012. Tese. p. 47.

¹¹ MST. Método de Trabalho Popular. **Caderno de Formação**, n. 24. São Paulo, junho de 1997. p. 26-7.

beleza, com “[...] a música, a poesia, as artes, os símbolos, os gritos de guerra, tudo deve exprimir os valores e as certezas que animam nossa caminhada”¹².

Gradativamente, nos anos que se seguiram à criação do MST, entretanto, as representações sociais políticas, externas ao modo de vida dos camponeses, forma se sobrepondo ao catolicismo e ao luteranismo – observo que falo a partir do Oeste do Paraná -, aliás região na qual tais igrejas atuaram fortemente a favor dos pobres da terra. Diversos pastores e padres se uniram na opção e defesa dos Sem Terra. Inicialmente contra a expropriação desencadeada pela Itaipu e, ao mesmo tempo, na percepção de que a luta era muito maior, passaram a acolher e ajudar a organizar os Sem Terra.

As ocupações passaram a ocorrer com maior frequência e organização. Neste período, em fins dos anos de 1970 e década de 1980, somaram-se à organização e luta dos Sem Terra, os Sindicatos de São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Santa Helena, os agentes da Pastoral da Terra leigos e religiosos das Igrejas Católica e Luterana. Aqui, não pretendo medir os esforços de cada movimento ou instituição. Apenas frisar que essa luta se fez coletiva. Esse movimento de luta e resistência não se fez sem a mística militante.

A discussão político-religiosa e os valores morais dos trabalhadores propiciaram o desvelamento do que moralmente era justo e injusto. Na explicitação da contradição entre igualdade formal e desigualdade real, inerente à forma contratual, nem sempre condizente ao modo de vida e a sobrevivência, engendrou a luta individual e coletiva pela terra. A política estatal, atendendo os grandes proprietários, contraditoriamente, produziu a expropriação/exclusão social e a resistência organizada dos Sem Terra.

As menções à terra na forma de imagens, hinários, em práticas simbólicas como o plantio de sementes e a leitura bíblica que “A terra é de todos, disse Deus a Adão”¹³, trabalhadas com ênfase desde fins dos anos de 1970 até a primeira metade da década de 1990, são verbalizadas por entrevistados. A mística, político-religiosa, atualmente, permeia toda a estrutura organizativa do MST. Isso, não necessariamente se processa em cultos ou práticas do catolicismo como conhecemos, mas numa mística, que absorve, em grande medida, a luta e o religioso amalgamado às discussões do pensa-

¹² MST. **Mística**: Uma necessidade no trabalho popular organizativo. Caderno de formação N°24. São Paulo, março de 1998.

¹³ MASTES. **Roteiro para reuniões de grupo**. A terra é de todos, disse Deus a Adão. s/d.

mento político de diversos teóricos. O excerto, nos fornece pistas desse amalgama:

Mesmo não havendo uma secretaria específica responsável por essa atividade, todos os setores, [...], absorvem para si o papel de ensejá-la em suas atividades. Em formato de rito, são performances que transcendem o espaço dos acampamentos e assentamentos e são consideradas quase obrigatórias nos encontros, atividades pedagógicas, [...] como forte componente dos próprios atos e manifestações políticas do grupo. A mística aparece como um fator de agregação e motivação constante, que objetiva gerar vínculos entre os militantes e o MST. As objetivações artísticas canalizam em narrativas a revolta popular do movimento¹⁴.

Os acampamentos do MST, na avaliação de Celso Riberio, liderança da Frente de Massa à época de nosso diálogo, em 1999, a exemplo de outras lideranças, são vistos como necessários. É o local do aprendizado na prática, é a pedagogia da formação política da lona preta, no rigor do inverno e, ou no calor do verão. É um espaço de transição. “Tem que aprender na prática, se não aguentar no acampamento não aguenta a luta”¹⁵, afirmou ele. Essa transitoriedade é dimensionada pela leitura bíblica de que o povo hebreu teve que sofrer no deserto para conquistar a terra prometida, ou seja, numa outra condição social. E, assim, também os acampados para a conquista do assentamento.

Para o Movimento, o aprendizado na experiência deve levar à formação de um sujeito coletivo disciplinado. O Caderno de Formação do MST “*Como Organizar a Massa*” é uma das evidências materiais nesse sentido. “Quanto mais a massa se apegua aos símbolos, aos líderes, e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza”¹⁶.

Essa concepção perpassa as reflexões de militantes do MST, como Ademar Bogo, para o qual “... o tempo da luta se mede pela espera e pela preparação das vitórias”. Nestes termos os duradouros períodos “de espera pela terra, acampados sob barracas de lona, nunca significaram perda, mas ganho em formação popular. Perde tempo quem abandona a luta; ganha, quem persiste no lugar em que se faz sujeito.”¹⁷. Tem-se aí um sentido de

¹⁴ DE SOUZA, Rafael. **A mística no MST**. Op. cit., p. 47.

¹⁵ SCHREINER, Davi. **Caderno de campo**. Lindoeste, 20/03/1999.

¹⁶ MST. **Como organizar a massa**. Caderno de Formação, 1991. p. 24.

¹⁷ BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli et. al b(Orgs.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular. 473-477. p.476.

positivação da privação, do sofrimento, do enfrentamento coletivo à violência, como condição dos acampados alcançarem a condição de sujeitos de si e no coletivo por meio da luta pela terra e reforma agrária, que se torna o desafio e a expectativa comum.

A transitoriedade vivida na liminaridade¹⁸, premissa desta narrativa, é transformada em rito manifestando-se na e por meio das linguagens. Ela facilmente pode ser encontrada nas cartilhas, nos cadernos de formação e nos roteiros de reuniões elaborados pelos agentes de pastoral Comissão Pastoral da Terra (CPT), com forte presença e atuação junto aos acampados e assentados rurais. Os conteúdos trabalhados pelas cartilhas traduzem um amálgama de interpretação bíblica dos problemas vividos pelos trabalhadores, problemas da política agrícola nacional, concentração de terras, o financiamento junto aos bancos e a perda das terras pelas dívidas contraídas, entre outros temas.

Explicitava-se, também, nas narrativas dos textos, a orientação de como deveriam proceder para enfrentarem as dificuldades vividas, para não se verem no mesmo caminho dos que estavam perdendo as terras. Deveriam buscar organizar-se e trabalhar coletivamente, forma pela qual poderiam juntos conseguir permanecer na terra. Há, pois, um fio condutor na narrativa que leva as famílias participantes do grupo que formam acampamento a se reconhecerem numa mesma situação de vulnerabilidade social diante da conjuntura socioeconômica. E, igualmente, um elemento mobilizador para a luta.

¹⁸ De acordo com Victor Turner, “a vida social se movimenta a partir de um movimento dialético, envolvendo estrutura social e *communitas*, estrutura e antiestrutura, alimentado pelas práticas rituais. [...] os sujeitos em condição liminar constituem uma solidariedade proporcionada pelo estabelecimento da *communitas* para marcar a relevância de sua posição social em contexto político, cultural e jurídico determinado. [...] toda estrutura social, acompanhada pelos ritos que concedem direitos de acesso a determinadas esferas de poder ou status, coopera para a existência de uma antiestrutura na medida que produz sujeitos liminares, transitórios ou não, que se agrupam em *communitas*”. Essa relação “dialética imprescindível à vida social em qualquer contexto.” (Cf. NOLETO, Rafael da Silva & ALVES, Yara de Cássia. 2015. “Liminaridade e *communitas* – Victor Turner”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner>> A vida cotidiana nos acampamentos é paradoxal e ambígua, caracterizada pela ausência material, mas também de solidariedade horizontal, de identificação dos sujeitos de que enfrentam uma mesma condição social. Neles, ‘na comunidade de iguais’, mulheres e homens tecem a sua subjetividade coletiva para uma nova ambiência prospectiva na terra conquistada, onde poderão produzir as condições materiais para a sua existência. O acampamento marca esta transitoriedade para uma nova condição. Essa transitoriedade, em muitos casos, se faz mediante anos vivendo em barracos.

A organização é concebida pelo MST como dimensão central da luta, o que também se traduz na acepção de Ademar Bogo, militante do Movimento, na mística militante. “Na mística militante a organização é um instrumento indispensável. [...]. Ao contrário, quando se adota uma postura ativa no mundo, a vida consciente é sempre ação”¹⁹, assim, “atuo mediante o ato, a palavra, o pensamento, o sentimento, vivo; venho a ser através do ato”²⁰. Em outros termos, a mística traduz-se por meio de palavras, símbolos, interpretação das relações sociais e sentimentos, consubstanciando um importante elemento de estímulo e de realimentação/recriação para a luta. Em síntese, práxis.

Por que seria tão ensejada senão servir como instrumento de educação de valores, de emancipação pela organização e luta coletiva? Mas também à disciplina dos sujeitos às normas, à hierarquia para a adesão ao MST, num viés de domínio, como, por exemplo, quando ocorre a imposição da terra e do trabalho coletivo, formas externas ao modo de vida dos assentados?

Para além dos limites e imposições das representações e práticas sociais de dominação da classe dominante e das lideranças do MST, a mística traduz alternativa:

[...] a mística possibilita a divulgação de ideias alternativas e emancipatórias no transcorrer da luta encaminhada pelos trabalhadores sem-terra, em suas esferas para de desempenho, ou seja, manifestações, encontros, nos acampamentos, estradas, marchas, assentamentos e ocupações. Mesmo não sendo um fenômeno homogêneo - já que muitas delas são apologias da organização, outras não são inclusivas na sua efetivação, estando restrita aos membros patenteados (em todos esses sentidos capturada em certo sentido pela subjetividade alienada do capital) - a mística é um ensaio para luta, pode preparar os militantes para a ação, e cria uma unidade momentânea em torno dos ideais do MST. [...] parece-nos que no interior do MST há um importante fomento há criação e divulgação de uma ideologia emancipatória²¹.

A mística, com conteúdo emancipador e libertador, por meio de práticas democráticas, pode promover a autonomia dos sujeitos e sua

¹⁹ BOGO, Mística. In: CALDART, op. cit., p. 476.

²⁰ BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 154. Apud: Bogo, Ademar. Idem, ibidem.

²¹ DE SOUZA, Rafael. **A mística no MST**. Op. cit., p. 117.

emancipação libertária. Para tal, penso que deve, em suas práticas rituais amalgamar o revolucionário ao religioso, aos valores socioculturais e ambientais, de forma articulada.

Os Ritos, à Resistência e à Luta²²

A Revolta do Contestado entre 1914 e 1916, na Revolta do Sudoeste do Paraná, em 1957, na Revolta de Três Barras, 1964, na Gleba Silva Jardim, 1961, as ocupações do MST e a ocupação da área onde seria construída a Barragem de Salto Caxias pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, em 1993, apenas para citar alguns exemplos, traduzem movimentos coletivos de enfrentamento direto dos camponeses aos seus oponentes.

Em tais movimentos esteve presente a mística, advinda em grande medida da cultura religiosa popular, que também se nutre da religiosidade oficial e da história, e, portanto, não destituída da dimensão política, que caracteriza a luta por direitos. Aqui, em especial, pelo modo de vida, pela terra e pelo trabalho. A Mística, os ritos simbólicos sempre se fizeram presentes nas lutas dos camponeses. Ajudaram a interpretar a dominação, e os prepararam para a resistência, e, ainda, como forma de buscar a liberdade e a sua autonomia, inclusive no passado recente.

Nesse sentido, recorro a luta da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu – CRABI, no Oeste do Paraná. Inicialmente formada apenas por homens. Margaret Maran Nunes, seria apenas uma das mulheres que reivindicaram sua participação na Comissão. Ela fez-se presente e definidora de decisões. E, assim, homens e mulheres ocuparam o canteiro de obras, e reivindicavam a não construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Ao final, conquistaram reassentamentos próximos a cidade de Cascavel e Corbélia, com água encanada, luz elétrica, espaços de lazer e Igrejas, mas, nem todos se ambientaram. As imagens e a falta do Rio Iguaçu onde pescavam e, mais do que isso, tinham lazer, dimensionando parte de seu modo de vida não lhes pertencia mais.

A recorrência ao passado dessa experiência nos leva a evidências de pontos de contato entre os que lutavam pelo reassentamento e o MST. Parte dos atingidos, assim como os camponeses que se organizaram no MST, possuem trajetórias de expropriações da terra e do trabalho. Também

²² Nas páginas que se seguem retomo, amplo e aprofundo o texto “Mística e práticas de cooperação na luta: Acampamentos”. In: SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão social e a utopia**. p. 309-334.

parte deles também já haviam enfrentado o despejo da Itaipu e novamente estavam sendo expulsos da terra. Além disso, as lideranças, ao menos parte, estava dialogando em sintonia com as lideranças do MST, para um projeto de organização da terra e do trabalho para promover a autonomia dos reassentados. A participação na organização dos atingidos também é um dos elementos que é similar na formação do MST.

A atuação de lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais, especialmente nos municípios na margem esquerda do Rio Iguaçu, e da CPT, constituiu-se em um fator primordial para que homens e mulheres rompessem com a passividade, transformassem o espaço social da comunidade (a capela enquanto *locus* de manifestação religiosa) em espaço de socialização política de problemas e estratégias. E, assim, alicerçados em valores religiosos e comunitários, interpretavam seus problemas, insurgindo-se coletivamente. Criaram a sua própria Comissão, em 1991, e por meio dela passaram a dialogar diretamente com a Companhia de Energia Elétrica Paranaense (Copel).

Já em 1993, diante da ação da Copel de demarcar o terreno onde seria realizada a obra, mais de duas mil pessoas, se reuniram rapidamente e arrancaram os "marcos" de madeira que delimitavam a área de abrangência da inundação e os queimaram. O que forçou a empresa retomar as negociações. Essa ação simbólica de enfrentamento ficou conhecido e rememorado em encontros dos reassentados como o "Dia do Fogo". A partir deste dia, a organização e as manifestações se intensificaram.

Todavia, quais são os valores que a simbiose entre religião e política recuperam e reatualizam no processo da luta pela terra no MST e na CRABI? Quais as implicações da utopia regressiva/prospectiva da CPT no processo da resistência? Qual é a função da mística no MST?

Um olhar, tecido a partir da linguagem político-religiosa da CPT, permite afirmar que a interação com os colonos se circunscreveu com maior ênfase à realização da utopia de comunidade e autonomia camponesa. Nos textos formativos, sua linguagem une o direito à mística religiosa, recriando os *mitos*, através de grandes imagens socialmente mobilizadora como o da "Terra Prometida" e da "Libertação no Egito" e de categorias descritivas como a de "comunidade" a partir da releitura das "comunidades dos primeiros cristãos". A releitura de mitos, amalgamados a categorias descritivas como "comunidade", compõe a utopia que aglutina e mobiliza os sem-terra à luta.

Entre os roteiros para reuniões de grupos de base, os roteiros "Realidade agrária" e "A terra é de todos, disse Deus a Adão", "Os Direitos de Terra que o

Trabalhador Rural Tem”²³, utilizados pelo Mastro e Mastes, são exemplos deste amalgama entre o direito, a visão da teologia da libertação e as bandeiras de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Construídos no método ver-julgar-agir, os roteiros apresentam as leis de terra e as formas que impediram historicamente os trabalhadores de acesso à terra. Em seguida, a partir da lei de Deus (bíblia) e documentos eclesiais, o julgamento e, em seguida, a tomada de decisão acerca de quais ações a serem desencadeadas e sua execução.

A concepção da *práxis* como um processo que se constituía na “caminhada do povo de Deus”, levou os colonos, a partir de encontros eclesiais e culturais, da discussão dos textos de base, momentos nos quais eram estimulados a exporem suas idéias e experiências, à percepção de que estavam sujeitos a mecanismos de expropriação social e a questionar o direito agrário e a política agrícola, partindo para práticas contra a expansão do capitalismo no campo. Assim, ao mesmo tempo em que a pastoral da terra da Igreja Católica e da Igreja de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), possibilitou a expressão da cultura popular, elas retecem essas expressões através das múltiplas formas religiosas (cantos, reatualização de mitos como o da Terra Prometida, símbolos).

Nestes termos, a utopia camponesa elaborada pela CPT é regressiva e prospectiva. Regressiva, no sentido de que se buscam mitos no passado e, ao serem reatualizados, projetam um futuro desejado, mobilizando para a luta. Na recorrência às representações religiosas, estabelece-se um vínculo do presente com as experiências e visões do passado. A ata da 3ª assembléia geral, de 25 de maio de 1983, do Mastro, cujo título é “*Em marcha para a terra prometida*” e o roteiro “*Nós conquistaremos a terra*”, utilizado pelo Mastes. No roteiro, a migração do povo hebreu, sob o comando de Moisés através do deserto, é lembrada como forma de explicar a situação vivida nos acampamentos e mobilizar para a ação.

Eu vi a aflição do meu povo, vi a sua dor, o sofrimento no Egito (acampamento) e ouvi os seus clamores por causa dos opressores (latifundiários, polícias.... [...]). E desci para tirar este meu povo das mãos dos egípcios (ricos, burgueses) para conduzi-los a uma terra boa e espaçosa, uma terra onde tenha muita fartura” (conforme Exôdo 3,7-8)²⁴.

²³ - CPT/ASSESSOAR. **Os direitos de terra que o trabalhador rural tem**. Francisco Beltrão, 1981.; CPT. **Realidade agrária**. Foz do Iguaçu, 1981.; MASTES. **A terra é de todos disse Deus a Adão**. Francisco Beltrão: Assesoar, 1981.

²⁴ MASTES. **Nós conquistaremos a terra**. Roteiro para reuniões. Francisco Beltrão: Assesoar, 1986.

Nesta leitura, o acampamento equivale à permanência no deserto, sendo interpretada como experiência imprescindível para a construir a resistência na busca da terra prometida - o assentamento. A lembrança de Margaret Nunes²⁵, acerca do tempo de acampamento, este erguido no local onde seria construída a barragem de Salto Caxias, aponta para a importância da comunidade como local de onde se construiu a reflexão e a consciência da necessidade de lutar por direitos, no início dos anos 90.

Aí você fala da questão da mística, porque nas comunidades a gente trabalhava diretamente dentro da Igreja, vendo as necessidades da comunidade e da Catequese. A gente discutia bíblicamente os problemas, isso fortaleceu a solidariedade das pessoas: arrendatários, quem tinha terra e quem não tinha, não tinha discriminação. No acampamento tinha os grupos por comunidade com seus coordenadores, que coordenavam as equipes de trabalho. Todas as manhãs tinha o momento da oração, a gente levantava e fazia orações, a gente usava alguns textos bíblicos, o catolicismo sempre prevaleceu, se você pegar nos reassentamentos, deve ser culturalmente histórico, culturalmente daquelas comunidades, prevalecia sempre o catolicismo²⁶.

No processo da luta, os símbolos e a mística foram fundamentais para a resistência no solo ocupado. Os cantos (os que denunciam a concentração fundiária e os de estímulo à resistência), a recorrente utilização da cruz nos acampamentos dos sem-terra e dos atingidos por barragens, nas suas manifestações públicas como caminhadas, romarias (que passou a ser mais utilizada, no Paraná, a partir da 1ª Romaria da Terra, realizada em 1985, no município de Guaíra) e a bandeira do MST, foram símbolos e instrumentos no cotidiano da luta.

Os símbolos, criados pelos mediadores (como a bandeira) ou próprios da cultura dos camponeses, amalgamados a elementos de ordem moral, como a honestidade, confiança, sacrifício, reforçam laços de solidariedade, transformando o cotidiano presente em potencialidade do futuro. Na luta coletiva, formas de expressão material dos símbolos e seus conteúdos, tal como a identidade política coletiva, é construída na experiência. Uma cultura em recriação, constituindo-se num amálgama de costumes e tradições político-religiosas do campesinato e de outras práticas e representações advindas da intervenção dos mediadores e dos

²⁵ À época do acampamento, a entrevistada era membro da direção da Crabi. Atualmente ocupa o cargo de vice-presidente e é membro da Coordenação Nacional do MAB.

²⁶ NUNES, **Entrevista oral gravada**. Citada. Cascavel, Reassentamento São Francisco de Assis, 12/01/1999.

intercâmbios com o urbano. É uma cultura rebelde, que subverte ao reviver formas socioculturais tradicionais e ao mobilizar para a luta através da interpretação e significação que os camponeses conferem às próprias experiências²⁷.

A cruz de cedro é, em geral, erguida no centro do acampamento. Um dos barracos é destinado às celebrações religiosas, cultos, missas, batizados. Também é o local onde ocorrem as reuniões dos coordenadores dos grupos de famílias. Os acampados parecem encontrar, na religiosidade culturalmente assimilada nas suas comunidades de vivência (igreja e família), fundamentos para práticas de rompimento com a ordem legal que protege o latifúndio e os exclui do acesso à terra. Sobre essa ambiência no acampamento o Assentado Miro Moraes, explicita:

Quando nós entravamos a primeira coisa é que já fincava uma cruz lá, cortava um pau de cedro e já botava uma cruz pra pedir o apoio da Igreja, que a Igreja que dá a disciplina, que mais atende o povo carente né. Então, em baixo de lona, sofridos, não tinha roupa, não tinha o que comer, os padres vinham e davam aquela força pra gente e daí chegamos na altura que estamos hoje. Hoje já tem direção, têm aula, reunião, tá tudo discutido quando vai se ocupar uma área, então já fica tudo mais fácil²⁸.

Na fala de Miro Moraes, do Assentamento Vitória, a cruz aparece como um meio de conseguir o apoio da Igreja. Para além disso, a preocupação em levantar uma cruz nos acampamentos, indica a forte presença dos referenciais religiosos entre os camponeses, amalgamados com símbolos da cultura popular. A escolha do cedro, e não de uma outra madeira, para confeccionar a cruz, remete a uma tradição da cultura cabocla. Neste sentido, o fragmento a seguir, de Margaret Nunes, revela forma, conteúdo e significados, de práticas e símbolos da cultura campesina. Embora longa, optei em manter a fala da entrevistada na íntegra, devido à sua riqueza.

As pessoas vinham e diziam: “bom mais nós temos que ter um símbolo e ele têm que ser forte. Como o cedro é muito representativo para os caboclos, o pessoal plantou um cedro, porque eles diziam que, quando se vai morar num lugar novo e se planta um cedro e ele brota e cresce, é porque você vai se dar bem. Então a gente plantou a cruz de cedro no centro do acampamento, onde essa

²⁷ Ver THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁸ MORAES, Miro. **Entrevista oral gravada**. Por Davi F. Schreiner. Lindoeste, Assentamento Vitória, 10 mar. 1999.

cruz brotou. Essa cruz foi, mesmo para os evangélicos, mesmo para quem não acreditava na cruz, simbólica porque ela unificava a gente e mostrava que havia uma esperança. O pessoal dizia: se a cruz brotou é porque tem uma esperança para nós e o nosso movimento vai dar certo. Então a gente fazia a celebração de manhã. Uma coisa importante: nós ficamos lá, água tratada a gente não tinha, a gente pegava água de fora, nunca ninguém ficou doente, nunca ninguém se cortou, nunca ninguém se machucou. O acampamento era no meio do mato, nunca ninguém foi picado por nem um inseto e isso tudo para nós, era atribuído como um sinal de Deus que estava presente na caminhada com seu povo, e isso unificava muito, a gente era fantástico, tanto que a princípio no início não ia ninguém, depois foram padres celebrar missa, foram pastores celebrar culto e todo mundo participava. Eu diria que a questão da mística foi o que conseguiu fortalecer as pessoas no sentido de não dispersar de lá e continuar solidário: se eu não pudesse ir no acampamento na semana, eu me comprometia de mandar alimento pelas outras pessoas. Nesse período nunca faltou alimento pra ninguém, sempre sobrava. Então todo mundo garantia, o meu vizinho leva alimento pra ele, leva para os outros também, quando as pessoas iam pro acampamento, levavam alimentação, era solidariedade, e sempre era dito que era a presença de Deus na caminhada do povo acho que isso foi uma coisa muito marcante para nós²⁹.

Desde logo, chama atenção neste fragmento a importância que os colonos atribuem aos símbolos. Neste caso, eles próprios escolheram a cruz como um símbolo. A cruz deveria ser de cedro. O cedro simbolicamente é significativo na cultura cabocla no Sudoeste e Oeste do Paraná. Quando mudavam para uma nova área, ao instalarem-se plantavam uma muda de cedro. Se brotasse era sinal de futuro promissor. Consubstanciava-se aí, materialmente, a antevisão de um futuro promissor. Também o monge João Maria pedia para os caboclos do Contestado plantar cruzeiros de lenho verde nas margens das estradas e nas áreas donde estavam sendo despejados. Talvez a presença da cruz nas lutas atuais tenha alguma relação com essas duas questões. A presença do caboclo nas lutas sociais não é apenas numericamente considerável, mas também é marcante culturalmente. Recorde-se que a presença de caboclos no Sudoeste do Paraná, na primeira metade do século XX, era significativa e que há uma cultura de lutas destes sujeitos sociais acumulada nesta região (Contestado 1912-1916 e a Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná, em 1957). Mas, observe-se, a religiosida-

²⁹NUNES, **Entrevista**. Citada.

de popular católica, em suas múltiplas manifestações têm na cruz um símbolo de fé, resistência e sofrimento.

A 1ª Romaria da Terra, no Estado de Santa Catarina, realizada em Taquaruçu, em 1986, e a 3ª Romaria da Terra, no Estado do Paraná, na Lapa, realizada em 05 de julho de 1987, rememoraram a luta pela terra dos caboclos do Contestado. Os lugares, onde foram desenvolvidas as romarias, se transformaram em *locus* de memória, substrato material da história, que estabelece um vínculo do vivido presente com as experiências no passado. Nas romarias destaca-se a apropriação de uma grande extensão de terra pela Companhia Americana através da concessão do governo, à qual também foi concedido o direito de explorar a madeira, principalmente o pinheiro. Os caboclos foram sendo expulsos de sua terra de trabalho. Mas, não sem resistência. Organizaram acampamentos e o que possuíam colocaram em comum. Essas comunidades vivenciavam a solidariedade e um senso de igualitarismo: “Quem tem mói, quem não tem mói também. E, no final todos ficarão iguais.”³⁰

Na Romaria de Lapa, a gruta do monge é evocada como uma das grutas utilizadas como moradia por João Maria. Ele “não aceitava dinheiro e nem casa para si. Era muito simples. Ensinava o povo a viver unido. Também pedia que eles nunca abandonassem a sua terra. Curava muita gente com remédios feitos de ervas. Para o povo ele era um santo, um profeta de Deus”, lembra o roteiro de preparação para 3ª Romaria da Terra³¹. Na Romaria de Taquaruçu, foram lembrados os episódios de confronto dos caboclos com as tropas do Estado. Nesta “Cidades Santas” os caboclos esperavam a ressurreição do monge João Maria, morto pelo exército em outubro de 1912. O espaço físico como suporte da memória possibilita a elaboração da ideia de uma história comum com os que viveram experiências históricas semelhantes no passado, assevera um grupo de pesquisadores que analisou a Romaria de Taquaruçu³².

Em meio à multiplicidade de símbolos em cartazes, como a fotografia de Ernesto Guevara de la Serna, e faixas, uma cruz de cedro, de quatro metros de altura, seguia, sustentada pelos romeiros, vindos daquele estado, e também do Estado do Paraná e Rio Grande do Sul. Os símbolos, os gestos, os cantos em ritmo caboclo, os ritos, as orações, religavam as lutas atuais com a luta pela ter-

³⁰QUEIROZ, **Messianismo e conflito social**. Op. cit., p. 155.

³¹CPT/PR. “**Pequenos unidos, cidadãos da terra e do reino**”. Livreto para reuniões de preparação para 3ª Romaria da Terra. Curitiba, 1987.

³²A descrição da Romaria que se segue tem como fonte o estudo de FLORES, Maria Bernardete Ramos (et. al.) Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: **Revista brasileira de história**, n. 31 e 32. São Paulo: Anpuh/Contexto, 1996. p. 207-224.

ra de outrora dos caboclos do Contestado. No transcorrer da Via Sacra, um narrador relembra fatos ocorridos naquele lugar e que João Maria denunciava a exploração feita pelos coronéis, enquanto um grupo de remanescentes dos caboclos do Contestado entra em cena, trazendo ao palco uma cruz e um estandarte de São João Maria. Enxadas, laços e facões são trazidos, em seguida, por outro grupo representando os trabalhadores do campo. E, outro grupo, os coronéis, ameaçando e dispersando o povo. Há ainda um personagem que representa o monge. A procissão segue para o lugar onde os caboclos de Taquaruçu construíram a trincheira para enfrentar o ataque do exército. Cantos e personagens, lembrando fatos e lideranças dos caboclos, como a menina Maria Rosa, de quinze anos, líder do reduto de Caraguatá, entremeiam a fala do narrador e leituras bíblicas. A partir da segunda estação, a dimensão histórico-religiosa é rearticulada numa dimensão político-temporal do tempo presente. Através de dados sobre a estrutura fundiária, encenações, cantos e imagens, a reflexão volta-se para as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais sem-terra, dos expropriados de UHEs, as desigualdades sociais, à violência no campo³³.

Em ambas as romarias, à tarde, como parte da programação final, uma cruz de cedro foi plantada (no alto de uma colina, em Taquaruçu, e próximo à Gruta do Monge, em Lapa). A cruz lembra a situação de opressão dos caboclos no passado. Mas é na cruz do povo de outrora que a esperança dos pequenos agricultores, dos sem-terra, de hoje, renasce na luta. Como rito final das celebrações do dia, cada romeiro recebeu algumas sementes de pinheiro. A semente ao germinar nega o seu próprio estado para transformar-se em árvore. Plantar a semente de pinheiro transmite a ideia de recuperar um lugar e valores sociais vivenciados destruídos pela apropriação da terra e destruição da natureza (os pinheiros, no passado, eram abundantes na região). A metáfora da semente elabora, pois, a utopia cristã de uma nova sociedade construída na caminhada do povo, rearticulando valores como a solidariedade e a igualdade, também afirmados nas comunidades dos caboclos do Contestado. Revestidos de forte conotação política, estes valores são articulados com as lutas do tempo presente, mobilizando os pobres do campo para a luta. Ao mesmo tempo, a partir deles, se elaborou uma visão agrarista que idealiza um modelo de comunidade rural, “centrada na terra, baseada na família, produtora de relações naturais e harmoniosas”³⁴.

³³ - Id., Ibid.

³⁴CPT. Terra e mística frente ao projeto de exclusão. **Debate & formação**. Caderno n. 4. Goiânia: Secretariado Nacional, 1995. p. 29.

No seu conjunto, a partir da análise das experiências tecidas pelos trabalhadores rurais, ocupar-se das representações produzidas em seu cotidiano significa compreender o modo pelo qual uma realidade social é elaborada, compreendida e vivida pelos sujeitos históricos, inclusive os rituais elaborados, embora a maioria não formalmente, já que os ritos político-religiosos se processam em acampamentos, assentamentos, marchas, encontros e nas escolas de formação, que foram criadas sobretudo nos últimos anos.

A mística permeia a luta pela terra, faz parte do MST e permeia o cotidiano nos acampamentos e assentamentos. Os Sem Terra vivem, interpretam e avaliam os rituais e como convergem ou não aos seus valores e interesses pessoais, familiares e comunitários. Há uma preocupação das lideranças do MST quanto a continuidade da luta pela terra com o assentamento. *Quando Chegar na Terra*, de Ademar Bogo, de forma instigadora aos que chegam na terra conquistada lembra que devem manter o compromisso dos que ainda precisam chegar.

A diretriz central é o elo entre o individual e o coletivo, centrada desde a segunda metade da década de 1980, nos assentamentos como territórios de resistência do MST e a representação social da busca pela Terra Prometida dá lugar, em grande medida, de construção do socialismo e da implantação/imposição da forma coletiva da terra e do trabalho nos assentamentos rurais. Então a mística passa a ser *Domínio*. Ou seja, quando chegar a terra conquistada, você não tem liberdade, como supõe, ela não “*está completa*”. “Chegar à terra é o primeiro passo” [...] na busca de outra sociedade³⁵. Neste sentido, o autor diferencia a mística da ocupação da terra da mística do assentamento. Para ele:

O primeiro se organiza para a ação, o segundo para a passividade. Para fazer o acampamento, todos os sem terra se envolvem de uma forma ou de outra; para funcionar um assentamento e uma cooperativa, dependendo do sistema que se adota, só as lideranças se envolvem e, por isso, a grande massa que impulsiona a transformação do latifúndio em terra repartida adormece à espera de que os dirigentes desenhem seus sonhos. [...] A mística dos cuidados e da segurança deve ser desenvolvida no sentido de fazer com que a militância tenha mais uma preocupação em preservar-se. As encenações nos encontros devem representar cenas reais de

³⁵ BOGO, Ademar. Música: quando chegar na terra. MST. **Sem Terra**: as músicas do MST. Porto Alegre: Unidade Editorial – Prefeitura Municipal, 1996. p. 27.

interrogatórios, infiltrações, prisões e todas as formas de repressão utilizadas para tentar derrotar nossa organização³⁶.

A luta, após a conquista do assentamento continua, para manter-se na terra e, ou, para a continuidade dos esforços coletivos para a reforma agrária. Mas, muitas famílias priorizam a posse da terra, conotada como propriedade, e a produção das condições materiais para a vida. Parte significativa já não participa mais das atividades do MST. “A ‘comunidade dos iguais, vivida na ambiência do acampamento sofre fraturas, diante de interesses divergentes. As famílias que optam pela terra e trabalho individual e, portanto, não participam das formas coletivas de cooperação, são identificados como ‘individuais’. Elas, quando os conflitos se acirram são expulsas ou rumam para outro assentamento, não raras vezes, com trocas de lote com outra família.

Dominação e Resistência ...

O historiador inglês, Edward P. Thomson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, e mais recentemente, James Scott, em *A Dominação e a Arte da Resistência* (2013), explicitaram a classe social como não homogênea. Em ambos os casos, percebem a classe como heterogênea, permeada por percepções e expectativas diversas dos Sujeitos. Para Thompson a classe se faz historicamente num processo de longa duração, de como os trabalhadores vivem e interpretam as experiências sociais em sua cultura. Eles, nas relações sociais, por motivos diversos, a partir de seus valores e perspectivas morais, tecem e por motivos comuns se articulam coletivamente na defesa de seus modos de vida, do trabalho e da economia.

James C. Scott vê as classes como heterogêneas, ao explicitar uma forma de comportamento da elite, que não podia transpor aos olhos dos trabalhadores, escravos e até mesmo à população sua maneira de agir e pensar, sob pena de perder a condição de domínio sobre os subalternos, dos oprimidos. Mas, também os grupos subordinados também não podem revelar tudo de si, de suas formas e estratégias de resistência.

Todos os grupos subordinados criam, a partir de sua experiência de sofrimento, um “discurso oculto” que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores. Os poderosos, por seu

³⁶ BOGO, Ademar. Apud: COELHO, Fabiano. **A Prática da Mística e a Luta pela Terra no MST**. 2010. p. 140. (Dissertação de Mestrado em História) - Dourados, MS, UFGD, 2010.

lado, também elaboram um discurso oculto que enuncia as práticas e as exigências da dominação que não podem ser abertamente confessadas. A comparação do discurso oculto dos fracos com o dos poderosos e de *ambos* os discursos ocultos com o discurso público das relações de poder proporciona uma forma substancialmente de entender a resistência à dominação³⁷.

Assim, “Como a resistência ideológica tem melhores condições para se desenvolver se estiver ao abrigo da vigilância directa, somos levados a examinar os espaços sociais onde esta resistência pode germinar”, ou seja: as formas de insubordinação como “as táticas dilatórias no trabalho, o furto, a dissimulação, a fuga”³⁸.

Essa opção metodológica aponta para a perspectiva de mostrar que a considerada condescendência é exemplo de submissão assumida. Não raras vezes não é, pois o escravo, ou o trabalhador nas fazendas em situação de escravidão, que nos impõe pensar como esses homens e mulheres driblam a dominação do dono da Fazenda, do Garimpo, entre outros, e lhe fazem reverência? Essa reverência nem sempre significa automaticamente submissão tácita, mas maneiras de contornar “driblar” penas severas para si e para seus iguais. Mas, também de amadurecer e criar nos espaços sociais onde a vigilância é, por vezes menor, discussões e alinhar estratégias de sobrevivência, de planejar um momento de manifestar seu poder de forma autônoma e livre. E, assim, do mundo da infrapolítica do discurso oculto erige o discurso e as práticas de enfrentamento, que podem ser individuais, mas também podem se tornar coletivas.

Importa salientar que no interior dos grupos subalternos os conflitos e os enfrentamentos também ocorrem, como também entre as elites. Interessa-me, aqui, apenas indicar algumas evidências entre subalternos. Entre eles a dominação também se faz, e a resistência a ela igualmente.

O espaço do acampamento é concebido pelo MST como um território dos Sem Terra. As relações cotidianas são pautam-se por regras rígidas, não obstante também, como já dissemos, seja uma ambiência social de solidariedade na *liminaridade*, a ajuda mútua, o trabalho em conjunto e as assembleias, entre outros exemplos, sejam uma demonstração da vivência democrática que se pretende nas relações sociais e de produção cotidianas.

A percepção de práticas de domínio no trabalho com a base levou o MST a repensar sua atuação junto aos acampados e assentados. “*O Furo é Mais*

³⁷ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013. 19.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 19-20.

em Cima”, artigo produzido por lideranças do Movimento, aponta para sérios limites. A inserção no sistema capitalista é o limite primeiro donde outros decorrem. Diz-se que, não obstante o esforço de se construir os assentamentos como “espaços livres”, a propriedade privada e a legalização dos assentamentos são limites à formação de uma consciência revolucionária.

Recorrendo à teoria leninista, afirma que, após a luta econômica e política, ocorre a “reprivatização” parcial da classe, do assentamento e da cooperativa à vida privada. O que produz “a interiorização e aceitação cotidiana das relações capitalistas”. Ou seja, “as massas, aprendem com as ações, adquirem experiência e consciência, no entanto ainda é uma consciência elementar. O caráter corporativista, em geral, das lutas resulta numa consciência limitada e por isso com aspectos até contraditórios com uma luta de classes no sentido amplo.”³⁹

Defende, por conseguinte, citando “*O que fazer?*” de Lênin, que a consciência socialista deva ser introduzida de fora para acelerar a consciência de classe e, para isso, haveria necessidade de uma vanguarda. Nesta direção, o maior limite do MST não seria transformá-lo de um movimento de massa a uma organização de massa. Isso já teria ocorrido. Mas, sim, transformá-lo numa organização política. Esta necessidade seria premente uma vez que o movimento sofreria uma “crise de definição e identidade política”: “Nem transformamos o MST numa força política, nem fortalecemos/disputamos o PT, nem fortalecemos a Consulta.”⁴⁰. Os limites internos viriam ainda da debilidade de formação dos quadros e da burocratização. E,

O perigo da burocratização não está só na visão pequeno burguesa ou no economicismo, de horizontes limitados, mas ao próprio aparelho que se cria para fazer as lutas a princípio. Esse aparelho, entendido não só como estrutura física, mas também os dirigentes, podem encostar-se no movimento de massa e fazer a sua ‘transformação’, e adotar uma prática de aceitar as migalhas da ‘democracia burguesa’ e manter o *status quo*, racionalizado na sua necessidade de defenderas conquistas feitas. O revisionismo e o reformismo encontram aí as suas raízes materiais, sociais e ideológicas. E é por isso que muitos instrumentos criados para impulsionar as mudanças sociais se transformam em instrumentos para si, na defesa do *status quo* social. (...). Olhemos para algumas das nossas cooperativas mas também para a forma de organização do próprio MST. À medida que não se estimula novos quadros, novos

³⁹ MST. **O furo é mais em cima**. São Paulo: Grupo de Estudos, 2001. Mimeo. p. 6.

⁴⁰ - Id., *ibid.*

militantes, novas lutas, a tendência é estagnar e fortalecer só aquilo que se tem. Aí, também, é que mora o perigo⁴¹.

Não obstante, a resistência dos assentados à coletivização, com a criação do SCA, em 1991, e da Concrab, em 1992, o MST desencadeou uma política de estímulo à formação de cooperativas, sobretudo das CPAs, em detrimento de outras formas de cooperação. Diante do fracasso das primeiras CPAs, o movimento criou e incorporou outras formas organizacionais, justapostas e hierarquizadas. O SCA deveria envolver os coletivos, semicoletivos, associações de produção, comercialização e máquinas, e trabalhar com todos os assentados. Ocorreu, contudo, que, na trajetória, os assentados que aderiram às suas propostas foram estimulados e apoiados e os que resistiram sofreram pressões e retaliações por parte das lideranças.

Assim, embora o MST afirme (como princípios do sistema cooperativista) a gestão democrática, direção coletiva, divisão de tarefas e de funções, centralismo democrático, crítica e autocrítica, esses princípios, na prática, não raras vezes, cederam lugar, nas relações das lideranças com a base, a práticas autoritárias e clientelistas.

A percepção dessa contradição levou o movimento a valorizar na sua política organizativa da cooperação, a necessidade de envolver também os “individuais”. O documento *“Pedagogia do Trabalho com os Assentamentos”*, elaborado pelo Grupo de Estudos do MST, de São Paulo, discutido nos encontros regionais do MST, no Paraná, parte da percepção da ocorrência de mecanismos autoritários e de exclusão social nos processos de organização da vida cotidiana e da produção nos assentamentos.

Muitos militantes, cheios de vontade, mas carentes de pedagogia e método, acabaram por transformar metas políticas, em regras imutáveis para serem aplicadas a qualquer custo [...]. Vejamos: Quem não contribui com o MST está fora; quem não estiver na cooperativa não está com o MST; quem não tem núcleos organizados não serve ao projeto; e, geralmente, rotulamos as pessoas que não concordam conosco de vários apelidos: lumpem, oportunistas, etc. Desta forma, é mais fácil expurgar alguém do assentamento, ou do MST, que trabalhar com as diferenças, já que as diferenças nos obrigam a ter paciência, a ser menos autoritários e mais pedagogos, nos obrigam a pensar e elaborar estratégias de tempo prolongado e não resolver no imediato⁴².

⁴¹MST. *Pedagogia do trabalho com os assentamentos*. São Paulo, 2001. Mimeo.

⁴² Idem, *ibidem*.

O documento evidencia que o MST se tornou uma organização social dos dirigentes, o que provocou a redução da participação das bases. Práticas de “imposição e não do convencimento e politização” permeiam o trabalho de base nos acampamentos e nos assentamentos. O que se vê são relações de favor, de mando, de obediência e de controle de outras subjetividades, criando novas desigualdades entre os sujeitos. Como o documento reconhece, há necessidade de militantes menos autoritários e de desenvolver um trabalho também com os assentados “individuais” tendo em vista o projeto de transformação social. É preciso dialogar com e nas diferenças e não de subordiná-las a um projeto totalizante e, portanto, excludente.

As múltiplas experiências nos acampamentos e nos assentamentos, a crítica e a autocrítica do MST às suas propostas e às práticas das lideranças junto à base, bem como a interpretação das relações sociais, do vivido na liminaridade e da própria atuação do Movimento pelos Sem Terra evidenciam a dinâmica do fazer-se de uma *práxis* que se assenta na premissa libertária. Durante os últimos anos, a autocrítica levou o MST a reafirmar o diálogo como prática educativa. “É preciso mais diálogo e menos monólogo”. O pedagogo popular, a partir da realidade vivida, “deve ver, tratar todas as famílias como base” do Movimento, e estabelecer a crítica do “método e melhorar o entendimento do que pensa e quer um camponês(a)”. Essa exigência se torna imprescindível para “construir o processo revolucionário”⁴³.

Atualmente, a mística do MST para além das dimensões, temas e rituais já mencionados neste texto, incorpora a produção orgânica, a agroecologia, a luta contra o agronegócio, a soberania alimentar, a cooperação entre os assentados, o meio ambiente, a ecologia, a saúde, a educação, a agricultura camponesa, a reforma agrária e a luta contra a violência e por uma sociedade igualitária, entre outros. A mística, traduzido em celebrações símbolos, imagens, gestos e linguagens, para citar algumas formas, muitas vezes se fazem amalgamadas.

Para Marcos Hartmann, do Assentamento Antônio Companheiro Tavares e á época da entrevista estudante do Instituto Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária - ITEPA, localizado no referido Assentamento, em São Miguel do Iguaçú, a mística significa momento de reflexão e de constituição de si como sujeito.

⁴³MST. **O furo é mais em cima**. Doc., cit., p. 6.

É um momento muito bom. Você coloca suas ideias e expressa de um jeito diferente, fala nada, mas expressa com o corpo, percebe, vê o que está sendo representado. [...] Representa um lá um problema que vê na sociedade, reflete, não precisa contar, tem que prestar atenção. É um momento nosso⁴⁴.

Também por meio de práticas rituais, como encenações e atividades em grupo, nas quais são utilizados instrumentos de trabalho como a enxada e a foice, produtos da agricultura, como hortaliças orgânicas, a bandeira, textos, entre outros, se tece por meio da observação, reflexão, não raras vezes seguido de diálogo crítico, a recriação de valores. Cabe observar que em diferentes lugares no Assentamento se encontram símbolos como a cruz de madeira cravada no chão e escorada por madeiras, troncos de árvores queimadas, mortas, simbolizando os que foram assassinados em Eldorado dos Carajás, e no espaço da plenária e no refeitório, símbolos do MST, como a bandeira, em meio as imagens de símbolos de luta como a de José Martí, Che Guevara.

Ademir de Castro explicita um desses momentos, no qual projetam no chão um caminho. Ao logo dele escreveram diversos temas utilizando grão de milho, entre os quais o da Cultura e do MST. O objetivo era problematizar “a sociedade do futuro”, e para tal, “utilizando a semente, e alguns [na representação] se sujaram de barro”. É, pois, momento de questionar sobre o que os educandos assentados “almejam construir e fazer uma espécie de valores. Muitos valores estão esquecidos. Tem de haver com espiritualidade e a criatividade do ser humano. [...] é uma prática do MST, a representação da mística⁴⁵.

Como assevera Rafael Rodrigues de Souza, a mística é uma das dimensões importantes na formação dos trabalhadores, todavia, não deve ser trabalhada de forma isolada.

As atividades educativas dos trabalhadores, em formatos mais próximos da ciência, não devem ser substituídas pela mística, mas sim desenvolvidos junto delas. A compreensão da realidade só é possível em termos reais com a unidade entre produção e produto, sujeito e objeto; quando o homem assumir de fato sua vocação

⁴⁴ HARTMANN, Marcos. **Entrevista oral gravada**. Por Simone Pedron e Davi F. Schreiner. São Miguel do Iguaçu, 14 out. 2011.

⁴⁵ DE CASTRO, Ademir. **Entrevista oral gravada**. Por Simone Pedron e Davi F. Schreiner. São Miguel do Iguaçu, 14 out. 2011.

enquanto sujeito que cria as condições sociais, o mundo dos homens, por meio de sua ação constante e histórica, sua práxis⁴⁶.

Trata-se do MST, a exemplo de outros movimentos sociais, como afirma Boaventura Sousa Santos, de não postergar as conquistas da cidadania social, como pretende o liberalismo.

A ideia da obrigação horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil⁴⁷.

Nesta perspectiva, mística, e suas múltiplas práticas rituais, como dimensão da práxis pode traduzir-se numa importante forma de promoção da autonomia dos sujeitos individuais e dos sujeitos coletivos, de interpretar as experiências sociais e de agir politicamente, transformando as relações para além de suas ambiências locais. Todavia, sem abrir mão da ciência para o estudo das experiências, das relações sociais, a produção de saberes e da produção de tecnologias, objetivando uma ambiência humana, socio-ambiental sustentável em todas as suas dimensões. Esses possíveis estão se fazendo para um novo devir!

⁴⁶DE SOUZA, Rafael. **A mística no MST**. Op. cit., p. 135.

⁴⁷SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995. p. 263.

1ª Edição

Janeiro de 2022

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

